

VOLUME 2

# SANTA CATARINA ANUAL

## DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 1984 - 85

INFRA-ESTRUTURA  
RECURSOS NATURAIS  
INSUMOS E FATORES  
CRÉDITO AGRÍCOLA  
OFERTA E DEMANDA  
VALOR DA PRODUÇÃO



**INSTITUTO CEPA/SC - BIBLIOTECA**

**INSTITUTO CEPA-SC**

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA  
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-SNPA/MA

VOLUME 2

**SÍNTESE  
ANUAL  
DA AGRICULTURA  
DE SANTA CATARINA**

FLORIANÓPOLIS  
1985

Instituto de Planejamento e Economia  
Agrícola de Santa Catarina.

Síntese anual da agricultura de Santa  
Catarina, 1984-85.

Florianópolis, 1985. v.2

1. Agricultura - Santa Catarina.  
I. Título

CDU 631(816.4)

# SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA, 1984-85

## ELABORAÇÃO

Econ. Luiz Marcelino Vieira – Gerente do Projeto

*Sistema de Transportes (Rodoviário, Ferroviário e Aeroviário) Valor Bruto da Produção Agropecuária*

Engº Agrº Hélio de Oliveira Filho

*Eletrificação Rural/Telefonia Rural/Sistema de Transportes (Portuário)*

Engº Agrº Tabajara Marcondes

*Armazenamento/Crédito Rural/Exportação*

Engº Agrº Ingo Jordan

*Recursos Naturais*

Engº Agrº Júlio Alberto Rodigheri

*Terra/Mão-de-obra/Capital*

Acad. Agrº Carlos Eduardo Arns (Supervisionado pelo Gerente do Projeto)

*Insumos e Máquinas Agrícolas*

Equipe de Coordenação de Acompanhamento e Análise Conjuntural

*Balanco de Oferta de Demanda de Produtos Agropecuários*

**PARTICIPAÇÃO (Bolsistas – Convênio Instituto CEPA/SC – UFSC).**

Carlos Eduardo Arns

Laércio Rohden

Eliane Vienir Serafim Valvassori

**REVISÃO TÉCNICA – Engº Agrº José Maria Paul**

## ARTE E PRODUÇÃO

. Zélia Alves Silvestrini – Planejamento Editorial/Montagem

. Joares A. Segalin – Copidesque

. Jocenir Miriam Cardoso de Sousa – Datilografia

. Aldo César Machado Cruz – Reprodução

. Alcemir Luiz Lessa – Reprodução

## COLABORAÇÃO

EMATER-SC/ACARESC

ACARPESC

EMPASC

Banco do Brasil

Banco Central do Brasil

5ª Coordenadoria Regional da SUDEPE em SC

CPF

IBGE

IBDF

GCEA-SC

CIBRAZEM

CELESC/ERUSC

STO/DER-SC



## **APRESENTAÇÃO**

---

O INSTITUTO CEPA/SC está apresentando a 9ª edição da SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA – volume 2, que atualiza as principais informações de cunho estrutural sobre a agropecuária catarinense, bem como os números relativos ao emprego de insumos e fatores, aos níveis de auto-suficiência no abastecimento e à contribuição do setor primário para com a economia catarinense de renda.

Pela qualidade e importância das informações contidas nesta edição, que certamente serão de grande utilidade para a tomada de decisões, espera a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento ter prestado mais um serviço aos produtores em particular e aos catarinenses em geral.

Desejamos, no momento, reiterar agradecimentos a todos quantos colaboraram com o Instituto CEPA/SC para que esta publicação pudesse ser atualizada, ao mesmo tempo em que agradecemos antecipadamente pelas sugestões que possam ser apresentadas para seu aperfeiçoamento.

Floranópolis, novembro de 1985

**ODACIR ZONTA**

Secretário da Agricultura e do Abastecimento

---

## SUMÁRIO

---

	P.
1. INTRODUÇÃO .....	9
2. INFRA-ESTRUTURA .....	13
2.1. ARMAZENAMENTO .....	13
2.2. ELETRIFICAÇÃO RURAL .....	17
2.3. TELEFONIA RURAL .....	20
2.4. SISTEMA DE TRANSPORTES .....	22
2.4.1. Sistema Rodoviário .....	22
2.4.2. Sistema Ferroviário .....	24
2.4.3. Sistema Hidroviário e Portuário .....	25
2.4.4. Sistema Aeroviário .....	29
3. RECURSOS NATURAIS .....	35
3.1. CLIMA .....	35
3.2. COBERTURA VEGETAL .....	37
3.3. COBERTURA FLORESTAL .....	38
3.4. SOLOS .....	42
4. FATORES DE PRODUÇÃO .....	49
4.1. TERRA .....	49
4.1.1. Introdução .....	49
4.1.2. Compradação com a Situação Nacional .....	49
4.1.3. Comparação com Outros Estados .....	50
4.1.4. Posse da Terra em Santa Catarina .....	52
4.2. MÃO-DE-OBRA .....	70
4.2.1. População Rural e Urbana .....	70
4.2.2. Pessoal Ocupado .....	71
4.2.3. Pessoal Ocupado por Microrregião Homogênea .....	72
4.2.4. Pessoal Ocupado por Estrato .....	73
4.3. CAPITAL .....	76
4.3.1. Valor de Bens por Microrregião Homogênea .....	76
4.3.2. Valor dos Investimentos por Microrregião Homogênea ...	79
4.3.3. Valor dos Bens por Estrato .....	80
4.3.4. Valor dos Investimentos por Estrato .....	82
4.3.5. Valor dos Bens Segundo a Condição do Produtor .....	82
4.3.6. Valor dos Investimentos segundo a Condição do Produtor	84
4.4. CONCLUSÃO .....	90

	p.
5. CRÉDITO RURAL .....	99
6. INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS .....	113
6.1. AGROTÓXICOS .....	113
6.2. FERTILIZANTES E CORRETIVOS .....	118
6.3. MÁQUINAS AGRÍCOLAS .....	126
7. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS ....	137
8. EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PRODUTOS AGRÍCOLAS .....	143
9. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA .....	147
10. INFORMAÇÕES BÁSICAS .....	173
LISTA DE MAPAS .....	191
LISTA DE TABELAS .....	195
BIBLIOGRAFIA .....	205

## 1. INTRODUÇÃO

Enquanto o volume 1 se propõe uma análise geral do desempenho e das perspectivas do setor agrícola dos principais produtos vegetais e de exploração animal referente ao período 1983-1984, em caráter preponderantemente conjuntural, o volume 2 pretende, num enfoque mais estrutural e informativo, atualizar as informações a respeito dos elementos que dão suporte à lavoura, à criação e a outras explorações.

Aos usuários desta "Síntese" cabe um esclarecimento a respeito das fontes. Além dos levantamentos efetuados pelo Instituto CEPA/SC, são utilizados levantamentos oficiais, tais como os efetuados pelas Fundações IBGE e Getúlio Vargas. Ao lado de sua extrema utilidade, impõem alguma limitação, decorrente da disponibilidade dos dados, principalmente em relação ao que poderíamos chamar de "espaço temporal". Pela própria sistemática da elaboração, torna-se forçosa uma certa defasagem entre o momento da conclusão e publicação dos referidos levantamentos e o da Síntese. A observação vale, sobretudo, para os itens que aqui relacionamos, com os respectivos períodos aos quais se referem os dados: armazenagem, eletrificação, telefonia e transportes: 1984; fatores de produção, década de 70; crédito agrícola, 1970-84; insumos e máquinas agrícolas, 1983-84; oferta e demanda, safras de 1983/84 e 1984/85; exportação, 1974-84, e valor bruto da produção, safras de 1980 a 1984.

Deve-se esclarecer, também, quanto aos espaços geográficos, que este trabalho se propõe a análise e o estudo dos itens a nível estadual, e, em alguns casos, detalhando-os a nível de microrregião homogênea, como o é para armazenagem, mão-de-obra, capital e valor bruto de produção. Referências à situação nacional são apenas eventuais e de apoio.

A parte final do trabalho apresenta séries históricas (área, produção e rendimento) de amplitudes diferenciadas, de acordo com os levantamentos existentes para cada produto e que iniciam, em alguns casos, na década de 40 e, em outros, só na de 70.



# INFRA-ESTRUTURA

## 2. INFRA-ESTRUTURA

### 2.1. ARMAZENAMENTO

Conforme informações da CIBRAZEM, através do seu Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras de maio de 1984, Santa Catarina dispõe de uma capacidade de armazenagem total de 2.361.846 toneladas, para um número total de 686 unidades de estocagem, das quais 64 (91.380 t) para armazenagem a frio e 622 (2.270.466 t) para armazenagem a meio ambiente natural (tabela 1).

Para melhor entendimento da tabela citada dar-se-ão alguns conceitos, utilizados pela CIBRAZEM, quanto aos tipos de unidades armazenadoras.

Armazém convencional é aquela unidade armazenadora construída geralmente de alvenaria ou de chapas metálicas, de fundo plano, com um pé direito mínimo de cinco metros, iluminação e ventilação adequadas, podendo ter ou não lanternins no teto. É uma unidade armazenadora que foi construída originalmente para armazenar, de forma técnica, produtos de origem agropecuária, geralmente embalados em sacos, fardos, caixas, etc..

Depósito é uma unidade armazenadora que se assemelha ao armazém convencional, não dispondo, entretanto, das mesmas características técnicas de construção. No caso, a altura é inferior a cinco metros, o piso não é adequado, não tem sistema de ventilação (lanternins), etc.

Silo é uma unidade armazenadora destinada exclusivamente à estocagem de produtos a granel, constituída de um único conjunto, de uma ou mais células e intercélulas, geralmente de forma cilíndrica, dotada de torre de serviços e/ou central de processamento.

Bateria é aquela unidade armazenadora, geralmente metálica, constituída por um conjunto de células individuais, separadas entre si, destinadas exclusivamente à estocagem de produtos a granel.

Armazém graneleiro é uma unidade armazenadora assemelhada ao armazém convencional, de piso inclinado ou não, destinada

ã estocagem de produtos a granel e constituída de um ou mais compartimentos, em função da presença ou não de septos divisórios.

Armazém frigorífico é aquele destinado ao recebimento, guarda, conservação e acondicionamento de produtos perecíveis, a temperaturas de resfriamento (acima de 0°C) e/ou congelamento (abaixo de -20°C), controladas artificialmente.

Inflável é uma unidade armazenadora destinada à estocagem, em caráter de emergência, quando não houver disponibilidade de armazéns convencionais, depósitos, silos ou graneleiros na localidade. É uma unidade constituída de material plástico maleável, podendo ter ou não estrutura metálica de sustentação. Sua característica básica é a necessidade de ser inflada quando de sua montagem.

A capacidade de armazenagem a meio ambiente natural (2.270.466 t) está dividida em 1.286.614 t para produtos a granel e 983.852 t para ensacados.

As microrregiões Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Rio do Peixe são as de maior capacidade de estocagem a meio ambiente natural, com 824.412 t e 343.922 t, respectivamente; representam, as duas, 51,46% do total do estado; esta participação se deve ao fato de as duas microrregiões serem as de maior produção de cereais do estado.

Segundo trabalho elaborado pelo Instituto CEPA/SC em maio de 1984 "Armazenagem - Situação no Oeste Catarinense", em termos gerais existem, nessas duas microrregiões, espaços adicionais para armazenagem de grãos em todos os municípios e durante praticamente todos os meses do ano.

Esta disponibilidade não significa, "a priori", que haja imediata possibilidade de uso desses espaços adicionais. Além de limitações financeiras (falta de capital para estocagem da produção), ocorrem problemas operacionais a contornar, como falta de equipamento de processamento e movimentação de grãos, e práticas operacionais inadequadas que limitam algumas unidades existentes para um armazenamento prolongado e seguro.

Não existem estudos detalhados do quadro de armazenagem de grãos para o estado como um todo. Pode-se dizer, entretanto, com base no estudo efetuado pelo Instituto CEPA/SC, que o problema do estado não é, propriamente, de capacidade de armazenagem, mas o de distribuição, fato que ocasiona seja a ociosidade de algumas unidades armazenadoras, seja a utilização no limite máximo da capacidade dinâmica de outras.

Para armazenagem a frio, a capacidade do estado é bastante superior ao dado do cadastro da CIBRAZEM (91.380 t). Atualmente, a principal preocupação é com a armazenagem da próxima safra de maçã, já que a capacidade do estado para esta frutífera está, atualmente, em torno de 70.000 toneladas, e as estimativas atuais indicam uma produção de aproximadamente 160.000 t, o que poderia provocar problemas se o quadro permanecer o mesmo até a próxima safra.

Quanto à armazenagem a nível de propriedade, as instalações não têm sido adequadas para o armazenamento dos estoques destinados ao consumo próprio e para os excedentes da produção, ocorrendo tanto perdas quanto queda na qualidade de produtos. No caso do milho, aproximadamente 65% fica armazenado a nível de propriedade, e as perdas durante esse período chegam a aproximadamente 12%.

Essa falta de armazéns em condições adequadas tem sido um grande entrave para os produtores rurais. Sem condições de limpar, secar e estocar sua produção, o pequeno produtor não tem acesso à política de preços mínimos, não consegue atender às necessidades de autoconsumo e obriga-se a vender a produção em períodos desfavoráveis à comercialização, diminuindo, conseqüentemente, a sua renda. Torna-se necessário, portanto, uma melhoria substancial na estrutura de beneficiamento e armazenagem a nível de comunidade, para atendimento ao pequeno produtor.



TABELA 1

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM ESTÁTICA DE SANTA CATARINA SEGUNDO O CADASTRO DE UNIDADES ARMAZENADORAS DA CIBRAZEM - MAIO DE 1984

MICROREGIÃO	ENTIDADE	GRANEL				SACARIA			GRANEL + SACARIA	ARMAZEN A FRIO
		Silo	Bateria	Graneliro	Total	Armazém Convenc.	Depósito	Total		
Col. de Joinville	Particular	4.857	12.390	70.858	88.105	45.446	9.450	54.896	143.001	380
	Oficial	-	8.780	110.000	118.780	2.850	-	2.850	121.130	-
	Cooperativa	3.320	-	-	3.320	5.496	-	5.496	8.816	-
	Total	8.177	20.670	180.858	209.705	53.792	9.450	63.242	272.947	380
Lit. de Itajaí	Particular	3.856	5.460	-	9.316	66.633	25.920	92.553	101.669	6.704
	Oficial	-	-	-	-	32.802	-	32.802	32.802	14.250
	Cooperativa	2.000	-	-	2.000	4.900	-	4.900	3.812	-
	Total	5.856	5.460	-	11.316	99.425	27.732	127.167	138.483	20.954
Col. de Blumenau	Particular	9.402	9.044	27.772	46.218	22.589	35.376	57.965	104.183	995
	Oficial	-	-	-	-	5.543	3.000	2.418	10.961	-
	Cooperativa	5.543	-	-	5.543	4.900	-	4.900	63.383	115.144
	Total	14.945	9.044	27.772	51.761	25.589	37.794	63.383	115.144	995
Col. de Itajaí Norte	Particular	-	-	-	-	-	2.740	2.740	2.740	-
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	2.740	2.740	2.740	-
Col. de Alto Itajaí	Particular	6.826	-	1.836	8.664	6.462	15.123	21.585	30.249	110
	Oficial	-	-	-	-	1.500	1.560	3.060	3.060	-
	Cooperativa	7.856	-	-	7.856	4.900	-	4.900	12.786	-
	Total	14.714	-	1.836	16.550	12.862	16.683	29.545	46.095	110
Florianópolis	Particular	-	440	-	440	-	7.410	7.410	7.850	3.492
	Oficial	-	-	-	-	-	1.800	1.800	1.800	-
	Cooperativa	-	-	-	-	4.363	-	4.363	4.363	-
	Total	-	440	-	440	4.363	9.210	13.573	14.013	3.492
Col. Serrana Catarinense	Particular	-	780	-	780	54.439	-	54.439	55.219	250
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	780	-	780	54.439	-	54.439	55.219	250
Lit. de Laguna	Particular	-	-	-	-	8.599	13.200	21.799	21.799	152
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	1.098
	Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	8.599	13.200	21.799	21.799	1.250
Cunhateia	Particular	11.400	-	-	11.400	35.827	18.259	54.086	65.486	2.729
	Oficial	-	-	-	-	2.700	-	2.700	2.700	-
	Cooperativa	-	-	-	-	17.336	7.488	24.824	24.824	-
	Total	11.400	-	-	11.400	55.863	25.747	81.610	93.010	2.729
Lit. Sul Catarinense	Particular	2.370	-	-	2.370	10.414	43.077	53.491	55.861	-
	Oficial	-	-	-	-	2.100	-	2.100	2.100	-
	Cooperativa	-	-	-	-	12.514	43.077	55.591	57.961	-
	Total	2.370	-	-	2.370	12.514	43.077	55.591	57.961	-
Col. Sul Catarinense	Particular	-	-	-	-	17.460	16.011	33.471	33.471	-
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cooperativa	-	-	-	-	5.559	1.200	6.759	6.759	-
	Total	-	-	-	-	23.019	17.211	40.230	40.230	-
Campos de Lages	Particular	3.362	-	-	3.362	-	1.560	1.560	4.922	-
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	3.362	-	-	3.362	-	1.560	1.560	4.922	-
Campos de Coutimberna	Particular	-	-	30.180	30.180	1.500	-	1.500	31.680	-
	Oficial	-	-	-	-	4.470	-	4.470	4.470	250
	Cooperativa	13.200	-	16.668	29.868	14.980	5.199	20.179	50.047	250
	Total	13.200	-	46.848	60.048	20.950	5.199	26.149	86.197	500
Obl. do Rio do Peixe	Particular	88.907	29.070	107.282	225.259	34.306	18.835	53.141	278.400	42.905
	Oficial	5.042	-	-	5.042	15.745	600	16.345	21.387	550
	Cooperativa	6.000	-	3.000	9.000	30.635	4.500	35.135	44.135	550
	Total	99.949	29.070	110.282	239.301	60.686	23.935	104.621	343.922	44.005
Col. de Ostra Catar.	Particular	100.099	43.394	284.419	427.912	70.044	18.483	88.527	516.432	10.451
	Oficial	-	2.530	-	2.530	2.400	-	2.400	4.930	-
	Cooperativa	37.706	1.836	77.592	116.934	123.413	22.896	146.109	303.043	300
	Total	177.805	47.560	362.011	547.376	195.857	41.179	237.026	824.412	10.751
Planalto do Curióguas	Particular	9.798	-	49.581	59.379	15.683	7.587	23.270	82.649	1.374
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	2.040
	Cooperativa	-	-	32.826	32.826	30.780	7.117	37.897	70.723	2.600
	Total	9.798	-	82.407	92.205	46.463	14.704	61.167	153.372	5.964
TOTAL DO ESTADO	Particular	240.879	100.578	571.918	913.385	389.402	233.031	622.433	1.555.818	69.492
	Oficial	5.042	10.810	110.000	125.852	62.467	3.960	66.427	192.279	18.188
	Cooperativa	115.655	1.836	130.088	247.577	242.562	52.430	294.992	542.369	3.700
	Total	361.576	113.024	812.014	1.286.814	694.431	289.421	983.852	2.270.456	91.380

Obs.: Não são cadastradas unidades com capacidade inferior a 180 t e 10 t para armazenagem a ambiente natural e a frio, respectivamente

Fonte: CIBRAZEM

Elaboração: Instituto CEPA/SC

## 2.2. ELETRIFICAÇÃO RURAL

Os serviços de distribuição e parte da geração de energia elétrica no estado de Santa Catarina estão afetos à concessionária Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC.

No meio rural, a distribuição da energia elétrica é realizada pela CELESC e pelas cooperativas de Eletrificação Rural existentes no estado, tidas como permissionárias.

O estado possui, conforme informações do INCRA, aproximadamente 282.000 propriedades rurais, das quais 169.781 estão energizadas, o que representa 60% do universo. Destas, 102.112 são atendidas diretamente pela CELESC (60%) e as outras 67.669 (40%), pelas 33 cooperativas de Eletrificação Rural.

Visando dar apoio ao trabalho das Coop. de Eletrificação Rural (CER's), foi criada, em 1975, a Eletrificação Rural do Estado de Santa Catarina-ERUSC, cujo objetivo básico é o planejamento e construção de redes de distribuição rural e sua entrega às CER's, que se encarregam do gerenciamento, da manutenção e da distribuição da energia para o meio rural.

O papel desempenhado pelas CER's também foi importante, pois foram elas que nas décadas passadas permitiram e viabilizaram a interiorização da energia elétrica, através de um trabalho pioneiro, que vem sendo realizado até hoje.

Tão importante quanto ter energia elétrica é o uso dessa energia. A energia elétrica, além de contribuir para a fixação do homem ao campo, levar conforto à sua família, se constitui num fator de produção.

O mapa 1 mostra o consumo de energia elétrica por mês por propriedade no estado de Santa Catarina, durante o ano de 1984, nas diversas regiões administrativas da CELESC, incluindo as cooperativas de Eletrificação Rural.

Analisando o referido mapa, nota-se que o consumo médio por propriedade rural/mês varia significativamente de região para região, apresentando um consumo médio, por propriedade, no estado,

de aproximadamente 138 kwh/mês. Salienta-se a elevação desse consumo nas regiões de Concórdia e Videira, ocasionada pela maior concentração da avicultura industrial, conhecidamente absorvedora de energia elétrica.

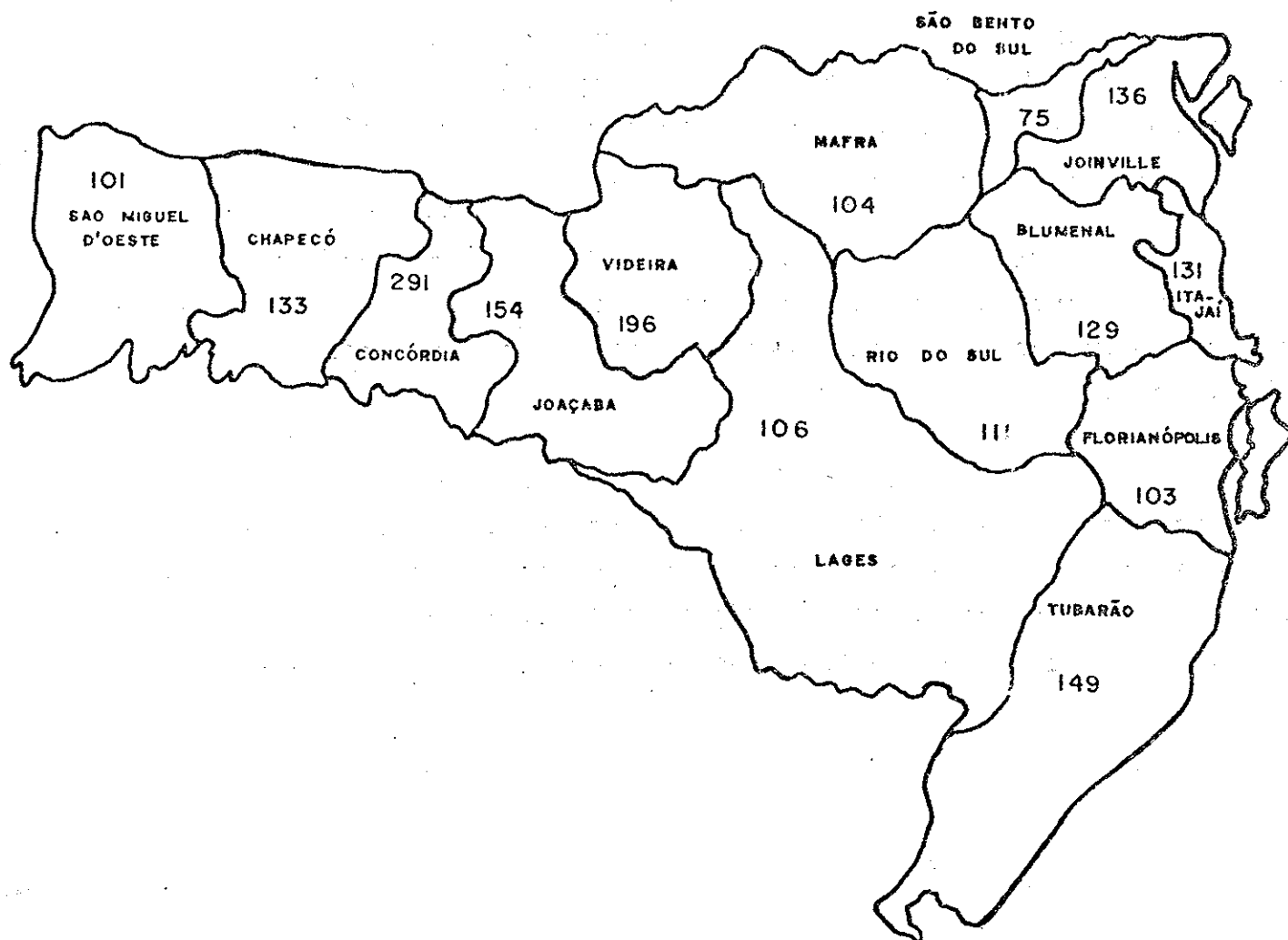
Comparando com outros estados da Federação, como São Paulo (700 kwh/mês/propriedade) Minas Gerais (390 kwh/mês/propriedade) e Espírito Santo (311 kwh/mês/propriedade), constata-se que o consumo médio de energia apresentado pelo setor agrícola catarinense é relativamente baixo.

As informações disponíveis induzem à afirmação de que o agricultor catarinense, de uma forma geral, utiliza a energia apenas para iluminação de suas residências e para proporcionar melhor nível de conforto à sua família.

Para se atingir melhor aproveitamento e uso racional da energia, como fator de produção, há necessidade de orientar o agricultor nesse sentido; isto também depende da adequação de certas redes de distribuição rural para que possam ofertar energia em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades do meio rural.

MAPA 1

CONSUMO MÉDIO MENSAL (kwh)/PROPRIEDADE RURAL/AGÊNCIA - 1984



AGÊNCIA	CIDADES	Nº CONSUMIDORES	KWH
1	São Miguel D'Oeste e 1 CER	29.268	101
2	Chapecó e 1 CER	18.321	133
3	Concórdia	7.677	291
4	Joaçaba	7.062	154
5	Videira e 1 CER	5.237	196
6	Lages e 2 CER's	7.805	106
7	Mafra e 2 CER's	4.388	104
8	Rio do Sul	18.633	111
9	Tubarão e 23 CER's	48.500	149
10	São Bento do Sul	539	75
11	Joinville	4.949	136
12	Blumenau e 2 CER's	9.979	129
13	Itajaí	2.088	131
14	Florianópolis e 1 CER	5.335	103



### 2.3. TELEFONIA RURAL

---

A TELEBRÁS, a partir de 1973, iniciou os estudos para a determinação da demanda rural na área de telefonia, constatando que até 1984 o número de terminais rurais a serem implantados em todo o país estaria em torno de 300.000.

Em Santa Catarina, a TELESC, em 1978, elaborou um plano de Telefonia Rural que previa o atendimento das reais necessidades da área num período de 5 anos.

Algumas dificuldades de ordem financeira e a falta de equipamentos próprios para a telefonia rural fizeram com que a implantação do referido plano passasse a se tornar efetiva a partir de 1980.

Com todas as sedes de municípios atendidas, a TELESC preocupou-se em interiorizar suas linhas, tendo naquele ano estendido os benefícios da telefonia rural a 30 distritos e 71 povoados, através da instalação de 80 centrais e 8.140 terminais.

O quadro atual (1984) apresenta o atendimento de 121 distritos e 401 povoados, através da instalação de 141 centrais rurais e 19.514 terminais.

Tendo em vista que os distritos rurais (excetuados os distritos-sede) e povoados existentes em Santa Catarina são, respectivamente 193 e 2.108, constata-se que, até 1984, 62% dos distritos e 19% dos povoados foram atendidos pela telefonia rural, através da instalação de 204 rotas e 2.184 quilômetros de cabos instalados.

No período 1980/1984 houve um crescimento de 303% no atendimento a distritos, 464% no atendimento a povoados, 76% na instalação de Centrais Rurais, 140% na instalação de terminais e 2.450% na instalação de rotas (tabela 2).

A importância da Telefonia no meio rural pode ser avaliada pelos seguintes aspectos:

1- Facilidade de comunicação:

- a) com o mercado consumidor para comercialização da produção;
- b) para aquisição de insumos;
- c) para casos emergenciais na área de saúde humana, vegetal e animal;
- d) para marcar reuniões comunitárias;
- e) para contratar créditos e saber de sua liberação junto às instituições específicas.

2- Economia de tempo e combustível.

3- Fixação do agricultor em sua propriedade, para o que podem colaborar as facilidades de comunicação, aliadas a outros fatores.

TABELA 2  
TELEFONIA RURAL EM SANTA CATARINA, 1980 A 1984

ANO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	DISTRITOS ATENDIDOS	POVOADOS ATENDIDOS	CENTRAIS RURAIS INSTALADAS	TERMINAIS INSTALADOS	ROTAS INSTALADAS	km CABO INSTALADO
1980	197	30	71	80	8.140	8	84
1981	197	48	148	91	10.187	61	421
1982	199	96	298	128	16.413	173	1.471
1983	199	108	367	135	18.002	199	2.081
1984	199	121	401	141	19.514	204	2.184

Fonte: TELESC

## 2.4. SISTEMA DE TRANSPORTES

---

### 2.4.1. Sistema Rodoviário

---

Conforme informações do Departamento de Estradas de Rodagem-DER/SC, órgão vinculado à Secretaria dos Transportes e Obras, em dezembro de 1984 a extensão das estradas vicinais (municipais), no estado, era de 82.094 km, distribuídas entre 61.464 km de estradas com leito natural, 18.273 km de estradas implantadas, 1.646 km de estradas planejadas e 666 km de estradas pavimentadas.

As rodovias de jurisdição estadual perfazem, no seu total, incluídas as redes rodoviárias transitórias, 5.808,5 km de extensão, sendo 2.069,1 km de estradas pavimentadas com pista simples, 874,4 km de estradas implantadas, 2.050,8 km de estradas com leito natural, 59 km de estradas em obras de implantação e 297 km de estradas planejadas.

As principais rodovias estaduais, totalmente asfaltadas, que servem Santa Catarina em sua extensão, estão assim distribuídas:

- SC 301 (Baln. Enseada - São Francisco do Sul/Corupá-entroncamento BR 280), com 70 km
- SC 302 (BR 116 - Caçador/Rio d'Oeste - BR 470/Rio do Sul - Ituporanga), com 110 km
- SC 303 (Caçador - Capinzal), com 132 km
- SC 411 (Tijucas - Nova Trento), com 32 km
- SC 438 (Tubarão - Lauro Müller/São Joaquim - Lages), com 211 km, dos quais 132 asfaltados
- SC 446 (Orleans - Forquilha), com 50 km
- SC 453 (Lebon Regis - Videira), com 57 km
- SC 467 (Xanxerê - BR 280, divisa com o Paraná), com 57 km
- SC 468 (Chapecó - Coronel Freitas/Formosa (Quilombo) - São Lourenço d'Oeste), com 76 km
- SC 470 (Itajaí - Blumenau), com 42 km
- SC 472 (São Miguel d'Oeste - Itapiranga), com 70 km
- SC 474 (Blumenau - Guaramirim), com 53 km
- SC 480 (Chapecó - Goio-En (divisa com RS), com 24 km
- SC 483 (BR 153 - Seara), com 58 km
- SC 486 (Brusque - Itajaí), com 30 km

As rodovias federais que servem o estado de Santa Catarina somam, no seu conjunto, 2.464,1 quilômetros de extensão, sendo 287,2 km de estradas planejadas, 102 km de estradas implantadas, não pavimentadas, 202,7 km em obras de pavimentação e 1.872,2 km de estradas totalmente pavimentadas.

Ao se comparar a extensão das estradas sob jurisdição federal no estado, em dezembro de 1983 com dezembro de 1984, nota-se uma redução no seu total. Isto ocorre principalmente por terem algumas rodovias trocado de categoria ou por terem sofrido mudança de jurisdição (tabela 3).

As rodovias federais que cortam o estado no sentido Norte/Sul, são:

- BR 101 (Chuí - Natal)
- BR 116 (Jaguarão - Fortaleza)
- BR 153 (Bagé - Belém)
- BR 158 (Santana do Livramento - Altamira/PA)
- BR 163 (Dionísio Cerqueira - São Miguel d'Oeste)

No sentido Leste/Oeste, aparecem:

- BR 282 (Fpolis - São Miguel d'Oeste)
- BR 280 (São Francisco - Barracão-PR) - BR 283 (Itapiranga - Concórdia)
- BR 470 (Navegantes - Lagoa Vermelha-RS).

TABELA 3  
REDE RODOVIÁRIA DE SANTA CATARINA, EXTENSÕES TOTAIS EM DEZ/84

SITUAÇÃO REDE	PLANEJADA (A)	EM OBRAS DE IMPLANTAÇÃO (B)	NÃO PAVIMENTADA			EM OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO (D)	PAVIMENTADA				TOTAL A+B+C+D+E
			Leito Natural	Implantada	Total (C)		Pavimentada Pista Simples	Em Obras de Duplicação	Duplicada	Total (E)	
Federal	287,2	-	-	102,0	102,0	202,7	1.866,6	-	5,6	1.872,2	2.464,1
Estadual Transitória	-	23,0	363,5	75,0	438,5	127,8	418,0	-	-	418,0	1.007,3
Estadual	297,0	36,0	1.687,3	799,4	2.486,7	330,4	1.651,1	-	-	1.651,1	4.801,2
Municipal	1.646,0	-	61.646,0	18.273,0	79.737,0	-	666,0	-	-	666,0	82.049,0
<b>TOTAL</b>	<b>2.230,2</b>	<b>59,0</b>	<b>63.514,8</b>	<b>19.249,4</b>	<b>82.764,2</b>	<b>660,9</b>	<b>4.601,7</b>	<b>-</b>	<b>5,6</b>	<b>4.607,3</b>	<b>90.321,6</b>

Fonte: DER/SC (Sistema Rodoviário Estadual - 1984)



#### 2.4.2. Sistema Ferroviário

---

As informações referentes ao sistema ferroviário estadual não sofreram alterações que merecessem destaque no período 1983-84.

Assim sendo, prevalecem as informações relativas ao período anterior.

O sistema ferroviário catarinense é atendido pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima-RFFSA.

A maior parte das estradas de ferro do estado está sob a jurisdição do Sistema Regional Sul da RFFSA, antiga Rede de Viação Paraná - Santa Catarina, com sede em Curitiba (PR).

Sob a administração desta superintendência existe a ferrovia EF 153, que inicia em Marques dos Reis (PR), passando por Ponta Grossa (PR), atingindo Porto União (SC), chegando ao Rio Grande do Sul, em Marcelino Ramos, prosseguindo para Santana do Livramento com passagem por Santa Maria. Em Santa Catarina, essa ferrovia perfaz 372 quilômetros de extensão.

No mesmo sentido, tem-se a estrada de ferro EF 116, que, em solo catarinense, começa em Mafra, passa por Lages e atravessa o rio Pelotas, atingindo o Rio Grande do Sul próximo a Vacaria. Esta ferrovia é denominada de Tronco Sul, ligando Porto Alegre a São Paulo, perfazendo 368,8 quilômetros de extensão no estado de Santa Catarina.

Finalmente, ainda sob a jurisdição da RFFSA, encontra-se a EF 485, que sai de Porto União, passa por Mafra e atinge São Francisco do Sul. Cabe frisar que esta ferrovia serve de elo de ligação entre as EF 153 e EF 116 no trajeto de Porto União e Mafra, com 244,4 quilômetros de percurso. Partindo de Mafra, vai atingir o Porto de São Francisco do Sul, numa extensão de mais de 213 quilômetros, perfazendo, no total, 457,4 quilômetros.

A estrada de Ferro Dona Tereza Cristina - EFDTC, administrada pela Divisão Operacional de Tubarão, é responsável pelas seguintes ligações ferroviárias: EF 488 (Imbituba - Tubarão - Rio

Fluorita) com 138 quilômetros; EF 489 (Lauro Müller - Tubarão) com 57 quilômetros e EF 490 (Esplanada - Rio Deserto) com 33 quilômetros. Estas ferrovias atingem o Porto de Imbituba, não formando ligação com o restante do sistema ferroviário nacional; destinam-se, basicamente, ao transporte do carvão.

#### 2.4.3. Sistema Hidroviário e Portuário

---

Os transportes marítimos representaram papel relevante para o desenvolvimento estadual, pelas condições favoráveis de instalação dos portos em grande extensão do litoral, e pela hidrografia abundante em algumas regiões do estado, principalmente o Vale do Itajaí.

Entre as vias aquáticas, atualmente apenas a via marítima tem importância no estado.

Em época passada, porém, a navegação fluvial se fazia em alguns trechos dos rios Itajaí-Açu e Iguaçu. Porém, com o desenvolvimento do transporte terrestre, foram gradativamente desaparecendo os pequenos vapores que ligavam Blumenau ao Porto de Itajaí, e a cidade de Porto União (União da Vitória-PR) a Mafra (e a Rio Negro-PR).

O sistema de transportes marítimos no estado dispõe dos seguintes portos: Laguna, Imbituba, Florianópolis, Itajaí e São Francisco do Sul.

Antes da acelerada expansão rodoviária, da indústria automobilística e conseqüente concorrência do transporte rodoviário, todos esses portos catarinenses apresentavam apreciável movimento de navios, principalmente em relação à navegação de cabotagem. Entretanto, com o desenvolvimento do transporte rodoviário, alguns desses portos foram perdendo sua função, sendo que o porto de Florianópolis praticamente encerrou suas atividades, restringindo-se apenas a alguns terminais de pesca. O porto de Imbituba, por sua vez, que opera mais com carvão, passou a movimentar também carga geral, enquanto o Porto de Laguna foi transformado em porto pesqueiro, não tendo sido ativado, porém, até o momento. Apenas os portos de Itajaí e São Francisco do Sul continuam em plena atividade, movimentando carga geral e produto a granel.

Apresentam-se, a seguir, algumas características do sistema de transporte portuário estadual:

#### Porto de Laguna

Situado no Sul do estado, próximo ao porto de Imbituba, o porto de Laguna possui parte do sistema de acesso por terra comum ao porto de Imbituba, ou seja, a BR-101. O acesso ferroviário inexistente, haja vista a desativação do terminal da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

Com um calado de 5 metros, necessitando de dragagens periódicas de manutenção, o porto de Laguna pode operar com navios de porte médio, reunindo condições ideais, principalmente para que ali seja instalado um porto pesqueiro. Em termos de carga geral, navios de pequeno porte, que usualmente ocasionam problemas no porto de Imbituba, poderiam ser carregados no de Laguna.

O porto tem um armazém interno com 1.600 m<sup>2</sup> de área total, e um externo de 392 m<sup>2</sup>; três tanques para estocagem de óleo diesel com capacidade de 55.000 litros; uma infra-estrutura para atividade pesqueira composta de um entreposto frigorífico com uma câmara de estocagem com capacidade nominal de 800 t, com temperatura que varia de 0° a - 30° centígrados, uma câmara de espera com capacidade nominal de 160 toneladas com temperatura de 0° a - 10° centígrados e dois túneis de congelamento com capacidade para 48 toneladas/24 horas; uma fábrica de gelo com capacidade de produção de 120 toneladas/dia; um silo para estocagem de 400 toneladas de gelo; um prédio com capacidade para lavagem de 400 caixas/hora; um reservatório de água inferior com capacidade de 400 m<sup>3</sup> e um superior com capacidade de 315 m<sup>3</sup>. Possui ainda 150.000 m<sup>2</sup> de área plana, nivelada e ensaiada, disponível para instalação de infra-estruturas que se fizerem necessárias às atividades a serem desenvolvidas no porto.

Esta infra-estrutura está sendo quase que totalmente subutilizada, no aguardo de uma definição por parte dos órgãos competentes, para implantação efetiva, com aproveitamento integral e racional do porto de Laguna.

## Porto de Imbituba

Situado entre Florianópolis e Laguna, seu acesso rodoviário é feito pela BR-101. A conexão com o Planalto é efetivada pelas rodovias BR-470 e SC-438, que fazem ligação com a BR-116 na região de Lages, prosseguindo até a BR-282, que dá acesso ao Oeste Catarinense. A conclusão da BR-282, no trecho Lages-Florianópolis, facilitará as ligações deste porto com a região do Planalto e o Oeste. Possui acesso ferroviário com a região carbonífera do sul do estado, através da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

Sendo um porto eminentemente carvoeiro, opera com 75% de carvão e 25% de carga geral. Entre os produtos de carga geral que são movimentados através do porto, destacam-se: soda cáustica, açúcar, rocha fosfática, ácido sulfúrico e fosfórico. A Indústria Carboquímica Catarinense, instalada próxima ao complexo portuário, é abastecida de rocha fosfática através dele, embarcando ácido sulfúrico e fosfórico.

O porto possui 2 armazéns internos com área de 3.240 m<sup>3</sup> para carga geral; 23 armazéns externos com área de 37.132 m<sup>3</sup> também para carga geral, sendo utilizado esporadicamente para outros fins, como sacaria e granel; um silo com capacidade de 3.000 toneladas; uma vala de embarque com capacidade de 8.000 toneladas; dois pátios externos para armazenagem de carvão com 250.000 toneladas de capacidade e dois tanques para armazenagem de soda cáustica com capacidade de 14.200 toneladas. Possui ainda uma rampa funcionando através do sistema Roll-on-Roll-off, com pátio de 5.000 m<sup>2</sup> para estacionamento e manobra de carretas.

## Porto de Itajaí

Importante porto de Santa Catarina, realiza conexão com as demais partes do estado e do país, através das rodovias federais BR-101, BR-116, BR-282 e BR-470, todas pavimentadas, sendo a BR-282 pavimentada no trecho Campos Novos-São Miguel d'Oeste.

O porto possui três armazéns de carga geral, com capacidade para 83.600 m<sup>3</sup> e área total de 15.200 m<sup>2</sup>; um armazém frigorífico composto de 12 câmaras e 2 túneis de congelamento, com volume útil de 4.000 m<sup>3</sup>; uma área pavimentada de 27.650 m<sup>2</sup> para armazena-

gem de "containers" e outras cargas e um silo constituído de três células cilíndricas de concreto armado, com capacidade total de 1.800 toneladas de trigo.

A capacidade de armazenamento extra-porto de Itajaí é de 40.500 m<sup>2</sup> (açúcar), 12.000 m<sup>2</sup> (fumo), 37.500 m<sup>2</sup> (madeira) e 18.700 toneladas (congelados), pertencentes a diversas empresas particulares.

Deve-se salientar que as boas condições de acesso rodoviário ao porto de Itajaí e suas instalações apropriadas, transformaram-no em terminal de exportação para o mercado internacional, de produtos oriundos do Vale do Itajaí (fumo e textéis) e do oeste catarinense (frangos). No entanto, para manter as condições ideais de navegabilidade da barra, do canal de acesso e da bacia de evolução do Porto de Itajaí, tornam-se necessárias dragagens periódicas. Os custos deste tipo de manutenção são muito elevados.

#### Porto de São Francisco do Sul

Localizado na baía de Babitonga, ao norte do estado e próximo à divisa com o Paraná, o porto de São Francisco do Sul pode ser atingido por via terrestre, a partir de Joinville e Araquari, pela BR-280, através de um percurso inteiramente asfaltado de 42 km de extensão. Em Araquari existe uma conexão direta com a BR-101. No prolongamento da BR-280 atinge-se a cidade de Mafra, num percurso de 186 km, totalmente asfaltado. Em Mafra, a BR-280 encontra a BR-116, no trecho da rodovia que une Porto Alegre-São Paulo, passando por Lages e Curitiba. Uma outra alternativa para atingir o Porto, a partir da BR-116, é a BR-470, rodovia transversal (asfaltada), que percorre o Vale do Itajaí, numa distância de 353 km, até Campos Novos, onde é ligada por estrada pavimentada (BR-282) ao Oeste Catarinense, importante região produtora de produtos agrícolas.

Por hidrovia, é possível chegar ao porto a partir de Joinville, em pequenas embarcações, ou chatas de transporte de carga.

Por via férrea, são boas as condições entre o porto e o

tronco-sul (EF-116), que liga Porto Alegre(RS) a São Paulo(SP). A ligação é feita através da ferrovia EF-485, com conexão na cidade de Mafra, a 213 km de São Francisco do Sul. Pela mesma EF-485, porém, em Porto União, na divisa de Santa Catarina com o Paraná, é feita a conexão com a ferrovia EF-153 que liga Marcelino Ramos(RS) a Ponta Grossa(PR), passando por Joaçaba(SC). A distância entre o Porto de São Francisco e Porto União é de 460 km. Todas estas vias férreas são da mesma bitola (1 m entre trilhos), o que dispensa baldeação de carga entre vagões.

O porto possui a seguinte estrutura de armazenagem: três armazéns gerais com área total de 9.250 m<sup>2</sup>; um pátio para movimentação de mercadorias de 48.000 m<sup>2</sup> com capacidade para 128.000 toneladas e um galpão externo com área de 1.500 m<sup>2</sup>. O complexo portuário possui ainda 23 galpões, pertencentes a firmas madeireiras, abrangendo 23.000 m<sup>2</sup> de área. A COCAR possui 2 armazéns graneleiros (granel sólido), com capacidade de 115.000 toneladas e 4 tanques para granel líquido, com capacidade para 9.000 litros. Por sua vez, a CEVAL possui 5 tanques com capacidade total de 15.000 litros para depósito de óleo comestível (granel líquido), 4 silos com capacidade total de 4.000 toneladas e um armazém de 25.000 t, os quais perfazem um total de 29.000 toneladas para armazenagem de granel sólido.

Cabe salientar que este porto possui as melhores condições hidrográficas do Sul do país; a manutenção das dragagens periódicas de seu canal de acesso apresenta baixo custo. Sua localização, na baía de Babitonga, coloca os navios ao abrigo, sem necessidade de construção de molhes. Suas ligações por terra permitem que o mesmo seja atingido de forma econômica pelos produtos das várias regiões do estado e mesmo dos estados vizinhos; seu equipamento operacional o coloca como o maior porto exportador de granel (cereais) do estado, notadamente para produtos de expressivo volume, como é o caso da soja e de seus derivados.

#### 2.4.4. Sistema Aeroviário

---

O sistema aeroviário no Brasil opera com transportes de passageiros e de cargas leves.

A aviação brasileira, a partir da década de 30, começa a

ter maior importância, sendo que somente na década de 50 é que começaram a ser fabricados aviões de transportes; de passageiros a jato, aumentando sensivelmente a utilização dessa modalidade de locomoção pela economia de tempo.

A aviação no Brasil está fundamentada em cinco ramos de atividades, quais sejam:

- indústria aeronáutica, ou fabricação de aviões;
- atividade de aviação geral;
- operação de empresas de transporte aéreo, ou companhia de aviação;
- operação de aeroportos;
- indústria de apoio à aviação.

#### - Indústria Aeronáutica

Opera principalmente na construção de aviões, porém fabrica também planadores, helicópteros e peças para naves espaciais.

Os aviões comumente fabricados são: aviões leves (pequenos aviões de uso de passageiros em geral, e de interesse particular, até serviços de busca e salvamento), aviões de transporte comercial (utilizados para transporte de passageiros e carga, ou apenas carga) e aviões militares.

#### - Aviação Geral

Consiste na operação de todos os aviões de pequeno porte. Engloba vôos de passeio, agrimensura, vôo de instrução de pilotos, de inspeção de linhas telefônicas, semeadura de campos e pulverização de lavoura, etc, além de seu uso para transporte de passageiros e carga.

#### - Companhias de Aviação

São grandes organizações que oferecem transporte aéreo de carga, principalmente de passageiros. Oferecem também vôos regulares, que seguem determinadas rotas, obedecendo a uma tabela de horários e vôos não regulares, que não obedecem a horários pré-de-

terminados.

- Aeroportos.

Os aeroportos possuem as pistas, a aparelhagem de auxílio à navegação além de outras instalações de terra necessárias ao bom funcionamento do transporte aéreo. No Brasil, os aeroportos estão disponíveis para atender à demanda interna, além de estarem equipados, em algumas capitais de estado e cidades principais, para o pouso e decolagem de aeronaves internacionais. Fora estes aeroportos, há um expressivo número de campos de pouso adequados ao serviço de aviões de pequeno porte. Os principais aeroportos brasileiros são administrados por empresas particulares ou, principalmente, públicos, representados pela INFRAERO (Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária), criada em 1973.

- As indústrias de Apoio à Navegação

Fornecem uma ampla variedade de serviços às Companhias de Aviação, aos aeroportos, aos pilotos e, também, aos passageiros. Algumas empresas prestam serviços de reparos e de abastecimento às aeronaves e de orientação aos pilotos (seguros de vôos, serviços de meteorologia, etc.).

O sistema aeroviário está dividido em três níveis, classificados segundo o seu raio de ação, a categoria dos aeroportos onde operam e o tipo de avião.

A chamada aviação de primeiro nível compreende as grandes rotas internacionais com aeronaves de elevada capacidade, e limitada a determinados aeroportos.

A de segundo nível compreende as linhas internas, ligando áreas de maior importância nacional, como as capitais de estados e as principais cidades. Opera, também, com aviões de grande capacidade e limita-se, ainda, a determinados aeroportos.

A aviação de terceiro nível atua em rotas de curta distância, com aviões menores que podem pousar em aeroportos menos aparelhados. É utilizada, também, para ligar cidades menores às capitais e cidades maiores.



Em Santa Catarina, ocorrem a aviação de 2ª e 3ª níveis. A primeira, conectando áreas importantes do litoral aos grandes centros urbanos nacionais, e a segunda, ligando as cidades do litoral com as do interior do estado.

Existem 22 municípios com aeroportos no estado. Destes, oito possuem pista asfaltada; seis, pista de terra; sete, pista de revestimento primário; um uma pista de concreto e, finalmente, outro com pista de grama (tabela 4).

Florianópolis, Navegantes, Joinville, Criciúma, Lages e Chapecó, são as cidades servidas por aviões "Bandeirante E 110", porém somente as três primeiras recebem também aeronaves do tipo "Boeing 727 e 737".

TABELA 4  
TAMANHO E SITUAÇÃO DAS PISTAS DOS AEROPORTOS EM SANTA CATARINA - 1984

CIDADE	TAMANHO DA PISTA (metro)	SITUAÇÃO DA PISTA
Abelardo Luz	830 X 29	terra
Blumenau	1.150 X 29	terra
Caçador	1.450 X 60	saibro
Carpos Novos	1.200 X 35	terra
Chapecó	1.499 X 30	asfalto
Concórdia	1.480 X 18	asfalto
Criciúma	1.491 X 30	asfalto
Curitibanos	1.000 X 30	sílica
Dionísio Cerqueira	1.380 X 23	saibro
Florianópolis	2.229 X 45	asfalto
Florianópolis	1.501 X 46	concreto
Imbituba	1.230 X 30	saibro
Itapiranga	914 X 30	cascalho
Joaçaba	1.260 X 18	asfalto
Joinville	1.640 X 45	asfalto
Laguna	1.500 X 23	saibro
Lages	1.500 X 30	asfalto
Lages (Paequerê)	750 X 23	terra
Lontras	1.200 X 45	terra
Mafra	920 X 100	grama
Navegantes	1.701 X 45	asfalto
São Francisco do Sul	930 X 100	areia
São Francisco do Sul	700 X 35	areia
São Joaquim	1.050 X 30	cascalho
São Miguel D'Oeste	1.230 X 40	terra

Fonte: INFRAERO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

**RECURSOS NATURAIS**

### 3. RECURSOS NATURAIS

#### 3.1. CLIMA

---

O estado de Santa Catarina está situado entre os paralelos 25º57' e 29º29' Sul, e os meridianos 48º21' e 53º50' Oeste. Localiza-se no continente sul-americano entre o vale do rio Paraná e o Oceano Atlântico, com o qual tem uma faixa litorânea de 427 quilômetros no sentido Norte-Sul.

Esta localização geográfica, mais o relevo, são os condicionantes básicos do clima de Santa Catarina que, na classificação de Köppen, se denomina de "mesotérmico úmido com verão quente (Cfa)" no Oeste e Leste do estado.

Coincidindo com o Planalto, na região com altitudes superiores a 800 metros, o clima é denominado "mesotérmico úmido com verão fresco (Cfb)".

A média das temperaturas mínimas anuais varia de 8º a 12ºC nos trechos centrais mais altos; no Oeste, estas temperaturas vão de 10º a 14ºC, enquanto nas serras e baixadas do Leste a variação é de 12º a 18ºC. As geadas ocorrem de maio a outubro, com frequência, no Planalto e Oeste, mais esparsamente nas baixadas, raras vezes no litoral (mapa 2).

A média das temperaturas máximas anuais apresenta valores de 18º a 24ºC no Planalto; de 22º a 26ºC no Oeste, e de 24º a 26ºC nas baixadas do Leste.

A média anual geral é de 12º a 16ºC no planalto central, 15º a 19ºC no Oeste, e de 17º a 20ºC nas serras e baixadas do Leste ("litoral").

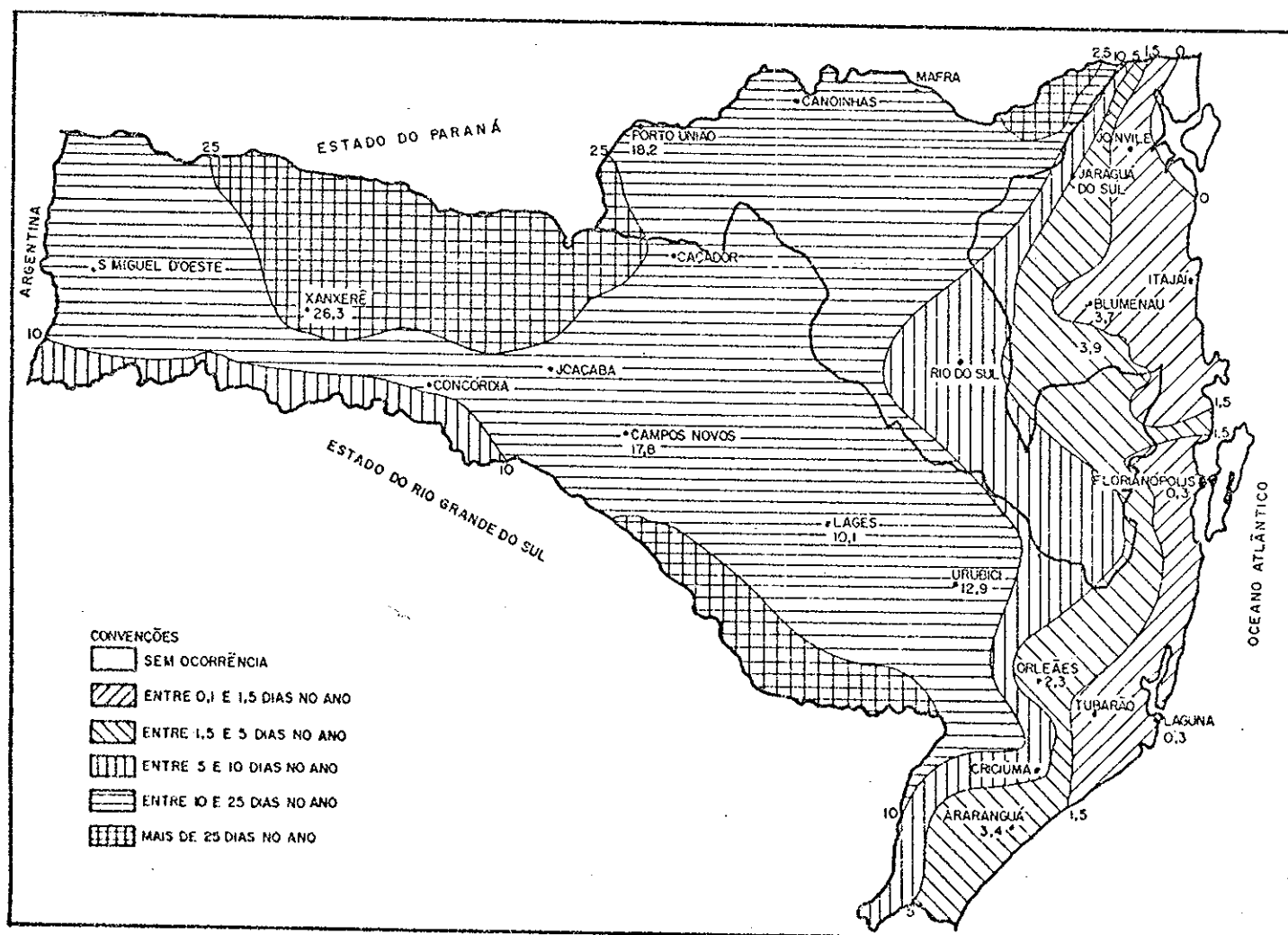
As chuvas são determinadas pelo comportamento de 4 massas de ar, cujas frentes atuam alternadamente durante o ano. São as massas tropicais atlântica e continental, e as massas polares atlântica e continental, distribuindo uniformemente as chuvas durante o ano, com pouca diferença entre os meses mais chuvosos e mais secos. Em termos anuais, a precipitação pluviométrica varia, na encosta Leste do estado, de menos de 1.200 mm no litoral sul até mais de 3.000 mm na Serra do Mar; de 1.200 a 1.900 mm no Planalto, e de 1.600 a 2.200 mm no Oeste.

A umidade relativa média anual vem crescendo desde a fronteira argentina até o litoral, sendo de 71% a 80% no Oeste, de 76% a 83% no Planalto, e de 80% a 87% na encosta e baixadas do Leste.

A evapotranspiração real total anual varia de 1.000 a 1.200 mm no Oeste, de 900 a 1.000 mm no Planalto e de 1.000 a 1.100 mm no Leste, o que, em tese, configura um excedente hídrico em todas as regiões. No entanto, como as precipitações ocorrem desigualmente e as necessidades mínimas de água são de mais de 100 mm durante os meses de novembro a fevereiro, devido à maior atividade evaporativa da maioria das culturas de verão, podem ocorrer deficiências de água principalmente nos meses de novembro e dezembro.

MAPA 2

GEADAS - FREQUÊNCIA MÉDIA ANUAL EM SANTA CATARINA



### 3.2. COBERTURA VEGETAL

Os 9,5 milhões de hectares do território catarinense eram originalmente cobertos em 80% com florestas, e em 20% eram campos e dunas. Com o processo de ocupação por europeus, ocorreu intenso desmatamento, porém cerca de 30% ainda estão cobertos de mata, principalmente nas serras e planalto.

Há 2 milhões de hectares com campos naturais, que são utilizados como pastagem extensiva que, somados aos 500 mil ha de pastagens cultivadas, alimentam um rebanho de 2,7 milhões de bovinos.

Os reflorestamentos ocupam 570 mil hectares.

As áreas de lavoura somam 2,2 milhões de hectares.

A área de 500 mil hectares, ou 5% de superfície estadual, é destinada a áreas urbanas industriais e a outras finalidades não agrícolas.

Em síntese, a cobertura vegetal de Santa Catarina é a seguinte:

TABELA 5

TIPO DE COBERTURA VEGETAL DE SANTA CATARINA, POR HECTARE E PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO, 1984

TIPO DE COBERTURA	%	EM 1.000 ha
Florestas nativas	30	2.850
Reflorestamentos	6	570
Pastagens	26	2.470
Lavouras	23	2.185
Capoeiras	10	950
Áreas não Agrícolas	5	475
TOTAL	100	9.500

Fonte: IBGE e Inventário Florestal Nacional

### 3.3. COBERTURA FLORESTAL

Os principais tipos de cobertura florestal em Santa Catarina são:

#### 19) Floresta Tropical:

Coincidente com as bacias dos rios da vertente atlântica, situa-se na Região Leste do estado. Apresenta grande concentração de espécies de valor econômico, como o Palmiteiro para alimento, as canelas, peroba, cedro e louro para madeira, e angico, bracatinga e jacatirão para lenha.

#### 29) Florestas de Araucária:

São associações do pinheiro brasileiro Araucária Angustifolia com outras espécies em grupos distintos conforme a área geográfica, desde as serras da vertente atlântica até o Extremo Oeste.

As espécies mais importantes são:

- para alimento: erva-mate, e o próprio pinheiro brasileiro, cuja produção anual de pinhões é bastante expressiva;
- para madeira: imbuia, canelas, cedro, pinheiro;
- para lenha: bracatinga, canela-guaica, louro.

#### 39) Floresta Sub-tropical:

Localizada nos vales dos rios da bacia do Uruguai. Encontra-se bastante reduzida pelos desmatamentos. Apresenta valiosas espécies para madeira como a grápia, canafístula, guatambu e timbaúva.

Além destas principais formações, há ainda outras menos expressivas, tanto na área de abrangência como no porte das espécies vegetais, e de pouca importância para madeira. São as seguintes:

#### 49) Vegetação Litorânea:

Ocorre nos manguezais, nos solos arenosos das praias e

dunas, e nas áreas rochosas da costa.

59) Faxinais:

São as matas ralas de transição entre a floresta tropical e a mata de pinhais, em altitudes em torno de 1.000 metros. São constituídas por pequenos pinheiros, cambuí, e grandes extensões de taquarais.

69) Floresta Nebular:

São as pequenas matas cobertas de musgos, em altitudes superiores a 1.000 metros. Tanto na Serra do Mar como na Serra Geral, predominam pequenos arbustos sem valor econômico.

79) Campos:

São associações vegetais onde predominam espécies de porte herbáceo de gramíneas, ciperáceas e leguminosas. Localizam-se basicamente no planalto, junto aos pinhais ou nas várzeas ao longo do rio Iguaçu. Existem ainda os campos de altitude junto à floresta nebulosa. Têm valor econômico como pastagens para o gado bovino.

O remanescente destas florestas totalizava cerca de 32% da superfície estadual, em 1984, segundo inventário florestal feito para o IBDF pela Escola Nacional de Florestas, e publicado naquele ano.

Na tabela 6 podem-se observar os diferentes índices de cobertura, não só de matas primárias, mas também de matas secundárias e mesmo de reflorestamentos com espécies nativas como araucária, bracatinga, palmiteiros e outras, totalizando cerca de 3,3 milhões de hectares, ou seja, 34,5% da superfície territorial de Santa Catarina.

Segundo a Secretaria da Indústria e Comércio de Santa Catarina, este percentual foi reduzido, de 1980 a 1985, devido ao desmatamento sempre maior (e crescente) que o reflorestamento (Infoc Madeireiro, maio/84):

	1980	1983	média
Plantio - ha	13.000	7.000	10.000
Desmatamento - ha	66.700	92.800	80.000

Segundo estes dados, haveria uma deficiência anual de 70.000 hectares, o que implica numa redução de 350.000 hectares de 1980 a 1985. A atual cobertura florestal com espécies nativas deverá, portanto, cobrir cerca de 2,9 milhões de hectares, que correspondem a 30,5% da superfície estadual.

A redução da cobertura florestal é bastante intensa em certas regiões, como no Oeste e na bacia do rio Itajaí, com uma diferença básica; enquanto no Oeste o desmatamento é feito para ampliar as áreas de lavoura, na bacia do rio Itajaí as florestas são substituídas por pastagens.

No gráfico 1 pode-se, à guisa de exemplo, observar na bacia do rio Itajaí, próximo a Ibirama, o intenso e inadequado desmatamento ocorrido após 1957, inclusive às margens do próprio rio.

TABELA 6

MATA NATIVA - ÁREAS REMANESCENTES E DE REFLORESTAMENTOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA (SITUAÇÃO EM 1979/1980)

MUN	ÁREA DA MICRO-REGIÃO (1.000 ha)	ÁREA DE REFLORESTAMENTO (ha)	%	ÁREA DE FLORESTAS NATIVAS				TOTAL (ha)	%
				Araucária (ha)	%	Latifolias (ha)	%		
Colonial Joinville	4.595	355	0,077	-	-	253.858	55,246	354.213	55,323
Litoral Itajaí	1.144	-	-	-	-	28.575	24,978	28.575	24,978
Colonial Blumenau	5.728	51	0,088	3.327	0,580	332.914	58,120	336.292	58,708
Colonial Itajaí Norte	1.670	-	-	37	0,022	103.994	62,270	104.031	62,292
Colonial Alto Itajaí	4.466	5.321	1,191	252	0,056	166.626	37,309	172.199	38,557
Florianópolis	2.775	25	0,009	-	-	156.632	56,443	156.657	56,452
Colonial Serrana	4.461	-	-	-	-	298.859	66,993	298.859	66,993
Litoral Laguna	957	-	-	-	-	14.723	15,384	14.723	15,384
Carbonífera	4.353	237	0,054	6	0,001	114.314	26,260	114.557	26,315
Litoral Sul	1.895	-	-	-	-	6.791	3,583	6.791	3,583
Colonial Sul	2.204	-	-	1.012	0,459	76.833	34,860	77.846	35,319
Campos de Lages	12.603	43.677	3,465	17.344	0,376	239.905	19,035	300.926	23,876
Campos de Curitibanos	11.238	19.054	1,695	27.093	2,410	214.810	19,114	260.957	47,095
Colonial Rio do Peixe	11.217	12.928	1,152	37.949	3,383	173.474	15,465	224.351	67,095
Colonial Oeste	14.321	1.549	0,109	19.255	1,363	345.964	24,499	366.767	25,971
Planalto de Canoinhas	12.056	24.441	2,027	26.635	3,038	519.714	43,108	580.790	48,173
<b>TOTAL</b>	<b>95.483</b>	<b>107.637</b>	<b>1,130</b>	<b>142.910</b>	<b>1,500</b>	<b>3.047.987</b>	<b>31,920</b>	<b>3.298.534</b>	<b>34,54</b>

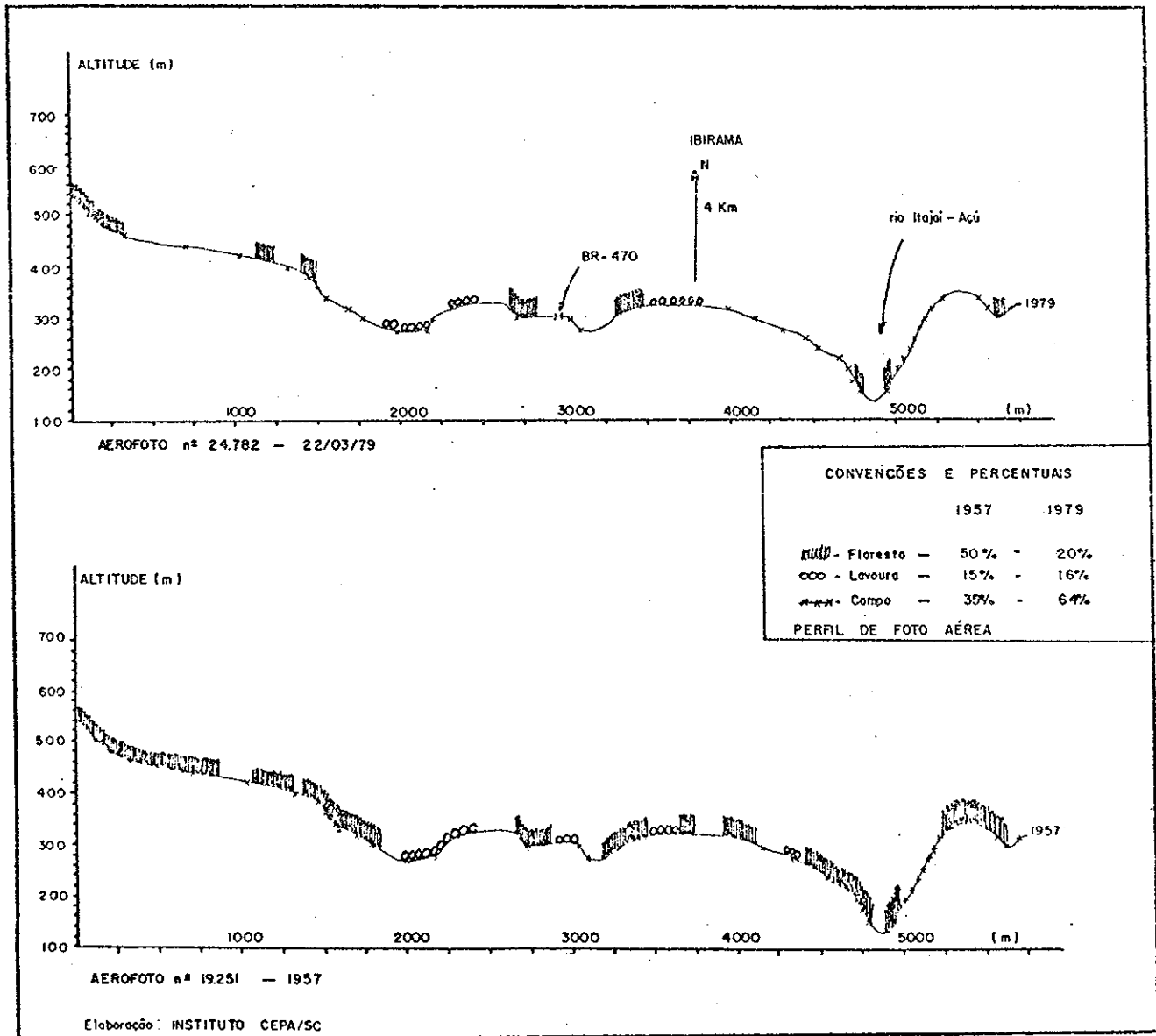
Fonte: (Inventário Florestal Nacional - 1984)

IBDF



GRÁFICO 1

EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL NA REGIÃO ALTO ITAJAÍ



#### 3.4. SOLOS

---

Os tipos de solos em Santa Catarina são numerosos e formam um mosaico extremamente complexo.

Estão intimamente vinculados ao relevo e à base geológica local; predominam diferentemente segundo os grandes locais hidrográficos existentes em Santa Catarina (mapas 3 e 4).

Na bacia do rio Uruguai predominam os solos derivados do basalto. Nas nascentes dos rios formadores do Uruguai, abrangendo a região do Planalto Sul, o relevo varia de suave a ondulado, os solos são fracos, muito ácidos, pouco profundos ou pedregosos, aptos para reflorestamento, pastagens, ou apenas para reserva natural. São os solos denominados Irani (Cambisol húmico distrófico álico, textura argilosa, substrato basalto), Durox (Latosol húmico distrófico, textura argilosa substrato basalto), Lages (Cambisol húmico distrófico álico, textura argilosa, substrato argilito + siltito), Vacaria (Latosol Bruno Húmico Distrófico álico, textura argilosa, substrato basalto) e outros. No médio Uruguai, abrangendo as regiões do Médio e Extremo Oeste, o relevo passa a ser mais acidentado, chegando a fortemente ondulado. Ocorrem os latossolos denominados Erexim (Latosol Roxo Distrófico álico, textura argilosa, substrato basalto), Palma Sola (Latosol Húmico Distrófico textura argilosa, substrato basalto) além do Vacaria. São solos de elevada acidez, com problemas de toxidez devida ao alumínio trocável, pequena reserva de nutrientes, principalmente o fósforo, geralmente aptos à motomecanização. Predomina também a associação dos Solos Ciríaco + Carrua, sendo o primeiro um Brunizem avermelhado raso, textura argilosa, substrato basalto amigdalóide; por charrua são conhecidos os solos litólicos eutróficos textura média, substrato basalto. Eles se apresentam somente em associações entre si, ou incluindo nesta associação o solo Erexim.

São solos pouco profundos, de pouca acidez e de boa disponibilidade de potássio, cálcio e magnésio, teores médios de fósforo e matéria orgânica. Apesar da razoável fertilidade, a topografia acidentada torna estes solos sujeitos à erosão e bastante restritos à motomecanização.

A bacia do rio Iguaçu localiza-se em Santa Catarina no Planalto Norte. O relevo varia de suave ondulado a forte ondulado. O melhor solo é o Canoinhas (Latosol Húmico Distrófico textura argilosa, substrato argilito + siltito) com baixos teores de cálcio, magnésio, fósforo e potássio, muito ácidos com problemas pela presença de alumínio trocável; como o relevo é suavemente ondulado não tem acentuados problemas de motomecanização e erosão. A associação Poço Preto + Porto União, segue na ordem de importância na região. Trata-se, o solo Poço Preto, de um Cambisol Húmico Distrófico álico textura média, substrato siltito + argilito; o segundo solo é um Gley Húmico Distrófico álico, textura argilosa, substrato de sedimentos aluviais recentes.

São solos de relevo plano, de elevada acidez, com alumínio trocável, teores baixos de fósforo e bem supridos de matéria orgânica e potássio. São geralmente encontrados na várzea dos rios Iguaçu e seus afluentes, podendo estar sujeitos a inundações e acúmulo de umidade. Outro solo de significação é o Rancho Grande (Rubrozem textura argilosa substrato siltito), que é normalmente raso e de relevo forte ondulado. São solos fortemente ácidos e com problemas de alumínio trocável e teores médios de matéria orgânica e demais nutrientes.

O solo Mafra (Cambisol Húmico Distrófico álico textura argilosa substrato argilitos + siltitos) apresenta-se em menor escala, possui relevo ondulado, elevados teores de alumínio trocável e matéria orgânica, níveis médios de potássio e baixos teores para os demais nutrientes. Mínimos os problemas de mecanização e de erosão.

As vertentes do Atlântico compõem o terceiro grupo principal de bacias hídricas catarinenses e têm como principal componente o rio Itajaí que penetra profundamente no planalto através de seu afluente norte (Rio Itajaí do Norte ou Rio Hercílio).

Na bacia deste afluente ocorrem os mesmos solos da bacia do rio Iguaçu. Nos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul o relevo é extremamente acidentado, com possibilidades muito restritas à motomecanização. São sujeitos à erosão devido também a chuvas torrenciais freqüentemente formadoras de enchentes. Os solos são fortemente ondulados como o Rancho Grande (já descrito), o Corochel

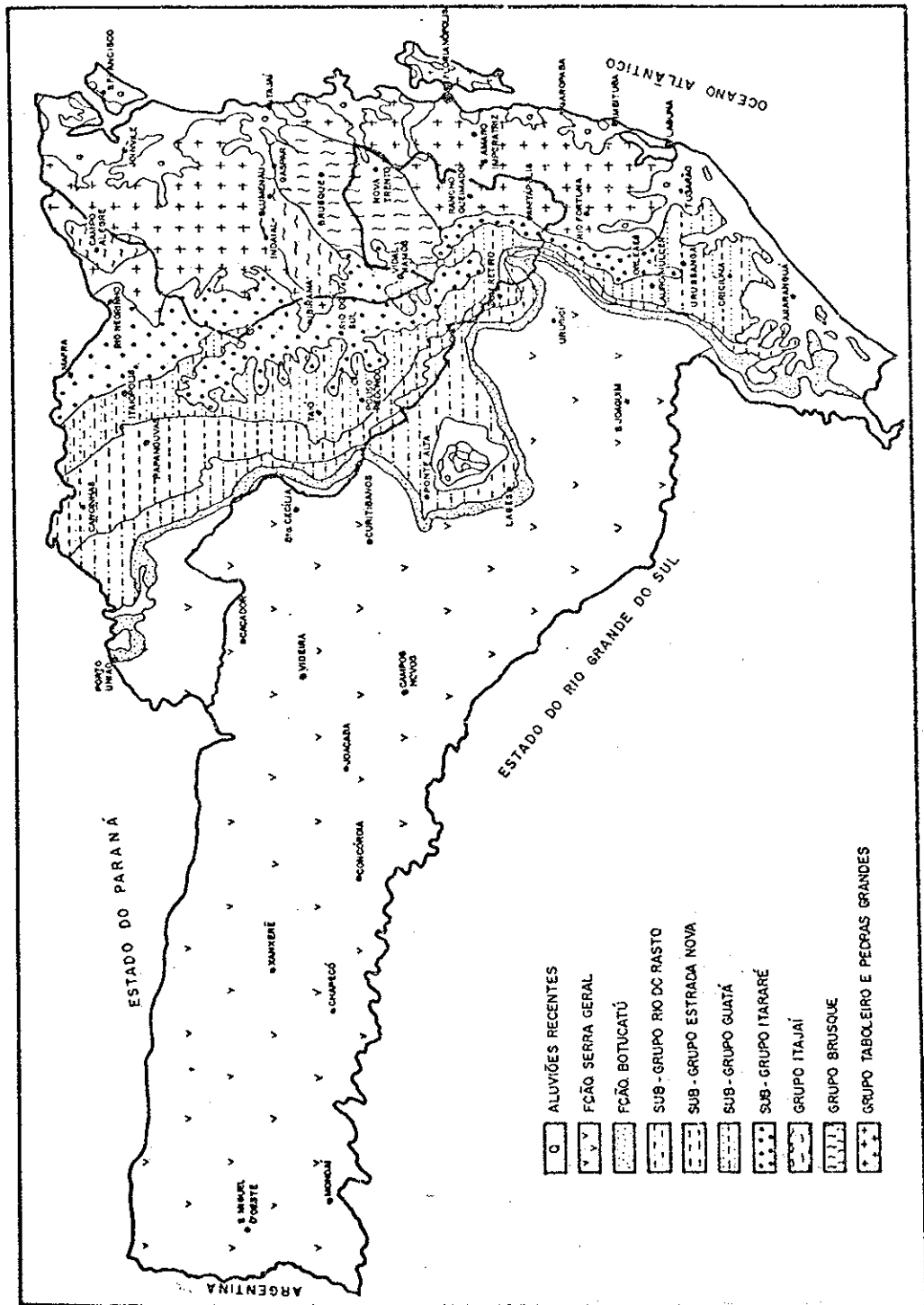
(Cambisol Húmico Distrófico álico textura argilosa substrato argilito), Riosul (Cambisol Distrófico álico, textura argilosa, substrato argilito + siltito), todos solos de elevada acidez e baixa fertilidade. Os solos ondulados da região de maior expressão são o Pousso Redondo (Cambisol Húmico Distrófico álico textura argilosa substrato argilito) e o Ituporanga (Cambisol Húmico Distrófico álico textura argilosa substrato argilito + siltito). Tal como os solos fortemente ondulados, são de elevada acidez e baixa fertilidade, com exceção do potássio que apresenta valores médios.

A uma distância de 50 km do litoral, há grande semelhança de relevo e solos em todas as bacias, tanto do rio Itajaí como do Itapocu mais ao norte, ou do Tijucas e Cubatão no centro, ou dos rios Tubarão e Araranguá ao Sul; nas partes mais altas, ocorrem os solos Orleans (Latosol Vermelho Amarelo Distrófico textura argilosa substrato granito), Brusque (Laterítico Bruno Avermelhado Distrófico, álico, textura argilosa substrato xisto + filito), Ilha (Podzólico Vermelho Amarelo textura argilosa substrato granito) ou Morro da Fumaça (Podzólico Vermelho Amarelo cascalhento, textura argilosa substrato granito) todos solos fortemente ondulados, normalmente ácidos e de baixa fertilidade, limitados à motomecanização pela declividade e grau elevado de erodibilidade.

Nas baixadas, os solos mais férteis do estado, são representados pelas unidades Tubarão (Cambisol Eutrófico textura média, substrato sedimentos aluviais recentes), Massaranduba (Gley Pouco Húmico Eutrófico textura argilosa substrato sedimentos aluviais recentes), Blumenau (Gley Pouco Húmico Eutrófico textura média substrato sedimentos aluviais recentes) e Jacinto Machado (Cambisol Eutrófico textura média substrato sedimentos aluviais recentes) todos são solos planos, pouco ácidos, sem a presença de alumínio trocável, de média alta fertilidade, com alguma deficiência de fósforo em alguns deles.

Na faixa litorânea propriamente dita há a predominância quase absoluta do solo arenoso plano Araranguá (Areias Quartzozas Distróficas textura arenosa substrato sedimentos costeiros recentes), além da presença expressiva de dunas (Areias Quartzozas não fixadas) mais ao Sul, solos estes extremamente pobres e suscetíveis à erosão, principalmente a eólica.

MAPA 3  
 ESBOÇO GEOLÓGICO DE SANTA CATARINA





# FATORES DE PRODUÇÃO

## 4. FATORES DE PRODUÇÃO

As informações referentes a este item são oriundas dos Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

Tendo em vista que o levantamento de dados para o Censo Agropecuário de 1985 será efetuado somente a partir do mês de janeiro de 1986, continuam prevalecendo as informações contidas na Síntese anterior (vol. 2), que vão aqui rerepresentadas.

### 4.1. TERRA

#### 4.1.1. Introdução

Há duas afirmações que são voz corrente sobre a estrutura fundiária de Santa Catarina: uma, é a de que o estado se caracteriza por ter um dos menores índices de concentração da posse da terra; a outra, a de que a pequena propriedade é predominante.

A primeira destas características se fundamenta na comparação com outros estados brasileiros, ou seja, é relativa: independente das especificidades da questão agrária estadual, a distribuição da terra é mais eqüitativa em Santa Catarina que na maioria das outras unidades da Federação.

A segunda, é uma característica interna: os estabelecimentos agrícolas catarinenses, na sua grande maioria, podem ser considerados pequenos - 88,9% dos estabelecimentos tinham, em 1980, menos de 50 hectares (tabela 12).

Vejamos no que se sustentam tais colocações.

#### 4.1.2. Comparação com a Situação Nacional

A afirmação que se refere à relativa menor concentração das terras no estado baseia-se no fato de que, enquanto o Índice de Gini<sup>(\*)</sup> para o Brasil era de 0,859 em 1980, em Santa Catarina não ia além de 0,676 (tabelas 7 e 8).

(\*) O Índice de Gini expressa o nível de concentração da posse da terra na área geográfica a que se refere. O índice associa percentual de proprietários com percentual da área apropriada. Quanto mais próxima da unidade, mais concentrada é a posse da terra.



Mais do que a situação recente, isso é um fato histórico. De 1960 para cá, o Brasil sempre teve índices acima de 0,842 e crescentes, pois esse é o dado para aquele ano, tendo aumentado, em 1970, para 0,844 e, em 1975, para 0,855, alcançando 0,859 em 1980. Houve, portanto, concentração da posse da terra nos anos sessenta e setenta, a nível nacional (tabela 7).

Naqueles anos, Santa Catarina teve índice 0,667, 0,647, 0,659 e 0,676, respectivamente, num indicativo de que, de 60 para 70, a concentração diminuiu, mas de 70 para 80 aumentou, ainda que esses índices tenham sido sempre muito inferiores às médias nacionais. Na verdade, a posse da terra, a nível nacional, foi naqueles anos 26,2%, 30,4%, 29,7% e 27,1% mais concentrada do que no estado, o que resulta, como média dos quatro pontos, que a concentração foi de 28,4% maior a nível nacional (tabelas 7 e 8).

A grande diferenciação, como referência ao nível nacional, deve-se aos índices muito elevados das regiões Norte (0,838, em 1980; Nordeste (0,864); Centro-Oeste (0,847), enquanto a região Sudeste tem índice (0,772, em 1980) e a região Sul (0,746) é a mais próxima do estado (0,676), também porque a média regional é influenciada pelo índice de Santa Catarina, que tem menor concentração que o Rio Grande do Sul e o Paraná (tabelas 7 e 8).

#### 4.1.3. Comparação com Outros Estados

---

Os índices de Gini de Santa Catarina, quando comparados aos dos outros estados, apresentam um quadro menos desvantajoso para a situação da terra catarinense. De 1960 a 1980, só o Espírito Santo apresentou menor concentração da terra que Santa Catarina.

Considerando-se a média aritmética dos quatro pontos já citados, obtém-se 0,662 para Santa Catarina e 0,610 para o Espírito Santo, com a diferença de que neste, a tendência em todo o período, foi de aumentar a concentração, enquanto que naquele aconteceram oscilações - o ponto de menor concentração foi 1970, e só a partir daí é que concentra (tabela 8).

Santa Catarina, em verdade, teve a segunda menor concentração em 1960, a quarta em 1970 e 1975, e novamente a segunda em

1980. Quando à média dos diversos dados, no período, sempre esteve à sua frente o Espírito Santo; Acre, Rondônia e Roraima sempre ocuparam o 3º, 4º e 5º lugar (tabela 8).

A colocação da região nortista pode surpreender. Apenas o território de Roraima iniciou o período (1960) com um índice baixo (0.669) que depois cresceu, enquanto o Acre e Rondônia iniciaram com concentração quase absoluta (0.932 e 0.904, respectivamente) e depois a diminuíram. Isso, provavelmente, por terem sido os estados proporcionalmente mais colonizados nas duas décadas, fazendo com que novas propriedades surgissem e equilibrassem melhor a distribuição. Nesse sentido, destacou-se a década de 60 (tabela 8).

O que o Índice de Gini mostra é que o valor relativamente baixo representa uma distribuição mais equitativa, mas ela pode dar-se com propriedades de qualquer tamanho, pois o índice independe da área média do estabelecimento. Das cinco unidades da federação citadas, a área média, em 1980, era amplamente diversificada: Santa Catarina, 34,6 ha; Espírito Santo, 64,5 ha; Rondônia, 114,9 ha; Acre, 213,7 ha; e Roraima, 662,2 ha.

Com isso, chega-se a uma conclusão preliminar: Santa Catarina tem a segunda menor concentração de terras entre os estados brasileiros, mas tem, também, a menor área média entre as unidades da federação de menor concentração, o que demonstra a forte representatividade da pequena propriedade.

As unidades federativas citadas têm índices médios menores que 0.750. Na grande maioria dos estados, eles se situam entre 0,750 e 0,850. Acima disso, encontram-se as mais concentradas, em número de seis: Maranhão, Mato Grosso<sup>(\*)</sup>, Piauí, Amapá, Amazonas e Pará (tabela 8).

Os três estados do sul também se caracterizam de modo diferenciado. Santa Catarina tinha, em 1980, melhor distribuição (0,676) que o Paraná (0,746) e este, por sua vez, menor concentração que o Rio Grande do Sul (0.763). Quanto à tendência, Rio Gran-

---

(\*) Mato Grosso foi considerado como se ainda fosse um único estado por ser, o desmembramento, muito recente. A situação dos dois estados, depois da divisão, deve ser outra, pois há diferenças entre o norte e o sul.

de do Sul e Santa Catarina oscilaram nestes últimos 20 anos, apontando, entretanto, para a concentração; vale lembrar que no Rio Grande do Sul as oscilações foram menores. O Paraná, por sua vez, teve propensão contínua à concentração (tabela 8).

#### 4.1.4. Posse da Terra em Santa Catarina \_\_\_\_\_

##### 4.1.4.1. Estabelecimentos, área total e área média \_\_\_\_\_

Os dados disponíveis sobre os estabelecimentos agrícolas de Santa Catarina, desde 1920, indicam que, à medida em que as terras iam sendo colonizadas, a área total dos estabelecimentos ia aumentando, juntamente com o seu número, mas em proporções diferentes, de forma que sua área média caiu continuamente nos 50 anos que vão de 1920 a 1970 (tabela 9).

Nesse mesmo período, a área total cresceu de um índice 100 para 197, enquanto o número de estabelecimentos aumentou de 100 para 614, ou seja, a área não chegou a duplicar e o número de estabelecimentos alcançou o sêxtuplo. Com isso, naturalmente, o índice de área média dos estabelecimentos caiu de 100 para 32, reduzindo-se a 1/3 do que era em 1920 (tabela 9 e 10).

Já a partir de 1975, a tendência das três variáveis foi quebrada. A área total que vinha aumentando caiu, o mesmo acontecendo com o número de estabelecimentos, fazendo com que a área média permanecesse mais ou menos a mesma.

A tendência anterior a 1970 é retomada em 1980, quando os índices de área total e do número de estabelecimentos voltaram a crescer. Contudo, como a área cresceu proporcionalmente um pouco mais que o número, a área média aumentou de 33,3 ha para 34,6 ha, ou seja, a tendência de queda da área média foi revertida.

Através da taxa média anual de crescimento, pode-se verificar a evolução, período por período. Constata-se, então, mais facilmente, que o crescimento da área total foi irregular: o período 1940-60 teve um crescimento menor (1,01%) do que 1920-40 (1,56%) e 1960-70 (1,68%), provavelmente porque a colonização diminuiu naquele período.

Mais diferenciado foi o período 1970-75, no qual a área total caiu (-0,43%). À primeira vista, o fato é estranho, pois implica diminuição da área apropriada pelos estabelecimentos, ou a existência de problemas nos dados. Neste mesmo período, o número de estabelecimentos diminuiu (-6,89%), o que identifica concentração da posse da terra, fato, como já se disse, corriqueiro no país (tabela 10).

A área média dos estabelecimentos decresceu de 1920 a 1975, sendo essa diminuição mais acentuada no início do período (-3,21%) e se aproximando da estabilidade no período 1970-75 (-0,36%) (tabela 11).

No período 1975-80, há, como já foi mencionado, uma reversão da curva, pois as três variáveis cresceram. Isto é, a área total e o número de estabelecimentos voltaram a crescer, mas a área média também cresceu, produzindo um fato preocupante, pois pela primeira vez aumentaram tanto o Índice de Gini (de 0,659 para 0,676), como a área média (de 33,3 ha para 34,6 ha).

#### 4.1.4.2. Estabelecimentos e área por estrato

---

Analisando-se mais detalhadamente, isto é, por estrato de área, pode-se verificar em que grupo de área total aconteceram as modificações do período 1970 a 1980.

O aumento do número de estabelecimentos de 207.218 para 216.159 não se deu com os de todos os estratos. Aumentaram os estabelecimentos de 0 a 20 hectares, principalmente de 0 a 10 hectares e também os de mais de 100 hectares. Simultaneamente, diminuíram os estabelecimentos na faixa intermediária, de 20 a 100 hectares (tabela 12).

Tal quadro não é nada auspicioso, já que os estabelecimentos de menos de 20 hectares podem ser considerados minifúndios, principalmente se for levado em conta que os de 10 a 20 hectares tiveram uma média de 14,02 hectares em 1970 e 13,99 em 1980, o que agrava o quadro, pois tais áreas, além de insuficientes, diminuíram na década.

O mesmo aconteceu com o estrato mais problemático, o de

menos de 10 hectares, que teve sua área média diminuída de 5,14 para 4,193 hectares (tabela 12).

Portanto, de 1970 para 1980, aumentou o número de estabelecimentos minifundiários, ao mesmo tempo em que suas áreas médias diminuíram, aumentando o problema de escassez da terra, o que atingiu, aproximadamente, 60% dos estabelecimentos do estado, ou melhor, atingia 59,1% em 1970 e passou a 62,3% em 1980. A área média diminuiu, pois o percentual de área apropriada permaneceu o mesmo (16%) (tabelas 12 e 13).

O aumento do número de estabelecimentos de mais de 100 hectares, por outro lado, não é um problema em si, mas revela a tendência de concentração da propriedade da terra nos grandes estabelecimentos, em detrimento das médias propriedades (20 a 100 ha) e do aumento das pequenas (menos de 20).

Os estabelecimentos de mais de 100 ha aumentaram de 8.945 (4,3%) para 9.480 (4,4%), e suas áreas médias aumentaram em todos os três estratos, pois a área apropriada cresceu de 43,4% para 48,2%.

A faixa intermediária (de 20 a 100 ha) diminuiu de 75.944 estabelecimentos para 71.845, ou de 36,6% para 33,2%. A área apropriada caiu de 40,3 para 35,8% (tabelas 12 e 13).

Fica assim mais clara a afirmação de que essa tendência não é auspiciosa, pois o que se verifica é que as propriedades médias (20 a 100 ha) que, em geral, podem ser exploradas familiarmente, estão diminuindo em número, quando, geralmente, são as mais adequadas para a agropecuária catarinense. E isso está acontecendo com o aumento dos estabelecimentos de menos de 20 ha, via de regra insuficientes para o sustento de uma família média, já que as terras do estado são muito acidentadas.

A explicação mais simples seria a de que está acontecendo a divisão pura e simples dos estabelecimentos familiares de tamanho médio, pois a maior diminuição de estabelecimentos aconteceu no estrato de 20 a 50 ha, que têm uma média de 30 ha. Isso torna possível que, por simples divisão de uma parcela dos 3.592 estabelecimentos que desapareceram do estrato de 20 a 50 ha, se tenha

originado parte dos novos 2.707 estabelecimentos de 10 a 20 ha, enquanto uma outra parcela originou, por aglutinação, parte dos novos 244 estabelecimentos de 100 a 500 hectares.

#### 4.1.4.3. Regionalização dos estabelecimentos

---

Além das diferenças existentes entre os estratos de área, existem, naturalmente, diferenças regionais quanto à posse da terra em Santa Catarina.

A questão da evolução do número dos estabelecimentos, por exemplo, apresenta grandes diferenciações entre as microrregiões homogêneas do estado.

Considerando-se o ano de 1970 como 100, verifica-se que em 1975 quatro microrregiões tiveram índice maior que 100 - Litoral de Laguna (125), Colonial de Itajaí Norte (112), Colonial do Alto Itajaí (110) e Colonial do Oeste Catarinense (108). Duas microrregiões mantiveram o número de estabelecimentos: Carbonífera e Campos de Lages. As demais tiveram seus estabelecimentos reduzidos quanto ao número, e as que mais se diferenciaram foram as do Litoral de Itajaí (84) e de Florianópolis (89) (tabela 14).

Em 1980, os maiores aumentos no número de estabelecimentos foram os da Colonial do Oeste Catarinense (124), Colonial do Alto Itajaí (117), Litoral de Laguna (116), Campos de Lages (103), Planalto de Canoinhas (102), Carbonífera (102), e Colonial de Itajaí Norte (102). A Colonial Sul Catarinense manteve o número, e as demais perderam estabelecimentos, principalmente Litoral de Itajaí (65), Florianópolis (78) e Colonial de Blumenau (89) (tabela 14).

Quanto à situação média do estado, em 1975 houve uma pequena redução que não chegou a 1% e, em 1980, houve um aumento de 4% (tabela 14).

O porquê de tais diferenças só pode ser verificado examinando-se cada microrregião mais detalhadamente, mas é inegável que elas existem.

#### 4.1.4.4. Destinação da área

---

A destinação da área é diferenciada tanto nos estratos de área como no tempo.

A área utilizada com lavouras, em Santa Catarina, em termos percentuais, aumentou de 1970 para 1980 em todos os estratos, com exceção daqueles de menos de 10 hectares. Neste, o percentual se manteve. As pastagens, por sua vez, aumentaram relativamente à área ocupada nos estratos de 0 a 100 hectares e diminuíram nos de mais de 100 hectares (tabela 15).

Essas modificações caracterizam um uso mais intensivo do solo, já que o aumento relativo das lavouras e das pastagens, em alguns estratos, se deram nas áreas ocupadas por pastagens, matas ou terras ociosas.

Em termos estaduais, só as lavouras aumentaram sua participação relativa, de 18,96% em 1970, para 24,14% em 1980, enquanto as pastagens diminuíram de 35,13% para 33,33%, pois os aumentos acontecidos nos estratos até 100 hectares não compensaram as diminuições nos acima de 100 hectares. As matas diminuíram de 24,93% para 23,85% e as terras ociosas de 15,80% para 9,08% (tabela 15).

As matas diminuíram nos estratos abaixo de 500 hectares e aumentaram nos acima desta marca, enquanto as terras ociosas diminuíram em todos os estratos.

As diferenciações nas evoluções dos estratos acontecem porque a lógica dos estabelecimentos depende de suas dimensões. Assim, as áreas de lavouras dos estabelecimentos de menos de 10 hectares não aumentaram para mais de 63%, porque, provavelmente na maioria dos estabelecimentos do estado, não havia condições para lavouras num percentual maior que este, pois as áreas de pastagens e matas ocupavam terrenos não adequados às lavouras (tabela 15).

Isso pode ser comprovado pelo estrato imediatamente superior (10 a 20 hectares) no qual a área de lavouras cresceu de 42% para 49%, e as pastagens de 17% para 19%, havendo a diminuição das matas e terras ociosas.

Ao que parece, no período de 1970 a 1980, houve a intenção de aumentar a área cultivada com lavouras, e isso não foi feito apenas no estrato de menos de 10 hectares, por não haver área apropriada às lavouras.

As pastagens aumentaram nos estratos até 100 hectares, provavelmente na busca de diversificação, tendo acontecido o mesmo com os estabelecimentos de mais de 100 hectares, que são tradicionalmente de pecuária bovina, sendo a diversificação buscada através do aumento das lavouras. Os de mais de 500 hectares aumentaram também suas áreas de matas através de reflorestamento. As pastagens, neste último caso, foram substituídas por lavouras e florestas artificiais. Essa foi a faixa que teve áreas reflorestadas a ponto de aumentar de 1970 para 80 a área de matas, provavelmente porque só as grandes propriedades puderam utilizar áreas para esse fim, pois as menores necessitam utilizar explorações de maior intensidade econômica (lavouras).

As terras produtivas não utilizadas, por sua vez, foram reduzidas a um mínimo. Os estratos que apresentaram maior percentual de terras nestas condições foram os de 20 a 100 hectares (15%), provavelmente porque estas terras, predominantemente de lavouras, estavam, não ociosas, mas em descanso. Isso pôde ser feito nestes estratos, mas nos menores, como se pode verificar, o alqueive só pôde ser praticado em menor proporção (10% a 5% respectivamente). As propriedades acima de 100 hectares diminuem a área não utilizada, à medida em que cresce o estabelecimento, porque aumenta a área utilizada com pastagens e matas, não possibilitando o descanso da terra, como no caso das lavouras (tabela 15).

#### 4.1.4.5. Condição do produtor

Outra tendência preocupante da questão fundiária em Santa Catarina é a que identifica uma diminuição relativa dos proprietários rurais na década de 70, com aumento dos não-proprietários (arrendatários, parceiros e ocupantes). No geral, os proprietários tiveram diminuída sua participação de 82,7% para 79,4%, em dez anos, aumentando os arrendatários de 5,2% para 5,9%, os parceiros de 5,2% para 6,1% e os ocupantes de 6,9% para 8,5% (tabela 16).



O caso mais grave é o do estrato até 10 hectares, no qual o percentual de proprietários caiu de 65,7% para 61,3%, o que equivale a dizer que dos estabelecimentos de menos de 10 ha, em 1980, existiam 38,7% de não-proprietários, sendo 10,6% arrendatários, 11,9% parceiros e 16,2% ocupantes. Todas as categorias de não-proprietários cresceram, principalmente a dos ocupantes que é a mais instável delas.

O estrato de 10 a 20 hectares também apresentou uma queda no número de proprietários, ainda que o patamar inicial fosse bem mais elevado. Caiu de 88,5% para 85,5%.

O quadro que se forma para os estabelecimentos de menos de 20 hectares é todo negativo, pois o número desses estabelecimentos cresceu, a área média caiu, e o percentual de não-proprietários aumentou. Isso tudo se deu com os estabelecimentos que, em princípio, já tinham área insuficiente para uma exploração econômica.

O estrato de até 10 hectares, com área média por volta de 5 ha, é naturalmente o caso mais grave e atingia, em 1980, 35% dos estabelecimentos que ocupavam 5% da área. Somado aos de 10 a 20 hectares atingiu 62,3% dos estabelecimentos que possuíam 16% da área (tabela 16 e 13).

O percentual de proprietários aumenta à medida que o estrato cresce. Em 1980, no estrato de menos de 10 ha, eram 61,3%, e no de mais de mil, 95,0% (tabela 16).

Os arrendatários, por sua vez, são mais ou menos 10% no estrato de até 10 ha e 4% no de 10 a 20 ha, caindo nos estratos maiores para valores inferiores a isso. O caso dos parceiros é aproximadamente o mesmo e o dos ocupantes mais acentuado: 16,2% e 5,7% nos estratos de até 10 e de 10 a 20 ha, respectivamente, em 1980.

#### 4.1.4.6. Condição do produtor por microrregiões homogêneas \_\_\_\_\_

Quando analisada por microrregião, a condição do produtor (nas quatro categorias) apresenta-se bastante diferenciada.

Com já foi visto, o percentual de proprietários diminuiu de 82,7% para 79,4%; contudo, em quatro microrregiões houve aumento: Litoral de Itajaí, Colonial de Blumenau, Florianópolis, Colonial do Rio do Peixe.

Analisando-se caso a caso as microrregiões, chega-se à conclusão de que existem as mais diversas combinações de comportamento das quadro categorias de condição do produtor (tabela 18).

A MRH Colonial de Joinville teve seu percentual de ocupantes elevado de 1970 para 1980, e as demais categorias decresceram, enquanto na média estadual, como já se viu, houve crescimento também do percentual de arrendatários e parceiros.

Na MRH Litoral de Itajaí, cresceu apenas o percentual de proprietários, decrescendo o das categorias de não-proprietários.

A Colonial de Blumenau registrou decréscimo no percentual de parceiros e a Colonial de Itajaí do Norte o registrou em relação a proprietários e arrendatários.

A situação, quanto a número de estabelecimentos, área total e participação de cada categoria no número e na área de estabelecimentos, para todas as microrregiões, consta das tabelas 17 e 18 deste trabalho, que deixam bem clara a diversificação regional da questão fundiária.

Mesmo as duas regiões de maior expressão agro-econômica tiveram comportamento diferente. Na Colonial do Rio do Peixe decresceram apenas os arrendatários, e na Colonial do Oeste Catarinense, os proprietários e ocupantes.

Fica, em síntese, a constatação geral de que os proprietários diminuíram sua participação no total de estabelecimentos do estado; que isso aconteceu principalmente nos pequenos estratos, como já foi visto e, principalmente, nas MRH Colonial do Alto Itajaí, Colonial Serrana Catarinense, Litoral de Laguna, Colonial Sul Catarinense, Campos de Lages e Planalto de Canoinhas, que tiveram reduções maiores que a média estadual. Os casos mais destacados de redução do percentual de proprietários foram os das MRH Colonial do Alto Itajaí, Planalto de Canoinhas e Campos de Lages, que apre-

sentaram redução de participação de mais de 5% no período 1970-80 (tabela 18).

#### 4.1.4.7. Propriedade da terra por Microrregião Homogênea\_\_\_\_\_

O quadro geral do estado, quanto à propriedade da terra, mostra que o percentual de propriedades individuais decresceu de 1970 para 1980, ainda que esta redução tenha sido de 96,5% para 95,3%. Os condomínios, ou sociedades de pessoas, aumentaram de 1,6% para 2,3%; as sociedades anônimas, ou por quotas, de 1,0% para 1,2%; e as entidades públicas, de 0,6% para 0,9%. As instituições religiosas e as sem declaração mantiveram os percentuais e são insignificantes (0,1% e 0,2%) (tabelas 19 e 20).

Foram sete as MRH que tiveram redução da propriedade individual em percentuais maiores do que a média estadual: Planalto de Canoinhas, Colonial de Joinville, Litoral de Itajaí, Litoral Sul Catarinense, Colonial do Rio do Peixe, Colonial de Blumenau e Colonial do Itajaí do Norte.

Os maiores crescimentos de percentuais de condomínios e sociedades de pessoas ocorreram nas MRH Litoral de Laguna, Litoral Sul Catarinense, Planalto de Canoinhas e Colonial do Alto Itajaí, com diminuições entre 2,1 e 1,5%.

Litoral de Itajaí, Carbonífera e Planalto de Canoinhas tiveram os maiores crescimentos de sociedades anônimas, ou por quotas (de 1,6% a 1,2%).

Houve, portanto, em determinadas MRH, uma transferência das propriedades individuais para os condomínios (ou sociedades de pessoas) ou, ainda, para sociedades anônimas (ou por quotas).

TABELA 7

ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA, BRASIL E GRANDES REGIÕES, 1960 - 1970 - 1975 E 1980

UNIDADE GEOGRÁFICA	1960	1970	1975	1980
Brasil	0,842	0,844	0,855	0,859
Região Norte	0,944	0,839	0,868	0,838
Região Nordeste	0,846	0,855	0,863	0,864
Região Sudeste	0,771	0,761	0,762	0,772
Região Sul	0,727	0,727	0,735	0,746
Região Centro-Oeste	0,845	0,856	0,856	0,847

Fonte: Boletim da ABRA - Vol. 12 - nº 6 - nov/dez-82

TABELA 8

ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA PELOS ESTABELECI-  
MENTOS AGROPECUÁRIOS NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, DE ACORDO COM OS  
CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1960, 1970 E 1975 E A SINOPSE PRELIMINAR  
DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 1980

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1960	1970	1975	1980	MÉDIA
Rondônia	0,904	0,682	0,623	0,677	0,722
Acre	0,932	0,619	0,632	0,702	0,721
Amazonas	0,958	0,736	0,921	0,874	0,872
Roraima	0,669	0,618	0,887	0,786	0,740
Pará	0,831	0,882	0,868	0,844	0,856
Amapá	0,936	0,871	0,855	0,850	0,878
Maranhão	0,920	0,926	0,927	0,927	0,925
Piauí	0,832	0,892	0,898	0,905	0,881
Ceará	0,752	0,791	0,784	0,783	0,777
R.Grande do Norte	0,803	0,853	0,862	0,851	0,842
Paraíba	0,617	0,823	0,845	0,829	0,829
Pernambuco	0,844	0,838	0,829	0,826	0,834
Alagoas	0,836	0,836	0,846	0,848	0,841
Sergipe	0,830	0,854	0,855	0,849	0,847
Bahia	0,786	0,801	0,812	0,828	0,807
Minas Gerais (*)	0,763	0,751	0,756	0,768	0,759
Espírito Santo (**)	0,550	0,604	0,628	0,660	0,610
Rio de Janeiro (**)	0,778	0,790	0,791	0,814	0,793
São Paulo	0,795	0,779	0,775	0,776	0,781
Paraná	0,700	0,702	0,729	0,746	0,719
Santa Catarina	0,667	0,647	0,659	0,676	0,662
R.Grande do Sul	0,755	0,756	0,755	0,763	0,757
Mato Grosso (***)	0,902	0,929	0,927	0,903	0,915
Goiás	0,767	0,738	0,749	0,752	0,753
Distrito Federal	0,777	0,795	0,783	0,752	0,777

(\*) Excluída, em 1960, a região da Serra dos Aimorés.

(\*\*) Incluído, em 1960, o estado da Guanabara.

(\*\*\*) Englobando os atuais estados do MT e MS.

Fonte: Boletim da ABRA V. 12 nº 6 nov/dez/82.

Elaboração: Instituto CEPA/SC.

TABELA 9  
 ÁREA TOTAL, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA MÉDIA DOS  
 ESTABELECIMENTOS, SANTA CATARINA, CENSOS DE 1920 A 1980

ANO \ VARIÁVEL	1920	1940	1960	1970	1975	1980
Área Total (ha)	3.567.757	4.862.296	5.948.950	7.025.325	6.877.280	7.473.773
Estabelecimento (nº)	33.744	88.469	158.268	207.218	206.505	216.159
Área Média (ha)	105,7	55,0	37,6	33,9	33,3	34,6

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1980)

TABELA 10  
 EVOLUÇÃO DE ÁREA TOTAL, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA MÉDIA DOS  
 ESTABELECIMENTOS - SANTA CATARINA - CENSOS DE 1920 A 1980

VARIÁVEL	ANO	(1920 = 100)				
		1940	1960	1970	1975	1980
Área Total		136	167	197	193	209
Estabelecimento		262	469	614	612	641
Área Média		52	36	32	32	33

Fonte dos dados básicos: Tabela 8

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 11  
 TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DA ÁREA TOTAL, ÁREA MÉDIA E NÚMERO  
 DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM SANTA CATARINA, SEGUNDO OS  
 CENSOS DE 1920 E 1980

VARIÁVEL	ANO	(%)				
		1920-40	1940-60	1960-70	1970-75	1975-80
Área Total		1,56	1,01	1,68	-0,43	1,68
nº de Estabelec.		4,94	4,94	2,73	-6,99	0,92
Área Média		-3,21	-1,88	-1,03	-0,36	0,77

Fonte dos dados básicos: Tabela 8

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 12  
 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA TOTAL E ÁREA MÉDIA, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

GRUPO DE ÁREA TOTAL	1970			1975			1980		
	Nº de Estab.	Área Total	Área Média do Estab.	Nº de Estab.	Área Total	Área Média do Estab.	Nº de Estab.	Área Total	Área Média do Estab.
Menos de 10	66.074	339.873	5,14	69.921	344.507	4,93	75.724	376.792	4,98
10 — 20	56.236	788.319	14,02	55.203	766.700	13,89	58.943	824.559	13,99
20 — 50	61.180	1.834.402	29,98	58.035	1.739.018	29,96	57.588	1.720.446	29,83
50 — 100	14.764	987.259	66,87	14.693	979.693	66,68	14.257	953.380	66,87
100 — 500	7.603	1.471.772	193,58	7.338	1.415.766	192,94	7.847	1.552.057	197,79
500 — 1.000	874	591.453	676,72	832	570.245	685,39	1.009	694.035	687,84
Mais de 1.000 Sem declaração	468 19	1.012.247 -	2.162,92 -	475 08	1.061.361 -	2.234,44 -	624 167	1.352.504 -	2.167,47 -
TOTAL	207.218	7.025.325	33,90	206.505	6.877.280	33,30	216.159	7.473.773	34,58

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 13

PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS DE ÁREA NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E NA ÁREA TOTAL, SC, 1970, 1975 E 1980

GRUPO DE ÁREA	TOTAL	1970				1975				1980			
		Partic. no nº de Estabelecimentos		Partic. na Área Total		Partic. no nº de Estabelecimentos		Partic. na Área Total		Partic. no nº de Estabelecimentos		Partic. na Área total	
		Estrato	Acumulada	Estrato	Acumulada	Estrato	Acumulada	Estrato	Acumulada	Estrato	Acumulada	Estrato	Acumulada
Menos de 10	10	32,0	32,0	4,8	4,8	33,9	33,9	5,0	5,0	35,0	35,0	5,0	5,0
10 —	20	27,1	59,1	11,2	16,0	26,7	60,6	11,1	16,1	27,3	62,3	11,0	16,0
20 —	50	29,5	88,6	26,2	42,2	28,1	88,7	25,4	41,5	26,6	88,9	23,0	39,0
50 —	100	7,1	95,7	14,1	56,3	7,1	95,8	14,2	55,7	6,6	95,5	12,8	51,8
100 —	500	3,7	99,4	20,9	77,2	3,6	99,4	20,6	76,3	3,6	99,1	20,8	72,6
500 —	1.000	0,4	99,8	8,4	85,6	0,4	99,8	8,3	84,6	0,5	99,6	9,3	81,9
Mais de 1.000	1.000	0,2	100,0	14,4	100,0	0,2	100,0	15,4	100,0	0,3	99,9	18,1	100,0
Sem declaração		0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-	0,1	100,0	-	-
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 14

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E ÍNDICE DE CRESCIMENTO, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

MRH	Nº DE ESTABELECIMENTOS			ÍNDICE DE EVOLUÇÃO (1970 = 100)	
	1970	1975	1980	1975	1980
Col. Joinville	8.034	7.632	7.301	95	91
Lit. de Itajaí	2.291	1.917	1.487	84	65
Col. de Blumenau	12.833	18.025	16.807	96	89
Col. de Itajaí Norte	4.442	4.931	4.520	112	102
Col. do Alto Itajaí	12.603	13.915	14.749	110	117
Florianópolis	6.474	5.763	5.031	89	78
Col. Serrana Cat.	8.734	8.360	8.480	96	97
Lit. de Laguna	3.138	3.925	3.651	125	116
Carbonífera	12.662	12.606	12.970	100	102
Lit. Sul Cat.	7.282	6.894	6.924	95	95
Col. Sul Cat.	5.965	5.837	5.955	98	100
Campos de Leões	7.287	7.265	7.537	100	103
Campos de Curitibaos	12.780	11.906	12.636	93	99
Col. do Rio do Peixe	27.708	25.762	26.072	93	94
Col. do Oeste Cat.	53.072	57.300	65.977	108	124
Plan. de Canoíhas	15.673	15.177	16.062	97	102
Santa Catarina	206.978	207.270	216.159	100	104

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 1970, 1975 e 1980).

Elaboração: Instituto CEPA/SC.

TABELA 15  
DESTINAÇÃO DA ÁREA EXPLORADA, POR EXTRATO, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

CLASSES DE ÁREA ha	ANO	ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS		LAVOURA		PASTAGENS		MATA		TERRA PROMISSIVAS NÃO UTILIZADAS	
		ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Menos de 10	1970	339.874	100	213.195	62,73	50.216	14,77	25.820	7,60	35.872	10,55
	1975	344.507	100	207.525	60,24	56.911	16,52	22.080	6,41	27.294	7,92
	1980	376.793	100	237.057	62,91	62.641	16,62	21.895	5,81	20.161	5,35
10 —	1970	788.319	100	335.410	42,55	135.686	17,21	126.948	16,10	143.077	18,15
	1975	766.700	100	335.751	43,79	146.151	19,06	104.706	13,66	116.675	15,22
	1980	824.559	100	407.743	49,45	160.221	19,43	95.411	11,57	87.249	10,58
20 —	1970	1.834.402	100	518.865	28,29	360.266	19,64	406.035	22,14	431.571	23,53
	1975	1.739.018	100	517.380	29,75	373.068	21,45	338.924	19,49	373.247	21,46
	1980	1.720.446	100	600.133	34,88	410.335	23,85	289.903	16,85	259.444	15,08
50 —	1970	987.259	100	160.032	16,21	283.078	28,67	239.948	24,30	245.028	24,82
	1975	979.683	100	181.955	18,57	285.678	29,16	220.020	22,46	225.424	23,01
	1980	953.380	100	220.470	23,13	314.801	33,02	192.615	20,20	147.080	15,43
100 —	1970	1.471.772	100	81.945	5,57	733.686	49,85	415.511	28,23	176.602	12,00
	1975	1.415.766	100	132.939	9,39	672.247	47,48	376.528	26,60	162.715	11,49
	1980	1.552.057	100	206.652	13,31	722.726	46,57	405.623	26,13	113.528	7,31
500 —	1970	591.453	100	11.616	1,96	348.462	58,92	176.051	29,77	32.382	5,47
	1975	570.245	100	29.701	5,21	309.242	54,23	179.862	31,54	26.289	4,61
	1980	694.035	100	51.547	7,43	341.188	49,16	226.320	32,61	26.182	3,77
Mais de 1.000	1970	1.012.247	100	10.616	1,05	556.591	54,99	361.191	35,68	45.439	4,49
	1975	1.061.361	100	29.180	2,75	560.732	52,83	385.977	36,37	29.575	2,79
	1980	1.352.505	100	80.199	5,93	479.005	35,42	550.373	40,69	24.634	1,82
TOTALS	1970	7.025.326	100	1.331.679	18,96	2.467.985	35,13	1.751.554	24,93	1.109.971	15,80
	1975	6.877.280	100	1.434.431	20,86	2.404.029	34,96	1.628.097	23,67	961.219	13,98
	1980	7.473.775	100	1.803.801	24,14	2.490.917	33,33	1.782.140	23,85	678.278	9,08

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 16  
 CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO OS ESTRATOS DE ÁREA, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

CLASSE DE ÁREA ha	ANO	PROPRIETÁRIO			ARRENDATÁRIO			PARCEIRO			OCUPANTE			TOTAL			
		Estabele- cimento	%	Área	Estabele- cimento	%	Área	Estabele- cimento	%	Área	Estabele- cimento	%	Área	Estabele- cimento	%	Área	
10	1970	43.423	65,7	236.791	69,7	30.791	10,0	9,1	32.818	9,7	8.782	13,3	39.474	11,6	66.074	100	
	1975	44.969	64,1	230.365	66,9	30.647	9,4	9,0	34.809	10,1	11.277	16,1	48.528	14,1	69.923	100	
	1980	46.456	61,3	240.924	63,9	8.027	10,60	10,4	43.737	11,6	12.251	16,2	52.846	14,0	75.724	100	
20	1970	49.774	88,5	702.557	89,1	2.041	3,6	3,4	24.148	3,1	2.590	4,6	34.535	4,4	56.236	100	
	1975	48.501	82,0	680.451	88,8	1.869	3,4	3,2	24.236	3,2	2.863	5,2	37.647	4,9	55.203	100	
	1980	50.386	85,5	711.395	86,3	2.579	4,4	4,1	34.551	4,2	3.348	5,7	44.576	5,4	59.593	100	
50	1970	56.196	91,9	1.690.502	92,2	1.610	2,6	2,2	37.957	2,1	2.034	3,3	59.790	3,3	61.160	100	
	1975	51.071	92,8	1.617.753	93,0	1.160	2,0	1,8	29.881	1,7	1.955	3,4	57.995	3,3	58.035	100	
	1980	52.649	91,4	1.578.819	91,8	1.526	2,6	2,6	38.180	2,2	2.070	3,6	59.294	3,4	57.533	100	
100	1970	13.708	92,8	939.540	93,0	346	2,3	2,2	22.036	1,3	204	3,4	33.676	3,4	34.764	100	
	1975	13.904	94,6	927.222	94,6	225	1,5	1,6	10.683	1,1	168	2,7	26.499	2,7	14.593	100	
	1980	13.251	92,9	886.612	93,0	336	2,4	2,4	12.890	1,4	468	3,3	30.891	3,2	14.257	100	
500	1970	6.875	91,7	1.40.778	92,5	224	2,9	2,7	12.551	0,9	330	4,3	58.834	4,0	7.603	100	
	1975	6.826	93,0	1.319.923	93,2	171	2,3	2,4	12.173	0,9	278	3,8	49.575	3,5	7.339	100	
	1980	7.216	92,0	1.426.631	91,9	294	3,7	4,0	18.651	1,2	240	3,1	45.404	2,9	7.947	100	
1.000	1970	802	91,8	544.143	92,0	31	3,5	3,4	7.778	1,3	29	3,3	19.132	3,2	874	100	
	1975	787	94,6	537.607	94,6	17	2,0	2,0	5.430	1,0	20	2,4	14.070	2,5	822	100	
	1980	931	92,2	641.534	92,4	35	3,5	3,6	8.666	1,2	29	2,9	18.973	2,7	1.009	100	
País de	1970	442	94,4	955.408	94,4	11	2,3	2,1	8.243	0,8	12	0,4	27.810	2,7	468	100	
	1975	457	96,2	1.028.255	96,9	02	0,4	0,2	13.716	1,3	05	1,1	17.125	1,6	475	100	
	1980	593	95,0	1.285.650	95,1	17	2,7	2,2	8.966	0,7	10	1,6	27.878	2,1	624	100	
TOTAL	1970	171.320	82,7	6.468.719	91,2	10.844	5,2	206.864	2,9	10.752	6,9	14.283	3,0	207.199	3,0	207.199	100
	1975	169.415	82,0	6.343.586	92,2	10.002	4,8	151.401	2,2	10.279	8,1	16.803	3,7	206.499	3,7	206.499	100
	1980	171.482	79,4	6.771.565	90,6	12.814	5,9	256.658	3,4	13.280	6,1	18.418	8,5	215.992	3,7	215.992	100

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários, 1970, 1975 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC



TABELA 17

CÓNDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO AS MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

MUN	ANO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		CULTIVANTE		TOTAL	
		Est. declar. (ha)	Área (ha)	Est. declar. (ha)	Área (ha)	Est. declar. (ha)	Área (ha)	Est. declar. (ha)	Área (ha)	Est. declar. (ha)	Área (*) (ha)
Colonial de Joinville	1970	7.304	160.750	266	3.422	226	1.939	248	3.201	8.034	169.511
	1975	6.777	145.365	179	2.440	106	1.893	292	3.691	7.354	153.299
	1980	6.452	175.506	143	3.050	142	2.333	564	5.808	7.301	156.728
Litoral de Itajaí	1970	2.012	39.773	122	919	46	862	111	2.210	2.291	43.764
	1975	1.742	42.462	40	396	45	521	88	1.856	1.916	45.226
	1980	1.375	51.575	58	931	10	366	44	916	1.487	53.789
Colonial de Blumenau	1970	16.305	335.235	324	2.522	869	7.218	1.335	14.198	18.833	359.172
	1975	16.131	208.979	399	3.727	257	2.492	1.038	11.161	17.834	326.376
	1980	14.745	369.630	393	4.280	387	4.105	1.282	13.001	16.807	391.019
Col. do Itajaí do Norte	1970	3.902	100.010	156	2.707	42	661	342	18.431	4.442	121.809
	1975	4.395	103.146	241	2.877	33	587	398	7.707	4.977	114.322
	1980	3.913	114.447	127	1.472	70	874	410	6.119	4.520	122.914
Col. do Alto Itajaí	1970	10.940	214.051	561	10.848	388	5.925	694	10.578	12.603	341.493
	1975	10.723	288.293	1.411	14.287	616	7.050	1.072	10.706	13.822	320.246
	1980	10.673	312.014	825	11.593	1.738	19.654	1.513	15.776	14.749	359.239
Florianópolis	1970	5.689	111.864	190	1.726	245	2.095	350	4.861	6.474	129.556
	1975	4.957	92.942	165	1.218	75	862	498	6.042	5.695	101.054
	1980	4.432	101.286	138	2.436	120	2.909	341	3.542	5.021	110.175
Col. Serrana Catarinense	1970	6.996	279.661	585	12.473	370	4.519	783	18.114	8.734	314.755
	1975	6.616	275.242	495	5.812	275	2.393	970	11.704	8.356	295.152
	1980	6.404	279.233	433	9.377	417	5.470	1.226	15.890	8.480	310.022
Litoral de Laguna	1970	2.861	43.568	41	480	58	1.160	178	1.471	3.138	46.679
	1975	3.365	38.341	128	431	35	288	391	2.099	3.919	41.161
	1980	3.191	44.505	157	2.697	23	86	280	2.829	3.651	50.120
Camoniera	1970	10.819	295.263	465	5.542	697	8.145	681	10.656	12.662	319.636
	1975	10.507	295.183	373	3.982	457	5.117	1.243	15.317	12.590	319.599
	1980	10.739	284.791	588	6.824	611	7.131	1.041	13.859	12.970	312.616
Lit. Sul Catarinense	1970	5.563	109.940	333	4.437	767	5.193	467	5.324	7.527	124.694
	1975	5.675	119.414	309	2.625	554	4.126	350	2.956	6.895	129.121
	1980	5.282	114.673	678	6.131	426	3.400	538	4.918	6.924	129.123
Col. Sul Catarinense	1970	4.216	106.823	694	8.545	843	9.544	206	3.915	5.965	178.826
	1975	3.966	107.474	281	2.741	1.374	13.795	213	2.311	5.834	126.322
	1980	3.955	109.968	448	5.276	1.267	11.950	285	5.353	5.955	130.548
Campos de Lages	1970	6.149	1.038.055	510	41.475	216	12.507	405	28.075	7.282	1.140.112
	1975	6.076	1.053.047	338	26.576	252	12.941	578	31.568	7.244	1.124.132
	1980	5.966	1.023.820	546	48.748	286	17.724	739	35.433	7.537	1.125.727
Campos de Curitiba	1970	10.029	964.607	966	24.295	318	10.507	1.447	51.542	12.760	1.050.951
	1975	8.941	867.495	807	22.374	415	8.358	1.727	44.233	11.390	942.460
	1980	9.575	917.659	1.139	57.091	293	7.085	1.629	40.599	12.636	1.022.346
Col. do Rio do Peixe	1970	23.303	858.822	2.054	37.796	1.200	23.398	1.151	19.971	27.708	939.897
	1975	22.443	962.771	1.018	19.348	1.105	17.471	1.191	21.615	25.756	961.164
	1980	22.204	903.063	1.201	23.710	1.327	21.619	1.340	19.120	26.072	967.514
Col. do Oeste Catarinense	1970	41.004	939.647	3.086	41.642	4.201	39.924	4.761	44.954	53.072	1.036.167
	1975	44.582	931.581	3.383	34.739	4.412	49.639	4.995	43.380	57.255	1.113.399
	1980	49.489	1.150.596	5.319	58.261	5.812	55.457	5.357	59.292	65.977	1.331.697
Playalto de Canoínas	1970	13.836	720.453	454	8.035	258	3.095	1.125	35.720	15.673	767.214
	1975	12.608	711.948	435	7.835	257	3.497	1.853	35.013	15.153	759.294
	1980	13.100	810.666	622	14.866	353	5.392	1.987	39.398	16.062	873.234
TOTAL	1970	171.328	6.428.719	10.844	206.863	10.752	135.523	14.294	273.241	297.218	7.021.326
	1975	169.414	6.343.594	10.052	151.400	10.279	130.793	16.810	251.379	276.503	6.877.237
	1980	171.486	6.771.570	12.815	256.662	13.282	165.674	18.576	279.871	216.159	7.473.778

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

(\*) Inclui a área não declarada

TABELA 18

PARTICIPAÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SC, 1970, 1975 E 1980

MRR	ANO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE		TOTAL	
		Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área
Colonial de Joinville	1970	90,9	94,9	3,3	2,0	2,8	1,1	3,0	1,9	100	100
	1975	92,2	94,8	2,4	1,6	1,4	1,2	4,0	2,4	100	100
	1980	88,4	94,0	2,0	1,6	1,9	1,2	7,7	3,1	100	100
Litoral de Itajaí	1970	87,8	90,9	5,3	2,1	2,0	2,0	4,8	5,0	100	100
	1975	90,9	93,9	2,1	0,9	2,4	1,2	4,6	4,1	100	100
	1980	92,5	95,9	3,9	1,7	0,7	0,7	3,0	1,7	100	100
Colonial de Blumenau	1970	86,6	93,3	1,7	0,7	4,6	2,0	7,1	4,0	100	100
	1975	90,5	94,7	2,2	1,1	1,4	0,8	5,8	3,4	100	100
	1980	87,7	94,5	2,3	1,1	2,3	1,1	7,6	3,3	100	100
Col.do Itajaí do Norte	1970	87,8	82,1	3,5	2,2	0,9	0,5	7,7	15,1	100	100
	1975	86,5	90,2	4,8	2,5	0,7	0,5	8,0	6,7	100	100
	1980	86,7	93,1	2,8	1,2	1,5	0,7	9,1	5,0	100	100
Col.do Alto Itajaí	1970	86,8	92,0	4,6	3,2	3,1	1,7	5,5	3,1	100	100
	1975	77,6	90,0	10,2	4,5	4,5	2,2	7,8	3,3	100	100
	1980	72,4	86,9	5,6	3,2	11,8	5,5	10,3	4,4	100	100
Florianópolis	1970	87,9	92,8	2,9	1,4	3,8	1,7	5,4	4,0	100	100
	1975	87,0	92,0	2,9	1,2	1,3	0,9	8,7	6,0	100	100
	1980	88,1	91,9	2,7	2,2	2,4	2,6	6,8	3,2	100	100
Col.Ser.Catarinense	1970	80,1	88,8	6,7	4,0	4,2	1,4	9,0	5,8	100	100
	1975	79,2	93,3	5,9	2,0	3,3	0,8	11,6	4,0	100	100
	1980	75,5	90,1	5,1	3,0	4,9	1,8	14,5	5,1	100	100
Litoral de Laguna	1970	91,2	93,3	1,3	1,0	1,0	2,5	5,7	3,2	100	100
	1975	85,9	93,1	3,3	1,0	0,9	0,7	10,0	5,1	100	100
	1980	87,4	88,8	4,3	5,4	0,6	0,2	7,7	5,6	100	100
Carbonífera	1970	85,4	92,4	3,7	1,7	5,5	2,5	5,4	3,3	100	100
	1975	83,5	92,4	3,0	1,2	3,7	1,6	9,9	4,8	100	100
	1980	82,7	91,1	4,5	2,2	4,7	2,3	8,0	4,4	100	100
Lit.Sul Catarinense	1970	79,2	88,0	4,4	3,6	10,2	4,2	6,2	4,3	100	100
	1975	82,4	92,5	4,5	2,0	8,0	3,2	5,1	2,3	100	100
	1980	76,3	88,8	9,8	4,7	6,2	2,6	7,8	3,8	100	100
Col.Sul Catarinense	1970	70,7	82,9	11,6	6,6	14,2	7,4	3,5	3,0	100	100
	1975	68,0	85,1	4,8	2,2	23,6	10,9	3,7	1,8	100	100
	1980	66,4	84,2	7,5	4,0	21,3	9,2	4,8	2,6	100	100
Campos de Lages	1970	84,4	92,8	7,0	3,6	3,0	1,1	5,6	2,5	100	100
	1975	83,9	93,7	4,7	2,4	3,5	1,2	8,0	2,8	100	100
	1980	79,2	90,9	7,2	4,3	3,8	1,6	9,8	3,1	100	100
Campos de Curitibaanos	1970	78,5	91,8	7,7	2,3	2,5	1,0	11,3	4,9	100	100
	1975	75,2	92,0	6,8	2,4	3,5	0,9	14,5	4,6	100	100
	1980	75,8	89,8	9,0	5,6	2,3	0,7	12,9	4,0	100	100
Col.do Rio do Peixe	1970	84,1	91,4	7,4	4,0	4,3	2,5	4,2	2,1	100	100
	1975	87,1	93,9	4,0	2,0	4,3	1,8	4,6	2,2	100	100
	1980	85,2	93,3	4,6	2,5	5,1	2,2	5,1	2,0	100	100
Col.do Oeste Cat.	1970	77,3	87,8	5,8	4,0	7,9	3,9	9,0	4,3	100	100
	1975	77,8	88,6	5,9	3,1	7,7	4,4	8,6	3,9	100	100
	1980	75,0	87,0	8,1	4,4	8,8	4,2	8,1	4,5	100	100
Plan.do Canoinhas	1970	88,3	93,9	2,9	1,0	1,6	0,4	7,2	4,7	100	100
	1975	83,2	93,9	2,9	1,0	1,7	0,4	12,2	4,6	100	100
	1980	81,6	93,2	3,9	1,7	2,2	0,6	12,4	4,5	100	100
TOTAL	1970	82,7	91,2	5,2	2,9	5,2	1,9	6,9	3,9	100	100
	1975	82,0	92,2	4,8	2,2	5,0	1,9	8,1	3,7	100	100
	1980	79,4	90,6	5,9	3,4	6,1	2,2	8,5	3,7	100	100

Fonte dos dados básicos: Tabela 16

Elaboração: Instituto CPA/SC

TAB. 19

PROPRIEDADE DA TERRA, SEGUNDO AS MICROREGIÕES IONOMENAS DE SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

Muni.	Ano	TOTAL			Individual			Quilômetros quadrados de terras			Serviço de arrendamento ou de concessão (Arrendatário ou Concessionário)			Escrituras públicas			Instituições públicas			Sem declarar. Propried.				
		Estimativa (ha)	Área (*) (ha)	Estimativa (ha)	Estimativa (ha)	Área (ha)	Estimativa (ha)	Estimativa (ha)	Área (ha)	Estimativa (ha)	Área (ha)	Estimativa (ha)	Área (ha)	Estimativa (ha)	Área (ha)	Estimativa (ha)	Área (ha)	Estimativa (ha)	Área (ha)	Estimativa (ha)	Área (ha)	Estimativa (ha)		
		classe	(ha)	(%)	classe	(ha)	(%)	classe	(ha)	(%)	classe	(ha)	(%)	classe	(ha)	(%)	classe	(ha)	(%)	classe	(ha)	(%)	classe	(ha)
Colônia de Joinville	1970	8.034	169.511	7.809	151.020	152	5.548	39	12.265	17	781	06	781	08	11	108								
	1975	7.334	153.229	7.190	135.647	35	1.899	63	13.424	08	274	05	274	14	03									
	1980	7.301	186.778	6.917	135.801	134	10.693	129	39.675	18	242	07	242	07	56	31								
Litoral de Itajaí	1970	2.291	43.764	2.220	39.533	45	1.116	14	3.446	09	235	03	235	03	433									
	1975	1.916	45.226	1.879	40.324	31	695	22	3.916	02	185	02	185	02	185									
	1980	1.487	53.789	1.409	35.804	39	1.011	32	12.147	03	191	01	191	01	611									
Colônia de Blumenau	1970	18.833	359.172	18.424	338.212	181	4.783	131	14.423	62	1.265	25	278	10	226									
	1975	17.824	326.376	17.632	314.543	78	3.905	61	7.301	29	269	17	316	07	40									
	1980	16.907	391.019	16.182	334.315	369	11.907	241	43.719	21	268	22	297	02	10									
Col. do Itajaí do Norte	1970	4.442	121.809	4.249	104.984	41	809	11	2.272	141	14.754													
	1975	4.977	114.312	4.803	108.497	14	216	11	475	139	5.037	03	03	07	85									
	1980	4.520	122.914	4.258	106.655	64	3.371	55	9.267	138	3.419			05	200									
Col. do Alto Itajaí	1970	12.603	341.403	12.330	316.698	128	4.285	67	19.417	35	295	14	480	29	238									
	1975	13.822	329.246	13.685	305.755	72	1.988	48	11.938	07	111	09	436	01	18									
	1980	14.749	359.239	14.292	321.445	292	8.400	127	28.850	21	115	15	427	02	05									
Florianópolis	1970	6.474	120.556	6.226	92.296	161	19.557	25	5.644	60	2.538	07	283	15	239									
	1975	5.595	101.064	5.576	89.249	62	1.577	15	5.833	33	4.116	03	271	06	17									
	1980	5.031	110.175	4.856	89.549	87	3.427	59	14.953	20	1.797	08	447	01										
Col. Serrana Catarinense	1970	8.734	314.765	8.339	288.618	116	18.423	09	847	166	4.838	19	353	85	1.687									
	1975	8.356	295.152	8.257	282.500	63	3.353	10	8.525	10	503	04	503	04	10									
	1980	8.480	310.022	8.166	280.215	189	14.011	92	14.561	27	894	05	339	01										
Litoral de Laguna	1970	3.138	46.679	3.085	44.066	38	1.318	06	1.224	21	90	01	36	01	05									
	1975	3.819	41.161	3.869	39.574	07	25	02	1.530	01	31													
	1980	3.651	50.120	3.567	43.975	76	4.495	07	1.648	01	0													
Carboxifera	1970	12.662	319.606	12.148	299.109	373	10.540	68	7.995	22	811	12	680	29	470									
	1975	12.550	319.599	12.233	305.295	153	5.857	124	7.477	36	438	10	738	02	03									
	1980	12.970	312.616	12.329	297.323	357	11.274	229	12.490	44	1.026	18	445	02	55									
Lit. Sul Catarinense	1970	7.527	124.894	7.474	120.209	31	1.039	06	3.545	11	82	02	07	03	13									
	1975	6.888	125.121	6.830	121.621	23	999	07	6.251	06	75	01	02	21	174									
	1980	6.924	129.123	6.729	114.181	143	6.676	38	8.135	13	118	01	10											
Col. Sul Catarinense	1970	5.965	129.826	5.754	121.006	183	6.411	10	6.977	08	277	04	130	06	306									
	1975	5.634	126.322	5.773	124.326	43	1.409	02	89	05	161	02	120	04	40									
	1980	5.955	130.549	5.694	120.912	255	6.118	09	3.322	01	22	02	133	04										
Campos de Logos	1970	7.282	1.240.112	6.942	1.050.517	197	51.604	105	36.051	15	724	05	379	17	818									
	1975	7.244	1.124.132	7.035	1.037.916	158	22.961	107	63.926	03	219	01	10											
	1980	7.537	1.125.727	7.117	1.007.169	229	55.458	115	61.997	18	367	07	533	48	201									
Campos de Curitiba	1970	12.780	1.050.951	12.303	965.718	235	25.681	145	57.123	27	343	05	322	64	1.765									
	1975	11.890	942.460	11.639	845.814	77	13.306	138	82.586	33	679	03	186	01	18									
	1980	12.636	1.022.346	12.185	825.330	157	46.597	243	149.163	45	1.116	06	118											
Col. do Rio do Peixe	1970	27.708	939.897	27.056	850.399	345	30.959	237	57.024	36	485	22	724	12	305									
	1975	25.756	961.184	25.335	862.481	260	38.323	142	59.069	31	768	10	407	08	96									
	1980	26.072	967.514	25.003	795.344	643	70.369	338	96.887	56	4.353	15	528	12	27									
Col. do Oeste Catarinense	1970	53.072	1.036.167	50.241	976.900	851	31.622	984	17.415	654	6.529	84	1.209	258	2.433									
	1975	57.285	1.119.399	55.536	1.061.119	525	27.480	726	26.166	318	2.903	24	1.307	288	2.433									
	1980	65.977	1.331.607	62.170	1.126.532	1.547	71.451	473	116.699	1.498	13.671	45	1.107	334	1.944									
Planalto de Concórdia	1970	15.673	767.214	15.280	682.056	103	14.941	140	64.035	26	5.875	03	61	26	276									
	1975	15.153	758.274	14.749	693.693	174	15.005	169	68.373	55	6.099	05	37	01	07									
	1980	16.662	870.254	15.213	650.591	474	26.639	337	165.542	31	17.334	07	126											
TOTAL	1970	207.218	7.025.326	199.250	6.440.300	3.275	229.082	1.999	302.019	1.296	10.594	212	5.462	576	8.937									
	1975	206.503	6.877.237	202.005	6.343.554	1.766	139.203	1.647	265.560	1.794	20.596	100	2.925	201	1.437									
	1980	216.159	7.147.778	206.048	6.279.147	5.050	361.817	2.527	779.283	1.865	45.142	161	5.872	503	2.515									

Fonte: IDCE (Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980)

Elaboração: Instituto CEAR/SC

(\*) Inclui a área não declarada

PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS DE PROPRIEDADE DA TERRA NO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS E DA ÁREA, POR MUNICÍPIO, SC, 1970, 1975 E 1980

MUNICÍPIO	ANO	ESTABELECIMENTOS DE ÁREA SEGUNDO A PROPRIEDADE DAS TERÇAS													
		TOTAL		Individual		Grupos ou associações de pessoas		Associação em nome de pessoas ou de entidades governativas		Instituição Pública		Sem caráter Propriedade			
		Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)		
Colonial de Joinville	1970	100	89,0	97,2	89,0	1,8	3,3	0,5	7,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
	1975	100	97,7	88,5	1,2	1,2	0,9	10,0	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
	1980	100	94,7	72,7	1,8	5,7	1,6	21,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	1,3	0,0
Litoral de Itajaí	1970	100	88,0	96,9	88,0	2,0	2,6	7,9	0,4	0,5	0,1	1,0	-	-	-
	1975	100	89,2	88,1	0,6	1,5	1,1	8,7	0,1	0,2	0,1	0,4	-	-	-
	1980	100	94,7	74,0	2,6	1,9	2,2	22,5	0,2	0,4	0,2	1,2	-	-	-
Colonial de Brusarau	1970	100	94,1	97,8	94,1	1,0	1,3	0,7	4,0	0,3	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1
	1975	100	96,4	95,9	0,4	1,2	0,3	2,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
	1980	100	85,5	96,2	2,1	2,3	1,4	11,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Col. do Itajaí do Norte	1970	100	96,2	95,7	96,2	0,9	1,0	0,2	0,7	0,2	12,1	-	-	-	-
	1975	100	94,9	96,5	0,3	0,2	0,2	0,4	2,8	4,4	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	1980	100	86,8	94,2	1,4	2,7	1,2	7,5	3,1	2,8	-	-	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	1970	100	92,7	97,8	92,7	1,0	2,3	0,5	5,7	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
	1975	100	95,5	99,0	0,5	0,6	0,3	3,7	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
	1980	100	89,5	96,9	2,0	2,3	0,9	8,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	-	-
Florianópolis	1970	100	76,6	95,9	76,6	2,5	16,2	0,4	4,7	0,9	2,1	0,1	0,2	0,2	0,2
	1975	100	88,3	97,9	1,1	1,6	0,2	5,8	0,6	4,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
	1980	100	81,3	96,5	1,7	3,1	1,2	13,6	0,4	1,6	0,1	0,4	0,0	-	-
Col. Serra Catarinense	1970	100	91,7	95,5	91,7	1,3	5,9	0,1	0,3	1,9	1,5	0,2	0,1	1,0	0,5
	1975	100	95,7	98,8	1,1	1,1	0,1	2,9	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
	1980	100	90,4	96,3	2,2	4,5	1,1	4,7	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,0	-
Litoral de Laguna	1970	100	94,4	96,3	94,4	1,2	2,8	0,2	2,6	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
	1975	100	96,1	99,2	0,2	0,1	0,1	3,7	0,5	0,1	0,1	-	-	-	-
	1980	100	87,7	97,7	2,1	9,0	0,2	3,3	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Carbonífera	1970	100	93,6	95,9	93,6	2,9	3,3	0,5	2,5	0,2	0,3	0,1	0,2	0,3	0,1
	1975	100	95,6	97,2	1,3	1,8	1,0	2,2	0,4	0,4	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
	1980	100	91,9	95,0	2,8	3,6	1,8	4,0	0,3	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Int. Sul Catarinense	1970	100	96,2	99,3	96,2	0,4	0,8	0,1	2,8	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
	1975	100	94,2	99,2	0,3	0,8	0,1	4,8	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,3	0,1
	1980	100	88,4	97,2	2,1	5,2	0,5	6,3	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	-	-
Col. Sul Catarinense	1970	100	93,9	96,4	93,9	3,1	5,0	0,2	0,5	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
	1975	100	98,6	99,0	0,7	1,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
	1980	100	92,6	95,4	4,3	4,7	0,2	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0
Campos de Lages	1970	100	92,1	95,3	92,1	2,7	4,5	1,5	3,2	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1
	1975	100	92,3	97,0	1,5	2,0	0,0	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
	1980	100	89,5	94,4	3,0	4,9	1,6	5,5	-0,2	0,0	0,1	0,0	0,6	0,0	0,0
Campos de Quilombos	1970	100	91,9	96,3	91,9	1,8	2,4	1,1	5,4	0,2	0,0	0,0	0,5	0,2	0,2
	1975	100	97,9	99,7	0,6	1,4	1,2	8,8	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	1980	100	80,7	96,4	1,2	4,6	1,9	14,6	0,4	0,1	0,0	0,0	-	-	-
Col. do Rio do Peixe	1970	100	90,5	97,6	90,5	1,2	3,3	0,9	6,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
	1975	100	93,7	98,2	1,0	4,0	0,6	6,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
	1980	100	82,2	95,9	2,5	7,3	1,3	10,0	0,2	0,4	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Col. do Oeste Catarinense	1970	100	94,3	94,7	94,3	1,6	3,1	1,9	1,7	1,2	0,6	0,2	0,1	0,5	0,2
	1975	100	94,8	96,9	2,5	2,5	1,3	2,3	0,5	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1
	1980	100	84,6	94,2	2,3	5,4	0,7	8,8	2,1	1,0	0,1	0,1	3,5	0,1	0,1
Planalto de Canoinhas	1970	100	88,9	97,4	88,9	1,3	1,9	0,9	8,3	0,2	0,8	0,0	0,0	0,2	0,0
	1975	100	93,2	97,3	1,1	2,0	1,1	9,0	0,4	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	1980	100	74,8	94,7	3,0	4,2	2,1	19,0	0,2	2,0	0,0	0,0	-	-	-
TOTAL	1970	100	91,6	96,5	91,6	1,6	3,3	1,0	4,3	0,6	0,6	0,1	0,1	0,2	0,1
	1975	100	92,2	97,8	0,9	2,0	0,5	5,4	0,4	0,3	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0
	1980	100	84,0	95,3	2,3	4,8	1,2	10,4	0,9	0,6	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2

Fonte dos dados básicos: Tabela 18  
Elaboração: Instituto CENA/SC

## 4.2. MÃO-DE-OBRA

---

### 4.2.1. População Rural e Urbana

---

A década de 70 caracterizou-se pela urbanização da população catarinense, no sentido de que a população urbana, num momento não determinado da década, ultrapassou os 50% - era de 42,94% em 1970, e passou para 59,38%, em 1980 (tabela 21).

A transferência de pessoas do meio rural para o urbano pode ser facilmente constatada. Enquanto o total da população cresceu a taxas anuais de 2,261%, no meio urbano ela atingiu 5,628%, o que só foi possível através do decréscimo de 1,154% nas taxas anuais do meio rural (tabela 21).

Há diferenciações regionais extremadas, sendo os casos mais pronunciados o da Colonial de Joinville, com apenas 14,97% de população rural, e a Colonial Sul Catarinense, com 76,03% de rurícolas. Seguem-se, como regiões de pequenas proporções de população rural, as microrregiões de Florianópolis (17,11%), Litoral de Itajaí (18,15%), Colonial de Blumenau (26,56%) e Campos de Lages (28,19%), dados influenciados, como é natural, pelos centros urbanos que servem de identificação a estas regiões e são os mais populosos do estado. A sexta colocação é da MRH Carbonífera, onde se encontra a cidade de Criciúma, que completa o elenco dos maiores centros urbanos (tabela 22).

As maiores taxas de crescimento da população total deram-se, praticamente, nas mesmas regiões: Colonial de Joinville, Florianópolis, Litoral de Itajaí, Colonial do Oeste Catarinense e Colonial de Blumenau, justamente por serem centros de atração no processo do êxodo rural. O mesmo acontece, mais provavelmente, a partir das regiões que tiveram as maiores taxas negativas na população rural: Litoral Sul Catarinense, Carbonífera, Florianópolis, Colonial de Blumenau e Colonial de Joinville (tabela 22).

O Censo de 1980 revelou, também, algumas regiões de comportamento excepcional, pela diferenciação que tiveram das demais. É o caso da MRH Colonial do Oeste Catarinense - única a ter acréscimo da população rural e, também, a maior das taxas de crescimento da população urbana, fazendo com que a região fosse a quarta em

crescimento da população total.

Tal fato deve encontrar explicação na importância econômica da agropecuária da região (a de maior produção), o que permitiu um leve aumento (0,827%) da população rural, o mesmo não aconteceu em nenhuma outra região. O crescimento da população urbana é explicado, principalmente, pela cidade de Chapecó, centro urbano e industrial de relativa importância, e que cresceu muito no período 1970-80 (tabela 21).

A região que teve o menor decréscimo da população rural (-0,321% a.a.) foi a Colonial do Rio do Peixe - não é coincidência ser ela a segunda região do estado em produção agrícola. A explicação qualitativa, portanto, é a mesma da Colonial do Oeste Catarinense, havendo diferenças apenas quantitativas.

Por outro lado, a MRH Colonial Serrana Catarinense teve redução até da população total (-0,398 a.a.), o que nada tem de incoerente, pois sua pobreza é um fato conhecido. Há outras quatro microrregiões que tiveram crescimento da população total menor que 1,0%: Campos de Curitibanos, Colonial Sul Catarinense, Colonial do Itajaí do Norte e Colonial do Alto Itajaí. Essas cinco microrregiões (e talvez outras da tabela 22), são geradoras de migrações inter-regionais com destino àquelas já mencionadas que tiveram grande crescimento populacional.

Houve, portanto, dois tipos, no mínimo, de migrações na década de 70 - um, no sentido campo-cidade, e o outro das microrregiões economicamente mais deprimidas para as cidades-pólos.

#### 4.2.2. Pessoal Ocupado

---

Com o decréscimo de quase 182 mil pessoas na população rural, o percentual de pessoas ocupadas aumentou de 46,1%, em 1970, para 56,8%, em 1980. Parece bastante lógico que as pessoas que saíram do meio rural tenham sido as que estavam em pior situação, isto é, os desocupados, subocupados e ocupados temporariamente.

Esse raciocínio, de certa forma, é reforçado pelo fato de que, mesmo aumentando quase 10% do percentual de pessoas ocupadas, não houve maior intensificação do uso de mão-de-obra feminina

(32%) ou de menores de 14 anos. Estes últimos, aliás, foram menos utilizados em 1980, pois diminuíram de 19,6% para 19,1% (tabela 23).

Ainda que 182 mil pessoas tenham abandonado o meio rural na década de 70, provavelmente em busca de melhores condições, houve ocupação para 73 mil novas pessoas durante aquela década (tabela 23).

Isso foi possível graças à intensificação da agricultura e da pecuária do estado. Os estabelecimentos incorporaram, aproximadamente, 450 mil novos hectares de área; as lavouras cresceram 470 mil ha; as pastagens aumentaram 23 mil ha; foram implantados 30 mil ha de florestas e utilizados 430 mil novos hectares que estavam improdutivos (tabela 15).

#### 4.2.3. Pessoal Ocupado por Microrregião Homogênea

---

O aumento que aconteceu de 1970 para 1980 no pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas do estado (9,6%) não foi uniformemente distribuído nas MRH. Tanto não foi que em várias delas o pessoal ocupado diminuiu sensivelmente.

Em ordem decrescente de percentual de diminuição, têm-se as seguintes seis microrregiões: Colonial de Joinville (-45,5%); Litoral de Itajaí (-36,6%); Florianópolis (-21,9%); Colonial de Blumenau (-12,0%), Litoral de Laguna (-9%); Colonial de Itajaí do Norte (-6,0%) (tabela 24).

As demais microrregiões tiveram aumento no pessoal ocupado, destacando-se a Colonial do Oeste Catarinense, onde cresceu 36,2% a mão-de-obra dos estabelecimentos agropecuários.

Esta absorção tão expressiva de mão-de-obra na MRH Colonial do Oeste, que chegou ao dobro da segunda colocada (Colonial Sul Catarinense com 18,1%), deve-se à pujança da agropecuária da região. Mesmo com um aumento de 911% no número de tratores (foram utilizados 4.707 novos tratores), que normalmente poupam mão-de-obra, esta cresceu 36,2% na região.

Tal pujança da agricultura da microrregião fica mais clara quando se verifica que, mesmo tendo sido a primeira em absorção de mão-de-obra, foi a segunda em termos de aumento de tratores. Seu crescimento, na década, foi maior que o dobro da média estadual e alcançou, em 1980, um número de tratores superior ao de qualquer outra região.

#### 4.2.4. Pessoal Ocupado por Estrato.

---

Conforme já se viu, a mão-de-obra cresceu, na década de 70, 9,6% em média, mas com grandes variações regionais e, como não podia deixar de ser, com grandes diferenciações nos estratos de área.

Nos estabelecimentos de mais de 100 hectares, a absorção de mão-de-obra foi maior à medida em que aumentava o estrato, chegando ao máximo (73,6%) no estrato de mais de 1.000 hectares. Tal crescimento é substancial em termos percentual, mas muito pequeno em termos absolutos, porque, além de os grandes estabelecimentos serem poucos (tabela 12), também ocupam pouca mão-de-obra, sendo, portanto, relativamente fácil obter um alto percentual de aumento em dez anos. Na verdade, o aumento do pessoal ocupado no estrato de mais de mil hectares foi de apenas 3.680 pessoas (tabela 20), enquanto no estrato de 10 a 20 ha o aumento de 10,7% correspondeu a mais de 21,6 mil pessoas.

Os menores estratos (até 20 ha) apresentaram índices de crescimento maiores que a média estadual, porém, bastante mais próximos a ela do que os grandes estratos (tabela 25).

O comportamento mais diferenciado foi o dos estratos intermediários (de 20 a 100 hectares), nos quais o crescimento do pessoal ocupado foi mínimo (1,6%). A explicação pode ser encontrada com certa facilidade através da estrutura fundiária, pois estes foram os estratos que tiveram tanto o número de estabelecimentos como a sua área reduzidos de 1970 para 1980. O pessoal ocupado cresceu bem menos nestes estratos, simplesmente porque a área foi reduzida em 5,2% e cedida justamente para os estratos inferiores e superiores que, assim, puderam absorver mais mão-de-obra (tabela 12 e 18).



TABELA 2.1

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL,  
POR MRH DE SANTA CATARINA, 1970 E 1980

MRH	URBANA	RURAL	TOTAL
Colonial de Joinville	6,873	(-) 2,362	4,782
Litoral de Itajaí	5,369	(-) 2,044	3,511
Colonial de Blumenau	5,470	(-) 2,414	2,642
Col. de Itajaí do Norte	7,199	(-) 1,607	0,631
Colonial do Alto Itajaí	4,527	(-) 1,323	0,770
Florianópolis	5,999	(-) 2,600	3,845
Col. Serrana Catarinense	2,826	(-) 1,396	(-) 0,398
Litoral de Laguna	4,063	(-) 2,228	0,890
Carbonífera	4,439	(-) 2,843	1,455
Lit. Sul Catarinense	8,264	(-) 3,123	1,413
Col. Sul Catarinense	4,527	(-) 1,221	0,139
Campos de Lages	3,279	(-) 2,584	1,121
Campos de Curitibanos	4,245	(-) 2,030	0,010
Col. do Rio do Peixe	4,472	(-) 0,321	1,409
Col. do Oeste Catarinense	8,960	0,827	2,862
Planalto de Canoinhas	6,138	(-) 1,038	2,417
SANTA CATARINA	5,628	(-) 1,154	2,261

Fonte dos dados básicos: Tabela 20

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 2.2

POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, 1970 E 1980

MRH	POPULAÇÃO									
	1970					1980				
	Urbana (a)	Rural (b)	Total (c)	Participação Re- lativa		Urbana (a)	Rural (b)	Total (c)	Participação Re- lativa	
				(a/c)	(b/c)				(a/c)	(b/c)
Colonial de Joinville	156.602	67.544	224.146	69,87	30,13	304.346	53.597	357.943	85,03	14,97
Litoral de Itajaí	80.749	37.086	117.835	68,53	31,47	135.930	30.146	166.076	81,85	18,15
Colonial de Blumenau	154.592	121.759	276.351	55,94	44,06	263.348	95.258	358.606	73,44	26,56
Colonial Itajaí do Norte	7.064	30.919	37.983	18,60	81,40	14.149	26.278	40.427	35,0	65,0
Colonial do Alto Itajaí	41.708	97.337	139.045	30,0	70,0	64.898	84.965	149.863	43,30	56,70
Florianópolis	180.897	87.088	267.985	67,50	32,50	324.118	66.912	391.030	82,89	17,11
Col. Serrana Catarinense	15.208	59.604	74.812	20,37	79,67	20.049	51.818	71.866	27,90	72,10
Litoral de Laguna	32.629	43.952	76.581	42,61	57,39	48.556	35.081	83.637	58,06	41,94
Carbonífera	138.492	134.572	273.064	50,72	49,28	213.960	101.676	315.636	67,78	32,22
Litoral Sul Catarinense	24.867	63.544	88.411	28,13	71,87	55.052	46.692	101.744	54,11	45,89
Colonial Sul Catarinense	8.893	49.836	58.729	15,14	84,86	13.876	44.916	57.892	23,97	76,03
Campos de Lages	106.923	75.266	182.189	58,69	41,31	147.594	57.937	205.531	71,91	28,09
Campos de Curitibanos	42.087	109.209	151.296	27,82	72,18	63.777	88.902	152.679	41,77	58,23
Colonial do Rio do Peixe	90.183	197.704	287.887	31,33	68,67	139.666	191.396	331.062	42,19	57,81
Col. do Oeste Catarinense	83.358	359.555	442.913	18,82	81,18	196.648	390.348	586.996	33,50	66,50
Planalto de Canoinhas	81.791	120.716	202.507	40,39	59,61	148.372	108.673	257.045	57,72	42,28
SANTA CATARINA	1.246.043	1.655.691	2.901.734	42,94	57,06	2.154.238	1.473.695	3.627.933	59,38	40,62

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de Santa Catarina, 1970 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 23

PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR SEXO E IDADE, SANTA CATARINA, 1970 E 1980

ANO	PESSOAL OCUPADO	HOMENS	PARTICIPAÇÃO %	MULHERES	PARTICIPAÇÃO %	DE 14 E MAIS ANOS				MEIORES DE 14 ANOS			
						Homens	Participação %	Mulheres	Participação %	Homens	Participação %	Mulheres	Participação %
1970	763.501	457.188	59,9	306.313	40,1	369.810	48,4	243.971	32,0	87.378	11,4	62.342	8,2
1980	836.755	498.752	59,6	338.003	40,4	407.440	48,7	269.234	32,2	91.312	10,9	68.769	8,2
VARIACÃO 1980/70	9,6	9,1		10,3		10,2		10,4		4,5		10,3	

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1970 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 24

PESSOAL OCUPADO E NÚMERO DE TRATORES, NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR MRH, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

MRH	PESSOAL OCUPADO				NÚMERO DE TRATORES				RELAÇÃO PESSOAL OCUPADO/ Nº DE TRATORES		
	1970	1975	1980	VARIACÃO % 80/70	1970	1975	1980	VARIACÃO % 80/70	1970	1975	1980
Colonial de Joinville	39.825	27.833	21.719	- 45,5	525	1.350	2.420	361	75,9	20,6	9,0
Litoral de Itajaí	8.859	7.056	5.617	- 36,6	92	384	820	791	96,3	18,4	6,8
Colonial de Blumenau	61.735	67.517	54.133	- 12,0	477	1.528	3.216	574	129,4	44,2	16,8
Col. Itajaí do Norte	17.251	22.653	16.226	- 6,0	189	599	1.089	476	91,3	37,8	14,9
Col. Alto Itajaí	51.276	63.662	58.739	14,5	679	2.601	5.277	677	75,5	24,5	11,1
Florianópolis	22.680	21.701	17.722	- 21,9	170	336	698	311	133,4	64,6	25,4
Col. Serrana Catarinense	30.800	36.037	33.191	7,8	118	243	1.427	1.109	261,0	148,3	23,3
Litoral de Laguna	12.672	18.659	11.490	- 9,3	47	43	101	115	269,6	433,9	113,8
Carbonífera	52.751	61.995	55.400	5,0	521	558	1.282	146	101,3	111,1	43,2
Lit. Sul Catarinense	28.697	33.127	29.334	2,2	382	496	938	146	75,1	66,8	31,3
Col. Sul Catarinense	26.562	31.743	31.362	18,1	693	949	1.459	111	38,3	33,4	21,5
Campos de Lages	28.754	30.744	28.930	0,6	342	602	1.507	341	84,1	51,1	19,2
Campos de Curitiba	45.206	49.335	51.284	13,4	263	819	1.726	556	171,9	60,2	29,7
Col. Rio do Peixe	106.502	105.374	110.491	3,7	480	1.410	2.721	467	221,9	74,7	40,6
Col. Oeste Catarinense	184.712	222.474	251.590	36,2	464	2.244	5.171	911	398,1	99,1	48,7
Planalto de Canoinhas	54.219	58.824	59.527	9,8	621	1.479	3.253	424	87,3	39,8	18,3
TOTAL	763.501	858.734	836.755	9,6	6.063	15.641	33.105	446	125,9	54,9	25,3

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 25

PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL, SANTA CATARINA, 1970 E 1980

GRUPO DE ÁREA TOTAL	1970	1980	VARIACÃO (%) (1980/1970)
Menos de 10	197.756	228.935	15,7
10 - 20	201.921	223.543	10,7
20 - 50	251.853	254.455	1,3
50 - 100	67.811	70.632	4,2
100 - 500	34.322	43.022	25,3
500 - 1.000	4.836	7.109	47,0
1.000 e mais	5.002	8.682	73,6
TOTAL	763.501	836.378	9,6

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1970 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

#### 4.3. CAPITAL

##### 4.3.1. Valor dos Bens por Microrregião Homogênea

O capital será analisado sob uma ótica restrita, que considera apenas os valores dos bens e dos investimentos na década de 70, sendo que ambos contemplam bens móveis e imóveis.

O valor dos bens imóveis, em relação ao total, representava 73,0% em 1970, 80,8% em 1975 e 78,3% em 1980, enquanto os demais bens completaram os 100% (tabela 26).

Tais números identificam um comportamento ascendente dos bens imóveis até 1975, com uma queda posterior, o que, a grosso modo, acompanha o comportamento da economia nacional no mesmo período. Dito de outra maneira: enquanto a economia nacional crescia no seu todo, os bens imóveis cresciam na área agrícola do estado e, quando a economia perdeu o ritmo de crescimento, os bens imóveis, portanto de utilização mais permanente, perderam espaço em favor dos outros bens menos duradouros.

Entre os bens imóveis, destacaram-se as terras que tiveram um comportamento análogo aos bens imóveis em geral, pois constituíram 71,9%, 80,7% e 78,3%, do total de imóveis nos três censos.

Os prédios, instalações e benfeitorias tiveram um comportamento justamente oposto, pois o ano de 1975 apresentou as maiores participações, ou seja, enquanto as terras cresciam em participação, os outros bens imóveis decresciam e vice-versa (tabela 26).

Isso dá a entender que, em tempos de crescimento da economia, os bens que mais crescem em valor são os mais duradouros, ou seja, os imóveis e, dentre eles, o mais permanente, a terra.

Entre os outros bens (não imóveis), as culturas permanentes e matas plantadas tiveram um comportamento semelhante aos da terra (maior participação no ano de 1975), enquanto os animais de criação e trabalho tiveram comportamento inverso. Isso deve indicar que, em tempos de abundância, ficam facilitados os investi-

mentos de maturação demorada, como culturas permanentes e reflorestamento (tabela 26).

Máquinas e instrumentos tiveram participação crescente, o que é coerente com a mecanização ocorrida no estado neste mesmo período. Veículos e outros meios de transporte tiveram sua participação relativa em descenso na década de 70, ou seja, perderam importância como bens rurais, quando comparados com os restantes.

As microrregiões tiveram comportamento diferenciado quanto ao valor dos bens imóveis em geral. As MRH que se diferenciaram foram a Colonial de Joinville e a Colonial do Rio do Peixe, que tiveram a participação crescente dos bens imóveis, enquanto todas as demais tiveram os maiores percentuais em 1975, acompanhando a tendência geral do estado, conforme já foi visto, e, provavelmente, pelos mesmos motivos (tabela 27).

A Colonial de Joinville teve o valor crescente dos imóveis por influência da também crescente valorização das terras, proporcionalmente maior que os outros bens no período 75-80.

Além da Colonial de Joinville, outras MRH aumentaram sua participação em função das terras: Colonial de Blumenau, Colonial do Alto Itajaí, Litoral de Laguna, Carbonífera, Litoral Sul Catarinense, Colonial Sul Catarinense (tabela 27).

Instalações, outras benfeitorias, culturas permanentes e matas plantadas tiveram comportamentos diferenciados, conforme a microrregião. Enquanto animais de criação e trabalho tiveram participação decrescente em todas as regiões, à exceção de Florianópolis, máquinas e instrumentos cresceram em todas as MRH, excetuando-se o Litoral de Laguna.

Os maiores crescimentos do valor total dos bens ocorreram, na década de 70, nas MRH Colonial do Oeste Catarinense, Florianópolis, Litoral de Laguna, Colonial do Alto Itajaí e Planalto de Canoinhas, com crescimento acima da média estadual (tabela 27).

Quanto às terras, os maiores crescimentos de valor foram os das MRH Florianópolis, Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas, Colonial do Alto Itajaí, Colonial de Joinville e Co-

lonial de Blumenau, com valorizações acima da média (tabela 27).

Como se pode verificar, na maioria dos casos há coincidência entre o crescimento dos imóveis em geral e das terras, pelo simples motivo de serem os bens mais valiosos da propriedade. O crescimento do valor das terras na década, para todas as MRH, foi maior que o aumento do valor dos bens em geral.

Por outro lado, os menores índices de crescimento do valor dos bens em geral ocorreram nas MRH Colonial do Sul Catarinense, Colonial do Itajaí do Norte, Carbonífera, Campos de Curitiba e Campos de Lages, enquanto as menores valorizações das terras ocorreram na Colonial do Sul Catarinense, Colonial do Itajaí do Norte, Carbonífera, Campos de Lages e Colonial Serrana Catarinense. Nota-se que as duas listas quase coincidem, como aconteceu com as de maior crescimento (tabela 27).

Os maiores crescimentos do valor das instalações e outras benfeitorias foram obtidos na Colonial do Rio do Peixe, Litoral de Itajaí, Litoral de Laguna, Litoral Sul Catarinense e Colonial do Oeste Catarinense.

Na verdade, de todos os itens, o que mais cresceu foi o de máquinas e instrumentos, inclusive mais que a terra, o que prova o crescimento da mecanização no estado na década de 70. Destacaram-se, nesse sentido, as MRH Colonial Serrana Catarinense, Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas, Campos de Curitiba e Litoral de Itajaí (tabela 27).

A primeira e a última destas regiões tinham, em 1970, um número mínimo de tratores. O crescimento deu-se, então, a partir de uma base muito pequena que possibilitou um grande crescimento na década. A colonial do Oeste Catarinense, por sua vez, foi a região de maior desenvolvimento agrícola, enquanto a Campos de Curitiba e a Planalto de Canoinhas são regiões em que as lavouras cresceram nos campos e através da mecanização.

Os menores crescimentos de máquinas e instrumentos ocorreram nas MRH Litoral de Laguna, Florianópolis, Carbonífera, Litoral Sul Catarinense e Colonial de Blumenau.

#### 4.3.2. Valor dos investimentos por microrregião homogênea \_\_\_\_\_

A distribuição do valor dos investimentos entre os bens imóveis e outros bens é diferente da que se refere ao valor dos bens. Enquanto nestes havia grande predomínio da participação dos bens imóveis e sua distribuição era oscilante (70%, 80% e 78%), os investimentos mostraram-se decrescentes, e muito inferiores (50%, 49% e 45%), ou seja, os investimentos em bens imóveis perderam terreno na década de 70 para os investimentos em outros bens. Vale dizer que os imóveis aumentaram sua participação no valor - não por maiores proporções de investimento, mas sim pela valorização dos próprios bens imóveis (tabelas 26 e 28).

O valor dos imóveis são determinados, basicamente, pelas terras que representam 72%, 81% e 78% dos imóveis, enquanto nos investimentos as terras representaram 37%, 27% e 35% dos imóveis.

Nos investimentos, os itens importantes nos bens imóveis não foram as terras destacadamente, mas sem terras, prédios residenciais e instalações, numa divisão tripartite, quase eqüitativa, no ano de 1980 - 35%, 31% e 34% - (tabela 28).

Os investimentos - em outros bens que cresceram de 50% para 54% do total, na década de 70 - destacam, em 1980, a participação dos animais de reprodução e trabalho (56%) e máquinas e instrumentos (24%).

Analisando-se por MRH, verifica-se que os maiores crescimentos nos valores dos investimentos, na década de 70, ocorreram nas MRH Litoral de Itajaí, Florianópolis, Colonial do Rio do Peixe, Colonial Serrana Catarinense e Colonial de Blumenau; e os menores, na Campos de Lages, Colonial de Itajaí do Norte, Campos de Curitibanos e Litoral de Laguna. As demais MRH ficaram na situação intermediária.

Nas microrregiões Litoral de Itajaí, Florianópolis e Campos de Curitibanos, os investimentos em bens imóveis cresceram, proporcionalmente, mais que os em bens móveis, enquanto nas demais microrregiões ocorreu o contrário.

Os maiores crescimentos dos investimentos em terras fo-

ram nas MRH Litoral de Itajaí, Florianópolis, Colonial de Joinville, Colonial de Blumenau e Litoral de Laguna; e os menores, na Colonial Sul Catarinense, Campos de Lages, Colonial do Itajaí do Norte e Carbonífera (tabela 29).

Esses crescimentos das microrregiões do Litoral podem significar exploração imobiliária com sítios próximos ao mar e grandes cidades, sem maiores resultados econômicos, mas, principalmente, estão ligados à expansão da cana-de-açúcar nas várzeas litorâneas das quatro primeiras microrregiões.

Os mais importantes investimentos em bens não imóveis, na década, foram os animais de reprodução e trabalho. Tais investimentos deram-se na MRH Colonial do Rio do Peixe, Florianópolis, Colonial do Oeste Catarinense, Colonial de Joinville, Litoral Sul Catarinense e Campos de Lages.

Para explicar o destaque dessas microrregiões, pode-se agrupá-las de duas em duas: a Colonial do Rio do Peixe e a Colonial do Oeste Catarinense explicam-se pelos suínos de reprodução e pelos bovinos de trabalho e reprodução; a Colonial de Joinville e Campos de Lages são destaque pelos bovinos de leite e carne, respectivamente, bem como pelos animais de trabalho; e Florianópolis e Litoral Sul Catarinense tiveram o grande crescimento facilitado pela insignificância dos investimentos em 1970, isto é, houve um grande crescimento, mas a partir de valores que eram considerados dos menores do estado no início da década.

Os menores crescimentos foram os das MRH Planalto de Canoinhas, Colonial Serrana Catarinense, Carbonífera, Litoral de Itajaí e Colonial do Alto Itajaí.

#### 4.3.3. Valor dos bens por estrato

---

Na década de 70, os maiores crescimentos nos valores dos bens (acima da média estadual) foram alcançados pelos estratos de mais de 1.000 ha, de 500 a 1.000 ha e menores de 10 ha, sendo os demais estratos inferiores à média. O pior desempenho foi o do estrato de 20 a 50 hectares (tabela 26).

Tais desempenhos estão ligados a duas causas principais:

os estratos intermediários, como já se viu, diminuíram em número e área, enquanto os extremos cresceram em número, tendo os estratos inferiores perdido em área e os superiores aumentado.

Os crescimentos destacados estão ligados aos bens imóveis, que são o grosso do valor dos bens. Mas, nos grandes estratos (acima de 500 hectares), houve também crescimento dos outros bens, enquanto o estrato de menos de 10 ha foi o que teve o pior desempenho nesta última categoria.

Dentre os bens imóveis, os mais representativos são as terras, nas quais os mesmos estratos se distinguem: acima de 1.000 ha, abaixo de 10 ha e de 500 a 1.000 ha.

Em todos os estratos, a participação do valor dos bens imóveis cresceu na década de 70, o mesmo acontecendo com as terras, ou melhor, foi a valorização das terras que provocou um maior crescimento da participação dos bens imóveis no total dos bens.

Os prédios residenciais perderam participação em todos os estratos, enquanto o mesmo acontecia com as instalações, com exceção dos estratos de 100 a 1.000 ha, nos quais as instalações cresceram em participação (tabela 26).

Nos outros bens, destaca-se a participação dos animais de reprodução e trabalho, que foi decrescente no período (de 53,8% para 45,5% dos outros bens). Decresceu também a participação dos veículos, tendo crescido a das lavouras permanentes e a das máquinas e instrumentos.

Quanto aos animais, os maiores crescimentos foram dos mesmos estratos que se têm diferenciado: de 500 a 1.000 ha, de mais de 1.000 ha e de menos de 10 ha, sendo que todos os estratos tiveram decréscimo de participação, seguindo a média estadual no período (tabela 26).



#### 4.3.4. Valor dos investimentos por estrato\_\_\_\_\_

Os mais altos índices de crescimento do total dos investimentos, na década de 70, ocorreram nos estratos de 50 a 100 ha e até 10 ha, sendo o menor índice o do estrato de mais de 1.000 hectares (tabela 28).

A maior evolução positiva dos investimentos em bens imóveis aconteceu nos estratos de mais de 100 hectares que, inclusive, tiveram a participação crescente no total do valor dos investimentos, enquanto, nos estratos inferiores, os outros bens é que tiveram participação crescente.

Na maioria dos estratos, os crescimentos da participação dos imóveis deve-se à maior participação das terras. Só nos estratos de 50 a 500 ha é que as instalações colaboraram no crescimento (tabela 28).

Quanto aos outros bens, os maiores crescimentos foram apresentados pelos estratos de até 10 ha, de 50 a 100 ha e de 10 a 50 ha que tiveram participação crescente nesta categoria de investimento. O menor crescimento foi do estrato de mais de 1.000 hectares.

Os animais de reprodução e trabalho foram os maiores responsáveis por esse comportamento, tendo, aliás, aumentado sua participação em todos os estratos. Sua participação, contudo, foi muito maior nos estratos inferiores, porque neles os investimentos em terra são pequenos em relação aos outros bens. Em 1980, por exemplo, o estrato de menos de 10 ha investiu 24,4% em terras, e o estrato de mais de 1.000 ha, investiu 62,4%, para uma média estadual de 35,5% no total de bens imóveis.

#### 4.3.5. Valor dos bens, segundo a condição do produtor\_\_\_\_\_

É interessante se notar que os não-proprietários foram as categorias de produtores que mais ampliaram seus bens na década de 70. Dentre eles, a primeira colocação foi dos arrendatários, vindo, em seguida, os ocupantes e, por último, os parceiros. Essas três categorias cresceram acima da média, que foi diminuída pelos proprietários (tabela 30).

Quantitativamente, o fato tem pouca envergadura, pois os proprietários, em 1980, possuíam 90,1% do valor dos bens; os arrendatários, 3,5%; os parceiros, 2,8%; e os ocupantes, 3,6%. Mesmo assim, este fato é revelador e deve estar ligado à diminuição dos produtores na década de 70, e ao aumento nas categorias de não-proprietários.

O destaque dos arrendatários deve-se, provavelmente, ao fato de ser esta categoria a mais estável das três. A segunda posição, a dos ocupantes, liga-se, provavelmente, à necessidade que esta tem de reforçar a posse da terra através do aumento dos bens. O parceiro tem uma situação muito transitória que não recomenda a ampliação dos bens, mesmo que existam condições para isso.

Com os bens imóveis aconteceu algo semelhante aos bens em geral, mesmo porque aqueles representavam, em 1980, de 78% a 83% destes. Cresceram mais os bens dos arrendatários, ocupantes e parceiros do que os dos proprietários - os únicos a apresentarem desempenhos abaixo da média (tabela 30).

Quanto às terras, que cresceram em importância em todas as categorias, o comportamento foi idêntico e representava, em 1980, entre 77% e 84% dos bens imóveis.

Na verdade, o raciocínio deve ser inverso, pois foram as terras que influenciaram o comportamento dos bens imóveis, e estes determinaram o comportamento do total dos bens, já que as terras representam entre 60% e 67% do valor dos bens.

Os crescimentos destacados dos bens de arrendatários e ocupantes explicam-se, também, pela evolução dos outros bens (não-imóveis) que se somariam aos bens imóveis, e foram superiores aos dos proprietários e parceiros, que diminuíram a média estadual.

Em todas as categorias, os outros bens diminuíram sua participação. Este comportamento foi determinado pelos animais de criação e trabalho, em todas as categorias e na média estadual, com exceção dos parceiros que aumentaram a participação dos animais, máquinas e instrumentos, diminuindo a participação das lavouras permanentes e matas cultivadas. A explicação, provavelmente,

te, é de que estas últimas são menos removíveis (ou dificilmente o são) quando comparadas àquelas.

#### 4.3.6. Valor dos investimentos segundo a condição do produtor\_\_\_\_\_

Os maiores índices de evolução positiva dos investimentos foram apresentados pelos arrendatários e ocupantes com desempenho acima da média estadual, ficando proprietários e parceiros abaixo dessa média (tabela 31).

Isso se explica pelo crescimento destas categorias, na década de 70, e se sustenta nos investimentos em bens móveis que tiveram participação crescente, enquanto os imóveis tiveram participação decrescente.

Os investimentos em bens imóveis tiveram maior crescimento na categoria dos proprietários, que sustentaram a média e apresentaram pequeno decréscimo na participação destes bens (de 50,6%, para 46,8%) enquanto o descenso, nas categorias não proprietárias, foi acentuado: arrendatários, de 45,1% para 20,8%; ocupantes, de 49,4%, para 31,8%; e parceiros de 33,5% para 27,8% (tabela 31).

Nos bens não imóveis (outros bens), os maiores crescimentos foram dos arrendatários e ocupantes, ficando proprietários e parceiros abaixo da média. Foram, aliás, os bens imóveis que determinaram este mesmo comportamento nos bens totais.

Os outros bens tiveram participações crescentes, no período, para todas as categorias, principalmente nas duas citadas acima, e que foram determinadas pelo crescimento dos investimentos em animais de reprodução e trabalho, os quais apresentaram os maiores crescimentos de participação entre os bens não-imóveis.

Os investimentos em máquinas e instrumentos cresceram apenas nos parceiros e menos nos ocupantes, tendo decrescido no total pelo decréscimo dos arrendatários e proprietários.

TABELA 26  
VALOR DOS BENS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, SEGUNDO O GRUPO DE ÁREA TOTAL, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

EXTENSÃO DE ÁREA (ha)	ANO	BENS INOVEIS										OUTROS BENS										TOTAL (*)
		Total	Participação CASA	Participação Terrenos	Participação Veículos	Participação Móveis	Participação Bens Móveis	Participação Veículos	Total	Participação CASA	Participação Terrenos	Participação Veículos	Participação Móveis	Participação Veículos	Total	Participação CASA	Participação Terrenos	Participação Veículos	Participação Móveis	Participação Veículos		
Menos de 10	1970	473.726	37,5	285.107	60,2	139.659	29,5	49.010	10,3	137.839	22,5	14.271	10,4	88.008	63,8	14.334	10,4	21.726	15,4	611.615		
	1975	4.281.548	86,1	2.952.908	67,4	1.902.873	22,9	475.577	9,7	706.930	13,9	52.314	7,4	450.849	63,8	113.117	16,0	90.651	12,8	5.038.238		
	1980	53.492.941	84,1	36.930.333	69,0	11.925.095	21,9	4.877.512	9,1	10.129.055	13,9	1.085.458	10,7	6.214.344	61,4	1.843.603	18,2	955.648	7,7	61.821.297		
10 — 20	1970	681.803	75,3	435.713	63,9	160.342	23,5	85.799	12,6	223.770	24,7	23.168	10,3	134.697	60,2	35.293	15,8	20.611	13,7	905.623		
	1975	6.463.952	81,8	4.745.505	73,4	1.026.767	15,6	691.677	10,7	1.248.418	16,2	97.369	7,8	701.645	56,2	297.366	23,8	157.036	12,2	7.722.308		
	1980	72.634.959	80,5	52.622.334	72,4	17.465.069	17,2	7.547.576	10,4	17.546.931	19,3	2.047.453	11,7	9.298.592	53,6	4.591.386	28,1	1.203.499	8,6	95.175.896		
20 — 50	1970	1.168.630	74,8	791.879	67,8	274.249	20,0	142.502	12,2	391.943	25,2	45.197	11,5	217.603	55,2	70.330	17,9	60.812	15,4	1.562.273		
	1975	10.828.581	81,5	8.321.407	76,9	1.211.368	13,1	1.085.896	10,0	2.146.774	16,5	229.035	10,7	1.080.938	50,3	541.160	25,2	295.641	13,8	12.975.255		
	1980	114.946.299	79,5	85.388.300	74,3	17.175.801	14,3	12.302.197	10,8	25.884.779	20,5	4.645.378	13,8	14.073.682	47,4	8.120.034	27,5	2.031.144	7,5	141.689.079		
50 — 100	1970	466.435	74,3	347.364	74,5	71.457	15,3	47.615	10,2	151.345	29,7	20.598	12,8	88.264	54,7	23.899	14,9	28.494	17,6	627.780		
	1975	4.681.189	83,5	3.860.458	82,5	430.232	9,3	304.499	8,2	921.781	16,5	141.430	11,3	120.771	45,7	128.913	24,9	138.653	14,2	5.822.243		
	1980	47.628.536	71,4	37.777.347	79,3	4.230.072	10,4	4.313.117	10,3	13.870.030	24,9	2.965.060	13,4	5.981.608	42,3	3.701.649	19,7	1.249.640	7,0	61.806.467		
100 — 500	1970	517.753	66,8	437.644	84,5	44.526	6,6	35.551	6,9	232.094	33,2	36.345	17,5	117.122	45,6	17.238	6,7	24.340	10,2	774.846		
	1975	6.046.934	79,8	5.421.017	89,7	2.968.074	4,8	1.906.074	5,5	3.535.815	25,2	604.236	17,6	1.444.072	55,7	1.042.072	26,5	1.386.053	14,2	8.422.743		
	1980	57.355.712	74,5	50.201.357	87,5	2.968.074	5,2	4.107.620	7,3	15.235.812	29,7	6.186.549	37,5	8.144.277	41,7	3.958.534	20,5	1.332.425	6,6	76.941.535		
500 — 1.000	1970	124.919	70,0	163.532	89,4	9.785	5,4	9.592	5,2	78.297	39,0	19.571	24,9	46.012	58,6	3.827	7,4	31.167	9,1	431.424		
	1975	1.215.791	72,5	1.853.784	90,7	658.292	3,0	1.377.198	4,3	2.408.841	25,3	2.826.714	38,1	3.309.295	44,7	818.410	12,7	334.420	4,5	2.932.099		
	1980	21.623.251	74,1	18.853.784	86,7	658.292	3,0	1.377.198	4,3	7.408.841	25,3	2.826.714	38,1	3.309.295	44,7	818.410	12,7	334.420	4,5	29.302.099		
Mais de 1.000	1970	243.144	65,7	213.312	91,8	8.939	3,7	10.603	4,2	155.762	31,3	65.395	19,6	51.151	49,4	8.906	6,4	7.138	5,6	358.086		
	1975	3.851.521	71,7	3.654.466	94,0	813.704	2,5	1.123.705	3,5	1.123.705	28,1	1.123.705	24,5	201.374	19,5	120.509	7,6	28.207	1,8	5.435.020		
	1980	31.623.697	71,7	28.684.466	91,0	813.704	2,5	1.123.705	3,5	13.293.464	28,3	8.142.255	61,3	3.641.774	27,4	1.157.162	8,7	350.370	1,8	46.950.562		
TOTAL	1970	3.715.210	73,0	2.686.263	71,9	668.377	17,5	320.841	10,7	1.219.517	27,0	275.425	20,8	743.900	53,0	178.377	12,7	181.855	12,2	5.114.828		
	1975	39.203.228	80,8	31.807.842	79,3	50.748.339	12,6	18.439.543	9,1	31.842.575	21,7	27.880.867	25,0	50.777.839	45,5	24.342.338	21,8	8.541.509	7,7	48.174.262		
	1980	401.813.929	79,3	314.485.000	78,3	50.748.339	12,6	18.439.543	9,1	311.432.575	21,7	27.880.867	25,0	50.777.839	45,5	24.342.338	21,8	8.541.509	7,7	513.156.505		

Fonte dos dados básicos: IACI (Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1970, 1975 e 1980)

Elaboração: Instituto CESA/SC

(\*) Inclui o valor dos imóveis não declarados



TABELA 28  
VALOR DOS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, SEGUNDO O GRUPO DE ÁREA TOTAL, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

GRUPO DE ÁREA TOTAL (na)	ANO	BENS INOVEIS										OUTROS BENS										
		TOTAL	Participação com Relat. TVA	Participação quadrada	Participação com Relat. TVA	Participação em socio- sionais e outros	Participação com Relat. TVA	Participação em socio- sionais e outros	Participação com Relat. TVA	Participação em socio- sionais e outros	Participação com Relat. TVA	Participação em socio- sionais e outros	Participação com Relat. TVA	Participação em socio- sionais e outros	Participação com Relat. TVA	Participação em socio- sionais e outros	Participação com Relat. TVA	Participação em socio- sionais e outros	Participação com Relat. TVA	Participação em socio- sionais e outros		
10	1970	21.305	63,2	3.817	28,2	1.811	34,2	4.337	37,4	3.135	38,9	1.757	21,7	1.550	19,2	1.103	13,7	1.550	19,2	1.103	13,7	
	1975	224.697	71,668	14.537	20,1	24.324	33,5	31.637	46,4	15.230	21,6	32.030	44,9	17.489	24,9	61.683	8,1	32.030	44,9	61.683	8,1	
20	1970	40.509	21,597	2,766	11,7	2,054	38,7	9.747	52,6	5.272	34,0	5.859	37,6	11.590	10,2	1.767	11,4	11.590	10,2	1.767	11,4	
	1975	257.318	141.277	24.722	18,2	42.054	28,6	37.402	24,5	30.231	19,4	56.313	21,5	11.464	10,1	8.435	7,1	56.313	21,5	11.464	10,1	
30	1970	3.627.285	1.846.541	50,9	321.693	28,4	713.231	33,0	609.612	49,1	1.782.738	49,1	1.120.035	46,5	426.886	23,9	70.077	4,0	1.120.035	46,5	426.886	23,9
	1975	69.453	28.272	26,6	12.787	32,6	10.837	27,8	15.546	29,4	30.081	43,4	8.038	26,7	12.347	41,1	3.989	13,3	30.081	43,4	8.038	26,7
50	1970	6.682.410	2.771.299	41,5	873.175	13,1	941.020	14,1	978.414	14,5	3.230.127	54,1	1.671.998	47,5	1.874.824	57,0	213.127	6,1	3.230.127	54,1	1.874.824	57,0
	1975	25.402	13.612	53,6	5.328	37,1	3.130	23,0	5.154	37,9	11.791	46,4	915	7,6	3.907	33,1	1.691	14,3	11.791	46,4	915	7,6
100	1970	197.160	95.829	48,6	29.112	14,7	33.555	16,9	47.161	19,2	102.331	51,4	102.585	10,4	16.338	16,1	187.887	50,9	102.331	51,4	187.887	50,9
	1975	2.846.082	1.205.122	42,4	431.782	15,1	299.599	10,5	471.432	16,2	1.035.493	35,9	173.787	10,7	635.669	32,1	431.149	26,4	1.035.493	35,9	431.149	26,4
500	1970	232.971	96.955	41,6	44.563	19,1	14.696	15,1	31.664	25,1	135.913	58,5	31.664	25,1	17.811	14,2	54.312	43,1	135.913	58,5	31.664	25,1
	1975	3.170.331	1.431.128	45,1	682.959	21,5	435.315	17,1	585.654	21,3	1.931.993	59,9	1.041.993	53,9	1.041.993	53,9	496.321	25,7	1.931.993	59,9	496.321	25,7
1.000	1970	11.632	4.100	35,1	1.089	45,6	785	19,1	1.447	35,3	7.582	64,9	3.543	46,7	1.523	20,1	1.412	18,6	7.582	64,9	3.543	46,7
	1975	60.746	21.244	34,9	13.200	59,3	2.257	10,2	6.789	30,5	38.502	63,4	14.799	38,2	3.742	9,7	15.372	39,9	38.502	63,4	14.799	38,2
TOTAIS	1970	1.037.214	436.564	42,1	211.464	43,4	76.555	17,6	148.595	34,0	650.644	57,9	112.274	19,7	239.344	47,9	145.375	24,2	650.644	57,9	145.375	24,2
	1975	19.449	4.571	23,5	2.821	61,7	665	14,6	1.085	23,7	14.878	76,5	10.578	71,1	1.094	7,4	1.491	10,0	14.878	76,5	1.491	10,0
TOTAL	1970	29.478	24.261	27,1	13.541	55,8	1.630	17,5	9.090	37,5	65.217	72,9	39.381	60,4	7.942	12,2	4.344	22,0	65.217	72,9	4.344	22,0
	1980	1.317.237	531.185	40,3	331.731	62,4	100.409	19,0	98.545	18,9	78.739	59,7	215.252	27,2	169.933	21,5	169.933	21,5	78.739	59,7	169.933	21,5
TOTAL	1970	326.705	133.881	50,2	42.454	37,3	29.120	25,6	42.309	37,1	112.914	63,8	32.827	30,6	35.739	31,7	30.845	26,5	112.914	63,8	30.845	26,5
	1975	20.567.200	9.246.280	45,1	3.222.430	35,5	2.870.773	30,7	3.155.077	33,8	11.219.414	54,5	6.284.995	54,5	6.284.995	54,5	2.744.891	24,5	11.219.414	54,5	2.744.891	24,5

Fonte dos dados básicos: IBGE (Censo Agropecuario de Santa Catarina - 1970, 1975 e 1980).

Elaborações Instituto CEP/SC

(r) Inclui valor dos imóveis não declarados

VALOR DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS SEGUNDO AS MICROREGIÕES MOCOMBENS DE SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980 (em mil cruzes)

MUNICÍPIO	ANO	TOTAL GERAL (*)	BENS										OUTROS BENS		VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE							
			Participação em obra de construção	Participação em aquisição de móveis	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos	Participação em aquisição de eletrodomésticos			
Colônia de Bommele	1970	7.791	2.94	539	19.0	1.069	35.7	1.385	46.3	4.796	61.6	1.933	40.3	976	19.3	1.129	23.5	490	10.0	330	6.9	
	1975	37.847	15.39	3.238	29.7	6.441	38.1	6.441	41.2	21.902	51.3	4.002	18.5	2.691	33.7	10.602	48.4	2.691	13.4	1.309	5.9	
	1980	70.867	29.439	85.534	38.7	105.423	35.9	105.423	35.1	486.000	61.3	98.628	21.2	221.693	47.5	109.386	23.5	22.946	4.5	14.027	5.0	
Litoral de Itajaí	1970	1.900	1.035	3.63	33.0	29.1	24.3	44.1	42.6	355	45.5	100	11.5	393	45.4	165	21.5	100	11.5	87	10.1	
	1975	13.818	7.686	3.623	41.0	1.809	23.2	2.169	27.8	6.012	43.5	172	2.8	1.460	24.3	3.277	51.6	903	35.0	4.2	4.2	
	1980	408.829	243.291	139.483	57.3	35.669	34.7	68.141	28.0	165.532	40.5	10.127	6.1	56.377	36.1	82.479	49.8	9.575	5.9	6.974	4.7	
Colônia de Blumenau	1970	6.522	3.394	6.23	33.7	2.464	45.7	2.464	45.7	3.128	36.7	360	11.5	1.158	37.0	963	20.7	312	20.2	312	10.6	
	1975	55.322	30.862	8.453	22.5	10.411	33.8	13.521	43.7	24.341	44.0	3.291	13.5	4.919	20.2	11.593	47.6	2.811	11.6	1.725	7.1	
	1980	937.320	475.304	56.7	210.078	44.2	132.755	25.8	462.442	49.3	43.692	9.4	233.928	50.6	122.578	27.5	39.220	8.5	39.220	8.5	23.094	5.0
Colônia de Itajaí do Norte	1970	3.627	2.134	800	38.4	500	32.4	33.26	38.2	1.433	40.2	18	1.3	397	23.7	589	57.4	219	15.3	210	14.6	
	1975	26.196	20.237	2.973	10.3	5.018	24.8	64.9	21.1	16.169	44.4	211	1.3	3.500	21.6	9.273	57.4	2.520	15.6	665	4.1	
	1980	225.854	117.143	41.160	35.1	37.182	31.8	108.707	31.8	308.707	40.1	2.832	2.6	64.043	53.9	31.130	28.7	5.674	5.2	5.018	4.6	
Colônia de Nova Itajaí	1970	11.327	7.965	43.9	31.1	1.905	26.0	2.982	46.0	4.237	37.0	449	10.5	1.211	25.2	1.486	24.7	482	11.2	659	15.4	
	1975	42.609	21.432	30.8	11.432	24.8	24.8	24.8	24.8	36.537	46.3	1.729	4.7	6.133	16.8	20.590	56.3	1.729	16.8	1.729	16.8	
	1980	882.761	471.733	57.4	171.276	34.6	183.942	20.9	411.022	46.3	9.743	2.4	175.925	42.6	167.755	40.8	36.315	9.0	36.315	9.0	20.684	5.0
Florianópolis	1970	2.238	1.309	44.6	34.2	262	27.7	499	38.1	1.620	55.0	714	13.1	1.488	36.0	303	10.4	469	28.9	145	8.5	
	1975	22.525	12.829	40.4	15.8	2.266	21.4	4.476	20.0	4.444	41.5	4.315	5.0	3.138	24.9	4.203	30.4	576	34.9	596	4.4	
	1980	601.054	268.099	47.6	171.606	57.546	21.4	39.447	14.3	331.948	55.2	28.734	6.7	200.861	60.5	64.151	19.3	31.832	9.6	6.390	1.9	
Colônia Serra da Gramma	1970	4.581	2.654	57.9	43.2	725	27.3	783	29.5	1.827	42.1	219	16.6	954	49.5	1.273	14.2	337	9.7	229	10.0	
	1975	34.281	16.958	41.5	15.1	3.760	20.5	4.476	20.0	4.444	41.5	4.315	5.0	3.138	24.9	4.203	30.4	576	34.9	596	4.4	
	1980	308.769	231.281	63.6	113.879	79.7	70.025	47.025	235.655	54.4	1.827	42.1	219	16.6	954	49.5	1.273	14.2	337	9.7		
Litoral de Laguna	1970	2.091	766	33.8	118	16.7	14.3	101	14.3	1.385	66.2	686	63.7	492	35.5	145	11.9	75	5.5	48	3.5	
	1975	145.955	42.293	29.0	14.321	36.595	40.2	10.931	25.9	1.385	66.2	2.393	49.2	1.385	66.2	2.393	49.2	1.385	66.2	2.393	49.2	
	1980	1.027.968	455.064	41.9	145.663	31.6	185.964	40.9	128.437	21.5	557.898	55.1	48.148	6.6	374.163	67.1	92.604	16.8	25.893	4.8	17.190	3.1
Interior Sul Catarinense	1970	5.558	3.711	66.8	1.555	41.9	790	1.366	36.8	1.847	33.2	209	11.3	602	22.0	653	25.4	262	14.2	120	6.5	
	1975	34.145	20.636	60.4	6.779	42.5	13.925	34.4	13.508	39.6	11.849	8.5	3.894	26.8	5.963	54.2	1.434	10.6	1.062	7.8		
	1980	549.794	321.168	58.5	139.125	41.4	91.1.8.	20.0	227.620	41.5	11.849	8.5	3.894	26.8	5.963	54.2	1.434	10.6	1.062	7.8		
Colônia do Sul Catarinense	1970	5.796	1.303	57.5	6.663	51.6	534	33.6	2.293	42.5	2.293	42.5	2.293	42.5	2.293	42.5	2.293	42.5	2.293	42.5	2.293	
	1975	34.294	19.682	58.0	7.385	37.1	3.373	37.0	9.123	45.1	14.413	42.0	6.8	3.028	21.0	9.409	65.3	748	57.2	1.7	1.7	
	1980	398.095	177.880	44.6	78.091	47.7	65.253	36.7	220.810	55.4	16.339	7.4	76.880	34.8	104.615	47.4	14.000	6.3	8.978	4.1	4.1	
Campos de Lages	1970	23.510	8.276	44.0	4.689	57.5	1.464	18.0	15.752	66.0	9.335	59.2	2.596	16.5	409	17.8	1.152	50.2	429	18.8	45	2.0
	1975	144.200	51.029	48.9	29.367	57.5	7.223	18.1	14.413	45.1	27.449	51.4	11.976	23.3	7.773	14.5	4.332	8.1	1.962	3.7	3.7	
	1980	1.246.081	596.328	31.8	221.025	56.3	71.616	31.6	850.746	68.2	162.280	19.1	529.219	63.2	96.447	11.3	39.586	4.7	23.234	2.7	2.7	
Campos de Curitiba	1970	32.510	15.341	48.0	3.765	45.8	6.727	35.3	15.406	35.5	7.896	55.3	2.790	19.3	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	
	1975	24.180	13.754	42.9	28.558	49.5	6.727	35.3	15.406	35.5	7.896	55.3	2.790	19.3	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	
	1980	1.447.719	566.595	39.1	296.852	52.4	109.524	39.1	801.158	60.9	102.186	20.7	486.137	63.2	96.447	11.3	39.586	4.7	23.234	2.7	2.7	
Colônia do Rio do Helio	1970	28.195	15.341	48.0	3.765	45.8	6.727	35.3	15.406	35.5	7.896	55.3	2.790	19.3	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	
	1975	24.180	13.754	42.9	28.558	49.5	6.727	35.3	15.406	35.5	7.896	55.3	2.790	19.3	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	
	1980	1.447.719	566.595	39.1	296.852	52.4	109.524	39.1	801.158	60.9	102.186	20.7	486.137	63.2	96.447	11.3	39.586	4.7	23.234	2.7	2.7	
Colônia do Oeste Catarinense	1970	60.294	31.628	48.0	3.765	45.8	6.727	35.3	15.406	35.5	7.896	55.3	2.790	19.3	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	
	1975	35.258	20.528	48.0	3.765	45.8	6.727	35.3	15.406	35.5	7.896	55.3	2.790	19.3	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	13.1	1.931	
	1980	5.875.029	2.417.822	49.5	1.031.500	34.4	963.515	33.0	990.857	32.6	2.930.791	50.2	131.008	4.5	1.617.370	55.0	924.431	5.1	151.078	5.1	115.924	3.9
Planalto o. Catarinense	1970	14.322	7.827	48.9	2.515	35.8	1.627	22.9	2.500	51.1	7.339	14.6	1.335	18.2	1.987	27.2	4.211	12.5	1.211	12.5	1.211	
	1975	109.763	54.131	48.9	162.770	29.6	164.432	31.9	769.134	59.1	139.201	16.6	149.246	19.1	362.095	49.0	83.642	11.9	92.077	6.4	6.4	
	1980	1.358.023	546.134	49.3	1.031.500	34.4	963.515	33.0	990.857	32.6	2.930.791	50.2	131.008	4.5	1.617.370	55.0	924.431	5.1	151.078	5.1	115.924	3.9

Fonte dos dados básicos: IBGE (Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980)

Elaboração: Instituto CIPA/SC

(\*) Inclui o valor das indústrias não declaradas





#### 4.4. CONCLUSÃO

Com a análise feita sobre a situação da terra, da mão-de-obra e do capital na década de 70, pôde-se chegar a algumas conclusões preliminares que dependerão de confirmação através de estudos mais pormenorizados, principalmente a nível de microrregião e estrato de área, e segundo a condição do produtor.

Mesmo assim, alguns pontos podem ser destacados, pois se tornam evidentes, mesmo numa análise superficial como a desenvolvida nas páginas precedentes, e devem ser encarados com a atenção que merecem os problemas estruturais.

A primeira dessas evidências é a que registra que Santa Catarina tem a segunda menor concentração da terra entre os estados brasileiros, mas é o que tem a menor área média entre os estados de menor concentração e a sexta posição no Brasil, só sendo superior a cinco estados nordestinos. A área mediana dos estabelecimentos é de 14 hectares e a tendência de 1970-80 era de concentração da posse da terra<sup>(1)</sup>.

Na década de 70, surgiram mais 9.650 estabelecimentos de menos de 10 hectares, aumentando este tipo de estabelecimento de 32,0% para 35,0% do total, enquanto a área apropriada cresceu de 4,8% para 5% e a área média caiu de 5,14% para 4,93 hectares. Tais dados dispensam comentários.

Os estabelecimentos de 10 a 20 hectares, com área média caindo de 14,02 para 13,99 ha, portanto minifundiários, aumentaram mais 2.707 unidades na década, subindo de 27,1% para 27,3% do total.

O somatório desses dois tipos de estabelecimentos, que são os mais problemáticos, resultou no seguinte: aumentaram de 59,1% para 62,3% e continuaram apropriando apenas 16,0% da área.

Somem-se a isso a diminuição dos estabelecimentos de tamanho médio (20 a 100 hectares), e o aumento dos grandes (mais de

---

(1) BOLETIM REFORMA AGRÁRIA. Campinas. 1982. v.6 n.6.

100 ha) e conclui-se que, se a tendência da década de 70 se mantiver, as perspectivas da distribuição da terra em Santa Catarina deverão preocupar.

Essa proliferação de estabelecimentos não acontece, contudo, em todo o estado. Há quatro microrregiões que provocam esses aumentos: Litoral de Laguna, Colonial do Itajaí do Norte, Colonial do Alto Itajaí, Colonial do Oeste Catarinense. Duas, Carbonífera e Campos de Lages, mantiveram o número, e as outras dez o diminuíram.

Dentre essas microrregiões, a Colonial do Oeste Catarinense diferenciou-se, porque o aumento do número de estabelecimentos não impediu que fosse a única microrregião (entre as 16) a aumentar sua população rural e a primeira em absorção de mão-de-obra, tendo esta crescido o dobro da MRH que lhe ficou mais próxima. Tais fatos, no entanto, não atestam que a proliferação de estabelecimentos não causou danos sócio-econômicos à microrregião e ao estado, inclusive êxodo rural. Seu desempenho, quase com certeza, seria ainda melhor na ausência dos citados problemas fundiários.

Outra tendência preocupante dá posse da terra em Santa Catarina é a da diminuição relativa do nº de proprietários, com aumento dos não-proprietários (arrendatários, parceiros e ocupantes). Essas formas instáveis da posse da terra cresceram, principalmente nos estratos inferiores, o que piora o quadro, pois, além de crescerem os estabelecimentos com área insuficiente, isto está acontecendo com agricultores não-proprietários, ou seja, sem terra juridicamente sua.

No decênio, surgiram 1.911 novos estabelecimentos de arrendatários, 2.530 de parceiros e 4.282 de ocupantes, atingindo, em 1980, 44.673 estabelecimentos, somadas todas as categorias.

Houve exceções a nível regional, sendo que em quatro microrregiões os proprietários aumentaram sua participação relativa: Litoral de Itajaí, Colonial de Blumenau, Florianópolis e Colonial do Rio do Peixe.

Há ainda a tendência apresentada, na década, para uma

leve diminuição da propriedade individual ou familiar em favor de diversas formas de propriedade grupal.

O uso do solo intensificou-se nos anos 70, pois todos os estratos aumentaram o percentual de área utilizada com lavouras, com exceção daqueles de menos de 10 hectares, nos quais, provavelmente, isso não podia ser feito por estarem esgotadas as áreas aptas para lavouras.

Além disso, as pastagens ocuparam percentualmente mais área nos estabelecimentos até 100 hectares e menos nos de área maior. Isso indica que, além de intensificação, houve diversificação, já que o aumento de pastagens só pode ter sido feito através do cultivo de pastagens de melhor qualidade, e a diminuição deu lugar às lavouras e às matas cultivadas, pois estas últimas aumentaram sua participação dos estratos acima de 500 hectares.

Além de a ociosidade e/ou o descanso terem diminuído de 15,8% para 9,1% da área dos estabelecimentos, houve intensificação de diversificação que se basearam na troca de pastagem nativa por lavoura, pastagem nativa por mata artificial, mata nativa por lavoura, pastagem nativa por cultivada, etc.

A intensificação do uso e a diminuição das terras em descanso provocam maiores produções físicas e/ou econômicas a curto e/ou médio prazo, mas caso não haja tratamento condizente com o solo, sua exaustão ocorrerá num prazo não muito longo.

Como já foi visto, a regra geral, no estado, foi a diminuição da população rural no decênio passado, tendo, inclusive, passado a marca dos 50% (de 57,06% para 40,62%), podendo-se dizer que Santa Catarina se urbanizou nos anos 70.

Os centros de atração no êxodo foram as MRH dos grandes centros industriais e populacionais do estado, e que recebem população das regiões economicamente mais deprimidas.

As microrregiões que mais conseguiram reter a população rural foram as de economia agrícola mais consolidada: a Colonial do Oeste, única a aumentar a população rural, e a Colonial do Rio do Peixe, a que menos diminuiu. O desempenho destacado dessas duas

MRH deve-se não só a fatores restritos à produção agropecuária, mas, também, aos estímulos à demanda regional proporcionados pela agroindústria de alimentos. A agroindústria nessas microrregiões é mais desenvolvida que em quaisquer outras do estado, e se acha perfeitamente integrada à economia agrícola da região.

Além do êxodo entre regiões, houve deslocamento campo-cidade no interior das microrregiões. Joinville e Chapecó, por exemplo, além de receberem migrantes de outras microrregiões, receberam também os de sua própria MRH.

Os estabelecimentos agropecuários do estado empregaram, na década de 70, mais de 73 mil pessoas. Contudo, mesmo assim, 182 mil pessoas abandonaram o meio rural, durante a década, em busca de melhores condições. Se for considerado que, em 1980, 57% da população rural estava ocupada, seriam necessárias mais de 103,7 mil vagas para ocupar, no campo, a mão-de-obra que o abandonou no decênio.

O crescimento havido no pessoal ocupado, apenas 9,6% em 10 anos, não pode ser generalizado, pois em muitas microrregiões a mão-de-obra utilizada diminuiu sensivelmente. Não se pode esquecer que, na década, foram introduzidos 27 mil tratores no estado e não é por acaso que as menores relações pessoal ocupado/número de tratores são encontradas nas regiões que mais dispensaram mão-de-obra. Assim, a Colonial de Joinville, que em 1980 ficou com um trator para 9 pessoas ocupadas, teve uma queda de 45,5% no pessoal ocupado, enquanto na Colonial do Oeste, o pessoal ocupado aumentou 36,2%. Em 1980, porém, a relação ainda era de um trator para 40,6 pessoas ocupadas, nesta região.

Há um antagonismo entre mecanização e mão-de-obra ocupada. Contudo, se houver desenvolvimento agrícola compatível, pode existir crescimento dos dois fatores. Foi o que ocorreu com a MRH Colonial do Oeste que teve o maior crescimento de mão-de-obra ocupada e o segundo crescimento em tratores nos anos 70.

O maior crescimento da mão-de-obra deu-se nos grandes estratos (acima de 100 ha), mas como estes ocupavam apenas 5,8% do pessoal, em 1980 passaram a ocupar 7,0%, sem influenciar muito o total. Os estratos até 20 ha cresceram acima da média e menos que

os grandes, enquanto os estratos médios (20 a 100 ha) foram os que menos cresceram (abaixo da média).

Tais dados estão ligados à diminuição do número de estabelecimentos médios e ao aumento dos grandes e pequenos, o que já foi mencionado como algo pouco auspicioso.

O valor dos bens imóveis dos estabelecimentos agropecuários do estado cresceram de 1970 para 1975 em relação ao total, mas caíram entre 1974 e 1980. Isso identifica um comportamento semelhante ao da economia nacional: enquanto a economia do país cresce, o valor dos bens imóveis também cresce; e quando perdeu ritmo, os bens imóveis perderam em participação.

O grosso do valor dos bens imóveis (78,3% em 1980) deveu-se às terras. Tal comportamento dá a entender que, em tempos de crescimento da economia, os bens que mais crescem em valor são os mais duradouros, ou seja, os imóveis e, dentre eles, o mais permanente (a terra).

Em tempos de abundância, ficam facilitados os investimentos de retornos mais demorados, como foi o caso de culturas permanentes e matas plantadas.

Correpondendo à modernização da agricultura ocorrida no decênio, o item máquinas e instrumentos teve participação crescente. Destacaram-se, neste item, as microrregiões Colonial do Oeste (a que mais se desenvolveu), Colonial Serrana e Litoral de Itajaí (que tinham um número insignificante em 1970) e Planalto de Canoinhas e Campos de Curitibanos (regiões onde a agricultura avançou nos campos).

As MRH Colonial de Joinville e Colonial do Rio do Peixe se diferenciaram das demais, pois a participação do valor dos seus bens imóveis foi crescente, enquanto nas outras a maior participação foi em 1975.

Os maiores crescimentos do valor total dos bens ocorreram nas MRH Colonial do Oeste, Florianópolis, Litoral de Laguna, Colonial do Alto Itajaí e Planalto de Canoinhas e os menores na Colonial do Sul Catarinense, Colonial do Itajaí do Norte, Carboní-

fera, Campos de Curitibanos e Campos de Lages.

A análise dos investimentos revela que os imóveis aumentaram sua participação, mas não por maiores proporções de investimentos e sim pela própria valorização dos bens imóveis, principalmente as terras que determinam o comportamento dos bens imóveis.

Os maiores crescimentos dos investimentos em terras ocorreram nas MRH Litoral de Itajaí, Florianópolis, Colonial de Joinville e Colonial de Blumenau e devem estar ligados à expansão da cana-de-açúcar nas várzeas litorâneas e, secundariamente, à especulação imobiliária feita com sítios junto ao mar e às grandes cidades que fazem parte dessas microrregiões.

Salientaram-se, entre os bens não imóveis, os investimentos feitos com animais de reprodução e trabalho, principalmente nas MRH Colonial do Rio do Peixe e Colonial do Oeste (suínos e bovinos de reprodução e animais de trabalho), Colonial de Joinville e Campos de Lages (reprodutores bovinos de leite e carne, respectivamente, e animais de trabalho) e Florianópolis e Litoral Sul Catarinense (que tinham valores insignificantes em 1970).

Quanto aos estratos de área, os maiores crescimentos nos valores dos bens deram-se nos estratos de mais de 500 ha e nos de menos de 10, mas é preciso lembrar que estes estratos aumentaram em número de estabelecimentos, enquanto houve diminuição dos intermediários.

Esses crescimentos destacados deveram-se, principalmente, às terras, mas nos estratos de mais de 500 ha os bens móveis também colaboraram no crescimento, enquanto no de menos de 10 ha estes últimos tiveram o menor crescimento de todos os estratos.

Os investimentos apresentaram seus mais altos índices de crescimento nos estratos de 50 a 100 ha e até 10 ha, sendo o menor o do estrato de mais de 1.000 ha. Isso sugere que só houve relação de causa e efeito entre aumento do valor dos investimentos e do valor dos bens nos estabelecimentos de menos de 10 ha, pois nos outros a relação foi inversa. Os de mais de 1.000 ha, por exemplo, tiveram as maiores valorizações dos bens com os menores crescimentos dos investimentos, ainda que tenham aumentado no número.

Os estratos de grande porte investiram mais em terras, e os pequenos em bens móveis, principalmente animais de reprodução e trabalho. Em 1980, o estrato de mais de 1.000 ha investiu 62,4% do total dos seus investimentos em terras, e o de menos de 10 ha apenas 24,4%.

O motivo disso parece óbvio: os grandes estratos têm lucros totais, bem como garantias para financiamentos que lhes permitam investir em terras; os pequenos estratos, não alcançando esse patamar, investem seus pequenos lucros e garantias na intensificação da exploração das terras que possuem, especialmente nos animais de reprodução e no trabalho.

Em consonância com a diminuição dos proprietários, as outras categorias (arrendatários, parceiros e os ocupantes) foram as que mais fizeram crescer o valor dos seus bens na década, ainda que sua participação seja mínima (em 1980, possuíam 3,5%; 2,8% e 3,6% dos bens, respectivamente, enquanto os proprietários tinham 90,1%).

Nesse caso, os investimentos foram compatíveis, pois, como nos bens, os maiores crescimentos foram os apresentados por arrendatários e ocupantes e se destinaram aos bens móveis, principalmente animais de criação e trabalho.

**CRÉDITO RURAL**



## 5. CRÉDITO RURAL

Segundo estatísticas do Banco Central do Brasil, através do seu boletim de crédito concedido a produtores e cooperativas, o estado de Santa Catarina foi contemplado, em 1984, com 8,32% (131.856) do número e 4,07% (453 bilhões de cruzeiros) do valor dos contratos do país, que passou dos 11 trilhões de cruzeiros.

Através da tabela 32, observa-se uma acentuada queda no valor total de crédito concedido nos anos de 1983 e 1984. Esse fato é decorrente principalmente do aumento da taxa de juros nesses dois últimos anos. Isto ocorreu especialmente em 1984, quando a taxa de empréstimos foi de 100% do valor da ORTN + 3% de juros ao ano.

Para Santa Catarina, é provável que essa medida não tenha um impacto tão negativo quanto para outras regiões do país. Pode-se afirmar que, para os produtores catarinenses, é preferível a garantia de preços mínimos estimulantes do que a volta de juros subsidiados ao crédito de custeio, e que é necessária a existência de linhas especiais de crédito de investimento que contemplem os pequenos proprietários.

A afirmativa em relação ao crédito de custeio é baseada no fato de que os produtores, ao "planejarem" seus plantios, dão maior importância ao preço mínimo do que ao VBC da cultura que pretendem plantar.

No que tange ao investimento dos pequenos produtores, é crença generalizada que a existência de linhas especiais de crédito poderia favorecer sensivelmente a execução de melhorias que, ao final, contribuiriam para o aperfeiçoamento do desempenho do setor.

No ano de 1983, apesar da queda no valor, houve aumento no número total de contratos concedidos, demonstrando uma diminuição substancial no valor médio dos contratos a níveis bastante baixos, só vistos nos anos de 1971 e 1972.

Os beneficiários do crédito rural sempre foram, de forma mais expressiva, aqueles que se dedicam à atividade agrícola, e essa diferença acentuou-se nos últimos anos. Em 1984, 85,7% do va-

lor do crédito foi para a atividade agrícola e apenas 14,3% para a pecuária. Esses percentuais, em 1976, eram, respectivamente, de 58,8% e 41,2%.

As culturas que tiveram maior participação no valor destinado ao custeio da atividade agrícola, em 1984, foram fumo, 30,5%; milho, 17,6%; soja, 13,5%; arroz, 9,4%, e feijão, 8,6% (tabela 36).

Pelas estatísticas do Banco do Brasil, cujos empréstimos representaram aproximadamente 75% do valor do crédito concedido a produtores e cooperativas, relacionando-se a área custeada com a área total plantada no estado, as culturas mais favorecidas em 1984 foram: fumo, 64,5%; cana-de-açúcar, 45,6%; soja, 32,3%; arroz, 29,4%; milho, 15,0% e feijão, 16,5% (tabela 27).

No caso da pecuária, o crédito de custeio tem sido quase que totalmente para a avicultura e a suinocultura. Em 1984, essas duas atividades absorveram aproximadamente 90% do total de crédito concedido para aquela finalidade, sendo 45,5% para avicultura e 44,6% para suinocultura.

Para comercialização dos produtos agrícolas, as estatísticas do Banco Central não informam o montante de crédito utilizado para comercialização do feijão. Portanto, os dados utilizados para esse produto são os do Banco do Brasil, cujos empréstimos, em 1984, representariam 81% do total destinado àquela finalidade. Os principais produtos contemplados com o crédito de comercialização em 1984 foram: milho, 26,8%; soja, 20,4%; feijão, 17,8% e arroz, 11,2%.

Em relação ao porte dos beneficiários, através das estatísticas do Banco do Brasil, em 1984, a distribuição do valor total de crédito concedido para agricultura por essa instituição foi a seguinte: os mini e pequenos produtores e as cooperativas receberam 75% do total, 79,4% do crédito de custeio, 46,4% de comercialização e 84,2% de investimento. Os grandes produtores foram beneficiados com 13,5% do total, e a principal participação dessa categoria foi no crédito de comercialização, com 33,2% (tabela 46).

A pecuária apresenta um quadro diferente da agricultura. Os grandes produtores foram contemplados, em 1984, com 58% do total; os mini produtores e as cooperativas receberam 29,2% do total e 77,3% do crédito de investimento (tabela 47).

Quanto ao crédito rural orientado, em 1984, apesar da queda no número de contratos, houve reação em termos de valor aplicado em relação a 1983. Isso demonstra aumento no valor médio dos contratos, que, a preços de março de 1985, saltou de Cr\$ 9.921.000 em 1983, para Cr\$ 16.947.000 em 1984 (tabela 48).

TABELA 32

CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS ATIVIDADES, 1970 a 1984

(a preços de março/85)

ATIVIDADE	TOTAL		AGRÍCOLA		PECUÁRIA	
	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)
1970	74.254	390.892.324	49.813	234.684.701	24.441	156.207.623
1971	58.091	350.442.336	40.484	227.061.314	17.607	123.381.022
1972	68.101	473.732.421	43.767	296.716.864	24.334	177.015.557
1973	72.273	729.781.219	49.780	490.172.208	22.493	239.609.011
1974	87.817	1.157.264.770	59.847	762.913.651	27.970	394.351.119
1975	178.820	1.967.611.715	134.323	1.272.134.913	44.497	695.476.802
1976	172.627	2.116.292.637	131.713	1.244.076.887	40.914	872.215.750
1977	143.091	1.879.801.724	110.454	1.201.113.869	32.637	678.687.855
1978	164.464	2.122.820.942	125.141	1.422.486.517	39.323	700.334.425
1979	176.289	2.590.408.200	126.910	1.658.438.188	49.379	931.970.012
1980	202.814	2.507.836.300	150.556	1.672.257.609	52.258	835.578.691
1981	192.076	2.100.930.629	162.942	1.664.967.746	29.134	435.962.883
1982	202.751	2.650.631.176	172.753	2.263.077.741	29.998	387.553.435
1983	241.883	1.622.369.196	216.429	1.293.527.106	25.454	328.842.090
1984	131.856	1.035.507.071	122.679	887.418.900	9.177	148.088.171

Fonte dos dados básicos: Banco Central do Brasil-Depto do Crédito Rural-Dados Estatísticos (vários anos)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 33

CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS FINALIDADES, 1970 a 1984

(a preços de março/85)

FINALIDADE	TOTAL		CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO	
	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)
1970	74.254	390.892.324	36.970	133.716.845	33.344	194.340.418	3.940	62.835.061
1971	58.091	350.442.334	33.097	144.494.890	22.997	164.162.043	1.997	41.765.401
1972	68.101	473.732.421	38.562	187.754.823	27.151	222.808.961	2.388	63.168.637
1973	72.273	729.781.220	38.843	258.438.211	29.919	335.111.015	3.511	136.231.994
1974	87.817	1.157.264.770	43.042	445.188.521	40.623	564.536.273	4.152	147.539.976
1975	178.820	1.967.611.714	118.428	725.507.074	50.067	770.466.601	10.325	471.638.039
1976	172.627	2.116.292.638	123.324	793.166.822	34.063	698.967.381	15.240	624.158.435
1977	143.091	1.879.801.724	99.475	772.990.788	31.820	502.831.711	11.796	603.979.225
1978	164.464	2.122.820.943	108.178	931.851.111	43.710	569.730.812	12.576	621.239.020
1979	176.289	2.590.408.201	110.311	1.210.963.893	51.850	670.724.143	14.128	709.220.165
1980	202.814	2.507.836.298	146.958	1.337.071.053	38.408	386.827.993	17.448	783.937.252
1981	192.076	2.100.930.628	139.676	1.245.453.738	43.298	319.013.673	9.102	536.463.217
1982	202.751	2.650.631.176	139.915	1.375.229.729	55.612	401.947.377	7.224	873.454.070
1983	241.883	1.622.369.197	205.239	1.058.980.572	34.864	213.956.874	1.780	349.431.751
1984	131.856	1.035.507.071	104.508	705.777.882	25.455	170.770.784	1.693	158.958.405

Fonte dos dados básicos: Banco Central do Brasil-Depto do Crédito Rural-Dados Estatísticos (vários anos)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 34

CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA, 1970 a 1984

(a preços de março/85)

ANO	TOTAL		CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO	
	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)
1970	49.813	234.684.701	31.029	111.111.892	17.264	84.935.886	1.520	38.636.923
1971	40.484	227.061.313	28.988	117.636.496	10.986	75.616.058	510	33.808.759
1972	43.767	296.716.864	30.637	133.194.773	12.453	109.728.687	677	53.793.404
1973	49.780	490.172.209	32.671	174.453.591	15.393	191.416.658	1.716	124.301.960
1974	59.847	762.913.651	34.004	319.962.128	24.462	320.932.503	1.381	122.019.020
1975	134.323	1.272.134.912	99.821	457.842.053	30.961	470.297.466	3.541	343.995.393
1976	131.713	1.244.076.888	105.206	489.309.413	22.621	407.198.975	3.886	347.568.500
1977	110.454	1.201.113.869	86.038	508.913.242	20.858	321.781.538	3.558	370.419.089
1978	125.141	1.422.486.518	91.099	658.758.155	30.432	390.568.051	3.610	373.160.312
1979	126.910	1.658.438.189	89.837	873.921.971	33.837	392.364.137	3.236	392.152.081
1980	150.556	1.672.257.608	125.070	1.008.232.561	22.029	201.015.488	3.457	463.609.559
1981	162.942	1.664.967.746	127.700	1.007.334.253	32.365	225.274.631	2.877	432.358.862
1982	172.753	2.263.077.741	126.340	1.169.381.732	43.855	317.670.502	2.558	776.025.597
1983	216.429	1.293.527.106	188.796	838.076.077	26.539	165.550.544	1.094	289.900.485
1984	122.679	887.418.899	100.763	613.576.360	21.303	133.424.278	608	140.418.261

Fonte dos dados básicos: Banco Central do Brasil-Depto do Crédito Rural-Dados Estatísticos (vários anos)  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 35

CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA PECUÁRIA EM SANTA CATARINA, 1970 a 1984

(a preços de março/85)

ANO	TOTAL		CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO	
	Nº de Contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)
1970	24.441	156.207.623	5.941	22.604.953	16.080	109.404.532	2.420	24.198.138
1971	17.607	123.381.021	4.109	26.858.394	12.011	88.545.985	1.437	7.976.642
1972	24.334	177.015.557	7.925	54.560.050	14.698	113.080.274	1.711	9.375.233
1973	22.493	239.609.011	6.172	83.984.620	14.526	143.694.357	1.795	11.930.034
1974	27.970	394.351.119	9.038	125.226.393	16.161	243.603.770	2.771	25.520.956
1975	44.497	695.476.802	18.607	267.665.021	19.106	390.169.135	6.784	127.642.646
1976	40.914	872.215.750	18.118	303.857.409	11.442	291.768.406	11.354	276.589.935
1977	32.637	678.687.855	13.437	264.077.546	10.962	181.050.173	8.238	233.569.136
1978	39.323	700.334.425	17.079	273.092.956	13.278	179.162.761	8.966	248.078.708
1979	49.379	931.970.012	20.474	337.041.922	18.013	277.860.006	10.892	317.068.084
1980	52.258	835.578.690	21.888	328.838.492	16.379	185.812.505	13.991	320.927.693
1981	29.134	435.962.882	11.976	238.119.485	10.933	93.739.042	6.225	104.104.355
1982	29.998	367.553.435	13.575	205.847.997	11.757	84.276.875	4.666	97.428.563
1983	25.454	328.842.091	16.443	220.904.495	8.325	48.406.330	656	59.531.266
1984	9.177	148.088.172	3.745	92.201.522	4.147	37.346.506	1.285	18.540.144

Fonte dos dados básicos: Banco Central do Brasil-Depto do Crédito Rural-Dados Estatísticos (vários anos)  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 36.  
PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS CONTEMPLADOS COM CRÉDITO DE CUSTEIO EM SANTA CATARINA, 1970 a 1984

DISCRIMINAÇÃO	1970		1971		1972		1973		1974		1975		1976		1977	
	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)
Arroz	4.819	12.208	3.279	11.766	3.581	15.503	3.519	19.045	3.475	37.077	4.870	74.338	4.649	94.899	3.900	133.738
Batata Inglesa	-	-	-	-	-	-	-	-	1.153	31.968	867	33.670	905	93.128	1.530	125.714
Cana de Açúcar	310	409	63	615	267	2.663	217	3.338	118	4.569	83	17.768	75	13.825	147	29.696
Feijão	328	733	373	1.012	227	795	2.384	6.468	1.940	10.497	1.337	10.900	2.501	23.214	4.825	67.407
Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	8.162	37.795	70.571	212.927	69.684	268.817	47.126	337.260
Mandioca	5.691	6.783	5.150	9.417	7.057	16.405	5.701	16.600	2.808	11.441	3.021	17.410	5.366	49.309	5.728	62.133
Milho	9.376	13.961	9.169	17.567	9.921	24.939	10.343	37.368	13.541	104.631	15.718	170.418	18.298	292.435	17.979	251.316
Soja	176	913	346	2.471	382	5.282	1.120	24.114	791	61.822	814	69.812	945	110.372	1.939	263.314
Trigo	2.619	2.542	2.610	7.135	2.223	7.913	292	3.289	603	23.805	721	32.993	490	22.681	159	12.030
<b>T O T A L</b>	<b>31.029</b>	<b>63.257</b>	<b>28.988</b>	<b>80.582</b>	<b>30.637</b>	<b>107.021</b>	<b>32.671</b>	<b>161.073</b>	<b>34.004</b>	<b>380.178</b>	<b>99.821</b>	<b>695.590</b>	<b>105.206</b>	<b>1.050.060</b>	<b>85.038</b>	<b>1.557.987</b>

CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	1978		1979		1980		1981		1982		1983		1984	
	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)
Arroz	4.305	209.151	4.439	405.658	5.759	961.776	5.547	2.250.240	6.042	4.970.411	4.842	8.509.970	4.152	25.361.120
Batata Inglesa	1.606	157.651	1.835	264.236	1.430	449.401	2.335	1.059.498	2.311	2.116.062	1.531	4.042.335	896	8.084.547
Cana de Açúcar	112	27.974	60	57.676	141	116.317	87	210.946	134	762.356	31	829.339	12	707.320
Feijão	6.132	100.956	4.489	180.521	17.042	782.252	21.368	2.369.775	18.868	5.299.707	15.637	6.839.814	16.808	23.090.514
Fumo	46.906	813.112	37.923	1.256.759	32.940	1.872.858	36.002	3.874.618	40.118	13.208.376	41.628	23.620.114	40.614	81.955.811
Mandioca	3.284	45.378	4.400	120.013	7.608	333.508	6.594	625.820	4.667	1.073.251	2.287	1.093.427	3.300	4.715.212
Milho	20.686	565.054	25.794	1.425.168	43.031	4.416.581	42.655	8.448.059	40.068	18.143.577	22.651	15.232.145	24.649	47.316.344
Soja	3.369	416.257	3.463	1.054.689	5.816	1.978.718	4.825	3.400.803	3.621	7.493.417	5.913	15.820.585	4.550	36.264.144
Trigo	141	14.356	919	135.839	442	192.762	99	60.171	495	496.945	319	525.559	297	836.058
<b>T O T A L</b>	<b>91.099</b>	<b>2.797.153</b>	<b>89.837</b>	<b>5.711.954</b>	<b>125.070</b>	<b>13.195.042</b>	<b>127.700</b>	<b>27.671.069</b>	<b>126.340</b>	<b>62.780.714</b>	<b>188.796</b>	<b>114.525.694</b>	<b>100.763</b>	<b>268.927.590</b>

Fonte dos dados básicos: Banco Central do Brasil-Depto do Crédito Rural-Dados Estatísticos (Vários anos)  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

## ÁREA DE LAVOURA COMEPLADA COM O CRÉDITO DE CUSTEIO DO BANCO DO BRASIL E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DE ÁREA PLANTADA DE SANTA CATARINA, 1976 a 1984

DISCRIMINAÇÃO	1976			1977			1978			1979			1980		
	Área Plantada	Área Custeada	%	Área Plantada	Área Custeada	%	Área Plantada	Área Custeada	%	Área Plantada	Área Custeada	%	Área Plantada	Área Custeada	%
Arroz	148.164	47.714	32,2	133.330	46.319	34,7	156.074	53.972	34,6	153.491	58.602	38,2	148.920	68.708	46,1
Fevão	188.874	12.568	6,7	197.106	32.145	16,3	227.777	37.503	16,5	276.011	38.478	13,9	291.100	146.724	50,4
Furo	80.533	45.036	56,0	90.527	70.614	78,0	76.190	70.754	92,9	76.642	75.207	98,1	61.250	121.542	198,4
Mandioca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Milho	1.063.584	212.404	20,0	1.005.633	213.640	21,2	1.078.025	277.835	25,8	1.128.441	392.446	34,8	1.150.000	585.468	50,9
Soja	350.642	62.166	17,7	408.785	97.942	24,0	504.570	139.493	27,6	520.401	209.711	40,3	483.880	188.206	38,9
Batata Inglesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cana de Açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	59.450	-	-	57.390	-	-	60.315	-	-	106.557	-	-	140.232	-
TOTAL	-	439.388	-	-	518.050	-	-	639.872	-	-	881.001	-	-	1.250.880	-

CONTINUA

## CONTINUAÇÃO

(hectare)

DISCRIMINAÇÃO	1981			1982			1983			1984		
	Área Plantada	Área Custeada	%	Área Plantada	Área Custeada	%	Área Plantada	Área Custeada	%	Área Plantada	Área Custeada	%
Arroz	148.168	70.276	47,4	144.987	59.705	41,2	140.711	55.396	39,4	142.000	41.716	29,4
Fevão	373.000	136.613	36,6	422.087	135.668	32,1	395.538	77.403	19,5	410.000	67.658	16,5
Furo	71.384	57.420	80,4	89.369	74.834	83,7	86.000	83.589	97,2	90.000	58.076	64,5
Mandioca	73.316	37.485	51,0	73.029	23.197	31,8	79.522	6.711	8,4	95.058	10.700	11,3
Milho	1.108.615	515.613	46,5	1.095.886	425.838	38,9	936.231	187.329	20,0	945.630	142.250	15,0
Soja	445.000	150.226	33,8	404.300	146.842	36,3	420.246	134.914	32,1	415.000	133.907	32,3
Batata Inglesa	19.064	7.699	40,4	17.132	6.734	39,3	17.241	5.327	30,9	17.381	4.532	26,1
Cana de Açúcar	-	-	-	-	-	-	13.629	7.893	57,9	13.378	6.098	45,6
Trigo	8.953	1.963	21,9	25.812	11.756	45,5	17.319	5.686	32,8	35.000	4.992	14,3
Outros	-	62.380	-	-	84.574	-	-	69.771	-	-	58.402	-
TOTAL	-	1.039.675	-	-	969.148	-	-	634.019	-	-	528.331	-

Fonte dos dados básicos: Banco Central do Brasil (Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 38

CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS ATIVIDADES, 1970 a 1984

Atividade Ano	TOTAL		AGRÍCOLA		PECUÁRIA	
	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)
1970	74.254	222.535	49.813	133.606	24.441	88.929
1971	58.091	240.053	40.484	155.537	17.607	84.516
1972	68.101	380.644	43.767	238.412	24.334	142.232
1973	72.273	673.807	49.780	452.576	22.493	221.231
1974	87.817	1.375.062	59.847	906.494	27.970	468.568
1975	178.820	2.989.786	134.323	1.933.009	44.497	1.056.777
1976	172.627	4.541.564	131.713	2.669.789	40.914	1.871.775
1977	143.091	5.754.825	110.454	3.677.090	32.637	2.077.735
1978	164.464	9.013.710	125.141	6.040.020	39.323	2.973.690
1979	176.289	16.930.908	126.910	10.839.552	49.379	6.091.356
1980	202.814	32.820.806	150.556	21.885.337	52.258	10.935.469
1981	192.076	57.711.724	162.942	45.735.998	29.134	11.975.726
1982	202.751	142.304.701	172.753	121.498.081	29.998	20.806.620
1983	241.883	221.701.780	216.429	176.764.489	25.454	44.937.291
1984	131.856	453.689.716	122.679	388.807.416	9.177	64.882.300

Fonte dos dados básicos: Banco Central do Brasil-Depto do Crédito Rural-Dados Estatísticos (vários anos)  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 39

CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS FINALIDADES, 1970 a 1984

ANO	TOTAL		CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO	
	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)
1970	74.254	222.535	36.970	76.125	33.344	110.638	3.940	35.772
1971	58.091	240.053	33.097	98.979	22.997	112.451	1.997	28.623
1972	68.101	380.644	38.562	150.861	27.151	179.027	2.388	50.756
1973	72.273	673.807	38.843	238.616	29.919	309.408	3.511	125.783
1974	87.817	1.375.062	43.042	528.973	40.623	670.782	4.152	175.307
1975	178.820	2.989.786	118.428	1.102.408	50.067	1.170.724	10.325	716.654
1976	172.627	4.541.564	123.324	1.702.136	34.063	1.499.984	15.240	1.339.444
1977	143.091	5.754.825	99.475	2.366.434	31.820	1.539.369	11.796	1.849.022
1978	164.464	9.013.710	108.178	3.956.733	43.710	2.419.134	12.576	2.637.843
1979	176.289	16.930.908	110.311	7.914.860	51.850	4.380.585	14.128	4.635.463
1980	202.814	32.820.806	146.958	17.496.650	38.408	5.062.534	17.448	10.259.622
1981	192.076	57.711.724	139.676	34.212.116	43.298	8.763.178	9.102	14.736.430
1982	202.751	142.304.701	139.915	73.832.096	55.612	21.579.389	7.224	46.893.216
1983	241.883	221.701.780	205.239	144.712.978	34.864	29.237.870	1.780	47.750.932
1984	131.856	453.689.716	104.508	309.224.510	25.455	74.820.299	1.893	69.644.937

Fonte dos dados básicos: Banco Central do Brasil-Depto do Crédito Rural-Dados Estatísticos (vários anos)  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 40

CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA, 1970 a 1984

FINALIDADE ANO	TOTAL		CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO	
	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)
1970	49.813	133.606	31.029	63.256	17.264	48.354	1.520	21.996
1971	40.484	155.537	28.988	80.581	10.986	51.797	510	23.159
1972	43.767	238.412	30.637	107.022	12.453	88.167	677	43.223
1973	49.780	452.576	32.671	161.073	15.393	176.735	1.716	114.768
1974	59.847	906.494	34.004	380.179	24.462	381.332	1.381	144.983
1975	134.323	1.933.009	99.821	695.691	30.961	714.617	3.541	522.701
1976	131.713	2.669.789	105.206	1.050.058	22.621	873.849	3.886	745.882
1977	110.454	3.677.090	86.038	1.557.987	20.858	985.102	3.558	1.134.001
1978	125.141	6.040.020	91.099	2.797.153	30.432	1.658.391	3.610	1.584.476
1979	126.910	10.839.552	89.837	5.711.954	33.837	2.564.492	3.236	2.563.106
1980	150.556	21.985.337	125.070	13.195.042	22.029	2.630.750	3.457	6.059.545
1981	162.942	45.735.998	127.700	27.671.069	32.365	6.188.204	2.877	11.876.725
1982	172.753	121.498.081	126.340	62.780.714	43.855	17.054.808	2.558	41.662.558
1983	216.429	176.764.489	188.796	114.525.694	26.539	22.622.995	1.094	39.619.800
1984	122.679	388.807.416	100.763	258.627.990	21.308	58.457.566	608	61.521.860

Fonte dos dados básicos: Banco Central do Brasil-Depto do Crédito Rural-Dados Estatísticos (vários anos)  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 41

CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A PECUÁRIA EM SANTA CATARINA, 1970 a 1984

(valor corrente)

ANO	TOTAL		CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO	
	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)
1970	24.441	88.929	5.941	12.869	16.080	62.284	2.420	13.776
1971	17.607	84.516	4.109	18.398	12.011	60.654	1.487	5.464
1972	24.334	142.232	7.925	43.839	14.698	90.860	1.711	7.533
1973	22.493	221.231	6.172	77.543	14.526	132.673	1.795	11.015
1974	27.970	468.568	9.039	148.794	16.161	289.450	2.771	30.324
1975	44.497	1.056.777	18.607	406.717	19.106	456.107	6.784	193.953
1976	40.914	1.871.775	18.118	552.078	11.442	626.135	11.354	593.562
1977	32.637	2.077.735	13.437	808.447	10.962	554.267	8.238	715.021
1978	39.323	2.973.690	17.079	1.159.580	13.278	760.743	8.966	1.053.367
1979	49.379	6.091.356	20.474	2.202.906	18.013	1.816.093	10.892	2.072.357
1980	52.258	10.935.469	21.888	4.303.608	16.379	2.431.784	13.991	4.200.077
1981	29.134	11.975.726	11.976	6.541.047	10.933	2.574.974	6.225	2.859.705
1982	29.998	20.806.620	13.575	11.051.382	11.757	4.524.581	4.666	5.230.657
1983	25.454	44.937.291	16.443	30.187.284	8.325	6.614.875	686	8.135.132
1984	9.177	64.882.300	3.745	40.396.520	4.147	16.362.733	1.285	8.123.047

Fonte dos dados básicos: Banco Central do Brasil-Depto do Crédito Rural-Dados Estatísticos (vários anos)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 42

CRÉDITO CONCEDIDO À ATIVIDADE AGRÍCOLA PELO BANCO DO BRASIL, SEGUNDO A FINALIDADE E FORTE DOS BENEFICIÁRIOS EM SANTA CATARINA, 1982

BENEFICIÁRIO	TOTAL			CUSTEIO			INVESTIMENTO			COMERCIALIZAÇÃO		
	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de contratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%
Mini Produtor	83.171	21.143.960	21,3	60.973	15.469.068	32,3	21.533	62,3	5.502.762	42,9	665	29,3
Pequeno Produtor	43.049	21.885.797	22,0	30.432	15.576.870	32,6	11.788	34,1	5.238.551	40,8	829	36,5
Médio Produtor	4.649	8.430.103	8,5	3.337	6.875.348	14,4	1.127	3,3	1.053.172	8,2	185	8,2
Grande Produtor	552	27.161.482	27,4	306	2.117.804	4,4	77	0,2	855.368	5,7	169	7,5
Cooperativas	522	16.534.287	16,6	175	7.820.038	16,3	15	0,1	175.463	1,4	332	14,6
Outros Beneficiários	89	4.161.165	4,2	-	-	-	-	-	-	-	89	3,9
TOTAL	132.032	99.316.794	100	95.223	47.852.128	100	34.540	160	12.825.216	100	2.769	100

Fonte dos dados básicos: Banco do Brasil/Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1982

Elaboração: Instituto CEPA/SC



TABELA 43  
 CRÉDITO CONCEDIDO À ATIVIDADE PECUÁRIA PELO BANCO DO BRASIL, SEGUNDO A FINALIDADE E PORTE DOS BENEFICIÁRIOS EM SANTA CATARINA, 1982  
 (valor corrente)

BENEFICIÁRIO	TOTAL			CUSTEIO			INVESTIMENTO			COMERCIALIZAÇÃO		
	Nº de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)
Mini Produtor	11.152	57,2	2.256.600	18,6	5.014	898.030	12,5	6.138	1.358.570	40,6	-	-
Pequeno Produtor	5.755	29,5	2.416.086	19,9	3.060	1.332.542	18,6	2.691	1.047.887	31,3	4	35.657
Médio Produtor	2.304	11,8	2.875.162	23,6	1.398	1.978.828	27,5	899	780.584	23,3	7	115.750
Grande Produtor	299	1,5	4.095.659	33,7	220	2.664.523	37,1	55	147.116	4,4	24	1.284.020
Cooperativas	6	-	324.032	2,7	5	309.032	4,3	1	15.000	0,4	-	-
Outros Beneficiários	3	-	186.296	1,5	-	-	-	-	-	-	3	186.296
TOTAL	19.519	100	12.153.835	100	9.697	7.182.955	100	9.784	3.349.157	100	38	1.621.723

Fonte dos dados básicos: Banco do Brasil (Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1982)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 44

CRÉDITO CONCEDIDO À ATIVIDADE AGRÍCOLA PELO BANCO DO BRASIL, SEGUNDO A FINALIDADE E PORTE DOS BENEFICIÁRIOS EM SANTA CATARINA, 1983  
 (valor corrente)

BENEFICIÁRIO	TOTAL			CUSTEIO			INVESTIMENTO			COMERCIALIZAÇÃO		
	Nº de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)	Nº de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)
Mini Produtor	100.734	66,0	35.688.280	28,4	87.961	30.331.009	39,7	12.706	5.314.620	36,2	67	42.651
Pequeno Produtor	47.574	31,2	35.215.334	28,0	39.188	28.033.950	36,7	8.138	6.261.930	42,6	248	919.454
Médio Produtor	3.449	2,3	12.768.293	10,2	2.554	10.032.499	13,1	805	2.062.337	14,0	90	673.457
Grande Produtor	428	0,3	18.997.416	15,1	249	3.808.053	5,0	54	879.479	6,0	125	14.309.884
Cooperativas	311	0,2	16.132.091	12,8	36	4.205.788	5,5	7	181.889	1,2	268	11.744.414
Outros Beneficiários	125	-	6.899.801	5,5	-	-	-	-	-	-	135	6.899.801
TOTAL	152.631	100	125.701.215	100	126.988	76.411.299	100	21.710	14.700.255	100	933	34.589.661

Fonte dos dados básicos: Banco do Brasil (Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1983)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 45

CRÉDITO CONCEDIDO À ATIVIDADE PECUÁRIA PELO BANCO DO BRASIL, SEGUNDO A FINALIDADE E PORTE DOS BENEFICIÁRIOS EM SANTA CATARINA, 1983

BENEFICIÁRIO	TOTAL										INVESTIMENTO					COMERCIALIZAÇÃO				
	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO			
	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%		
Mini Produtor	14.165	65,7	4.269.948	17,3	9.781	68,4	2.632.028	16,6	4.365	60,8	1.629.321	42,6	19	29,2	8.599	0,2				
Pequeno Produtor	5.894	27,4	3.435.681	13,9	3.659	25,6	1.997.231	12,6	2.235	31,1	1.438.450	37,6	-	-	-	-				
Médio Produtor	1.283	6,0	3.106.139	12,6	738	5,1	2.360.435	14,9	538	7,5	634.673	16,6	7	10,8	111.031	2,2				
Grande Produtor	203	0,9	12.963.244	52,6	124	0,9	8.029.934	50,8	41	0,6	124.716	3,2	38	58,5	4.808.594	96,3				
Cooperativas	3	-	808.619	3,3	3	-	808.619	5,1	-	-	-	-	-	-	-	-				
Outros Beneficiários	1	-	66.800	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,5	66.800	1,3				
<b>TOTAL</b>	<b>21.549</b>	<b>100</b>	<b>24.650.431</b>	<b>100</b>	<b>14.305</b>	<b>100</b>	<b>15.828.247</b>	<b>100</b>	<b>7.179</b>	<b>100</b>	<b>3.827.160</b>	<b>100</b>	<b>65</b>	<b>100</b>	<b>4.995.024</b>	<b>100</b>				

Fonte dos dados básicos: Banco do Brasil/Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1983

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 46

CRÉDITO CONCEDIDO À ATIVIDADE AGRÍCOLA PELO BANCO DO BRASIL, SEGUNDO A FINALIDADE E PORTE DOS BENEFICIÁRIOS EM SANTA CATARINA, 1984

BENEFICIÁRIO	TOTAL										CUSTEIO					INVESTIMENTO					COMERCIALIZAÇÃO				
	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		
	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	Nº de con- tratos	Valor (Cr\$ 1.000)	%	
Mini Produtor	54.576	55,6	78.617.231	26,5	42.772	54,3	62.843.331	30,5	11.752	62,7	15.682.443	39,7	52	9,9	91.457	0,2									
Pequeno Produtor	39.830	40,6	111.217.246	37,6	33.372	42,3	90.863.881	44,0	6.343	33,8	17.579.366	44,4	115	21,9	2.773.999	5,5									
Médio Produtor	2.612	2,7	26.307.810	8,9	1.994	2,5	20.686.073	10,0	582	3,1	4.789.683	12,1	36	6,9	832.054	1,7									
Grande Produtor	816	0,8	39.982.579	13,5	671	0,9	21.870.034	10,6	65	0,4	1.434.164	3,6	80	15,2	16.678.361	33,2									
Cooperativas	212	0,2	30.543.478	10,3	29	-	10.057.964	4,9	2	-	79.167	0,2	181	34,5	20.406.347	40,6									
Outros Beneficiários	61	0,1	9.464.096	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-	61	11,6	9.464.096	19,8									
<b>TOTAL</b>	<b>98.107</b>	<b>100</b>	<b>296.132.440</b>	<b>100</b>	<b>78.838</b>	<b>100</b>	<b>206.321.283</b>	<b>100</b>	<b>18.744</b>	<b>100</b>	<b>39.564.623</b>	<b>100</b>	<b>525</b>	<b>100</b>	<b>50.246.334</b>	<b>100</b>									

Fonte dos dados básicos: Banco do Brasil/Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1984

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 47  
 CRÉDITO CONCEDIDO À ATIVIDADE PECUÁRIA PELO BANCO DO BRASIL, SEGUNDO A FINALIDADE E PORTE DOS BENEFICIÁRIOS EM SANTA CATARINA, 1984

BENEFICIÁRIO	TOTAL			CUSTEIO			INVESTIMENTO			COMERCIALIZAÇÃO			
	№ de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)	№ de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)	№ de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)	№ de con- tratos	%	Valor (Cr\$ 1.000)	
	(valor corrente)												
Mãe Produtor	2.677	48,6	2.923.095	884	41,6	875.811	4,4	1.793	53,3	2.047.284	30,6	-	
Pequeno Produtor	2.009	36,5	4.690.372	787	37,1	1.707.195	8,5	1.222	36,4	2.983.177	44,5	-	
Médico Produtor	679	12,3	3.882.578	363	17,1	2.541.037	12,6	315	9,4	1.269.541	19,0	1	
Grande Produtor	138	2,5	17.617.221	86	4,1	13.850.710	68,9	31	0,9	250.225	3,7	21	
Cooperativas	4	0,1	1.270.147	3	0,1	1.120.147	5,6	1	-	150.000	2,2	-	
Outros beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>TOTAL</b>	<b>5.507</b>	<b>100</b>	<b>30.383.413</b>	<b>2.123</b>	<b>100</b>	<b>20.104.900</b>	<b>100</b>	<b>3.362</b>	<b>100</b>	<b>6.700.227</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

Fonte dos dados básicos: Banco do Brasil/Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1984.

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 48  
 CRÉDITO RURAL ORIENTADO APLICADO EM SANTA CATARINA, 1976 a 1984

ANO	Nº DE CONTRATOS	VALOR - Cr\$ 1.000	
		a preços correntes	a preços de março/85
1976	13.610	429.423	200.103.914
1977	16.342	558.395	182.398.576
1978	14.393	683.356	160.937.331
1979	15.815	1.149.722	175.906.059
1980	12.651	1.848.483	141.242.502
1981	8.094	2.263.247	82.390.970
1982	6.269	3.703.025	68.974.204
1983	3.872	5.249.642	38.415.828
1984	2.843	21.109.403	48.180.365

Fonte dos dados básicos: Emater/SC-ACARESC E ACARPESC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

**INSUMOS E  
MÁQUINAS AGRÍCOLAS**

## 6. INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

### 6.1. AGROTÓXICOS

Este setor industrial teve sua maior expansão no período entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, devendo, a partir de agora, acirrar-se a competição pelas vendas, o que fatalmente leva à concentração e monopolização do mercado, acompanhando a tendência geral da economia capitalista do país.

Enquanto em 1958 o Brasil possuía apenas duas empresas, a MATARAZZO produzindo o BHC e a HOECHST produzindo o DDT, chega-se em 1965 com três empresas, somando a BAYER que produz o PARATHION METÁLICO.

Em 1970, aumentando para quatro o número de empresas, instala-se no país a DU PONT, para fabricar o MANEB, e a BAYER passa a produzir também o PARATHION ETÍLICO.

No quinquênio seguinte, até 1975 portanto, duplica-se o número de empresas no país, passando de quatro para oito o número destas, oferecendo cerca de dez produtos ao mercado.

De 1975 a 1980, instalam-se no Brasil cerca de 24 novas empresas, totalizando 32 fabricando 29 princípios ativos, dos quais 14 são inseticidas, 7 fungicidas e 8 herbicidas.

Em 1984, o Brasil possuía 31 empresas e produzia 42 produtos (21 inseticidas, 8 fungicidas, 13 herbicidas), com mais de 4 mil fórmulas de produtos no mercado (tabela 49).

O segmento da indústria de pesticidas, tem capacidade atual instalada de 236.283,5 toneladas/ano, das quais 31,6% de inseticidas (74.550,5 t/a), 32,8% fungicidas (77.566,0 t/a) e 35,6% de herbicidas (84.167 t/a), de acordo com informações da ANDEF (Associação Nacional de Defensivos Agrícolas) (tabela 50).

Na avaliação do setor, o ano de 1984 teve boa performance, tendo, de modo geral, apresentado sensível melhora nos índices, em relação ao ano anterior.

Analisando o consumo aparente<sup>(1)</sup> de pesticidas, em termos

(1) Sempre o Consumo Aparente (CA) será igual à Produção Nacional mais a Importação, subtraindo as Exportações (CA = PN + I - E).

de volume físico, seu crescimento foi de 103,0% em relação a 1983 - nesse ano o volume foi de 30.211 toneladas, enquanto que em 1984 foi de 61.316 t. Dentre as três classes, a de herbicidas foi a que cresceu mais (398,9%), comparativamente a 1983. Neste último ano, estavam disponíveis no mercado interno 20.264 t de herbicidas, o que não ocorreu em 1983, quando se dispunha de apenas 4.062 t no comércio. Esta grande redução no volume interno, em 1983, deveu-se basicamente ao grande volume exportado (14.962 t). A classe dos fungicidas apresentou crescimento de 50,8%, e os inseticidas cresceram 67,0% em seu volume físico interno. O incremento destas três classes de agrotóxicos foi de 81,5% na produção nacional (tabela 51).

As importações voltaram a aumentar em 1984, atingindo quase os mesmos níveis de 1982 (15.536 t). Em 1983 o país importou 10.804 t, significando uma redução de 30,5% em relação a 1982, e um crescimento de 45,3% de 1983 para 1984, ao serem importadas 15.694 t. Em valores relativos os índices de crescimento no volume físico importado para inseticidas, fungicidas e herbicidas foram respectivamente, de 50,2%, 47,8% e 39,7%. No entanto, em valores absolutos, esta ordem se altera, sendo a classe de herbicidas a maior importadora em volume físico (6.373 t) (tabela 51).

As exportações, em 1984, não acompanharam o crescimento geral do setor. Tiveram o incremento irrisório de 0,7% em relação a 1983 (+ 147 t). As 21.973 t exportadas em 1984, os inseticidas, fungicidas e herbicidas tiveram uma participação relativa de 11,9%, 30,8% e 56,3%, respectivamente. A classe dos inseticidas e fungicidas aumentou suas exportações em 28,1% e 41,5% em relação a 1983, enquanto os herbicidas decresceram 17,6% na mesma comparação (tabela 51).

O salto verificado na maioria dos índices de 1983 para 1984, decorrem, basicamente, da grande incidência de pragas (lagartas), principalmente na lavoura de soja, do incremento na produção de citrus, estimulado pelo aumento dos preços no mercado internacional depois das geadas que atingiram as plantações da Flórida. O aparecimento do ácaro rajado e do "bicudo" nos algodoads também influiu no acréscimo da demanda. Mas, além da soja algodão e laranja, outras culturas de grandes extensões (monoculturas de exportação) como o café, cacau, cana-de-açúcar, etc. consomem

agrotóxicos em grande quantidade, influenciando decisivamente nas vendas.

Os preços dos produtos agrícolas, no ano de 1984, foram um pouco mais remuneradores para os agricultores, portanto estimulantes para a reposição dos estoques, principalmente das cooperativas agrícolas, que estavam praticamente a zero.

As estimativas dos empresários do setor, para o ano de 1985, são de manutenção dos índices de 1984, ou de um incremento otimista de no máximo 30% sobre o alcançado neste último ano, caso se mantenham as condições favoráveis para o desenvolvimento de pragas e doenças.

Mas se, por um lado, os incrementos alcançados estão estimulando investimentos para a expansão do setor, por outro, esta expansão é preocupante do ponto de vista social.

A desorganização da produção, comercialização e uso de agrotóxicos tem acarretado, até agora, enormes prejuízos sociais, com a degradação do solo, deterioração da qualidade de alimentação e fontes naturais de água, como também na ação direta dos produtos, causando inúmeras mortes de trabalhadores rurais e urbanos por intoxicação.

Urge, portanto, a criação de mecanismos de efetiva orientação, fiscalização e controle, para que se possam prestar à sociedade as informações necessariamente esclarecedoras, com o desenvolvimento de um processo educativo e de conscientização.

Neste sentido, em várias unidades da Federação foram aprovadas leis estaduais que buscam regulamentar o uso e a comercialização de pesticidas em suas áreas.

## RELAÇÃO DAS EMPRESAS PRODUTORAS DE INGREDIENTES ATIVOS NO BRASIL, 1984

CLASSES/NOME COMUM DO PRODUTO	EMPRESAS PRODUTORAS
<b>I - INSETICIDAS</b>	
ALDICARB	UNION CARBIDE
CLOROCANFENO	MATHERSA
CYPERMETRINA	SHELL QUÍMICA
DEMETOM METIL	BAYER DO BRASIL
DICHLORVOS (DDVP)	BAYER, LABORMAX, DEFENSA, SINTESUL E SHELL QUÍMICA
DICROTOPHOS	SHELL QUÍMICA
DIMETOATO	NORTOX
DODECACLOROCICLOPENTADIENO	AGROCERES, DINAGRO, ML, PARQUÍMICA E FERTIBRAS
DISULFOTON	SANDOZ
FENITROTHION	BAYER DO BRASIL
FENTHION	BAYER DO BRASIL
FORMOTHION	SANDOZ
FOSFETO DE ALUMINIO	CASA BERNARDO
MALATHION	CYANAMID
METHAMIDOPHOS	BAYER DO BRASIL
MONOCROTOPHOS	SHELL QUÍMICA
PARATHION ETÍLICO	BAYER DO BRASIL
PARATHION METÍLICO	BAYER DO BRASIL
THIOMETON	SANDOZ
TRICHLORFON	BAYER, DEFENSA E SINTESUL
OLEO MINERAL	PETROBRAS
<b>II - FUNGICIDAS</b>	
DITIOCARBAMATOS (MANEB, MANEB+ZINCO)	DU PONT E ROHM & HAAS
ENXOFRE MOLHAVEL	BASF
HIDROXIDO DE COBRE	GIULINI ADOLFOMER
OXICLORETO DE COBRE	GIULINI ADOLFOMER E SANDOZ
OXIDO CUPROSO	SANDOZ
SULFATO DE COBRE	INDERCO E PRODUQUIMICA
THIRAM	CNDA
ZIRAM	CNDA
<b>III - HERBICIDAS</b>	
ACIFLUORFEN SODICO	CNDA
DIURON	DU PONT, NORTOX, CNDA E DEFENSA
2, 4-D	DOW QUIMICA
GLYPHOSATO	NORTOX (MONSANTO)
MEFLUIDIDE	3M DO BRASIL
PARAQUAT	ICI BRASIL
PROPANIL	BAYER, CNDA, DEFENSA, ROHN & HAAS, STAUFFER E SINTESUL
SETOXIDIN	BASF
TEBUTHIURON	ELANCO QUIMICA
TIOCARBAMATOS (BUTYLATE, MOLINATE E EPCT)	STAUFFER
TRIAZINAS E CLOROTRIAZINAS (AMETRINA, ATRAZINA E SIMAZINA)	CNDA E CIBA BEIGY
TRIFLURALINA	DEFENSA E NORTOX

Fonte: ANDEF - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas



TABELA 50

## CAPACIDADE INSTALADA DA INDÚSTRIA DE AGROTÓXICOS, 1984

CLASSE	CAPACIDADE ATUAL	CAPACIDADE FUTURA
Inseticida	74.550,5	75.050,5
Fungicida	77.566,0	77.566,0
Herbicida	84.167,0	84.167,0
<b>TOTAL</b>	<b>236.283,5</b>	<b>236.783,5</b>

Fonte: ANDEF - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas  
 Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 51

## VOLUME FÍSICO DO CONSUMO APARENTE DE AGROTÓXICOS, BRASIL, 1983 E 1984

CLASSE/ORIGEM	1983	1984	VARIÁÇÕES PORCENTUAIS (%)				
			(toneladas)				
			84/83	1983	1984	1983	1984
Inseticida:	12.054	19.339	60,4	100	100	23,2	23,3
Produção Nacional	8.049	13.322	65,5	66,8	68,9	19,5	19,8
Importação	4.005	6.017	50,2	33,2	31,1	37,1	38,3
Exportação	(2.045)	(2.620)	28,1	17,0	13,6	9,3	11,9
Consumo Aparente	10.009	16.719	67,0	83,0	86,5	33,1	27,3
Fungicida:	20.923	31.102	48,7	100	100	40,2	37,4
Produção Nacional	18.687	27.798	48,8	89,3	89,4	45,4	41,3
Importação	2.236	3.304	47,8	10,7	10,6	20,7	21,1
Exportação	(4.783)	(6.769)	41,5	22,9	21,8	22,0	30,8
Consumo Aparente	16.140	24.333	50,8	77,1	78,2	53,4	37,7
Herbicida	19.024	32.612	71,4	100	100	36,6	39,3
Produção Nacional	14.461	26.239	81,5	76,0	80,5	35,1	38,9
Importação	4.563	6.373	39,7	24,0	19,5	42,2	40,6
Exportação	(14.962)	(12.348)	- 17,6	78,7	37,9	66,7	56,3
Consumo Aparente	4.062	20.264	398,9	21,4	62,1	13,5	33,0
Total Cereal	52.001	83.053	59,7	100	100	100	100
Produção Nacional	41.197	67.359	63,5	79,2	81,1	100	100
Importação	10.804	15.694	45,3	20,8	18,9	100	100
Exportação	(21.790)	(21.937)	0,7	41,9	26,4	100	100
Consumo Aparente	30.211	61.316	103,0	58,1	73,8	100	100

Fonte: ANDEF - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas

Elaboração: Instituto CEPA/SC

## 6.2. FERTILIZANTES E CORRETIVOS

Com cerca de 63 empresas, o segmento industrial de fertilizantes assim como a maioria dos principais setores da "indústria nacional", é composto, de capital multinacional.

Tornar o país auto-suficiente na produção de fertilizantes foi a grande meta traçada para o setor.

Acompanhando a distribuição geoeconômica do país, cerca de 90,0% da produção nacional de fertilizantes está alocada na região CENTRO-SUL<sup>(1)</sup>, supondo-se, portanto, igual concentração das indústrias do setor, devido, logicamente, às características de uma agricultura altamente insumidora nestas regiões. Em 1984, a região SUL<sup>(1)</sup> deteve 9,4%, 21,3% e 18,2% da produção nacional de nitrogenados, fosfatados e potássicos, respectivamente, enquanto que a região CENTRO<sup>(1)</sup> deteve 75,9%, 74,2% e 70,6%, respectivamente (tabela 52).

A produção nacional de nutrientes apresentou, de modo geral, crescimento a uma taxa média anual de 20,5%, de 1974 a 1980. Em 1980, atingiu o volume de 1.872 mil toneladas, decrescendo cerca de 24,0% a.a. nos dois anos seguintes; em 1985, foi de 1.518 mil toneladas, representando 81,8% do volume produzido em 1980. No entanto, em 1984 é que se alcançou o maior volume, quando foram comercializados 2.154 mil toneladas de nutrientes, crescendo 15,1% em relação a 1980, e 42,10% em relação a 1983 (tabela 54).

Com comportamento semelhante, a comercialização de nutrientes, em 1983, foi de 2.691 mil toneladas, e, em 1984, 3.455 mil toneladas, representando um crescimento, no consumo aparente, de 28,4% (tabela 54).

A produção nacional de nitrogênio vem mantendo seu crescimento, aumentando 25,7% de 1983 para 1984. Inversamente, as importações têm caído, embora tenham crescido 48,0% de 1983 para 1984. O consumo aparente decresceu à média de 10,3% a.a. de 1980

---

(1) Segundo critérios de regionalização do Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos no estado de São Paulo (SIACESP) CENTRO corresponde às regiões SUDESTE E OESTE.

para 1983, voltando a crescer em 1984 (29,3% em relação ao ano anterior), mas sem atingir o volume de 1980 (905.560 toneladas - tabela 54).

Os fosfatos tiveram comportamento semelhante aos nitrogenados, embora seu volume de produção seja muito superior a estes.

Na média dos últimos cinco anos, o país produziu cerca de 91,4% do total de fosfatados consumidos, enquanto que a produção de nitrogenados ficou em torno de 64,2% para o mesmo período. Em 1983, em função das restrições à importação de matérias-primas (principalmente nitrogenados e potássicos), teve-se grande redução no consumo de fertilizantes no país; sendo que os fosfatados, devido à grande produção interna, tiveram reduzidas a zero suas importações. Em 1984, as importações voltaram a aumentar, devido ao salto nas vendas de adubos em função do consumo reprimido do ano anterior (tabela 53) quando os estoques diminuíram sensivelmente.

Embora ainda não concretizado, o único projeto realmente definido, segundo a ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos), é o da PETROMISA - PETROBRÁS MINERAÇÃO S/A, para exploração das jazidas de potássio de Carmópolis, em Sergipe. A unidade, cuja entrada em operação estava prevista para 1983, deveria produzir, em primeira etapa, 40.000 t, o que equivaleria a 2,9% da produção nacional, estimada em 300.000 t, pela ANDA, para aquele ano. A empresa deveria atingir sua plena capacidade de produção em 1985, com 300.000 t/a de k<sub>20</sub>, correspondendo a 18,6% do 1.615.531 t de consumo estimado pela ANDA/CEFER-IPT para este ano. Entretanto, como a unidade continua em fase de ajustes, com previsão de início de produção em 1986, as necessidades somente poderão ser supridas através das importações.

No tocante às exportações, o Brasil entrou no mercado externo apenas em 1980, com a venda de 4.761 t, das quais 719 t de nitrogênio, 3.251 t de fosfatos e 791 t de potássicos. As vendas externas cresceram até 1983 a uma taxa média anual de 286%, quando se atingiu o volume de 129.891 t. O volume exportado ainda é pequeno, e só foi viabilizado pela redução no consumo interno. Apesar de a produção nacional ser maior em fosfatados do que em nitrogenados, estes últimos são exportados em maior volume

(72.997 t). As vendas de potássicos são muito reduzidas, visto que o país é totalmente dependente das importações (tabela 57).

Os aumentos relativos à produção nacional, às exportações e ao consumo, devem-se, basicamente, a três fatores:

- em 1983, a centralização do câmbio, imposta pelo governo, prejudicou o abastecimento interno de fertilizantes, pois dificultou a importação de matérias-primas, e com isso, os produtores e cooperativas usaram seus estoques, iniciando o ano de 1984 com suas reservas praticamente zeradas;
- os produtores que fizeram bons negócios com a soja, o trigo, o algodão, procuraram fugir da inflação e garantir seus suprimentos antecipando suas compras<sup>(2)</sup>;
- fortalecimento da política de preços mínimos.

Nas previsões dos empresários nacionais, tendo em conta o bom desempenho do segmento em 1984, as perspectivas para 1985 são de um crescimento de aproximadamente 5,0% em relação ao ano passado.

Até o mês de junho de 1985, havia sido entregue 1.126 mil toneladas de nutrientes só nas regiões Centro e Sul, o que deverá totalizar cerca de 30% das vendas para este ano, voltando à normal sazonalidade, mascarada na comercialização atípica de 1984 (tabela 58).

No entanto, as perspectivas talvez não sejam tão otimistas quanto as dos empresários, podendo ocorrer inclusive uma pequena queda nos índices em relação ao ano anterior, em função de fatores como:

- Demora na definição dos Valores Básicos de Custeio e Preços Mínimos, gerando insegurança, provocando desestímulo e atraso dos negócios agrícolas; as expectativas são de preços mínimos não muito remuneradores para os agricultores.
- Reajuste dos fertilizantes acima da inflação pesando ainda mais nos já bastante volumosos custos de produção. Neste sentido, o

tabelamento dos fertilizantes viria ao encontro dos anseios da classe trabalhadora rural, que o vem apresentando em todas as pautas de reivindicações.

- Perspectivas de redução da área plantada com soja e algodão, em face das dificuldades de comercialização na última safra.
- Altas taxas de juros dos financiamentos de custeio, além do pequeno volume de recursos disponível.

Apesar de algumas atividades de grande demanda de fertilização apresentarem alguma redução no uso de insumos na safra 1985/86, a demanda das principais culturas como soja, algodão, laranja, cana e cacau buscarão, certamente, impedir uma queda mais significativa no consumo de fertilizantes.

TABELA 52  
 PRODUÇÃO NACIONAL, IMPORTAÇÃO E CONSUMO APARENTE DE NUTRIENTES,  
 POR REGIÃO<sup>(1)</sup>, 1984

		(em tonelada)			
REGIÃO NUTRIENTE	NORTE/ NORDESTE	CENTRO	SUL	BRASIL	
NITROGENADOS					
. Prod.Nacional	98.607	508.753	62.801	670.161	
. Importação	39.350	106.549	15.876	153.775	
. Consumo aparente	129.957	615.302	78.677	823.936	
FOSFATADOS					
. Prod.Nacional	67.048	1.101.082	315.626	1.483.756	
. Importação	69.378	-	1.400	70.778	
. Consumo aparente	136.426	1.101.082	317.026	1.554.534	
POTÁSSICOS					
. Importação	120.839	759.198	196.001	1.076.038	
. Consumo aparente	120.839	759.198	196.001	1.076.038	
TOTAL					
. Prod.Nacional	165.655	1.609.835	378.427	2.153.917	
. Importação	221.567	865.747	213.277	1.300.591	
. Consumo aparente	387.222	2.475.582	591.704	3.454.508	

(1) Critérios de regionalização do SIACESP

Fonte: SIACESP (Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos,  
 no Estado de São Paulo.

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 53  
 PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PRODUÇÃO NACIONAL, IMPORTAÇÃO E CONSUMO  
 APARENTE DE NUTRIENTES, NO TOTAL<sup>(1)</sup>, POR REGIÃO, 1984

		(% )			
REGIÃO NUTRIENTE	NORTE/ NORDESTE	CENTRO	SUL	BRASIL	
NITROGENADOS					
. Prod.Nacional	14,7	75,9	9,4	100	
. Importação	20,4	69,3	10,3	100	
. Consumo aparente	15,8	74,7	9,5	100	
FOSFATADOS					
. Prod.Nacional	4,5	74,2	21,3	100	
. Importação	98,0	-	1,0	100	
. Consumo aparente	8,8	70,8	20,4	100	
POTÁSSICOS					
. Prod.Nacional	-	-	-	-	
. Importação	11,2	70,6	18,2	100	
. Consumo aparente	11,2	70,6	18,2	100	
TOTAL					
. Prod.Nacional	7,5	74,7	17,2	100	
. Importação	17,0	66,6	16,4	100	
. Consumo aparente	11,2	71,7	17,1	100	

(1) Segundo critérios do SIACESP

Fonte: Tabela 52

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 54  
EVOLUÇÃO DOS NUTRIENTES (PRODUÇÃO NACIONAL, IMPORTAÇÃO E CONSUMO APARENTE), NO BRASIL, 1980 A 1984

NUTRIENTE/ ORIGENS	(em tonelada)				
	1980	1981	1982	1983	1984
<b>NITROGÊNIO (N)</b>					
. Prod.Nacional	383.005	348.779	396.772	533.295	670.161
. Importação	522.555	319.061	246.841	103.901	153.775
. Cons.aparente	905.560	667.840	643.613	637.196	823.936
<b>FOSFATO (P<sub>a</sub>O<sub>5</sub>)</b>					
. Prod.Nacional	1.488.739	1.084.408	1.025.489	984.232	1.483.756
. Importação	365.208	136.506	73.655	-	70.778
. Cons.aparente	1.853.947	1.220.914	1.099.144	984.232	1.554.534
<b>POTÁSSICOS (K<sub>2</sub>O)</b>					
. Prod.Nacional	-	-	-	-	-
. Importação	2.198.566	1.280.331	1.656.221	1.200.245	1.076.038
. Cons.aparente	2.198.566	1.280.331	1.656.221	1.200.245	1.076.038
<b>TOTAL</b>					
. Prod.Nacional	1.871.744	1.433.187	1.422.211	1.517.527	2.153.917
. Importação	3.086.329	1.735.898	1.976.717	1.304.146	1.300.591
. Cons.aparente	4.958.073	3.169.085	3.398.928	2.821.673	3.454.508

Fonte: ANDA/SIACESP (Associação Nacional para Difusão de Adubos, Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo).

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 55  
ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO APARENTE NO BRASIL, 1980 A 1984

NUTRIENTE/ORIGEM	(1980 = 100)			
	1981	1982	1983	1984
<b>NITROGÊNIO (N)</b>				
. Prod.Nacional	91	104	139	175
. Importação	61	47	20	29
. Consumo aparente	73	71	70	90
<b>FOSFATADOS (P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>)</b>				
. Prod.Nacional	73	69	66	100
. Importação	37	20	-	19
. Consumo aparente	65	59	53	83
<b>POTÁSSICOS (K<sub>2</sub>O)</b>				
. Prod.Nacional	-	-	-	-
. Importação	58	75	54	49
. Consumo aparente	58	75	54	49
<b>TOTAL</b>				
. Prod.Nacional	77	75	81	115
. Importação	56	64	42	42
. Consumo aparente	63	68	57	70

Fonte: Tabela 54

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 56

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PRODUÇÃO NACIONAL E IMPORTAÇÃO DOS  
NUTRIENTES NO CONSUMO APARENTE, BRASIL, 1980 A 1984

NUTRIENTE/ ORIGEM	(%)				
	1980	1981	1982	1983	1984
NITROGÊNIO (N)					
. Prod.Nacional	42,29	52,22	61,65	83,69	81,34
. Importação	57,71	47,78	38,35	16,31	18,66
. Cons. aparente	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
FOSFATO (P <sub>a</sub> O <sub>5</sub> )					
. Prod.Nacional	80,30	88,82	93,30	100,00	95,45
. Importação	19,70	11,18	6,70	100,00	4,55
. Cons. aparente	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
POTÁSSICOS (K <sub>2</sub> O)					
. Prod.Nacional	-	-	-	-	-
. Importação	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
. Cons. aparente	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL					
. Prod.Nacional	37,75	45,22	41,84	53,78	62,35
. Importação	62,24	54,77	58,15	46,21	37,64
. Consumo	100	100	100	100	100

Fonte: Tabela 52.

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 57

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE NUTRIENTES NO BRASIL, 1980 A 1984

NUTRIENTE	(em toneladas)			
	1980	1981	1982	1983
Nitrogênio (N)	719	1.332	3.544	72.997
Fosfatos (P <sub>2</sub> O <sub>5</sub> )	3.251	4.792	11.971	55.485
Potássicos (K <sub>2</sub> O)	791	1.064	1.331	1.410
TOTAL	4.761	7.188	16.846	129.892

Fonte: ANDA/SIACESP (Associação Nacional para Difusão de Adubos,  
Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos Agrícolas,  
no Estado de São Paulo)

Elaboração: Instituto CEPA/SC



TABELA 58

VOLUME MENSAL DE NUTRIENTES ENTREGUE NA REGIÃO CENTRO-SUL<sup>(1)</sup>, 1985

(tonelada)

ESTADO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	TOTAL
São Paulo	48.053	50.123	67.876	42.656	57.754	102.510	436.595
Minas Gerais	11.634	10.654	11.855	4.895	11.153	31.298	100.831
Goiás	3.941	4.040	4.884	3.891	6.327	18.691	46.039
Mato Grosso	5.423	6.527	16.740	12.463	8.827	20.231	76.449
Rio de Janeiro	639	496	832	732	644	1.424	5.329
Espírito Santo	1.035	594	1.665	456	405	1.572	6.246
Paraná	20.506	20.929	26.475	31.180	26.415	39.255	191.624
Santa Catarina	4.251	8.381	9.088	5.110	5.518	6.470	42.436
Rio Grande do Sul	17.349	16.693	37.101	41.227	43.474	34.585	220.680
<b>TOTAL</b>	<b>112.831</b>	<b>118.437</b>	<b>176.516</b>	<b>142.610</b>	<b>160.521</b>	<b>256.036</b>	<b>1.126.229</b>

<sup>(1)</sup> Segundo critérios de regionalização do SIACESP

Fonte: ANDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 59

VOLUME MENSAL DE NUTRIENTES ENTREGUE EM SANTA CATARINA, 1985

(tonelada)

NUTRIENTE/ MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
N	1.290	2.420	2.665	1.373	1.347	2.253
P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	1.535	3.045	3.428	2.188	2.528	2.782
K <sub>2</sub> O	1.426	2.916	2.995	1.549	1.643	1.435
<b>TOTAL</b>	<b>4.251</b>	<b>8.381</b>	<b>9.088</b>	<b>5.110</b>	<b>5.518</b>	<b>6.470</b>
<b>ACUMULADO</b>	<b>-</b>	<b>12.632</b>	<b>21.720</b>	<b>26.830</b>	<b>32.348</b>	<b>38.818</b>

Fonte: ANDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

### 6.3. MÁQUINAS AGRÍCOLAS

---

A indústria nacional tem, atualmente, uma capacidade instalada de 110 mil unidades/ano, incluindo cultivadores motorizados e tratores de esteira. Operaram, em 1984, treze empresas fabricantes.

O setor, operando sempre com alta capacidade ociosa (em torno de 50%), levou muitas empresas nacionais a entregarem o controle acionário a multinacionais. O grande interesse demonstrado por estas empresas supõe boas perspectivas para o mercado interno, evidenciando-se o artificialismo da crise atual. Dados recentes mostram que, observando o número de tratores produzidos, as multinacionais participaram com cerca de 85% da produção. Dentre as principais empresas, a primeira é a MASSEY PERKINS (Canadense), cuja participação atinge cerca de 36% das vendas totais, a VALMET (Filandesa), segunda, 30%, seguida da FORD DO BRASIL S.A. (Americana), com 17% das vendas totais.

O mercado nacional apresenta cerca de 38 modelos, dos quais 32 operam a diesel e 6 a álcool, a preços do mês de julho do corrente ano de 1985 que variam de Cr\$ 18,4 a Cr\$ 444,5 milhões. Os modelos a diesel apresentam preços menores do que as suas versões a álcool. O MASSEY 290-4, por exemplo, tem seu preço de fábrica fixado em Cr\$ 95,2 milhões, enquanto o movido a álcool custa Cr\$ 105,7 milhões. O mesmo acontece com o modelo VALMET 88 DH-ES e o CBT 8240.

As maiores produções foram obtidas em 1976 e 1980, com 72.493 e 69.993 unidades, respectivamente (tabela 60).

A partir de 1980, a produção tem caído drasticamente, produzindo-se, em 1983, apenas 37.610 unidades (54% em relação a 1980) (tabela 60).

Em 1984, a nível mundial, a União Soviética ainda liderava a produção de tratores, seguida da Grã-Bretanha, com uma produção de 102 mil unidades, das quais 75% foram exportadas. Sua especialidade são tratores pequenos, adequados para o trato de pequenas unidades agrícolas.

Fatores como a severa depressão dos negócios agrícolas nos Estados Unidos e a artificial bonança da atividade na Europa, onde a política agrícola do Mercado Comum mantém a boa vontade política do campo à custa de maciços (e sempre crescentes) subsídios, fizeram com que diversas multinacionais fabricantes de tratores redirecionassem seus investimentos às filiais britânicas.

O ano de 1984, na opinião dos empresários brasileiros, foi um período favorável, pois a produção (49.785 unidades) cresceu 87,0% em relação ao ano anterior (26.627 unidades), embora a ociosidade fosse ainda de 55,7%, contra os 75,8% de 1983 (tabela 60).

As vendas também cresceram (102,8%), de 22.546 unidades em 1983, para 45.716 unidades em 1984. O mercado de tratores de rodas, cerca de 95,0% do total das vendas, também está em recuperação. Em 1984 foram comercializadas 41.952 unidades, do total de 45.716 unidades (91,8%). Destas, 84,0% (35.237 unidades), estão na faixa de potência de 50 a 99 c.v., confirmando a tendência de uso de máquinas de maior potência na agricultura brasileira, já verificada também em dados censitários (tabela 61).

O mesmo comportamento pode ser observado em Santa Catarina, quando, em 1970, os tratores de potência com menos de 10 cv representavam 46,2%, baixando para 23,0% em 1980. Já os tratores de 50 a menos de 100 cv, aumentaram sua participação relativa de 17%, em 1970, para 36% em 1980.

Os tratores de potência entre 10 e menos de 50 cv, também apresentaram crescimento, ao passarem de 34% em 1970, para 38% em 1980. Cabe observar, no entanto, que no censo agrícola de 1980 esta faixa de potência aparece desmembrada em tratores de 10 a menos de 20 cv e tratores de 20 a menos de 50 cv, com participação relativa de 26% e 11%, respectivamente. Portanto, não é possível verificar qual o real comportamento das duas faixas de potência nesta fonte, mas, pelo comportamento geral das máquinas agrícolas, pode-se inferir um leve crescimento da faixa de maior potência e um decréscimo relativo de tratores de menor potência, no período considerado (tabelas 62 e 63).

Observando-se, ainda, a distribuição dos tratores nas

diversas microrregiões, tornam-se evidentes as relações entre as características fundiárias, topográficas, agrícolas e culturais com o uso das diversas faixas de potência das máquinas agrícolas.

Tanto é assim que os tratores de menor potência são usados principalmente nas microrregiões do Vale do Itajaí, onde, sabidamente, a grande maioria das propriedades agrícolas são do tipo familiar e predomina a cultura do arroz irrigado, onde o microtrator tem excelente desempenho.

As que mais empregam microtratores (com menos de 20 cv), são a Colonial do Alto Itajaí, com 55,7%, Colonial de Blumenau, com 33,4%, Colonial de Joinville, com 21,0% e Colonial Serrana Catarinense, com 14,6%.

Na faixa de potência de 20 a menos de 50 cv, os tratores aparecem com melhor distribuição pelas microrregiões, embora se destaquem as microrregiões do Campos de Lages, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Oeste Catarinense e Planalto de Canoinhas, somando 63% do total de tratores (tabelas 64 e 65).

As faixas de maior potência (de 50 a menos de 100 cv e mais) predominam nas microrregiões Campos de Lages, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Oeste Catarinense e Planalto de Canoinhas - as maiores em extensão territorial - que se permitem a exploração de culturas de grande extensões e mecanizadas, como é o caso da soja, do trigo, da batatinha, etc. Estas microrregiões, somadas, detêm cerca de 65% e 68% dos tratores nas respectivas faixas de potência (tabelas 64 e 65).

A participação das microrregiões, no total de tratores existentes, reforça as estreitas relações entre o tipo de agricultura desenvolvido e o nível tecnológico alcançado nas diversas regiões do estado. Desta forma, as microrregiões Colonial de Joinville, Colonial de Blumenau e a Colonial do Alto Itajaí participam com 7,3%, 9,7% e 16,0%, respectivamente, no número de tratores no estado (devido, principalmente, aos microtratores). O contrário ocorre com as microrregiões Colonial do Rio do Peixe, Planalto de Canoinhas e Colonial do Oeste Catarinense, que participam com 8,2%, 9,8% e 15,6% do total de tratores, respectivamente, em função da presença de máquinas de maior potência. As demais microrre-

giões têm baixa expressão na atividade agrícola, também refletida na baixa participação relativa no número total de tratores (tabelas 64 e 65).

No mercado externo, muito embora o volume de vendas seja ínfimo, têm primado qualidade e competitividade a nível de custo, especialmente na tentativa de ampliar e conquistar mercados. Os principais compradores do produto brasileiro são os países da América Latina, a África e os Estados Unidos.

Em 1984, o total das exportações atingiu 3.742 unidades, incluindo cultivadores motorizados e tratores de esteira. Os tratores de rodas representaram 88,2% (3.302 unidades) do total, e deste, 81,4% (2.687 unidades) eram tratores de potência entre 50 e 99 cv (tabela 61).

As exportações de tratores de rodas cresceram 48,8% em relação a 1983, quando foram exportadas 2.219 unidades. O maior volume exportado foi conseguido em 1981, com 10.649 unidades (tabela 60).

As indústrias de tratores estão confiantes numa expansão do mercado interno e externo em 1985.

As previsões do início do ano são de um incremento em torno de 10% na produção e de 15% a 20% nas vendas, registrados no último ano. As expectativas do segmento, segundo os empresários brasileiros, são de produzir 54.500 tratores no período, em comparação com os 49.785, de 1984.

As vendas internas, já no 1º trimestre deste ano, aumentaram 6,5% em relação a igual período de 1984, isto considerando que esta é, tradicionalmente, uma época de poucos negócios no setor, pois o agricultor faz os investimentos para o preparo do solo e plantio depois da comercialização da safra (maio/setembro) (tabela 66).

O mesmo ocorreu com as exportações, que no 1º trimestre deste ano chegaram a 1.198 unidades, contra as 433 unidades para o mesmo período de 1984, crescendo 176,7% (tabela 67).

No entanto, as vendas ao mercado interno (18.944), nos seis primeiros meses, apresentaram uma leve queda de 3,4% (18.608), de 1984 para 1985, respectivamente (tabela 66).

O inverso ocorreu com as exportações, que mantiveram o crescimento, aumentando em 36,4% as vendas para o mesmo período, tendo sido, em 1985, comercializadas 1.827 unidades, e 1.339 em 1984 (tabela 67).

O comportamento das vendas, no entanto, nos dois mercados, foi bastante diferenciado. Os tratores de rodas acompanharam o desenvolvimento geral, apresentando uma queda de 3,3%, ao serem comercializados 17.153 tratores de janeiro a junho de 1985, enquanto que em 1984, para o mesmo período, foram comercializados 17.743 (tabela 66). Por outro lado, as exportações de tratores de rodas aumentaram 40,5% de 1984 para 1985, no período considerado. Em 1984 foram exportados, até junho, 1.178 tratores das várias potências, enquanto em 1985, até o mesmo mês, foram exportados 1.655 tratores, dos quais 77,3% são de potência variando entre 50 e 99 c.v. (tabelas 67 e 61).

Os tratores de esteira, no mercado interno, cresceram 17,8% no período de janeiro a junho, em venda de 529 unidades em 1984, e 623 em 1985. No mercado externo, em 1984 foram exportados 131 tratores de esteira e, em 1985, 115, verificando-se, para o mesmo período considerado (jan/jun), um decréscimo de 12,2% (tabelas 66 e 67).

As cultivadoras motorizadas, internamente tiveram vendidas 1.336 unidades de janeiro a junho de 1984 e 1.168 unidades em 1985, no mesmo período, significando uma queda de 12,6% nas vendas. As exportações, por sua vez, cresceram 123,3%, ao serem transacionadas 30 unidades em 1984 e 67 em 1985, no período de janeiro a junho (tabelas 66 e 67).

Na tentativa de provocarem mudanças no "ranking", ampliando suas faixas de ação, as empresas vêm lançando novos modelos, estimuladas, inclusive, pelos resultados do ano passado.

A primeira foi a FORD, lançando ao final do ano passado sua nova linha de tratores de rodas, denominada "SÉRIE 10", com-

posta por quatro modelos com potência variando de 63 a 85 c.v.. Desta forma, enquadra definitivamente a filial brasileira, com sua integração ao programa de produção do grupo norte-americano, a nível internacional. Esse novo trator foi projetado dentro do conceito do "carro mundial", que prevê a montagem de um mesmo tipo em vários países.

A segunda a lançar foi a VALMET, em janeiro deste ano, com a "SÉRIE PRATA", composta de doze modelos, marcando a passagem do seu 25º aniversário.

Em abril, a MASSEY apresentou modificações, com quinze tratores de potência variando entre 45 e 215 cv, enquanto a CBT (Companhia Brasileira de Tratores) vem preparando o lançamento da sua nova linha de tratores leves para o início do ano que vem. A nova linha terá dois modelos, um de 60 HP e outro de 45 HP, completando a produção que já conta com tratores pesados de 120 HP e 150 HP, e tratores médios de 70 HP.

As relativas melhoras no panorama de 1984, e as boas perspectivas do setor para 1985, são frutos da expectativa de mudanças políticas e das medidas econômicas já adotadas e a serem adotadas para a agricultura e para este setor industrial.

O crescimento observado no ano de 1984, tanto na produção como nas vendas, é relativo, basicamente, à expansão da cultura da soja, como também aos preços mais remuneradores do período.

Por outro lado, as quedas verificadas durante o 1º semestre de 1985 estão ligadas à volta do ICM, decidida no ano passado pelo CONFAZ, para a comercialização de máquinas e implementos agrícolas, que eram isentos, como também à demora no estabelecimento dos preços mínimos e VBC's, pelo Governo Federal, para esta próxima safra. O fato gerou insegurança nos investimentos, e, conseqüentemente, atraso nos negócios agrícolas, indefinição na produção e retração nos contratos de compra de máquinas e implementos agrícolas. Entretanto, as estimativas de redução da área de produção de soja e os preços pouco remuneradores são os fatores que principalmente influenciam o mercado de máquinas agrícolas e indicam uma queda em relação aos índices alcançados em 1984.

TABELA 60  
SITUAÇÃO DOS TRATORES DE 4 RODAS, BRASIL, 1975 a 1984

DISCRIMINAÇÃO	(Número)									
	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Produção	66.274	72.493	59.419	55.874	64.511	69.993	47.022	37.610	26.627	49.785
Exportações	826	543	4.817	6.399	7.978	8.508	10.649	6.627	2.219	3.302
Vendas ao Mercado Interno	57.995	63.776	46.568	41.619	49.523	50.994	28.104	24.662	22.546	41.952

Fonte: ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos e Automotores  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 61  
PRODUÇÃO E VENDA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, BRASIL, 1984

TIPOS	PRODUÇÃO	(número)	
		VENDAS	
		MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO
CULTIVADORES MOTORIZADOS	2.595	2.566	213
ESTEIRAS	1.348	1.198	227
RODAS	45.842	41.952	3.302
. Até 49 cv	3.242	3.110	47
. De 50 a 99 cv	35.235	32.367	2.687
. De 100 a 199 cv	7.087	6.301	464
. Acima de 200 cv	278	174	104
TOTAL GERAL	49.785	45.716	3.742

Fonte: ANFAVEA-Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos e Automotores

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 62  
NÚMERO DE TRATORES EXISTENTES EM SANTA CATARINA, SEGUNDO A POTÊNCIA, 1970 E 1980

POTÊNCIA ANO	MENOS DE 10 CV	DE 1 A MENOS DE 20 CV	DE 20 A MENOS DE 50 CV	DE 50 A MENOS DE 100 CV	100 CV A MAIS	TOTAL
1970	2.800	2.068	2.068	1.040	155	6.063
1980	7.623	8.755	3.669	11.846	1.212	33.105

Fonte: Censo Agropecuário de 1970 e 1980

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 63  
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE TRATORES EXISTENTES EM SANTA CATARINA, SEGUNDO A POTÊNCIA, 1970 E 1980

POTÊNCIA ANO	MENOS DE 10 CV	DE 10 A MENOS DE 20 CV	DE 20 A MENOS DE 50 CV	DE 50 A MENOS DE 100 CV	100 CV A MAIS	TOTAL
1970	46,2	34,1	34,1	17,2	2,5	100
1980	23,0	26,4	11,1	35,8	3,7	100

Fonte: Tabela 62

Elaboração: Instituto CEPA/SC



TABELA 64.

NÚMERO DE TRATORES SEGUNDO A POTÊNCIA NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA, 1980

MRH	MEIOS DE 10 CV	DE 10 A MEIOS DE 20 CV	DE 20 A MEIOS DE 50 CV	DE 50 A MEIOS DE 100 CV	100 CV E MAIS	TOTAL
Colonial de Joinville	1.098	851	180	252	33	2.420
Litoral de Itajaí	334	276	35	149	26	820
Colonial de Blumenau	1.372	1.345	190	277	32	3.216
Colonial de Itajaí do Norte	364	534	64	108	19	1.089
Colonial de Alto Itajaí	2.424	2.096	215	488	54	5.277
Florianópolis	263	183	56	163	33	698
Colonial Serrana Catarinense	252	988	45	119	23	1.427
Litoral de Laguna	19	15	22	39	6	101
Carbonífera	278	407	148	426	23	1.282
Litoral Sul Catarinense	180	153	71	514	20	938
Colonial Sul Catarinense	126	149	167	1.001	16	1.459
Campos de Lages	175	350	264	612	106	1.507
Campos de Curitibanos	130	197	216	1.050	133	1.726
Colonial do Rio do Peixe	341	546	507	1.176	151	2.721
Colonial do Oeste Catarinense	116	245	699	3.710	401	5.171
Planalto de Canoinhas	151	420	784	1.762	136	3.253
<b>TOTAL</b>	<b>7.623</b>	<b>8.755</b>	<b>3.669</b>	<b>11.846</b>	<b>1.212</b>	<b>33.105</b>

Fonte: Fundação IBGE (Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 65

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE TRATORES NO TOTAL, SEGUNDO A POTÊNCIA E A MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA, 1980

MRH	MEIOS DE 10 CV	DE 10 A MEIOS DE 20 CV	DE 20 A MEIOS DE 50 CV	DE 50 A MEIOS DE 100 CV	DE 100 CV E MAIS	TOTAL
Colonial de Joinville	14,4	9,6	5,6	2,1	2,7	7,3
Litoral de Itajaí	4,3	3,5	0,9	1,3	2,1	2,5
Colonial de Blumenau	18,0	15,4	5,2	2,3	2,6	9,7
Colonial de Itajaí Norte	4,8	6,1	1,7	0,9	1,6	3,3
Colonial do Alto Itajaí	31,8	23,9	5,8	4,1	4,5	16,0
Florianópolis	3,5	2,1	1,5	1,4	2,7	2,1
Colonial Serrana Catarinense	3,3	11,3	1,2	1,0	1,9	4,3
Litoral de Laguna	0,2	0,1	0,5	0,3	0,5	0,3
Carbonífera	3,6	4,5	4,0	3,6	1,9	3,9
Litoral Sul Catarinense	2,4	1,7	1,9	4,3	1,7	2,8
Colonial Sul Catarinense	1,7	1,7	4,5	8,5	1,3	4,4
Campos de Lages	2,3	4,0	7,2	5,2	8,7	4,6
Campos de Curitibanos	1,7	2,3	5,9	8,9	11,0	5,2
Colonial do Rio do Peixe	4,5	6,2	13,8	9,9	12,5	8,2
Colonial do Oeste Catarinense	1,5	2,8	19,0	31,3	33,1	15,6
Planalto de Canoinhas	2,0	4,8	21,3	14,9	11,2	9,8
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Tabela 66

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 66

VENDAS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS AO MERCADO BRASILEIRO, 1984 e 1985

TIPO/MÊS	(Número)													
	1984							1985						
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	TOTAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	TOTAL
Tratores de Rodas	1.840	2.393	2.787	3.159	3.689	3.875	17.743	2.104	2.580	2.979	2.812	3.055	3.623	17.153
Cultivadores Motorizados	214	147	251	240	258	226	1.336	125	145	186	138	253	321	1.168
Tratores de Esteiras	84	49	103	83	86	124	529	93	72	86	95	159	118	623
<b>TOTAL</b>	<b>2.138</b>	<b>2.589</b>	<b>3.141</b>	<b>3.482</b>	<b>4.033</b>	<b>4.225</b>	<b>19.608</b>	<b>2.322</b>	<b>2.797</b>	<b>3.251</b>	<b>3.045</b>	<b>3.467</b>	<b>4.062</b>	<b>4.062</b>

Fonte: ANFAVEA-Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos e Automotores

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 67

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, 1984 e 1985

TIPO	(Número)													
	1984							1985						
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	TOTAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	TOTAL
Tratores de Rodas	92	195	108	172	295	316	1.178	409	369	313	234	136	194	1.655
Cultivadores Motorizados	2	1	1	2	-	24	30	36	23	2	-	6	-	67
Tratores de Esteira	-	22	22	74	10	3	131	12	21	13	31	17	11	115
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>218</b>	<b>131</b>	<b>248</b>	<b>305</b>	<b>343</b>	<b>1.339</b>	<b>457</b>	<b>413</b>	<b>328</b>	<b>265</b>	<b>159</b>	<b>205</b>	<b>1.827</b>

Fonte: ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos e Auto motores

Elaboração: Instituto CEPA/SC

**BALANÇO DE OFERTA  
E DEMANDA DE PRODUTOS  
AGROPECUÁRIOS**

## 7. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Ao se estimar o balanço de oferta e demanda de produtos agropecuários de Santa Catarina, para as safras 1983/84 e 1984/85 (tabelas 68 e 69), procurou-se retratar uma situação normal do setor, sem se levar em consideração variações climáticas que poderão ocorrer durante o ano de 1985, tais como estiagens, geadas, granizo, influenciando direta ou indiretamente a produção final.

Ainda com relação às tabelas mencionadas, cabe destacar, na composição do balanço de oferta e demanda, alguns aspectos específicos para cada produto considerado:

### ALHO

Considerou-se, sobre a produção bruta, 15% de perdas decorrentes de quebras de cura, armazenagem e descartes diversos durante o beneficiamento e a embalagem. Os alhos industriais são os tipos considerados abaixo da classificação, sem valor para comércio "in natura". O volume destinado ao consumo interno é baseado no consumo de 386 g/per capita/ano (levantamento da G.HORT/SNAP/MA).

### ARROZ

Apesar do excedente de produção em relação à demanda interna, o estado de Santa Catarina importa anualmente cerca de 100 mil toneladas, principalmente do Rio Grande do Sul, com a finalidade de atender às necessidades dos engenhos.

### BATATA-INGLESA

O estado apresentou, na safra 1983/84, uma produção de batata-semente certificada da ordem de 50.682 t, destacando-se como 1º produtor nacional deste insumo. Esta produção foi, quase na sua totalidade, comercializada junto aos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. A demanda estadual de sementes certificadas de batata corresponde a apenas 10% da área total de batata para consumo implantada anualmente.

### CEBOLA

A reserva de bulbos para plantio destina-se à produção de sementes, uma vez que essa cultura completa seu ciclo bienalmente. O consumo médio é estimado, de dezembro a maio, em 404 g/habitante/mês. A oferta líquida compreende o volume exporta-

do para outros estados, considerando o produto "curado".

#### FELJÃO

O excedente do produto é vendido para os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e para algumas praças do Nordeste brasileiro.

#### FUMO

Toda a produção é industrializada fora de Santa Catarina, sendo que, a nível de estado, a matéria-prima é apenas pré-beneficiada. Parte do produto é transformada em cigarros, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, enquanto a outra parcela é destinada ao comércio exterior sob a forma de fumo em folha.

#### MAÇÃ

As perdas verificadas nas tabelas em análise, ocorreram nas fases de colheita e pós-colheita do produto.

#### MILHO

Nas estimativas do consumo animal está computado, inclusive, o produto destinado à transformação em ração balanceada.

#### SOJA

Foi considerada como demanda industrial a capacidade de esmagamento instalada no estado, de 1.350.000 t. A produção estadual dessa leguminosa não atende às necessidades existentes, fazendo-se necessária a importação do produto de outros estados brasileiros. Entretanto, cabe salientar que Santa Catarina, mesmo assim, exporta parcela da produção para o mercado internacional.

#### TRIGO

As necessidades do produto são supridas pela produção de outros estados da federação e pela importação realizada pelo Governo Federal, pelo qual, também são efetuados a comercialização e distribuição.

#### SUÍNOS

No superávit apresentado, estão inseridas as exportações do produto nas formas industrializadas ou em equivalente-carcaças, além das vendas de suínos vivos (no cálculo transformado em carne) para outras unidades da federação.

## LEITE

Na coluna "consumo humano" computaram-se o produto "in natura" pasteurizado (84.729.700 litro) e aquele consumido sem ter passado pelas usinas de beneficiamento, ou seja, consumido a nível de propriedade rural. Na coluna "consumo industrial" foi computado todo o leite transformado em derivados (queijo, manteiga, yogurte, etc.) nas usinas e nas unidades produtoras.

TABELA 68

ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

PRODUTO	OFERTA	DEMANDA ESTADUAL (tonelada)						SALDO "Déficit ou Superávit"
		Perdas	Consumo			Reservas para Sementes	Total	
			Animal "in natura"	Humano "in natura"	Industrial			
Alho	9.724	1.458	-	1.500	1.200	1.500	5.658	4.066
Arroz	451.952	45.190	-	270.000	-	15.000	330.190	121.762
Batata-Inglesa	160.692	1.600	-	100.000	-	25.860	127.460	33.232
Cebola	111.116	33.330	-	10.500	-	500	44.330	66.786
Feijão	322.700	32.200	-	90.600	-	13.850	136.650	186.050
Fumo	152.231	10.650	-	-	-	-	10.650	141.581
Maçã	108.609	3.756	-	15.000	9.095	-	27.851	80.758
Mandioca	1.090.968	10.900	494.750	67.420	511.880	-	1.084.950	6.018
Milho	2.346.000	281.520	2.104.945	60.000	60.000	4.500	2.510.965	- 164.965
Soja	578.763	17.360	29.520	1.000	1.350.000	25.200	1.423.080	- 844.317
Tomate	48.225	2.400	-	24.000	-	-	26.400	21.825
Trigo	9.881	400	-	-	229.000	1.300	230.700	- 220.819
Banana	273.700	27.370	-	19.600	22.500	-	69.470	204.230
Carne de aves	409.000	-	-	106.000	-	-	106.000	303.000
Carne bovina	38.000	-	-	54.160	-	-	54.160	- 18.100
Carne suína	276.000	-	-	75.000	-	-	75.000	201.000
Leite (1.000 l)	535.000	-	99.000	329.916	106.084	-	535.000	-

Fonte dos Dados Básicos: Fundação IBGE/GCEA-SC, Instituto CEPA/SC, Agroindústrias, Cooperativas e EMATER-SC/ACARESC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 69

ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85

PRODUTO	OFERTA	DEMANDA ESTADUAL (tonelada)						SALDO (déficit ou Superávit)
		Perdas	Consumo			Reservas para Sementes	Total	
			Animal "in natura"	Humano "in natura"	Industrial			
Alho	8.993	1.350	-	1.500	1.200	1.750	5.800	3.193
Arroz	427.600	42.700	-	270.000	-	15.000	327.700	99.900
Batata-Inglesa	160.000	1.600	-	100.000	-	25.780	127.380	32.620
Cebola	148.130	44.000	-	10.500	-	700	55.200	92.930
Feijão	312.402	31.200	-	90.000	-	13.915	135.115	177.287
Fumo	153.000	10.700	-	-	-	-	10.700	142.300
Maçã	130.000	5.000	-	15.000	10.500	-	30.500	99.500
Mandioca	1.235.000	12.340	560.000	76.320	579.460	-	1.228.120	6.880
Milho	2.136.000	256.080	2.204.250	60.000	60.000	4.500	2.584.830	- 448.830
Soja	522.900	15.690	26.000	1.000	1.350.000	24.900	1.417.590	- 894.690
Tomate	45.000	2.300	-	24.000	-	-	26.300	18.700
Trigo	11.815	470	-	-	229.000	2.000	231.470	- 219.655
Banana	297.500	29.750	-	21.300	24.500	-	75.550	221.950
Carne de aves	435.000	-	-	107.900	-	-	107.900	327.100
Carne bovina	40.000	-	-	58.100	-	-	58.100	- 18.100
Carne suína	287.000	-	-	77.600	-	-	77.600	209.400
Leite (1.000 l)	556.400	-	103.000	343.100	110.300	-	556.400	-

Fonte dos Dados Básicos: Fundação IBGE/GCEA-SC, Instituto CEPA/SC, Agroindústrias, Cooperativas e EMATER-SC/ACARESC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

**EXPORTAÇÃO  
CATARINENSE DE  
PRODUTOS AGRÍCOLAS**

## 8. EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Santa Catarina exportou em 1984, segundo a CACEX, o equivalente a 1.154.243 mil dólares FOB, contra 885.831 mil dólares em 1983 e 848.905 mil dólares FOB em 1982. O de 1984 foi o maior valor exportado da história catarinense.

A participação do estado no valor total exportado pelo país, em 1984, foi de aproximadamente 4,2%. Este percentual vem se mostrando mais ou menos semelhante desde 1980.

Em 1984, os principais importadores catarinenses (em mil dólares FOB) foram: Estados Unidos (183.589), Índia (85.589), Países Baixos (77.976), Alemanha Ocidental (71.123), Irã (59.754), México (56.098) e Arábia Saudita (54.390), que representaram 51% do total exportado pelo estado.

O escoamento das exportações catarinenses se dá principalmente através dos portos; dos 2.249.842 toneladas, 67% (1.500.223 t) saíram através destes, com especial destaque para o Porto de São Francisco do Sul, com embarque de 954.433 toneladas (42%) e o Porto de Itajaí, com 358.599 toneladas (16%).

Entre as 10 maiores empresas exportadoras em 1984, estão 6 do setor agropecuário, responsáveis por 49% do valor total exportado pelo estado. As empresas, com seus respectivos valores em mil dólares FOB, são: Ceval Agroindustrial, 336.389; Perdigão Alimentos, 67.604; Tabacos Brasileiros, 49.457; Ceval Export, 46.231; Sadia Concórdia, 36.411 e Sadia Joaçaba, 32.114.

Quanto às classes de produtos, em 1984 se destacaram os manufaturados, representando 44,5% do valor exportado, enquanto os produtos básicos representaram 44,1%. Em 1983 o quadro foi inverso; a participação mais expressiva foi dos produtos básicos, com 56,3%, enquanto os manufaturados representaram 39,3% do valor exportado.

Os principais produtos do setor agropecuário da pauta de exportação catarinense, considerando a participação sobre o valor total exportado nos anos de 1983 e 1984, são, respectivamente: farelo de soja, 25,7% e 15,0%; carne de frango e derivados, 15,2% e 13,6%; óleo de soja bruto, 2,4% e 10,1%; fumo, 11,6% e 8,1%; açú-



car refinado, 5,6% e 6,5%, e soja em grão 1,2% e 5,3%.

As tentativas de incremento das exportações brasileiras e catarinenses, através da integração dos organismos que atuam no comércio exterior e de medidas que permitam uma melhor divulgação dos produtos exportados e exportáveis, criam expectativas de melhoras na balança comercial brasileira e catarinense.

As principais ações a nível de Santa Catarina têm sido: orientação e apoio a empresas na participação de feiras e exposições internacionais, assistência gerencial às empresas de exportação, promoção e recepção de missões comerciais estrangeiras, coordenação empresarial para criação de "pools" de consórcios de exportação, funcionamento de um setor de atendimento ao empresário no processo de comercialização com o estrangeiro e estrutura de contatos permanentes no estrangeiro através de organismos oficiais e de representações comerciais.

TABELA 70  
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES, 1974 A 1984

ANO	VALOR (US\$ 1.000-FOB)	TAXA DE INCREMENTO	PARTICIPAÇÃO % SOBRE O TOTAL DO BRASIL	VOLUME (tonelada)	TAXA DE INCREMENTO
1974	163.122	44,72	2,05	361.663	6,79
1975	213.357	30,80	2,46	366.770	1,41
1976	276.736	27,83	2,69	561.356	53,05
1977	342.670	25,64	2,83	726.871	29,48
1978	389.794	13,75	3,08	742.221	2,11
1979	529.368	35,81	3,47	845.131	13,87
1980	858.105	62,10	4,26	1.311.414	55,17
1981	946.061	10,25	4,06	1.469.359	12,04
1982	848.905	- 10,27	4,21	1.634.974	11,27
1983	885.831	4,35	4,05	1.968.241	20,38
1984	1.154.242	30,30	4,20	2.249.842	14,31

Fonte dos dados básicos: CACEX  
Elaboração: Centro de Comércio Exterior de Santa Catarina

TABELA 71  
EXPORTAÇÃO TOTAL E DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA, 1983 E 1984

ANO	1983		1984	
	Volume (tonelada)	Valor (US\$ 1.000-FOB)	Volume (tonelada)	Valor (US\$ 1.000-FOB)
PRODUTO				
Farelo de Soja	1.122.411	227.547	852.670	172.792
Carne de Frango deriv.	160.926	134.392	168.699	157.295
Óleo de Soja bruto	49.050	21.550	175.541	116.124
Fumo	34.964	102.680	34.595	93.526
Açúcar Refinado	221.386	49.173	422.121	75.434
Soja grão	35.000	10.332	207.000	60.568
Óleo de Soja refinado	95.299	37.187	47.871	32.907
Madeira Serrada	23.927	11.782	44.789	21.574
Peixes, Camarão	10.483	11.062	10.408	13.576
SUB-TOTAL	1.753.446	605.705	1.963.694	743.796
TOTAL GERAL	1.968.241	885.831	2.249.842	1.154.242

Fonte dos dados básicos: CACEX  
Elaboração: Centro de Comércio Exterior de Santa Catarina

**VALOR BRUTO  
DA PRODUÇÃO  
AGROPECUARIA**

## 9. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA,

### Metodologia Utilizada

---

Nos cálculos do valor bruto da produção agropecuária, a nível de microrregião homogênea, foram utilizados os preços médios e as quantidades comercializadas mensalmente na região produtora, de forma ponderada.

A nível estadual, o VBP agropecuário resumiu-se, para a quase totalidade dos produtos, na agregação do resultado do VBP das microrregiões.

Salientam-se algumas particularidades a seguir relatadas:

Quanto aos preços:

a) Lavoura e pecuária:

Tomaram-se por base os preços médios mensais praticados pelo produtor na propriedade, durante o ano, ponderados por microrregião homogênea e coletados junto às regiões produtoras através da EMATER/SC-ACARESC.

b) Alho:

Foram considerados os preços médios recebidos pelos agricultores, referentes ao período de maior comercialização, coletados através do Instituto CEPA/SC.

c) Maçã:

Utilizaram-se os preços médios do produto vendido (para consumo "in natura" e para fins industriais) nas regiões onde a cultura recebe a orientação do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, orientado pela EMATER/SC-ACARESC.

d) Pescado:

Contemplaram-se os preços recebidos pelos pescadores, nos locais de desembarque do produto, tais como trapiches, portos, beiras de praia, ou quando da chegada do pescado na indústria pesqueira.

e) Produção Florestal:

Computaram-se os preços unitários, constatados a nível de produtor, dos itens madeira em geral (árvores nativas e cultivadas para papel e celulose), carvão vegetal, lenha, erva-mate e palmito, coletados pela Fundação IBGE, através dos Censos Agropecuários de Santa Catarina de 1970, 1975 e 1980. Para 1983, os preços foram coletados junto ao IBGE, indústrias madeireiras e de pasta mecânica. Os preços para os anos de 1981 e 1982 foram estimados com base nos dados censitários. Para 1984, o VBP do subsetor "produção florestal" foi encontrado através da participação percentual deste subsetor no montante total do VBP agropecuário de Santa Catarina na série histórica 1977 a 1983.

Quanto às quantidades produzidas:

a) Lavoura:

Utilizaram-se as quantidades produzidas por microrregião homogênea, conforme dados oficiais da Fundação IBGE/GCEA-SC.

b) Pecuária:

Nos itens bovinos, suínos e aves, consideraram-se os animais vendidos para abate, mais os abatidos na propriedade, por MRH, segundo o IBGE, através dos dados Censitários de 1975 e 1980; os dados subsequentes foram estimados pelo Instituto CEPA/SC, fundado nos informes básicos da fonte mencionada.

c) Leite:

Foi considerado todo o produto produzido na propriedade, inclusive aquele consumido pelo terneiro; os dados de produção foram originários dos Censos Agropecuários de 1975 e 1980; foram feitas estimativas, com base nos dados básicos para os anos subsequentes, através do Instituto CEPA/SC.

d) Maçã:

Computaram-se as quantidades produzidas na área do PROFIT.

e) Pescado:

Para efeito de cálculo, computaram-se as quantidades mensais do produto desembarcado, conforme já mencionado anteriormente.

f) Produção florestal:

Utilizou-se o mesmo raciocínio empregado para os cálculos dos preços.

Cabe salientar que nos cálculos do valor bruto da produção agropecuária, seja a nível microrregional como a nível estadual, tomaram-se as quantidades produzidas, levando-se em consideração os percentuais de comercialização da safra do produto colhido, distribuídos durante os meses de ocorrência do evento.

Lembra-se que o VBP agropecuário aqui mostrado, é apenas uma aproximação do VBP do setor para Santa Catarina, pois:

- 1º) no item "bovinos" estão incluídos os animais oriundos de outros estados da Federação;
- 2º) os produtos agrícolas utilizados na alimentação animal, principalmente o milho, sofreram dupla contagem, uma vez que aparecem no subsetor "lavoura" e estão incorporados no VBP da pecuária;
- 3º) em contrapartida, não estão incluídos entre os produtos agropecuários, algumas hortaliças e frutas de menor importância econômica para o estado.

Para se eliminar os efeitos inflacionários ocorridos durante os meses dos anos em estudo, a fim de se obter uma visão mais aproximada da realidade agrícola estadual, utilizou-se, nas análises que seguem, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (coluna 2), da revista Conjuntura Econômica, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, transformando-se os valores correntes (tabela 76) em valores corrigidos a preços de abril de 1985 (tabela 77).

Considerações sobre o VBP Agropecuário

Na análise do comportamento do VBP Agropecuário das safras de 1979/80 (1980) a 1983/84 (1984), a preços de abril de 1985, tomam-se por base aqueles produtos economicamente mais expressivos na formação dos subsetores das lavouras, frutas, pecuária

ria, pescado e produção florestal; tal análise permite constatar um comportamento decrescente, durante o período enfocado, verificando-se, em 1979/80, um montante de Cr\$ 8.480.942 milhões (o mais expressivo da série), contra Cr\$ 6.613.438 milhões na safra 1982/83 (o menor valor verificado no período). Com relação às safras normais de 1980/81, 1981/82 e 1983/84, verifica-se um valor bruto de produção em torno da média do período que foi de Cr\$ 7.530.400 milhões (tabela 77).

Na participação relativa dos subsetores agropecuários para a formação do VBP (tabela 78), observa-se, na mesma série enfocada, uma certa predominância da pecuária sobre a lavoura nas safras 1979/80, 1982/83 e 1983/84, acontecendo o inverso nas safras 1980/81 e 1981/82. No entanto, em termos de participação média (média aritmética) houve, durante o período em estudo, uma pequena predominância da lavoura (44,14%) sobre o montante do VBP da pecuária (43,52%).

A queda do VBP agropecuário na safra 1982/83 (diminuiu 7,63% em relação à safra 1981/82) aconteceu em função da ocorrência de chuvas com início em abril/maio-83, intensificadas nos meses de junho/julho-83, trazendo sérios prejuízos para a maioria dos produtos agropecuários economicamente mais representativos, não contando os danos causados ao solo agrícola e às benfeitorias das propriedades rurais.

As explorações agropecuárias que apresentaram perdas nas quantidades físicas - na safra 1982/83, relacionada com a safra anterior - foram: batata-inglesa (42.325 t); cana-de-açúcar (268.598 t); feijão (158.612 t); fumo em folha (67 t); mandioca (141.351 t); milho (455.824 t); soja (128.600 t); tomate (5.206 t); banana (16.055 t); maçã (19.326 t); uva vinífera (1.457 t); bovinos (19.500 t); peixe (2.493 t) e crustáceos (664 t), trazendo, como consequência das perdas, uma alta verificada nos custos de produção de aves e de suínos, devido à insuficiência no fornecimento de insumos (milho e soja) para essas criações, além de uma queda acentuada do poder aquisitivo do agricultor atingido com tal fenômeno.

Continuando a análise do VBP (tabela 78), tomando-se a safra 1983/84 como referência, a nível de produto, pela ordem de

importância no setor agropecuário, relacionando-se as dez principais explorações com participação no VBP agrícola acima de 3% e que no seu total, perfazem 85,23%; as aves abatidas, em primeira posição perfazem 17,90%; os suínos terminados, 16,09%; a cultura do milho, 12,26%; a soja, 7,37%; o fumo, 6,77%, o feijão 5,71%; a madeira (nativa + papel e celulose), 5,67%; bovinos de corte, 5,33%; o leite, 4,58%; o arroz em casca, 3,56%.

Ao analisar a participação relativa dos produtos no VBP agropecuário (tabela 79), na atividade da lavoura, a cultura do milho continua mantendo a primeira posição, com 28,71%; seguem a cultura da soja, com 17,26%; o fumo, com 15,82%; o feijão, com 13,38%; o arroz, com 8,34%; a mandioca, com 6,13%; a batata-inglesa, com 3,49%, aparecendo a cebola em 8ª posição com 2,94%, formando, no seu conjunto, 96,25% do VBP da lavoura.

Na pecuária, as aves abatidas assumem a primeira posição, participando com 40,05%; seguem os suínos terminados, com 35,96%; os bovinos, com 11,90%; o leite, com 10,23%, sendo que o mel de abelha toma o quinto lugar, com 1,13%.

No pescado, a situação não se alterou em relação a 1983; o grupo dos peixes teve uma participação de 66,21%, com destaque, mais uma vez, para as espécies de sardinhas, enquanto no grupo dos crustáceos houve uma contribuição de 33,24%, proporcionado pela captura das espécies "camarões rosa e sete barbas", devido ao seu alto preço unitário recebido pelo pescador nas áreas de produção.

Na atividade "produção florestal" merece ser ressaltado que, tendo em vista a não disponibilidade de dados estatísticos pelos órgãos competentes, em 1984, foram feitas estimativas com base nos anos que antecedem, tomando-se como referência o comportamento dos itens que compõem este subsetor, a partir de 1977, obtendo o seguinte resultado: madeira (nativa + papel e celulose), 73,99%; lenha, 15,20% e erva mate, 8,79%.

No que tange ao comportamento do VBP agropecuário da safra 1983/84 (ano 1984), quando confrontado com as informações da safra 1982/83 (ano 1983) e tendo-se eliminado os efeitos inflacionários, observa-se, conforme mostra a tabela 77, um acréscimo de ganho real, em seu montante, de 20,56%, tendo como fator responsá-

vel o aumento das quantidades físicas da safra 1983/84 da atividade de lavoura para as culturas de alho (13,21%); arroz (14,33%); batata-inglesa (35,61%); cana-de-açúcar (17,44%); feijão (98,67%); fumo em folha (15,27%); mandioca (9,12%); milho (39,07%); soja (42,76%) e tomate (43,13%), constatando-se um decréscimo na produção de cebola (-11,61%), e do trigo (-27,61%), ocasionado pela ocorrência de fatores climáticos adversos (chuvas, enchentes, granizo e geadas).

Por outro lado, os preços recebidos pelos agricultores na safra 1983/84 não foram nada estimulantes para a maioria dos produtos da lavoura, sendo decrescente para o alho (-51,24%), o arroz (-18,81%), a batata-inglesa (-39,65%), a cebola (-8,43%), o fumo (-1,77%), o milho (-2,65%), o tomate (-46,15%) e crescente para a cana-de-açúcar (14,035%), o feijão (6,08%), a mandioca (148,79%), a soja (34,87%) e o trigo (52,71%) (tabela 72).

Na pecuária, a elevação do VBP (1984) foi consequência do aumento do abate de aves (8,38%), da produção de leite (1,88%), acompanhado pelo aumento de preços, a nível de produtor, para as criações de aves (22,22%), bovinos de corte (28,78%), suínos (19,75%) e ovos (39,61%) (tabela 72 e 74).

Ainda com fundamento nas tabelas 72 e 74, as atividades relativas à produção de frutas mostraram um incremento, comparando-se a safra 1983/84, com a anterior, de 37,17%, sendo responsáveis os aumentos das quantidades físicas de banana (6,06%) e da maçã (89,42%), embora os preços unitários da banana tenham aumentado em 1,11%, enquanto o da maçã tenha diminuído em -12,31%.

O pescado também mostrou uma elevação do seu VBP, em 1984, de 7,41%, com os grupos dos peixes contribuindo em 7,62%, tendo sua captura aumentado de 22,78% em relação a 1983 com a espécie da sardinha verdadeira como a principal responsável, enquanto o grupo dos crustáceos aumentou em 20,46% com as espécies de camarão sete barbas, rosa e legítimo, exercendo expressiva parcela de contribuição. Já o grupo dos moluscos, representado pelas espécies de berbigão, lula, marisco, ostra, etc., apresentou captura inferior em -62,5% à do ano de 1983 devido à extração irracional e à poluição dos estuários; apesar desta diminuição, constataram-se preços médios superiores aos do ano anterior elevando o VBP em 21%.



A análise do VBP agropecuário durante o período enfocado (1979/80 a 1983/84), através das taxas dos últimos cinco (5) anos, mostram que a agricultura catarinense vem decrescendo em termos reais, com a atividade da lavoura apresentando taxa anual negativa de -2,71% e a da pecuária de -2,07%, salientando que esses dois subsetores (lavoura e pecuária) somados, constituem cerca de 88% da formação do VBP estadual.

A perda real do VBP agropecuário nos últimos anos, eliminando-se os fatores climáticos adversos que possam ocorrer durante a formação vegetativa ou biológica do produto - no caso da ocorrência excessiva de chuvas na safra 1982/83, já mencionada - é ocasionada, entre outros fatores, pelos baixos preços recebidos pelo agricultor catarinense pela venda de sua mercadoria, não tendo acompanhado o aumento das taxas da inflação para a quase totalidade dos produtos agrícolas. Embora tenha sido constatada, no transcorrer do período analisado (1980 a 1984), taxa anual de crescimento positiva nas quantidades físicas para expressivo número de produtos agropecuários, economicamente importantes para o estado, o VBP apresentou taxa negativa anual de -1,53%.

Torna-se necessário que sejam tomadas medidas concretas, racionalizando de maneira mais precisa os principais instrumentos de política agrícola (VBC, crédito, preços, etc.) que venham de encontro aos anseios e às necessidades do agricultor catarinense e brasileiro, através de programas diferenciados para as diferentes classes de produtor e tipos de produtos - fazendo com que as medidas tomadas sejam definitivas e abrangentes, e nunca paliativas e superficiais - beneficiando, desta forma, os vários segmentos da economia (produtor/intermediário/consumidor).

#### Análise do VBP agropecuário por microrregião homogênea\_\_\_\_\_

Tomando-se a safra 1983/84 como base (tabelas 90, 91 e 92), considerando-se as atividades de lavoura, frutas, pecuária e pescado, que compõem parte substancial da agricultura, pois não estão sendo consideradas a extração vegetal e as olerícolas, tendo em vista que os dados não estão disponíveis por MRH, para todos os anos estudados, verifica-se, de um total de 16 microrregiões homogêneas existentes no estado, que apenas 5 têm participação acima de 4% no VBP agropecuário estadual, somando 72% na formação do VBP

agrícola, sendo que os restantes 28% estão distribuídos entre as demais 11 microrregiões.

Entre as 5 MRH que se destacam, há também grandes disparidades. A microrregião Colonial do Oeste Catarinense colocou-se bem à frente das demais, contribuindo com 33,80% do VBP das atividades analisadas, com o subsetor de lavoura participando com 17,80%, e o da pecuária com 16,00%. Esse destaque se deveu, principalmente, ao trigo (75,57%); à soja (66,28%); ao milho (51,05%); aos suínos (49,57%); ao feijão (49,20%); ao frango (26,47%); ao leite (21,41%); à mandioca (20,04%); à batata (17,87%) e aos bovinos (14,20%).

Na segunda MRH, a Colonial do Rio do Peixe, que participa com 23,20% do VBP agrícola, a pecuária foi responsável por 17,12% do VBP, a lavoura por 5,24% e o subsetor frutas por 0,84%. Contribuem para isso, principalmente, o trigo, com 50,48%; a maçã, com 48,17%; os suínos, com 31,46%; o milho, com 22,97%; o leite, com 16,30%; a batata, com 14,25%; o trigo, com 12,37%; a soja, com 12,21%, e os bovinos com 11,36%.

A microrregião Colonial do Alto Itajaí coloca-se na terceira posição, com 5,63% do VBP agrícola estadual, sendo as contribuições mais destacadas as de cebola (50,32%), do fumo (21,87%), da mandioca (19,61%), do leite (9,00%), da batata (8,02%), e do arroz (7,83%), em relação ao VBP dos produtos agropecuários.

Segue-se a MRH Campos de Curitibanos que participa com 4,83% do VBP agrícola estadual, dividido entre os bovinos, 15,62%; o feijão, 12,80%; a maçã, 12,37%; a soja 11,15%; o tomate, 7,61%; o leite, 6,46% e a batata, 6,31%.

A quinta posição, na formação do VBP agrícola, é da MRH Carbonífera, com 4,58%, destacando-se o VBP da cultura da batata (15,76%), do tomate (15,02%), do fumo (13,67%), da mandioca (10,69%), da banana (10,04%), do leite (6,36%) e do arroz (5,68%).

Participando com mais de 3% na formação do VBP agropecuário, aparecem as microrregiões de Planalto de Canoinhas (3,93%); Colonial de Blumenau (3,80%); Florianópolis (3,23%) e

Campos de Lages (3,19%).

Com participação acima de 2% seguem as microrregiões Colonial do Sul Catarinense (2,58%); Litoral Sul Catarinense (2,54%); Colonial Serrana Catarinense (2,40%); Litoral de Itajaí (2,04%) e Colonial de Joinville (2,01%).

TABELA 72

PREÇOS MÉDIOS PONDERADOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80 A 1980/81

(Cr\$/kg - a preços de abr/85)

PRODUTO \ SAFRA	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
<b>LAVOURA</b>					
Alho	8.100,91	6.971,69	13.976,01	9.226,68	4.498,72
Arroz	957,47	642,30	861,31	774,90	629,17
Batata-Inglesa	928,17	1.105,02	654,80	1.225,95	739,89
Cana-de-açúcar	41,40	42,29	45,99	34,13	38,92
Cebola	1.974,63	419,59	955,35	985,13	902,08
Feijão	1.915,66	2.828,13	1.527,62	1.332,06	1.412,89
Fumo	3.530,20	3.375,57	4.410,10	3.604,94	3.541,92
Mandioca	227,01	158,69	98,83	79,19	197,02
Milho	722,28	586,35	437,81	428,41	417,07
Soja	766,12	683,96	671,41	753,75	1.016,59
Tomate	1.155,10	1.211,00	1.034,67	1.502,96	809,13
Trigo	717,29	1.005,09	887,27	690,01	1.053,69
<b>FRUTA</b>					
Banana	411,90	384,23	322,29	282,96	286,11
Maçã	1.228,79	1.154,97	1.505,31	1.317,56	1.155,42
<b>PECUÁRIA</b>					
Aves	3.420,77	2.763,32	2.443,79	2.556,22	3.124,26
Bovinos	6.932,16	4.648,65	3.627,44	3.652,47	4.703,57
Leite	898,84	957,97	765,94	731,12	702,20
Suínos	3.366,85	2.439,37	2.848,64	2.776,85	3.325,27
Mel	5.953,47	6.482,49	6.895,71	11.728,24	8.945,36
Ovos	2.431,84	2.107,01	2.273,89	2.131,14	2.975,34
<b>PESCADO</b>					
Peixes	1.093,42	1.242,34	1.334,27	1.568,00	1.374,38
Crustáceos	5.680,77	4.799,31	6.656,29	8.137,54	7.213,88
Moluscos	2.134,46	2.347,47	1.361,95	654,68	2.117,29
<b>PRODUÇÃO FLORESTAL</b>					
Madeira em Geral (na tiva, papel e celulose)	71.662,61	59.619,63	48.734,86	39.087,60	-
Carvão Vegetal	241,64	229,58	219,53	156,87	-
Lenha - m <sup>3</sup>	13.623,69	15.564,21	13.470,91	11.372,55	-
Erva Mate	1.101,38	921,40	829,41	862,75	-
Palmito	1.816,40	1.945,53	1.995,69	2.119,77	-

Fonte dos dados básicos: EMATER-SC/ACARESC, FGV e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 73

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS MÉDIOS PONDERADOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SC, SAFRA 1979/80 A 1983/84

PRODUTO \ SAFRA	(1979/80 = 100)			
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
<u>LAVOURA</u>				
Alho	86	173	114	56
Arroz	67	90	81	66
Batata-Inglesa	119	71	132	80
Cana-de-açúcar	102	111	82	94
Cebola	21	48	50	46
Feijão	148	80	70	74
Fumo	96	125	102	100
Mandioca	70	44	35	87
Milho	81	61	59	58
Soja	89	88	98	133
Tomate	105	90	130	70
Trigo	140	124	96	147
<u>FRUTAS</u>				
Banana	93	78	69	69
Maçã	94	123	107	94
<u>PECUÁRIA</u>				
Aves	81	71	75	91
Bovinos	67	52	53	68
Leite	107	87	81	78
Suínos	72	85	82	99
Mel	109	116	197	150
Ovos	87	94	88	122
<u>PESCADO</u>				
Peixes	114	122	143	126
Crustáceos	84	117	143	127
Moluscos	110	64	31	99
<u>PRODUÇÃO FLORESTAL</u>				
Madeira em geral (nativa, papel e celulose)	83	68	55	-
Carvão vegetal	95	91	65	-
Lenha	114	99	83	-
Erva-Mate	84	75	78	-
Palmito	107	110	117	-

Fonte: Tabela 72

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 74

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA,  
SAFRA 1979/80 A 1983/84

		(tonelada)				
SAFRA	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	
<u>LAVOURA</u>						
Alho	4.724	6.720	7.905	8.589	9.724	
Arroz	428.871	404.068	373.978	395.317	451.942	
Batata-Inglesa	142.876	151.936	160.819	118.494	160.692	
Cana-de-açúcar	1.170.361	1.002.330	1.100.000	831.402	976.437	
Cebola	103.605	151.581	113.602	125.710	120.216	
Feijão	119.972	246.250	321.040	162.428	310.361	
Fumo em folha	127.401	100.303	132.130	132.063	152.231	
Mandioca	1.002.841	1.274.881	1.141.097	999.746	1.090.968	
Milho	2.017.999	2.264.590	2.142.772	1.686.948	2.340.578	
Soja	718.764	648.000	534.000	405.400	578.763	
Tomate	35.197	41.004	38.900	33.694	48.225	
Trigo	18.864	9.033	8.606	13.650	9.881	
<u>FRUTAS</u>						
Banana	209.712	241.488	274.125	258.070	273.700	
Maçã	28.225	39.175	76.664	57.338	108.609	
<u>PECUÁRIA</u>						
Aves	156.227.579	213.293.300	244.208.800	249.642.100	270.573.400	
Bovinos	383.283	268.100	275.700	256.200	231.400	
Leite	534.157	517.718	510.180	510.180	519.747	
Suínos	4.385.089	4.175.861	4.035.801	4.276.916	4.060.000	
Mel	4.500	4.500	3.600	4.200	4.500	
Ovos	12.092	11.729	12.106	12.200	8.720	
<u>PESCADO</u>						
Peixes	103.595	62.575	74.334	71.841	88.208	
Crustáceos	9.997	7.278	7.668	7.004	8.437	
Moluscos	4.513	445	823	1.269	475	
<u>PRODUÇÃO FLORESTAL</u>						
Madeira em geral (papel e celulose mais nativas) (1.000 m <sup>3</sup> )	5.228	7.067	9.850	14.060	-	
Carvão vegetal <sub>3</sub>	39.477	48.565	59.746	73.500	-	
Lenha (1.000 m <sup>3</sup> )	4.177	5.122	6.280	7.700	-	
Erva-mate	50.345	59.334	69.928	82.414	-	
Palmito	873	802	740	740	-	

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC - EMATER-SC/ACARESC e SUDEPE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 75

INDICE DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS  
AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80 a 1983/84

(1979/80=100)				
SAFRA PRODUTO	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
<u>LAVOURA</u>				
Alho	142	167	182	206
Arroz	94	87	92	105
Batata Inglesa	106	113	83	112
Cana-de-açúcar	86	94	71	83
Cebola	146	110	121	107
Feijão	205	268	135	269
Fumo em folha	79	104	104	119
Mandioca	127	114	100	109
Milho	112	106	84	116
Soja	90	74	56	81
Tomate	116	111	96	137
Trigo	48	46	72	52
<u>FRUTAS</u>				
Banana	115	131	123	131
Maçã	139	272	203	385
<u>PECUÁRIA</u>				
Aves	137	156	160	173
Bovinos de corte	70	72	67	60
Leite	97	96	96	97
Suínos	95	92	98	93
Mel de abelha	100	80	93	100
Ovos	97	100	101	72
<u>PESCADO</u>				
Peixes	60	72	69	85
Crustáceos	73	77	70	84
Moluscos	10	18	28	11
<u>PRODUÇÃO FLORESTAL</u>				
Madeira em geral	135	188	269	-
Carvão vegetal	123	151	186	-
Lenha	123	150	184	-
Erva-mate	118	139	164	-
Palmito	92	85	85	-

Fonte dos dados básicos: Tabela 74  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 76

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80 A 1983/84

PRODUTO	(a preços correntes - Cr\$ 1.000)					
	SAFRA	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
<b>LAVOURA</b>		<b>42.292.541</b>	<b>84.719.989</b>	<b>143.317.161</b>	<b>256.769.660</b>	<b>1.131.125.669</b>
Alho		373.728	1.128.254	4.367.612	7.697.737	12.636.863
Arroz		4.087.450	5.631.921	13.562.617	28.128.017	86.068.832
Batata-Inglesa		1.637.460	3.728.989	4.570.737	16.925.754	38.004.607
Cana-de-açúcar		792.445	1.248.741	2.902.857	3.802.139	19.657.808
Cebola		2.059.141	1.486.240	4.779.673	11.641.269	31.620.364
Feijão		2.358.310	14.414.720	19.660.871	19.040.982	132.999.869
Fumo		4.306.178	7.109.376	23.458.298	40.289.773	149.946.062
Mandioca		2.964.063	5.164.181	5.655.819	9.478.443	84.227.053
Milho		17.115.283	32.953.968	45.780.232	85.101.331	361.595.441
Soja		5.900.317	10.390.455	16.213.977	27.943.508	193.404.179
Tomate		476.602	1.169.582	1.876.948	4.617.599	14.439.929
Trigo		221.564	293.562	487.520	2.103.108	6.524.662
<b>FRUTAS</b>		<b>1.386.535</b>	<b>3.237.008</b>	<b>9.139.433</b>	<b>16.097.784</b>	<b>67.763.111</b>
Banana		1.055.740	2.290.562	4.381.565	9.754.589	33.098.591
Maçã		330.795	946.446	4.757.868	6.343.195	34.664.520
<b>PECUÁRIA</b>		<b>46.787.333</b>	<b>76.715.668</b>	<b>148.016.514</b>	<b>402.743.376</b>	<b>1.449.443.456</b>
Aves		11.013.717	25.631.587	50.409.026	142.869.102	584.708.662
Bovinos		12.301.769	11.969.503	19.408.957	48.502.067	164.218.346
Leite		6.065.677	12.934.663	20.163.589	49.170.456	148.498.362
Suínos		16.717.764	24.795.090	55.411.676	152.606.297	524.962.536
Mel		328.185	749.700	1.243.908	6.280.470	16.451.850
Ovos		360.221	635.125	1.379.358	3.314.984	10.603.700
<b>PESCADO</b>		<b>2.142.886</b>	<b>2.821.017</b>	<b>7.560.756</b>	<b>18.428.331</b>	<b>67.618.256</b>
Peixes		1.350.782	1.928.573	4.954.887	12.177.254	44.770.146
Crustáceos		677.232	866.529	2.549.872	6.161.268	22.476.704
Moluscos		114.872	25.915	55.997	89.809	371.406
<b>PRODUÇÃO FLORESTAL</b>		<b>6.102.112</b>	<b>14.608.692<sup>(*)</sup></b>	<b>31.930.174<sup>(*)</sup></b>	<b>91.970.924<sup>(*)</sup></b>	<b>249.803.620<sup>(**)</sup></b>
Madeira em geral		4.589.488	10.828.230	24.053.760	70.070.384	184.830.950
Carvão vegetal		116.852	286.533	657.206	1.470.000	4.153.500
Lenha		697.100	2.048.800	4.239.000	11.165.000	37.974.900
Erva-Mate		679.247	1.405.029	2.906.208	9.065.540	21.954.240
Palmito		19.425	40.100	74.000	200.000	890.030
<b>TOTAL<sup>(1)</sup></b>		<b>98.711.407</b>	<b>182.102.374</b>	<b>339.964.038</b>	<b>786.010.075</b>	<b>2.965.754.112</b>

(1) Este valor é uma aproximação do VBP do setor primário, porque:

- no sub-item "bovinos" estão incluídos os animais oriundos de outros estados;
- os produtos agrícolas utilizados na alimentação animal (principalmente o milho) sofrem dupla contagem, pois, aparecem no item "lavoura" e estão embutidos no VBP da pecuária;
- em contrapartida aos itens "a" e "b", não estão incluídos na tabela produtos agropecuários que, individualmente, têm menor importância econômica para o Estado.

(\*) Estimativa do Instituto CEPA/SC, através de dados básicos coletados junto ao IBDF, Indústrias Máquinas e de Pasta Mecânica e Secretaria de Indústria e Comércio.

(\*\*) Considerou-se a participação relativa (média aritmética do subsetor no período de 1977 a 1983).

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA, EMATER/SC-ACARESC, Agroindústrias, Cooperativas e Associações

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 77

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA,  
SAFRA 1979/80 A 1983/84

(a preços de abril de 1985 - Cr\$ 1.000)

PRODUTO	SAFRA	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
<b>LAVOURA</b>		<b>3.804.165.789</b>	<b>3.650.179.865</b>	<b>3.224.589.969</b>	<b>2.552.972.936</b>	<b>3.408.219.590</b>
Alho		38.268.688	49.668.020	107.618.790	89.231.224	40.434.495
Arroz		410.630.741	259.532.901	322.109.705	306.327.612	284.353.955
Batata-Inglesa		132.613.264	167.892.465	105.304.144	145.267.702	118.893.175
Cana-de-açúcar		48.453.868	42.385.647	50.579.380	28.374.444	37.994.299
Cebola		204.580.837	63.613.754	108.528.901	123.839.777	100.234.625
Feijão		229.824.565	696.426.601	490.424.326	216.363.764	455.937.230
Fumo		449.750.528	338.579.390	582.705.939	476.078.076	539.189.723
Mandioca		227.651.563	202.307.651	112.775.641	79.165.409	214.938.786
Milho		1.457.546.195	1.327.834.636	938.125.922	722.698.790	978.446.924
Soja		550.658.756	443.204.261	358.532.731	305.567.006	588.364.914
Tomate		40.655.993	49.655.596	40.248.664	50.640.580	39.020.042
Trigo		13.530.791	9.078.943	7.635.826	9.418.552	10.411.422
<b>FRUTAS</b>		<b>121.062.103</b>	<b>138.032.343</b>	<b>203.748.562</b>	<b>148.568.315</b>	<b>203.794.600</b>
Banana		86.379.604	92.786.564	88.345.950	73.022.362	78.306.389
Maçã		34.682.499	45.245.779	115.402.612	75.545.953	125.488.211
<b>PECUÁRIA</b>		<b>3.877.887.106</b>	<b>2.999.734.438</b>	<b>2.942.748.157</b>	<b>3.020.083.357</b>	<b>3.566.736.436</b>
Aves		902.789.109	996.146.269	1.007.232.091	1.078.656.757	1.428.578.195
Bovinos		1.036.220.405	486.056.379	390.031.993	364.945.277	424.476.607
Leite		480.119.336	495.956.795	400.966.624	372.998.480	364.963.954
Suínos		1.402.561.849	967.690.754	1.092.165.210	1.128.224.380	1.282.518.434
Mel		26.790.612	29.171.206	24.824.539	49.258.588	40.254.099
Ovos		29.405.795	24.713.035	27.527.700	25.999.875	25.944.947
<b>PESCADO</b>		<b>179.695.834</b>	<b>113.713.879</b>	<b>151.342.578</b>	<b>170.472.722</b>	<b>183.099.827</b>
Peixes		113.272.427	77.739.877	99.181.268	112.646.644	121.230.662
Crustáceos		56.790.594	34.929.380	51.040.425	56.995.293	60.863.455
Moluscos		9.632.813	1.044.622	1.120.885	830.785	1.005.710
<b>PRODUÇÃO FLORESTAL</b>		<b>498.131.594</b>	<b>568.431.598<sup>(*)</sup></b>	<b>637.227.071<sup>(*)</sup></b>	<b>721.340.583<sup>(*)</sup></b>	<b>611.215.122<sup>(**)</sup></b>
Madeira em geral		374.652.082	421.331.907	480.038.318	549.571.640	452.241.131
Carvão vegetal		9.538.939	11.149.144	13.115.790	11.529.412	10.162.711
Lenha		56.906.123	79.719.845	84.597.270	87.568.628	92.916.320
Erva-Mate		55.448.735	54.670.390	57.998.883	71.102.275	53.717.250
Palmito		1.585.715	1.560.312	1.476.810	1.568.628	2.177.710
<b>TOTAL</b>		<b>8.480.942.426</b>	<b>7.470.092.123</b>	<b>7.159.656.337</b>	<b>6.613.437.913</b>	<b>7.973.065.575</b>

(1) Este valor é uma aproximação do VBP do setor primário, porque:

- no sub-item "bovinos" estão incluídos os animais de outros estados;
- os produtos agrícolas utilizados na alimentação animal (principalmente o milho) sofrem dupla contagem, pois aparecem no item "lavoura" e estão embutidos no VBP da pecuária;
- em contrapartida os itens "a" e "b", não estão incluídos na tabela produtos agropecuários que, individualmente, têm menor importância econômica para o Estado.

(\*) Estimativa do Instituto CEPA/SC, através de dados básicos coletados junto ao IBDF, indústrias Madeireiras e de Pasta Mecânica e Secretaria de Indústria e Comércio.

(\*\*) Considerou-se a participação relativa (média aritmética do subsetor no período de 1977 a 1983).

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA, EMATER/SC-ACARESC, Agroindústrias, Cooperativas, Associações e FGV.

Elaboração: Instituto CEPA/SC



TABELA 78

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, POR SUBSETOR, NA FORMAÇÃO DO VBP ESTADUAL, SAFRA 1979/80 A 1983/84

PRODUTO \ SAFRA	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
<u>LAVOURA</u>	<u>44,85</u>	<u>48,87</u>	<u>45,03</u>	<u>38,60</u>	<u>42,74</u>
Alho	0,46	0,67	1,51	1,34	0,51
Arroz	4,84	3,46	4,50	4,63	3,56
Batata-Inglesa	1,56	2,25	1,46	2,20	1,50
Cana-de-açúcar	0,58	0,57	0,71	0,43	0,48
Cebola	2,42	0,86	1,52	1,88	1,26
Feijão	2,70	9,31	6,84	3,27	5,71
Funfo	5,30	4,54	8,13	7,20	6,77
Mandioca	2,68	2,71	1,58	1,20	2,70
Milho	17,17	17,76	13,10	10,92	12,26
Soja	6,50	5,94	5,00	4,61	7,37
Tomate	0,48	0,67	0,57	0,77	0,49
Trigo	0,16	0,13	0,11	0,15	0,13
<u>FRUTAS</u>	<u>1,43</u>	<u>1,85</u>	<u>2,85</u>	<u>2,25</u>	<u>2,56</u>
Banana	1,02	1,25	1,24	1,11	0,99
Maçã	0,41	0,60	1,61	1,14	1,57
<u>PECUÁRIA</u>	<u>45,72</u>	<u>40,15</u>	<u>41,10</u>	<u>45,66</u>	<u>44,73</u>
Aves	10,64	13,32	14,06	16,30	17,90
Bovinos	12,22	6,51	5,45	5,52	5,33
Leite	5,67	6,64	5,60	5,64	4,58
Suínos	16,52	12,96	15,25	17,05	16,08
Mel	0,32	0,39	0,35	0,75	0,51
Ovos	0,35	0,33	0,39	0,40	0,33
<u>PESCADO</u>	<u>2,12</u>	<u>1,53</u>	<u>2,12</u>	<u>2,58</u>	<u>2,30</u>
Peixes	1,33	1,04	1,38	1,70	1,51
Crustáceos	0,67	0,47	0,72	0,86	0,77
Moluscos	0,12	0,02	0,02	0,02	0,02
<u>PRODUÇÃO FLORESTAL</u>	<u>5,88</u>	<u>7,60</u>	<u>8,90</u>	<u>10,91</u>	<u>7,67</u>
Madeira em geral	4,41	5,62	6,70	8,31	5,67
Carvão vegetal	0,12	0,15	0,19	0,18	0,13
Lenha	0,67	1,07	1,18	1,32	1,16
Erva-Mate	0,66	0,74	0,81	1,07	0,68
Palmito	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03

Fonte dos dados básicos: Tabela 77

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 79

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, NA  
FORMAÇÃO DO VBP SUBSETORIAL, SAFRA 1979/80 A 1983/84

PRODUTO \ SAFRA	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
<u>LAVOURA</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>
Alho	1,01	1,36	3,34	3,50	1,19
Arroz	10,79	7,11	9,99	12,00	8,34
Batata-Inglesa	3,49	4,60	3,27	5,69	3,49
Cana-de-açúcar	1,28	1,17	1,57	1,12	1,11
Cebola	5,38	1,75	3,37	4,85	2,94
Feijão	6,04	19,07	15,20	8,48	13,38
Fumo	11,82	9,27	18,06	18,64	15,82
Mandioca	5,98	5,55	3,50	3,10	6,31
Milho	38,31	36,37	29,09	28,30	28,71
Soja	14,47	12,14	11,12	11,96	17,26
Tomate	1,07	1,36	1,25	1,99	1,14
Trigo	0,36	0,25	0,24	0,37	0,31
<u>FRUTAS</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>
Banana	71,35	67,22	43,36	49,15	38,42
Maçã	28,65	32,78	56,64	50,85	61,58
<u>PECUÁRIA</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>
Aves	23,28	33,20	34,22	35,71	40,05
Bovinos	26,72	16,21	13,26	12,09	11,90
Leite	12,38	16,53	13,62	12,35	10,23
Suínos	36,17	32,25	37,11	37,35	35,96
Mel	0,69	0,98	0,85	1,64	1,13
Ovos	0,76	0,83	0,94	0,86	0,73
<u>PESCADO</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>
Peixes	63,04	68,36	65,53	66,07	66,21
Crustáceos	31,60	30,72	33,73	33,44	33,24
Moluscos	5,36	0,96	0,74	0,49	0,55
<u>PRODUÇÃO FLORESTAL</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>
Madeira em geral	75,21	74,12	75,33	76,18	73,99
Carvão Vegetal	1,92	1,97	2,06	1,60	1,66
Lenha	11,42	14,02	13,27	12,14	15,20
Erva-Mate	11,13	9,61	9,10	9,86	8,79
Palmito	0,32	0,28	0,24	0,22	0,36

Fonte dos dados básicos: Tabela 77

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 80

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS  
PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA, SAFRA DE 1979/80 a 1983/84

SAFRA PRODUTO	(1979/80=100)			
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
<u>LAVOURA</u>	<u>96</u>	<u>85</u>	<u>67</u>	<u>90</u>
Alho	130	281	233	106
Arroz	63	78	75	69
Batata Inglesa	127	79	110	90
Cana-de-açúcar	87	104	59	78
Cebola	31	53	61	49
Feijão	303	213	94	198
Fumo	75	130	106	120
Mandioca	89	50	35	94
Milho	91	64	50	67
Soja	81	65	55	107
Tomate	122	99	125	96
Trigo	67	56	70	77
<u>FRUTAS</u>	<u>114</u>	<u>168</u>	<u>123</u>	<u>168</u>
Banana	107	102	85	91
Maçã	130	333	218	362
<u>PECUÁRIA</u>	<u>77</u>	<u>76</u>	<u>78</u>	<u>92</u>
Aves	110	112	120	158
Bovinos de corte	47	38	35	41
Leite	103	86	78	76
Suínos	70	78	80	91
Mel de Abelhas	109	93	184	150
Ovos	84	94	88	88
<u>PESCADO</u>	<u>63</u>	<u>84</u>	<u>95</u>	<u>102</u>
Peixes	69	88	99	107
Crustáceos	62	90	100	107
Moluscos	11	12	9	10
<u>PRODUÇÃO FLORESTAL</u>	<u>114</u>	<u>128</u>	<u>144</u>	<u>123</u>
Madeira em geral	112	128	147	121
Carvão Vegetal	117	137	121	107
Lenha	140	149	154	163
Erva-mate	99	105	128	97
Palmito	98	93	99	137
<u>TOTAL</u>	<u>88</u>	<u>84</u>	<u>78</u>	<u>94</u>

Fonte dos dados básicos: Tabela 77

Elaboração: Instituto CEPA/SC



TABELA B1  
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICULTURÁRIOS, POR MUN. DE SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

MUN.	PRELUSTO	ARROZ	MAMOA	MADUA	CANA-DE-AÇÚCAR	CERVEJA	FEIJÃO	TOMATE	MANGUEIRA	MELÃO	SOJA	TUPACU	TRIGO	MACA	FRANGO	LEITE	SARDIÇA	BOVINOS	PISCES	CRUSTÁCEOS	MULHERES	(a) percento contribuição - C\$ 1.000	
																						FRANGO	MULHERES
Col. de Brusque	2.697.099	25.747	57.987	440.015	29.613	127.260	352.349	262.214	-	1.315.929	718.426	750.080	675.606	371.216	675.606	371.216	342.008	4.847	342.008	4.847	31.642	4.847	
Lic. de Itajaí	663.974	820.918	7.349	678.629	16.733	70.595	36.234	16.255	-	301.883	266.934	63.636	221.976	1.416.915	221.976	63.636	1.416.915	221.976	63.636	1.416.915	221.976	63.636	
Lic. de Brusque	2.741.965	256.708	375.629	219.770	114.803	196.486	292.038	979.228	205	1.773.653	2.373.653	1.522.919	1.563.818	-	1.563.818	1.522.919	1.563.818	-	-	-	-	-	
Col. de Itajaí	41.721	-	65.197	-	17.813	159.626	271.934	366.432	9.881	139.548	1.021.963	285.297	358.555	-	358.555	1.021.963	285.297	358.555	-	-	-	-	
Col. do Alto Itajaí	1.103.243	-	474.478	-	2.287.046	1.815.069	5.654.772	1.715.931	3.997.544	12.468	63.346	1.041.957	885.793	-	885.793	1.041.957	885.793	-	-	-	-	-	
Florianópolis	394.663	449.666	206.459	666.149	431.006	129.370	234.664	117.883	-	4.415.488	574.108	877.36	437.198	811.280	437.198	811.280	349.333	7.396	349.333	7.396	7.396		
Col. de Brusque	59.416	120.493	519.707	1.784.937	324.237	1.313.914	240.064	674.203	-	275.928	850.172	425.173	604.861	-	604.861	275.928	850.172	425.173	-	-	-	-	
Col. de Brusque	371.035	154.146	1.342	6.420	7.905	25.438	80.082	115.814	16.027	284.273	182.272	40.293	326.566	-	326.566	182.272	40.293	326.566	-	-	-	-	
Col. de Brusque	792.568	324.528	624.486	70.427	75.631	556.070	3.731.900	550.163	1.221.647	1.291	254.572	1.161.172	2.864.379	-	2.864.379	1.161.172	2.864.379	-	-	-	-		
Col. de Brusque	1.241.221	351.468	36.888	28.439	72.317	287.407	2.268.722	844.851	379.583	24.580	18.615	122.082	470.471	-	470.471	122.082	470.471	-	-	-	-		
Col. de Brusque	2.110.000	271.818	19.871	21.246	11.918	207.704	2.833.650	92.645	638.333	2.314	2.314	347.511	895.916	-	895.916	347.511	895.916	-	-	-	-		
Col. de Brusque	3.698	351.703	191.703	1.917.000	14.931	394.046	285.133	785.894	182.037	281.739	1.520.456	1.520.456	3.594.754	-	3.594.754	1.520.456	3.594.754	-	-	-	-		
Col. de Brusque	97.264	-	286.510	714	28.325	1.659.940	156.814	17.838	1.887.294	1.877.227	206.443	29.177	330.988	-	330.988	29.177	330.988	-	-	-	-		
Col. do Rio do Peixe	210.142	-	529.660	49.675	101.964	1.114.205	400.620	92.671	8.951.215	1.767.823	67.387	14.470	2.716.132	-	2.716.132	14.470	2.716.132	-	-	-	-		
Col. do Oeste Catarinense	574.181	-	621.267	181.653	78.981	10.244.257	835.445	500.713	24.738.136	10.737.670	7.514	403.962	-	-	403.962	7.514	403.962	-	-	-	-		
Planalto de Curitiba	512.027	1.551.812	626.138	-	90.178	2.659.167	2.034.152	317.810	2.786.164	1.690.745	111.455	39.322	8.042	-	8.042	1.071.133	1.462.876	600.074	-	-	-		
TOTAL	13.562.817	4.381.545	4.570.737	3.902.877	4.779.673	19.640.873	21.658.298	5.655.819	45.700.212	116.243.977	1.876.948	487.520	4.757.848	50.409.026	19.408.957	20.163.589	55.411.676	19.408.957	4.954.887	2.549.872	55.897		

Fonte dos dados básicos: Fundação INCE, EMATER-SC/ACARESC e SUDEF.  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA B4  
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICULTURÁRIOS, POR MUN. DE SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

MUN.	PRELUSTO	ARROZ	MAMOA	MADUA	CANA-DE-AÇÚCAR	CERVEJA	FEIJÃO	TOMATE	MANGUEIRA	MELÃO	SOJA	TUPACU	TRIGO	MACA	FRANGO	LEITE	SARDIÇA	BOVINOS	PISCES	CRUSTÁCEOS	MULHERES	(a) percento contribuição - C\$ 1.000	
																						FRANGO	MULHERES
Col. de Brusque	4.579.525	4.130.203	127.479	5.26.051	31.429	110.187	348.087	209.490	-	3.882.526	2.457.876	2.291.228	1.778.646	878.441	878.441	921.128	5.307	921.128	5.307	21.642	5.307		
Lic. de Brusque	1.209.564	217.423	1.340.207	-	24.130	213.374	43.688	34.950	-	993.021	684.559	197.728	604.843	6.783.313	6.783.313	2.648.208	21.642	2.648.208	21.642	-	-		
Lic. de Brusque	5.131.704	770.188	151.263	266.595	221.237	3.202.824	460.857	1.712.843	-	5.522.776	4.914.649	3.318.162	3.926.909	-	3.926.909	4.914.649	3.318.162	3.926.909	-	-	-		
Col. de Itajaí	124.564	-	246.947	-	42.412	153.913	400.712	390.731	-	642.370	1.970.991	807.315	916.719	-	916.719	1.970.991	807.315	916.719	-	-	-		
Col. do Alto Itajaí	3.005.672	-	4.744.205	-	5.711.632	1.409.050	7.289.355	1.894.372	10.192	2.125.543	4.778.103	2.932.829	2.145.556	-	2.145.556	4.778.103	2.932.829	2.145.556	-	-	-		
Florianópolis	479.674	646.645	879.294	879.294	88.794	279.152	274.329	210.128	-	11.029.000	1.131.683	254.881	1.020.590	1.778.076	1.020.590	1.131.683	254.881	1.020.590	1.778.076	1.409.810	37.084		
Col. do Rio do Peixe	151.619	260.320	1.610.200	811.051	4.431.126	327.465	2.920.764	285.042	1.136.105	41.467	590.215	122.807	8.616	-	8.616	4.113.149	3.075.261	3.201.125	-	-	-		
Lic. de Brusque	689.922	425.665	1.010.209	22.456	9.901	41.879	310.840	309.047	41.467	-	719.180	404.281	957.226	-	957.226	719.180	404.281	957.226	-	-	-		
Col. do Oeste Catarinense	1.297.990	971.963	2.482.182	115.915	204.922	612.032	1.074.677	2.059.402	430	430	716.216	6.693	8.616	-	8.616	4.113.149	3.075.261	3.201.125	-	-	-		
Lic. do Oeste Catarinense	1.846.798	514.924	166.039	41.831	179.762	278.209	4.190.544	1.944.075	427.244	91.652	114.109	6.693	2.922.506	-	2.922.506	1.097.474	3.374.310	1.028.295	-	-	-		
Col. do Oeste Catarinense	4.851.813	1.515.496	193.107	311.079	24.908	4.890.130	191.079	1.294.337	10.240	6.681	431	2.401.826	494.877	-	494.877	2.842.788	988.949	9.582.566	-	-	-		
Col. do Oeste Catarinense	14.273	-	1.864.982	-	78.645	474.223	756.514	255.397	498.978	-	498.978	2.401.826	494.877	-	494.877	2.842.788	988.949	9.582.566	-	-	-		
Col. do Oeste Catarinense	338.278	-	787.656	1.121	2.614.269	448.776	15.073	17.413.333	4.896.974	731.561	200.160	887.476	2.973.420	-	2.973.420	70.412.515	3.341.714	50.066.700	5.635.144	-	-		
Col. do Rio do Peixe	1.054.581	-	1.560.942	89.790	265.919	1.844.015	1.041.033	1.231.252	17.413.333	2.894.666	107.323	2.973.420	-	-	2.973.420	70.412.515	3.341.714	50.066.700	5.635.144	-	-		
Col. do Oeste Catarinense	2.721.157	-	1.588.240	292.378	121.562	2.914.237	2.061.096	1.720.265	32.952.147	10.546.765	24.746	1.607.665	-	-	1.607.665	34.581.601	9.006.345	75.674.059	6.201.042	-	-		
Planalto de Curitiba	1.272.803	101.747	1.289.897	-	192.260	3.608.181	542.706	1.294.570	3.176.853	1.294.570	92.228	473	473	-	473	1.176.743	2.420.319	3.988.048	2.015.314	-	-		
TOTAL	28.128.037	9.254.589	18.925.764	1.902.119	11.641.269	19.040.982	40.289.773	9.478.443	85.101.331	27.943.508	4.617.599	2.103.106	6.343.195	147.889.182	12.177.254	49.170.455	151.606.297	48.591.067	6.343.195	6.343.195	89.809		

Fonte dos dados básicos: Fundação INCE, EMATER-SC/ACARESC e SUDEF.  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA B5  
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS, POR MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, S/MSA 1978/84

MUNICÍPIO	ARROZ	BANANA	CAVENDER-ADOC.	CEREA	FEIJÃO	FRUTO	MANDIOCA	MAÍZ	TRIGO	SOJA	BOVINOS	OVINOS	LEITE	FRANGO	CAZARIS	PEIXES	CAZARIS	AVES	CAZARIS
Col. de Joinville	14.744.360	13.450.908	120.984	1.690.248	381.599	501.020	2.864.050	1.595.032	482.639	6.338.206	7.541.690	5.421.690	2.376.672	1.828.280	23.249	2.376.672	1.828.280	23.249	2.376.672
Col. de Itajaí	3.217.160	678.378	64.058	4.722.540	12.165	212.000	605.813	284.650	590.722	1.598.774	648.848	1.092.537	25.429.658	20.772.666	65.411	25.429.658	20.772.666	65.411	25.429.658
Col. de Brusque	15.031.648	2.727.996	318.551	1.382.384	1.258.555	11.679.286	3.436.643	6.320.683	2.111.325	13.518.405	11.024.325	12.793.037	-	-	-	-	-	-	-
Col. de Itajaí Norte	399.569	487.630	-	314.721	134.126	11.718.876	2.855.825	3.355.002	-	5.051.232	2.889.519	3.046.277	-	-	-	-	-	-	-
Col. de Itajaí Sul	6.725.296	2.948.551	-	18.001.734	8.730.011	37.770.757	16.674.682	32.068.195	601.025	11.741.055	30.381.956	7.948.051	-	-	-	-	-	-	-
Florianópolis	1.671.394	2.495.127	942.344	6.620.342	517.014	2.418.256	1.005.447	4.861.336	4.774.958	31.702.221	3.688.967	818.922	3.441.639	7.468.812	5.014.614	7.468.812	5.014.614	7.468.812	5.014.614
Col. de Santa Catarina	1.665.864	4.036.945	3.271.062	11.493.997	1.681.991	7.849.606	3.700.312	4.861.336	2.247.353	2.811.354	4.209.611	3.112.660	2.513.748	4.006.970	14.806	4.006.970	14.806	4.006.970	14.806
Col. de Lages	2.341.264	1.660.029	9.364	83.643	380.928	624.147	1.993.600	277.474	54.031	15.409.684	9.621.095	26.904.260	4.756.707	-	-	-	-	-	-
Col. de Brusque	4.069.054	3.217.062	6.081.794	442.100	4.331.094	20.495.649	8.995.079	8.600.320	2.140.315	2.670	10.303.560	1.320.540	4.786.589	6.311.056	854.174	4.786.589	6.311.056	854.174	4.786.589
Col. de Brusque	7.963.360	1.790.985	163.400	205.228	2.478.717	10.502.927	13.556.302	1.781.462	310.780	541.564	10.303.560	1.320.540	4.786.589	6.311.056	854.174	4.786.589	6.311.056	854.174	4.786.589
Col. de Brusque	15.191.598	5.861.313	248.319	121.543	1.731.766	17.388.911	1.554.792	48.145	25.371	1.746.314	2.625.819	5.068.004	2.937.400	-	-	-	-	-	-
Col. de Brusque	126.209	-	3.857.266	-	2.581.279	2.396.209	19.590	7.500.554	507.063	1.144	13.676.378	9.607.795	3.736.538	34.537.742	-	-	-	-	-
Col. de Brusque	907.652	-	2.449.242	8.171	16.806.420	1.577.816	224.107	18.376.639	21.492.045	1.648.884	8.770.939	25.308.410	-	-	-	-	-	-	-
Col. de Rio de Janeiro	2.318.451	-	5.136.799	331.200	877.617	9.308.720	1.315.225	82.721.759	733.235	809.027	15.429.078	10.770.955	18.740.572	-	-	-	-	-	-
Col. de Santa Catarina	7.161.806	-	6.652.384	1.052.218	300.499	64.875.702	12.767.408	16.869.233	13.603	4.933.105	353.796.798	259.899.487	23.687.685	-	-	-	-	-	-
Planalto de Lages	2.431.163	190.984	4.375.209	734.870	16.540.411	15.642.104	3.824.454	20.336.806	618.209	7.253.616	13.864.490	6.987.227	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	86.068.832	31.098.291	38.084.607	19.657.808	31.620.264	132.999.859	149.946.062	84.227.023	381.595.441	191.404.179	14.429.929	6.224.662	148.495.362	524.962.536	184.218.346	44.770.146	21.478.704	371.405	371.405

Fonte dos dados básicos: Fundação INEP, EMATER-SC/AGROPEC e SUDEPE  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA B6  
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS, POR MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, S/MSA 1978/80

MUNICÍPIO	ARROZ	BANANA	CAVENDER-ADOC.	CEREA	FEIJÃO	FRUTO	MANDIOCA	MAÍZ	TRIGO	SOJA	BOVINOS	OVINOS	LEITE	FRANGO	CAZARIS	PEIXES	CAZARIS	AVES	CAZARIS
Col. de Joinville	70.405.676	31.978.121	3.124.997	11.640.723	738.977	2.926.550	13.669.434	3.219.794	2.042.492	-	32.128.579	19.818.839	31.180.863	1.864.488	6.157.125	113.458	6.157.125	113.458	6.157.125
Col. de Itajaí	13.109.296	1.907.195	131.632	11.455.004	310.759	1.375.298	1.624.220	446.122	487.380	-	5.120.228	1.529.530	1.551.855	66.938.729	21.150.284	9.279.104	66.938.729	21.150.284	9.279.104
Col. de Brusque	65.560.437	5.947.134	5.001.218	4.911.242	4.332.020	35.212.166	18.952.072	21.211.803	2.805.421	-	31.082.587	30.104.146	73.211.907	-	-	-	-	-	-
Col. de Itajaí Norte	2.549.012	-	831.811	-	3.275.116	11.707.044	8.635.494	9.611.053	284.782	-	2.953.178	8.096.548	19.538.772	-	-	-	-	-	-
Col. de Itajaí Sul	37.775.160	-	14.370.328	-	11.362.208	14.995.488	101.037.661	51.095.270	1.526.364	-	14.140.284	41.300.285	31.012.027	47.372.386	-	-	-	-	-
Florianópolis	6.051.069	6.449.059	4.511.948	10.253.836	1.256.038	5.510.530	2.699.907	10.391.161	8.105.708	-	63.622.814	8.104.967	2.422.215	19.429.774	17.033.270	6.703.137	50.385	17.033.270	6.703.137
Col. de Santa Catarina	1.905.154	3.527.614	22.036.678	7.889.126	57.147.968	4.606.590	25.995.820	13.396.973	3.529.653	-	4.457.684	15.652.384	12.677.472	20.768.192	-	-	-	-	-
Col. de Lages	7.128.540	3.484.861	61.724	112.017	305.897	1.027.295	2.522.515	355.063	-	1.035	4.372.122	1.152.078	19.585.722	-	-	-	-	-	-
Col. de Brusque	21.669.379	9.411.389	14.660.322	2.972.391	2.619.678	14.995.975	76.764.455	32.096.822	3.188.819	-	24.672.137	36.091.809	78.021.197	69.046.666	-	-	-	-	-
Col. de Brusque	34.374.867	5.131.407	1.400.481	581.598	4.988.332	6.934.921	41.577.535	31.760.814	31.201	-	17.512.373	9.843.284	1.701.318	37.238.766	18.031.516	3.250.714	37.238.766	18.031.516	3.250.714
Col. de Brusque	54.220.560	15.599.330	267.847	781.721	49.459	5.524.210	54.123.693	4.837.411	1.201	-	3.072.772	9.645.560	14.930.397	15.683.333	-	-	-	-	-
Col. de Brusque	506.154	-	10.872.142	-	12.203.790	9.446.456	5.133.539	30.374.589	5.056.578	-	1.251.296	30.194.032	22.511.810	217.355.745	-	-	-	-	-
Col. de Brusque	1.820.741	-	8.775.128	29.543	1.638.771	38.066.245	6.331.044	1.256.763	3.401.175	-	2.404.589	19.840.155	24.853.185	148.307.145	-	-	-	-	-
Col. de Rio de Janeiro	21.121.200	-	14.481.250	1.755.356	3.951.629	12.056.827	8.011.906	5.725.718	2.630.150	-	70.531.732	453.732.294	138.483.652	-	-	-	-	-	-
Col. de Santa Catarina	41.817.780	-	21.091.055	3.271.601	435.633	69.949.009	11.061.190	28.576.258	230.267	-	221.978.765	125.732.173	671.432.066	141.414.318	-	-	-	-	-
Planalto de Lages	20.620.475	991.434	9.847.177	-	3.930.566	43.939.110	40.620.565	21.210.427	1.149.942	-	34.318.774	37.532.518	42.100.449	-	-	-	-	-	-
TOTAL	410.630.741	66.379.604	132.613.264	481.451.848	204.580.837	229.824.565	489.750.528	227.651.563	40.655.993	1.457.546.185	550.650.765	480.110.318	1.401.561.819	1.036.220.205	113.277.427	56.790.594	9.632.613	56.790.594	9.632.613

Fonte dos dados básicos: Tabela B1 e B2 (ICP - Col. 2)  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 87

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, POR MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, S/NPRA 1980/81

MUNICÍPIO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, POR MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, S/NPRA 1980/81																	
	ARROZ	BOVINA	OVINA-DE-CAPRÃO	OVINA	FUBA	MANDIOCA	MILHO	SILVA	TOURNAIS	TRIGO	MACA	FRANGO	LEITE	SURTOS	OVINOS	PREÇOS	COLHEITAS	
Col. de Joinville	41.802,813	16.820,108	5.611,648	1.851,563	2.089,214	7.659,613	8.483,103	-	3.666,183	-	22.939,048	30.129,244	13.517,476	16.770,940	6.427,839	5.063,183	140,479	
Lit. de Itajaí	10.207,029	2.142,141	10.650,210	660,967	1.026,009	2.150,192	933,561	-	1.228,312	-	6.105,246	6.133,382	1.110,883	5.735,437	15.410,594	14.551,018	561,787	
Col. de Blumenau	41.310,077	7.251,706	2.853,709	1.459,889	9.290,103	20.606,568	15.667,081	23.520,361	45,584	931,070	35.510,224	51.606,318	21.597,372	37.003,722	-	-	-	
Col. de Itajaí Norte	1.782,684	781,399	-	562,094	4.301,785	2.160,298	6.383,282	16.303,489	240,812	-	3.768,665	18.597,039	5.566,882	9.458,478	-	-	-	
Col. do Alto Itajaí	23.750,300	16.246,708	-	31.193,541	41.300,744	85.356,491	49.330,867	50.934,289	894,891	1.501,084	17.189,767	44.556,328	18.710,703	22.234,924	-	-	-	
Florianópolis	5.378,782	8.462,637	12.025,132	594,673	2.864,482	3.073,295	3.742,242	1.361	8.143,918	-	74.038,697	10.896,631	1.611,416	10.254,537	12.232,311	4.371,168	139,411	
Col. de Santa Catarina	1.104,796	3.737,100	3.241,735	5.241,775	18.578,671	7.900,942	9.132,539	19.285,141	4,082	5.157,218	4.574,237	17.006,019	8.510,531	15.019,982	-	-	-	
Lit. de Lages	4.240,101	2.933,439	120,963	60,465	912,138	2.110,600	5.073,644	473,883	133,684	-	4.489,132	2.796,210	737,851	8.243,374	7.076,419	7.952,960	16,536	
Camboiá/Itajaí	15.776,213	9.279,497	1.235,940	1.231,708	24.787,888	63.208,366	17.621,005	31.220,225	41,582	7.667,388	20.509,654	28.558,182	32.000,247	31.311,727	-	-	-	
Lit. de Chapecó	18.027,231	5.540,594	919,702	1.873,524	13.423,747	27.652,260	27.099,689	19.620,114	556,530	521,376	19.221,039	10.554,739	2.590,270	11.923,355	16.592,894	21.011,065	144,289	
Col. de Santa Catarina	28.328,969	17.394,509	356,100	1,062	9.160,996	39.889,611	3.463,905	26.126,147	62,445	-	3.643,220	7.802,183	10.639,966	6.771,562	-	-	-	
Campos de Lages	419,374	-	-	2.286,556	30.793,043	3.050,940	611,350	26.259,166	3.513,224	34,152	3.201,281	27.406,495	6.196,997	99.429,093	-	-	-	
Comun. de Curitiba	4.759,203	-	16,412	583,084	76.164,213	3.046,008	604,558	54.381,499	9,699,034	3.658,573	21.426,721	42.192,173	16.401,462	66.780,700	-	-	-	
Col. do Rio do Peixe	13.780,895	-	18,358,996	750,127	1.121,226	18.421,219	4.589,124	3.049,225	289,609,781	57,001,692	491,374,594	71.609,292	118.501,609	55.519,442	-	-	-	
Col. de Santa Catarina	21.722,204	-	21.987,508	196,941	817,004	312.890,149	13.137,082	27.249,248	681,643,472	279,384,767	250.270,119	96.589,451	482.910,212	69.468,976	-	-	-	
Planalto de Curitiba	16.018,062	858,580	18.984,466	121.727,951	27.959,893	17.239,495	79,305,313	64,301,936	1.491,948	695,273	8.903,252	27.529,630	26.636,577	19.944,220	-	-	-	
T O T A L	259.532,903	92.398,564	167.072,465	42.388,647	61.613,754	686.426,601	338.579,890	283.207,653	1.307.834,636	441.204,262	45.345,779	986.146,269	485.956,795	987.680,754	486.056,379	77.319,877	34.829,109	1.044,622

Fonte dos dados básicos: Tabela 87, FGV (ICP - Col. 2)

Elaboração: Instituto CEP/SC

TABELA 88

VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, POR MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, S/NPRA 1981/82

MUNICÍPIO	VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, POR MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, S/NPRA 1981/82																			
	ARROZ	BOVINA	OVINA	OVINA-DE-CAPRÃO	CELEIA	FEIJÃO	TRIGO	MANDIOCA	MILHO	SILVA	TOURNAIS	TRIGO	MACA	FRANGO	LEITE	SURTOS	OVINOS	PREÇOS	COLHEITAS	
Col. de Joinville	64.188,305	31.217,279	1.357,207	5.647,095	-	744,149	1.172,073	5.011,479	5.372,429	-	2.425,472	-	38.223,778	28.121,986	14.663,296	13.568,697	7.471,012	6.845,925	97,022	
Lit. de Itajaí	15.950,499	5.536,493	11.794,760	4.186,407	439,130	2.755,355	724,745	3.741,465	371,465	-	2.703,400	-	7.382,228	5.360,727	1.250,078	4.523,189	52.032,008	28.362,286	633,373	
Col. de Blumenau	65.398,957	6.866,653	4.037,694	4.186,407	3.022,049	4.943,455	47.000,610	5.837,038	19.990,024	4,941	35.155,566	46.500,749	22.624,650	31.659,503	-	-	-	-	-	
Col. de Itajaí Norte	1.113,076	-	570,605	-	402,094	3.901,583	43.279,251	5.415,725	7.495,898	117,978	16.238,307	36.649,113	20.445,807	5.613,731	7.211,553	-	-	-	-	
Col. do Alto Itajaí	25.004,566	-	10.928,705	-	52.076,705	45.204,720	125.702,478	34.294,003	40.889,178	175,722	3.334,247	-	89.112,516	11.389,201	1.722,202	8.290,607	16.241,278	6.992,549	148,045	
Florianópolis	6.705,228	6.010,475	4.848,530	11.649,877	974,033	1.920,407	3.212,309	4.692,716	2.410,941	-	6.092,453	-	5.433,330	17.029,176	8.342,852	12.264,223	-	-	-	
Col. de Santa Catarina	1.469,533	3.099,374	11.341,631	9.069,803	39.899,185	5.668,392	32.537,125	4.794,836	13.747,211	-	7.079,256	-	5.574,944	33.506,973	802,372	7.940,153	5.986,181	8.041,894	41,005	
Lit. de Lages	8.787,423	3.219,630	30,892	111,672	179,923	637,076	1.709,395	2.122,186	327,527	-	5.453,252	-	29.211,142	23.100,013	55.918,654	25.987,217	-	-	-	
Camboiá/Itajaí	18.214,548	9.074,912	14.477,334	1.225,131	1.737,138	13.911,878	82.609,785	19.957,910	74.596,564	28,544	4.911,198	-	20.870,517	8.599,374	2.418,519	9.564,628	17.450,717	796,171	201,380	
Col. de Santa Catarina	29.547,537	5.229,569	809,114	494,549	1.628,046	7.219,848	50.881,597	16.895,443	34,952	-	3.922,100	-	1.922,100	6.778,337	5.527,108	-	-	-	-	
Col. de Lages	50.114,635	16.643,060	451,008	389,582	270,244	5.233,767	70.308,215	1.838,659	15.673,037	-	37,964,480	2.788,787	21.658,074	6.683,557	52.384,018	-	-	-	-	
Campos de Lages	86,468	-	8.175,021	-	1.609,815	10.091,265	7.080,031	-	1.547,644	5,547,558	-	-	2.788,787	21.658,074	-	-	-	-	-	
Col. de Chapecó	2.302,776	-	12,763	12.763	648,035	45.660,194	1.391,798	355,915	38.660,496	4,322,904	4.364,473	487,055	9.412,845	21.446,596	30.608,471	18.343,733	58.384,494	-	-	
Col. do Rio do Peixe	5.620,242	-	12.279,843	364,131	2.292,144	27.822,865	9.950,863	11.809,617	183.299,175	37.738,804	1.451,036	231,232	67.824,493	488.250,303	58.828,028	193.240,575	45.397,157	-	-	
Col. de Santa Catarina	13.400,696	-	14.212,284	1.162,502	3.796,553	354.814,883	20.809,467	11.439,677	506.994,599	237.478,277	163,046	6,288,524	243.719,697	72.495,922	544.256,266	54.656,107	-	-	-	
Planalto de Curitiba	14.636,730	523,500	14.771,969	-	2.895,857	66.318,494	50.494,222	6.316,231	57.243,775	37,155,759	2.385,573	619,685	200,801	10.125,504	21.493,612	28.949,101	16.431,316	-	-	
T O T A L	321.097,795	80.345,950	195.304,144	50.579,150	108.528,961	440.424,226	582.705,530	112.775,641	938.128,322	358.038,731	40.248,664	7.635,826	115.402,612	1.027.732,091	600.966,624	1.072.065,210	397.031,993	99.181,868	51.040,425	1.120,485

Fonte dos dados básicos: Tabela 87 e FGV (ICP - Col. 2)

Elaboração: Instituto CEP/SC

TABELA 85  
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS, POR MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, S/MPA, 1982/83

MUNICÍPIO	PRODUTO	VALORES DE 1982/83 - C/1.000																				
		ARROZ	BAWVA	BUTIROA	CAVACA-DE-ACÓRDO	CEBOLA	FELIÃO	FENO	MANDIOCA	MILHO	SUJA	TOMATE	TRUFO	POÇA	FRANCO	LEITE	SUMOS	BOVINOS	FEIJOS	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	
Col. de Joinville	49.693,554	31.684,193	1.077,719	3.337,552	374,184	3.751,416	2.933,769	4.794,696	-	3.386,884	-	38.375,811	18.358,128	16.642,031	13.589,785	8.126,097	6.321,059	50,942	-	-	-	
Lit. de Itajaí	14.185,142	1.686,459	-	8.490,750	286,594	2.520,491	362,055	300,536	-	3.132,694	-	7.154,100	5.322,925	1.425,541	4.711,711	62.749,662	24.498,181	275,056	-	-	-	
Col. de Blumenau	56.255,139	5.532,087	1.328,885	2.271,531	2.319,189	1.963,845	37.877,255	14.627,114	-	1.246,331	-	41.187,814	37.035,995	24.391,468	30.286,960	-	-	-	-	-	-	
Col. de Itajaí Norte	2.627,924	-	444,545	1.746,203	11.401,608	3.377,645	14.306,623	-	-	-	-	36.463,775	36.334,534	21.451,282	16.129,693	-	-	-	-	-	-	
Col. do Alto Itajaí	31.153,653	-	32.821,803	-	61.043,930	17.214,717	85.375,655	18.318,280	16.306,414	100,930	1.025,123	83.715,877	9.901,399	1.653,677	8.124,101	15.994,953	11.032,307	143,048	-	-	-	
Florianópolis	5.136,478	4.728,300	2.427,993	5.460,834	954,338	3.328,483	2.279,915	2.325,743	-	7.095,821	-	5.499,768	16.640,700	8.622,664	11.755,374	-	-	-	-	-	-	
Col. de Santa Catarina	2.011,965	2.136,315	14.079,497	5.017,204	47.196,420	34.547,560	2.370,620	9.331,797	-	141,527	-	5.679,169	3.051,718	880,090	7.433,729	6.294,760	9.539,354	46,623	-	-	-	
Lit. de Lages	5.132,240	3.152,746	87,960	140,327	103,543	165,955	3.674,163	2.851,411	359,634	-	-	32.750,235	23.248,164	61.528,594	28.123,085	-	-	-	-	-	-	
Col. de Lages	14.184,106	7.696,482	22.012,159	724,134	2.130,461	6.912,407	76.239,193	8.941,925	17.994,434	4,265	7.970,439	21.371,812	8.205,018	21.371,812	8.205,018	2.703,200	8.969,260	19.481,182	-	-	-	
Col. de Santa Catarina	19.943,313	4.065,664	1.232,390	261,393	1.771,317	3.126,533	49.591,111	12.376,446	3.519,995	2.009,279	1.223,305	30,034	-	3.963,023	5.649,461	10.895,219	5.134,079	-	-	-	-	
Col. de Santa Catarina	47.944,238	11.839,525	896,925	206,707	281,609	2.213,397	57.055,985	1.412,653	10.909,093	101,649	72,130	2,180	-	20.557,961	3.455,022	7.110,621	75.273,966	-	-	-	-	
Campo de Lages	150,447	-	15.784,188	-	813,770	4.344,464	5.605,118	-	6.393,836	2.549,185	5,069,471	-	-	142,066	10.569,629	21.369,740	38.538,838	19.334,268	54,380,101	-	-	
Campo de Lages	3.633,778	-	6.725,080	8,255	607,581	29.371,140	5.314,268	292,207	18.661,039	49.454,935	7.925,865	-	-	542,596	35.412,730	52.035,655	56.101,938	368.297,915	41.496,020	-	-	
Col. do Rio do Pelado	10.993,203	-	13.867,692	584,773	2.760,026	17.696,007	11.378,488	1.036,112	148.464,691	2.635,754	288,465	-	-	281,071,031	68.892,611	548.306,793	49.552,695	-	-	-	-	
Col. do Oeste Catarinense	28.732,283	-	14.025,587	1.630,784	1.254,373	90.158,157	24.368,932	14.331,319	448.254,861	193.349,628	288,465	-	-	5,613	10.311,428	19.131,041	29.318,921	15.111,301	-	-	-	
Pianópolis de Curitiba	31.753,553	760,247	11.300,813	-	2.064,446	35.033,090	42.669,932	4.397,814	16.851,155	31.664,314	2.170,848	-	-	9,418,552	75.545,953	1.078.656,787	372.398,480	1.128.224,380	378.545,277	112.646,644	56.995,293	
TOTAL	308.337,612	71.022,327	145.287,702	28.374,444	123.839,777	216.383,764	476.078,076	79.165,409	722.698,790	705.567,066	50.640,500	9,418,552	75.545,953	1.078.656,787	372.398,480	1.128.224,380	378.545,277	112.646,644	56.995,293	82,735	-	-

Fonte dos dados básicos: Tabela 84 e PCV (ICP - Col. 2)  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 90  
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS, POR MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, S/MPA, 1983/84

MUNICÍPIO	PRODUTO	VALORES DE ABRIL DE 1983 - C/1.000																				
		ARROZ	BAWVA	BUTIROA	CAVACA-DE-ACÓRDO	CEBOLA	FELIÃO	FENO	MANDIOCA	MILHO	SUJA	TOMATE	TRUFO	POÇA	FRANCO	LEITE	SUMOS	BOVINOS	FEIJOS	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	
Col. de Joinville	49.522,257	30.322,154	998,141	2.845,515	620,759	2.522,032	7.394,756	4.347,304	-	1.329,983	-	40,155	15.290,500	18.537,607	13.614,918	6.290,270	4.950,791	62,935	-	-	-	
Lit. de Itajaí	10.534,512	1.636,982	210,516	9.101,350	534,485	765,572	1.056,538	775,028	-	1.431,638	-	8,534,560	3.625,624	1.598,921	4.939,351	71.567,908	29.170,721	177,177	-	-	-	
Col. de Blumenau	49.779,172	5.181,223	955,276	2.556,450	1.011,220	4.276,566	41.790,150	9.938,222	17.155,833	-	673,716	-	49,356,331	22.645,491	26.739,693	31.122,133	-	-	-	-	-	
Col. de Itajaí Norte	1.326,510	-	1.519,609	-	427,649	4.765,618	41.299,482	7.300,334	4.576,755	-	-	-	-	4.385,228	12.081,596	7.164,160	7.516,360	-	-	-	-	
Col. do Alto Itajaí	22.253,524	-	9.530,069	-	50.444,286	29.429,326	117.962,179	42.555,602	32.696,613	165,955	1.716,673	-	-	20,996,155	22.839,179	25.267,971	19.320,719	-	-	-	-	
Florianópolis	5.645,658	5.949,291	2.626,168	12.797,373	741,113	1.745,503	2.501,329	8.893,402	2.730,623	-	12,570,803	-	-	121,282,440	8.922,229	1.988,160	8.744,204	20.224,393	13.578,603	712,732	-	
Col. de Santa Catarina	1.904,186	4.212,999	12.630,260	6.437,513	36.693,555	5.664,546	28.212,434	9.402,222	13.193,030	-	6.213,043	-	-	6,509,659	17.703,297	10.208,466	11.491,412	-	-	-	-	
Lit. de Lages	7.728,594	4.153,760	24,479	164,326	48,723	877,838	2.241,892	10.308,511	757,938	-	151,734	-	-	7,094,393	4.939,272	1.024,495	7.193,364	6.860,999	10.860,258	40,692	-	
Campo de Lages	16.144,180	7.884,122	10.729,279	877,124	1.416,793	14.562,085	73.290,803	22.999,718	23.297,092	22,050	862,130	-	-	30,280,390	6.915,002	3.244,544	10.508,507	16.377,014	2.312,972	12,754	-	
Col. do Rio do Pelado	8.497,559	-	16.946,464	642,558	2.758,656	32.883,259	11.854,059	3.862,500	24.828,393	71.086,043	66,428	-	-	4,213,314	8.297,584	12.345,795	6.358,172	-	-	-	-	
Col. do Oeste Catarinense	23.996,317	-	14.216,303	2.041,215	1.030,986	324.626,509	45.926,495	43.078,329	499.538,639	293.006,247	37,507	-	-	26,903,664	21.542,865	21.503,470	63.619,955	-	-	-	-	
Pianópolis de Curitiba	8.065,794	535,642	14.182,907	-	2.329,931	55.892,493	56.010,175	9.795,986	55.434,020	53,771,236	1.728,673	-	-	378,139,034	78.168,068	635.805,846	58.261,155	-	-	-	-	
TOTAL	284.253,955	78.306,389	118.993,175	37.994,799	100.234,625	455.937,220	539.189,723	214.938,786	918.446,924	893.304,514	39.028,042	10,411,422	125.488,211	1.428.578,195	364.963,954	1.322.518,434	484.476,807	121.236,662	60.863,455	1.005,710	-	-

Fonte dos dados básicos: Tabela 85 e PCV (ICP - Col. 2)  
Elaboração: Instituto CEPA/SC



TABELA 91  
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VBP AGROPECUÁRIO CATARINENSE, POR MRH E POR  
ATIVIDADE ECONÔMICA, SAFRA 1983/84

MRH	ATIVIDADE							TOTAL
	LAVOURA	FRUTAS	PECUÁRIA	PESCADO				
Col. de Joinville	0,95	0,42	0,47	0,16				2,00
Lit. de Itajaí	0,34	0,02	0,26	1,40				2,02
Col. de Blumenau	1,78	0,07	1,95	-				3,80
Col. de Itajaí Norte	0,91	-	0,43	-				1,34
Col. do Alto Itajaí	4,26	-	1,37	-				5,63
Florianópolis	0,70	0,08	1,96	0,48				3,22
Col. Serrana Catar.	1,67	0,06	0,67	-				2,40
Lit. de Laguna	0,32	0,06	0,29	0,25				0,92
Carbonífera	2,47	0,11	2,00	-				4,58
Lit. Sul Catar.	1,59	0,06	0,64	0,26				2,55
Col. Sul Catar.	1,99	0,20	0,40	-				2,59
Campos de Lages	0,80	0,69	1,70	-				3,19
Campos de Curitiba	2,72	0,22	1,89	-				4,83
Col. do Rio do Peixe	5,24	0,84	17,12	-				23,20
Col. do Oeste Catar.	17,80	-	16,00	-				33,80
Planalto de Caroinhas	2,81	0,01	1,12	-				3,94
TOTAL	46,35	2,84	48,27	2,55				100,00

Fonte dos dados básicos: Tabela 90  
Elaboração Instituto CEPA/SC

TABELA 92  
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO VBP DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, POR MRH DE SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

MRH	PRODUTO	(1)																			
		ARROZ	BOVINA	BACCHA	CARNE-DE-ACORDA	CEBOLA	FEIJÃO	FRANGO	MANDIOCA	MELO	SALSA	TAPAJÉ	TRINCO	AVOZ	FRANGO	LEITE	SUÍNOS	BOVINOS	FRIGOS	OVES/CAPRINOS	RELINOS
Col. de Joinville	17,41	38,72	0,34	7,46	-	0,14	0,49	1,44	0,45	-	3,41	-	-	0,01	4,19	1,44	3,35	5,20	8,14	-	6,26
Lit. de Itajaí	3,71	2,09	0,13	23,95	-	0,12	0,15	0,50	0,08	-	3,68	-	-	0,60	1,00	0,13	1,72	59,01	47,92	-	17,62
Col. de Blumenau	17,48	6,62	0,80	6,73	1,01	0,94	7,74	4,61	1,76	-	1,73	-	-	3,45	8,94	2,09	7,65	-	-	-	-
Col. de Itajaí Norte	0,47	-	1,29	-	0,43	1,05	7,66	3,30	0,88	-	-	-	-	0,31	3,31	0,56	1,25	-	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	7,83	-	8,02	-	50,32	6,45	21,87	19,61	3,34	0,03	4,48	-	-	1,47	9,00	1,96	4,74	-	-	-	-
Florianópolis	1,99	7,59	2,38	33,57	0,74	0,39	0,47	4,14	0,28	-	32,11	-	-	8,48	2,44	0,15	2,15	16,68	22,31	-	70,86
Col. Serrana Catarinense	0,67	5,38	10,62	16,94	36,59	1,25	5,24	4,37	1,25	-	15,93	-	-	0,46	4,85	0,80	3,32	-	-	-	-
Carbonífera	2,72	5,31	0,03	0,44	0,05	0,20	0,42	4,79	0,08	-	0,39	-	-	0,49	1,36	0,08	1,95	5,66	17,83	-	3,99
Lit. de Laguna	5,68	10,04	15,75	2,31	1,41	3,20	13,67	10,69	2,33	0,01	15,02	0,05	-	2,67	6,36	5,48	2,89	-	-	-	-
Campos de Lages	9,18	5,42	0,20	0,84	0,84	1,53	7,05	16,12	0,50	0,28	0,17	0,24	-	1,76	1,90	0,26	2,58	13,43	3,80	-	1,27
Campos de Curitiba	17,37	18,14	0,64	0,62	1,36	1,26	11,58	1,86	2,00	0,04	0,17	0,02	-	0,30	1,73	0,97	1,57	-	-	-	-
Col. do Rio do Peixe	0,15	-	9,40	-	1,06	1,95	1,60	0,03	2,10	0,86	3,46	0,02	-	39,45	5,95	0,73	21,20	-	-	-	-
Col. do Oeste Catarinense	1,07	-	6,31	0,05	0,96	12,80	1,06	0,27	5,12	12,21	7,61	5,98	-	1,88	1,68	1,68	15,62	-	-	-	-
Planalto de Caroinhas	2,99	-	14,25	1,70	2,75	7,21	2,30	1,57	22,97	12,37	5,31	12,37	-	48,17	50,48	16,30	31,46	-	-	-	-
TOTAL	8,43	-	17,87	5,37	1,04	49,26	3,51	20,04	51,05	66,28	0,18	75,57	-	26,47	21,41	49,57	14,30	-	-	-	-
TOTAL	2,85	0,69	11,92	-	2,32	12,25	10,38	4,56	5,66	9,13	4,41	5,77	0,01	0,84	4,80	2,63	4,25	-	-	-	-

Fonte dos dados básicos: Tabela 90  
Elaboração Instituto CEPA/SC

**INFORMAÇÕES  
BÁSICAS**

## 10. INFORMAÇÕES BÁSICAS

TABELA 93

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS 1976/77 A 1984/85

PRODUTO \ SAFRA	(hectare)								
	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85*
Alho	238	247	528	1.299	3.544	2.507	2.588	2.566	2.149
Arroz	148.164	133.330	156.074	153.491	148.920	148.168	144.987	140.716	148.500
Batata	15.964	16.555	19.903	20.114	18.313	19.064	17.132	17.241	17.586
Cana-de-açúcar	19.664	20.913	20.124	24.667	19.809	19.641	18.499	20.449	23.000
Cebola	6.846	5.724	10.736	12.307	16.920	11.380	12.338	12.267	14.409
Feijão	188.874	197.106	227.777	276.011	291.100	373.000	422.087	395.538	414.619
Fumo	80.533	90.527	76.190	76.642	61.250	71.384	89.369	86.000	90.000
Mandioca	82.962	77.528	66.879	71.013	76.073	79.033	76.480	83.102	95.000
Milho	825.977	819.534	837.482	877.716	905.836	903.742	901.629	936.231	942.149
Soja	350.642	408.785	504.570	520.401	483.880	445.000	404.300	420.246	420.130
Tomate	926	997	1.100	1.260	1.389	1.426	1.545	1.570	1.500
Trigo	37.522	11.620	4.587	34.749	19.255	8.953	26.812	17.319	25.158
Banana	14.998	17.134	18.366	18.643	21.484	21.500	21.550	23.000	23.000
Maçã	3.815	5.287	6.337	7.154	8.031	9.036	10.035	10.808	11.946
Uva	4.270	4.043	4.946	5.086	5.290	5.080	5.322	5.684	6.500

(\*) Estimativas: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

TABELA 94  
 EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA,  
 SAFRA 1947/48 A 1985/86

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1947/48	495	718	1.451
1948/49	561	929	1.656
1949/50	550	900	1.636
1950/51	620	847	1.366
1951/52	648	1.154	1.781
1952/53	656	1.325	2.020
1953/54	682	1.537	2.254
1954/55	769	1.635	2.126
1955/56	793	1.558	1.965
1956/57	756	1.562	2.066
1957/58	788	1.494	1.896
1958/59	800	1.558	1.948
1959/60	847	1.646	1.943
1960/61	878	1.754	1.998
1961/62	938	1.770	1.887
1962/63	1.003	2.040	2.034
1963/64	1.085	2.466	2.273
1964/65	1.075	2.175	2.023
1965/66	1.065	2.147	2.016
1966/67	975	2.241	2.298
1967/68	900	2.043	2.270
1968/69	877	1.909	2.177
1969/70	867	1.859	2.144
1970/71	859	1.883	2.192
1971/72	824	1.771	2.149
1972/73	832	1.793	2.155
1973/74	670	1.312	1.958
1974/75	451	859	1.904
1975/76	150	550	3.666
1976/77	240	946	3.941
1977/78	247	928	3.757
1978/79	528	1.702	3.223
1979/80	1.299	4.724	3.637
1980/81	3.544	6.720	1.896
1981/82	2.507	7.905	3.153
1982/83	2.588	8.589	3.319
1983/84	2.568	9.724	3.803
1984/85 <sup>(*)</sup>	2.149	8.993	4.184
1985/86 <sup>(*)</sup>	2.450	11.000	4.490

<sup>(\*)</sup> Estimativa

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
 IBGE/GCEA-SC (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 95  
 EVOLUÇÃO DA CULTURA DE ARROZ EM SANTA CATARINA,  
 SAFRA 1946/47 A 1984/85

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	31.184	79.500	2.549
1947/48	31.765	81.349	2.561
1948/49	29.409	72.641	2.470
1949/50	33.473	82.190	2.455
1950/51	34.581	82.713	2.392
1951/52	33.153	78.062	2.355
1952/53	33.937	85.071	2.507
1953/54	40.313	86.092	2.136
1954/55	41.790	99.488	2.381
1955/56	48.951	130.179	2.659
1956/57	73.246	157.046	2.144
1957/58	59.165	134.132	2.267
1958/59	54.707	154.754	2.829
1959/60	61.627	135.698	2.202
1960/61	56.014	155.905	2.783
1961/62	59.644	136.824	2.294
1962/63	60.999	160.110	2.625
1963/64	66.467	179.012	2.693
1964/65	70.009	178.450	2.549
1965/66	71.260	171.791	2.411
1966/67	78.251	212.176	2.711
1967/68	80.316	213.016	2.652
1968/69	81.179	210.688	2.595
1969/70	86.128	214.151	2.486
1970/71	97.222	207.815	2.138
1971/72	101.896	217.161	2.131
1972/73	107.184	222.326	2.074
1973/74	101.576	231.400	2.278
1974/75	124.975	292.700	2.342
1975/76	153.593	318.283	2.072
1976/77	148.164	332.950	2.247
1977/78	133.330	279.012	2.093
1978/79	156.074	259.794	1.665
1979/80	153.491	428.871	2.794
1980/81	148.920	404.068	2.713
1981/82	148.168	373.978	2.524
1982/83	144.987	395.317	2.727
1983/84	140.716	451.942	3.212
1984/85	148.500	487.250	3.281

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
 IBGE/GCEA-SC (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 96  
 EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BANANA EM SANTA CATARINA,  
 SAFRA 1946/47 A 1983/84

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	4.433	29.872	6.739
1947/48	4.558	31.408	6.891
1948/49	6.428	69.944	10.881
1949/50	7.628	76.728	10.059
1950/51	4.427	60.856	13.747
1951/52	5.672	68.568	12.089
1952/53	6.305	65.560	10.398
1953/54	6.536	71.832	10.990
1954/55	6.871	53.048	7.721
1955/56	6.274	70.760	11.278
1956/57	6.912	75.520	10.926
1957/58	6.747	77.272	11.453
1958/59	7.233	84.568	11.692
1959/60	8.086	88.784	10.980
1960/61	8.283	89.552	10.812
1961/62	8.367	89.560	10.704
1962/63	9.455	97.184	10.279
1963/64	8.971	82.864	9.237
1964/65	8.788	85.496	9.729
1965/66	6.286	75.336	11.985
1966/67	6.967	78.816	11.313
1967/68	6.511	86.088	13.222
1968/69	6.792	90.240	13.286
1969/70	7.285	94.392	12.957
1970/71	7.836	111.680	14.252
1971/72	8.508	118.656	13.946
1972/73	12.926	134.432	10.400
1973/74	13.056	178.600	13.679
1974/75	11.690	164.200	14.046
1975/76	13.842	141.308	10.200
1976/77	14.998	164.072	10.940
1977/78	17.134	190.072	11.093
1978/79	18.366	226.269	12.320
1979/80	18.643	209.712	11.249
1980/81	21.484	241.488	11.240
1981/82	21.500	274.125	12.750
1982/83	21.550	258.070	11.975
1983/84	23.000	273.700	11.900

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
 IBGE/GCEA-SC (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 97  
 EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BATATA-INGLESA EM SANTA CATARINA,  
 SAFRA 1946/47 A 1985/86

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	6.812	28.907	4.244
1947/48	7.241	29.810	4.117
1948/49	8.607	35.060	4.073
1949/50	9.201	35.294	3.836
1950/51	9.352	36.633	3.917
1951/52	10.271	37.870	3.687
1952/53	11.216	40.995	3.655
1953/54	12.270	41.816	3.480
1954/55	12.327	40.758	3.306
1955/56	12.639	46.485	3.678
1956/57	13.965	48.136	3.447
1957/58	14.048	51.537	3.656
1958/59	14.873	51.711	3.477
1959/60	16.790	57.056	3.398
1960/61	17.971	60.668	3.376
1961/62	19.372	57.457	2.966
1962/63	19.837	66.895	3.372
1963/64	21.390	72.950	3.410
1964/65	23.384	84.182	3.560
1965/66	23.068	135.044	5.854
1966/67	22.241	144.639	6.503
1967/68	27.328	182.313	6.671
1968/69	27.694	182.798	6.601
1969/70	25.625	171.610	6.697
1970/71	18.545	122.934	6.629
1971/72	18.665	113.221	6.066
1972/73	17.317	117.582	6.790
1973/74	18.349	141.980	7.737
1974/75	24.000	175.910	7.330
1975/76	17.984	141.065	7.844
1976/77	15.964	128.886	8.074
1977/78	16.555	115.977	7.006
1978/79	19.903	172.617	8.673
1979/80	20.114	142.876	7.103
1980/81	18.313	151.936	8.297
1981/82	19.064	160.819	8.436
1982/83	17.132	118.494	6.917
1983/84	17.241	160.692	9.126
1984/85	17.586	163.396	17.671
1985/86 (*)	16.000	176.000	11.000

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
 IBGE/GCEA-SC (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 98

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM SANTA CATARINA,  
SAFRA 1946/47 A 1984/85

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	37.653	858.651	22.804
1947/48	36.338	863.741	23.770
1948/49	39.932	976.262	24.448
1949/50	39.573	1.012.965	25.596
1950/51	34.081	1.148.095	33.687
1951/52	35.100	1.199.536	34.175
1952/53	35.829	1.172.082	32.713
1953/54	31.570	993.607	31.473
1954/55	30.937	760.548	24.584
1955/56	29.022	813.334	28.025
1956/57	29.867	942.431	31.554
1957/58	28.316	870.867	30.755
1958/59	32.703	1.086.556	33.225
1959/60	32.326	1.087.822	33.652
1960/61	28.647	890.103	31.071
1961/62	31.693	877.944	27.702
1962/63	33.712	1.039.394	30.832
1963/64	32.257	1.051.925	32.611
1964/65	38.648	1.277.004	33.042
1965/66	40.126	1.434.150	35.741
1966/67	40.322	1.473.142	36.534
1967/68	38.994	1.424.175	36.523
1968/69	39.135	1.450.377	37.061
1969/70	35.060	1.428.484	40.744
1970/71	33.313	1.408.640	42.285
1971/72	31.871	1.352.509	42.437
1972/73	25.331	949.127	37.469
1973/74	17.709	559.130	31.573
1974/75	21.010	620.000	29.510
1975/76	17.132	552.552	32.252
1976/77	19.664	796.920	40.527
1977/78	20.913	1.043.126	49.879
1978/79	20.124	1.084.780	53.905
1979/80	24.667	1.170.361	47.446
1980/81	19.809	1.002.330	50.599
1981/82	19.641	1.100.000	56.005
1982/83	18.499	831.402	44.943
1983/84	20.449	976.437	47.749
1984/85	23.000	1.232.000	51.500

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
IBGE/GCEA (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC



TABELA 99  
 EVOLUÇÃO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA,  
 SAFRA 1946/47 A 1985/86

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	1.106	2.185	1.976
1947/48	1.270	2.388	1.880
1948/49	1.452	3.453	2.378
1949/50	1.614	8.513	5.274
1950/51	2.022	8.235	4.073
1951/52	2.193	8.077	3.683
1952/53	2.292	9.925	4.330
1953/54	2.283	6.373	2.792
1954/55	2.287	7.629	3.336
1955/56	2.476	8.748	3.533
1956/57	2.705	9.920	3.667
1957/58	2.662	10.388	3.902
1958/59	2.745	10.722	3.906
1959/60	2.903	11.292	3.890
1960/61	3.215	11.294	3.513
1961/62	3.317	11.432	3.446
1962/63	3.409	11.873	3.483
1963/64	3.719	13.117	3.527
1964/65	3.941	18.888	4.793
1965/66	3.681	22.418	6.090
1966/67	3.364	20.340	6.046
1967/68	3.405	21.244	6.239
1968/69	3.220	18.888	5.866
1969/70	3.200	18.648	5.828
1970/71	3.164	18.458	5.834
1971/72	3.138	16.129	5.777
1972/73	3.500	17.780	5.080
1973/74	5.590	42.648	7.629
1974/75	5.030	38.090	7.573
1975/76	5.934	42.899	7.229
1976/77	6.846	49.794	7.274
1977/78	5.724	47.129	8.234
1978/79	10.736	94.017	8.757
1979/80	12.307	103.605	8.418
1980/81	16.920	151.581	8.959
1981/82	11.380	113.602	9.983
1982/83	12.338	125.710	10.189
1983/84	12.267	120.216	9.800
1984/85	14.409	148.130	10.280
1985/86 (*)	16.000	176.000	11.000

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
 IBGE/GCEA-SC (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 100  
 EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FEIJÃO EM SANTA CATARINA,  
 SAFRA 1946/47 A 1985/86

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	44.045	53.742	1.220
1947/48	36.178	44.880	1.241
1948/49	38.759	48.145	1.242
1949/50	38.937	45.666	1.173
1950/51	47.441	47.721	1.006
1951/52	49.076	51.542	1.050
1952/53	52.288	55.012	1.052
1953/54	61.788	65.685	1.063
1954/55	65.124	73.365	1.127
1955/56	68.977	71.601	1.038
1956/57	67.830	71.323	1.052
1957/58	67.641	70.160	1.037
1958/59	70.454	74.474	1.057
1959/60	76.927	78.713	1.023
1960/61	80.927	84.953	1.050
1961/62	85.889	86.528	1.007
1962/63	92.074	91.785	997
1963/64	91.660	95.923	1.047
1964/65	95.874	102.364	1.068
1965/66	100.589	93.266	928
1966/67	113.162	119.781	1.058
1967/68	112.119	112.707	1.055
1968/69	111.607	104.383	935
1969/70	112.351	99.542	886
1970/71	159.023	93.346	587
1971/72	155.143	105.031	677
1972/73	126.450	91.682	725
1973/74	173.466	127.900	737
1974/75	185.065	169.300	915
1975/76	158.025	98.965	626
1976/77	188.874	134.477	712
1977/78	197.106	122.992	624
1978/79	227.777	189.403	832
1979/80	276.011	119.972	435
1980/81	291.100	246.250	846
1981/82	373.000	321.040	861
1982/83	422.087	162.428	385
1983/84	395.538	310.361	785
1984/85	414.619	312.402	753
1985/86 (1ª safra) (*)	265.000	238.500	900

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
 IBGE/GCEA-SC (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 101  
EVOLUÇÃO DA CULTURA DO LUSO EM SANTA CATARINA,  
SAFRA 1946/47 A 1984/85

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	9.524	7.902	821
1947/48	11.955	7.732	647
1948/49	14.551	8.193	563
1949/50	15.355	9.320	607
1950/51	17.827	10.445	586
1951/52	21.040	12.263	583
1952/53	27.344	20.303	745
1953/54	30.240	22.646	749
1954/55	32.439	23.811	734
1955/56	31.952	33.146	1.000
1956/57	33.290	35.800	1.189
1957/58	36.374	37.902	1.053
1958/59	36.487	39.643	1.191
1959/60	38.118	41.082	1.164
1960/61	40.762	44.293	1.170
1961/62	42.162	46.556	1.108
1962/63	46.559	49.078	1.116
1963/64	46.637	51.517	1.183
1964/65	52.291	57.751	1.169
1965/66	52.573	64.416	1.364
1966/67	51.586	67.927	1.517
1967/68	50.524	66.723	1.531
1968/69	51.943	50.326	1.575
1969/70	52.879	50.239	1.528
1970/71	54.905	54.067	1.549
1971/72	55.980	53.439	1.485
1972/73	54.727	47.819	1.377
1973/74	43.151	70.600	1.635
1974/75	49.000	78.600	1.603
1975/76	75.767	91.304	1.205
1976/77	80.533	119.846	1.488
1977/78	90.527	130.299	1.439
1978/79	76.190	139.676	1.835
1979/80	76.642	127.401	1.662
1980/81	61.250	100.303	1.637
1981/82	71.384	132.130	1.851
1982/83	83.365	132.063	1.478
1983/84	85.000	152.231	1.770
1984/85	90.000	172.750	1.919

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
IBGE/CNEA-SC (1982/83 e 1983/84)  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 102  
EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MAÇÃ EM SANTA CATARINA,  
SAFRA 1976/77 A 1985/86

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1976/77	3.815	1.375	12.355	8.985
1977/78	5.287	1.965	10.854	5.524
1978/79	6.337	2.668	21.410	8.025
1979/80	7.154	3.815	28.225	7.398
1980/81	8.031	5.287	39.175	7.410
1981/82	9.036	6.337	76.664	12.098
1982/83	10.035	7.154	57.338	8.015
1983/84	10.808	8.031	108.609	13.524
1984/85	11.946	9.036	130.000	14.387
1985/86 <sup>(*)</sup>	13.000	10.035	155.000	15.500

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE e EMATER/SC-ACARESC  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 103  
 EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA,  
 SAFRA 1946/47 A 1985/86

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	83.065	1.250.618	15.056
1947/48	80.807	1.203.701	14.896
1948/49	86.421	1.356.642	15.698
1949/50	80.777	1.331.569	16.485
1950/51	84.393	1.422.363	16.854
1951/52	91.146	1.518.946	16.665
1952/53	95.701	1.617.591	16.903
1953/54	97.823	1.598.466	16.340
1954/55	105.894	1.716.811	16.213
1955/56	95.237	1.543.276	16.205
1956/57	95.482	1.530.250	16.027
1957/58	104.756	1.701.963	16.243
1958/59	99.906	1.694.114	16.957
1959/60	106.188	1.735.165	16.340
1960/61	113.726	1.837.789	16.160
1961/62	121.235	1.866.014	15.392
1962/63	124.113	2.017.472	15.255
1963/64	131.253	2.202.675	16.782
1964/65	138.398	2.226.537	16.088
1965/66	129.822	2.438.129	18.781
1966/67	119.730	2.553.442	21.327
1967/68	130.686	2.832.020	21.670
1968/69	138.674	2.936.226	21.174
1969/70	142.816	3.017.231	21.127
1970/71	155.431	3.065.236	19.721
1971/72	152.585	2.869.240	18.354
1972/73	161.708	2.297.852	14.210
1973/74	142.174	2.128.200	14.969
1974/75	80.525	995.310	12.360
1975/76	80.846	1.303.973	16.129
1976/77	82.962	1.239.687	14.943
1977/78	77.528	1.208.159	15.584
1978/79	66.879	1.120.967	16.761
1979/80	71.013	1.002.841	14.122
1980/81	76.073	1.274.881	16.759
1981/82	79.033	1.141.097	14.438
1982/83	76.480	999.746	13.072
1983/84	83.102	1.090.968	13.128
1984/85	95.000	1.235.000	13.000
1985/86 (*)	80.000	1.040.000	13.000

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
 IBGE/GCEA-SC (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 104  
EVOLUÇÃO DA CULTURA DO MILHO EM SANTA CATARINA,  
SAFRA 1946/47 A 1985/86.

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	205.486	353.797	1.722
1947/48	199.630	360.385	1.805
1948/49	194.890	321.690	1.651
1949/50	179.842	345.202	1.920
1950/51	200.359	375.600	1.875
1951/52	218.169	398.062	1.825
1952/53	233.241	442.800	1.898
1953/54	246.234	434.778	1.766
1954/55	245.516	457.404	1.863
1955/56	259.479	494.559	1.906
1956/57	262.587	506.790	1.930
1957/58	283.532	548.287	1.934
1958/59	295.753	571.061	1.931
1959/60	319.363	596.897	1.869
1960/61	322.608	615.218	1.907
1961/62	341.719	616.922	1.805
1962/63	374.255	670.275	1.791
1963/64	384.938	684.434	1.778
1964/65	407.614	748.442	1.836
1965/66	427.299	699.352	1.636
1966/67	488.007	897.667	1.839
1967/68	474.868	792.498	1.669
1968/69	537.455	989.626	1.841
1969/70	672.156	1.197.110	1.781
1971/71	693.530	1.206.742	1.740
1971/72	692.212	1.225.215	1.770
1972/73	705.295	1.375.325	1.950
1973/74	723.347	1.713.409	2.369
1974/75	728.929	1.661.958	2.280
1975/76	779.224	1.901.306	2.440
1976/77	825.977	2.076.506	2.514
1977/78	819.534	1.294.044	1.579
1978/79	837.482	1.327.409	1.585
1979/80	877.716	2.017.999	2.299
1980/81	905.836	2.264.590	2.500
1981/82	903.742	2.142.772	2.371
1982/83	901.629	1.686.948	1.871
1983/84	936.231	2.340.578	2.500
1984/85	942.149	2.159.049	2.292
1985/86 (*)	951.000	2.377.500	2.500

OBS.: Os dados de área e de produção da cultura do milho referentes às safras de 1969/70 a 1983/84, foram reajustados tomando-se por base as informações censitárias de 1980.

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
IBGE/GCEA-SC (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 105  
 EVOLUÇÃO DA CULTURA DA SOJA EM SANTA CATARINA,  
 SAFRA 1951/52 A 1985/86

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1951/52	40	51	1.275
1952/53	47	60	1.277
1953/54	2.200	4.162	1.892
1954/55	2.782	4.069	1.463
1955/56	2.026	2.628	1.297
1956/57	2.191	2.827	1.290
1957/58	3.116	4.003	1.285
1958/59	2.214	3.558	1.607
1959/60	2.220	3.761	1.694
1960/61	2.365	3.970	1.679
1961/62	2.468	4.129	1.673
1962/63	2.805	4.339	1.547
1963/64	3.002	4.733	1.577
1964/65	3.412	5.123	1.501
1965/66	5.700	7.595	1.332
1966/67	7.342	9.187	1.251
1967/68	11.507	14.827	1.289
1968/69	32.049	31.650	988
1969/70	65.956	52.998	800
1970/71	101.694	77.376	760
1971/72	115.930	99.448	857
1972/73	202.000	260.000	1.287
1973/74	364.985	431.850	1.183
1974/75	361.475	467.200	1.292
1975/76	339.370	409.885	1.208
1976/77	350.642	476.365	1.359
1977/78	402.785	354.681	868
1978/79	504.570	433.863	860
1979/80	520.401	718.764	1.381
1980/81	483.880	648.000	1.339
1981/82	445.000	534.000	1.200
1982/83	404.300	405.400	1.003
1983/84	420.246	578.763	1.377
1984/85 (*)	420.130	563.883	1.342
1985/86 (*)	410.000	574.000	1.400

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
 IBGE/GCEA-SC (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 106  
 EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA,  
 SAFRA 1946/47 A 1985/86

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	85	250	2.941
1947/48	101	304	3.010
1948/49	125	320	2.560
1949/50	141	469	3.326
1950/51	190	484	2.547
1951/52	221	661	2.991
1952/53	233	736	3.159
1953/54	266	613	2.305
1954/55	253	621	2.455
1955/56	280	1.154	4.121
1956/57	339	1.712	5.050
1957/58	429	2.561	5.970
1958/59	525	3.700	7.048
1959/60	752	3.376	4.489
1960/61	694	3.474	5.006
1961/62	824	3.610	4.381
1962/63	795	4.104	5.162
1963/64	842	4.768	5.663
1964/65	749	6.455	8.618
1965/66	669	9.036	13.507
1966/67	645	11.811	18.312
1967/68	657	12.098	18.414
1968/69	881	18.170	20.624
1969/70	891	17.998	20.200
1970/71	872	16.775	19.273
1971/72	1.184	24.190	20.431
1972/73	841	17.573	20.892
1973/74	621	14.311	23.045
1974/75	740	17.590	23.770
1975/76	943	25.217	26.741
1976/77	926	22.917	24.748
1977/78	997	28.029	28.113
1978/79	1.100	32.930	29.936
1979/80	1.260	35.197	27.934
1980/81	1.389	41.004	29.520
1981/82	1.426	38.900	27.279
1982/83	1.545	33.694	21.808
1983/84	1.570	48.225	30.748
1984/85	1.500	42.050	28.033
1985/86 (*)	1.350	41.850	31.000

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
 IBGE/GCEA-SC (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 107  
 EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA,  
 SAFRA 1946/47 A 1985/86

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	73.443	77.388	1.054
1947/48	88.941	84.908	955
1948/49	96.698	99.383	1.028
1949/50	101.481	107.537	1.060
1950/51	105.875	72.178	682
1951/52	135.941	132.548	975
1952/53	150.404	138.114	918
1953/54	146.438	111.887	764
1954/55	139.575	141.760	1.016
1955/56	91.453	91.471	1.000
1956/57	110.248	93.609	849
1957/58	116.790	96.915	830
1958/59	113.734	109.433	962
1959/60	111.692	108.949	975
1960/61	100.445	79.165	788
1961/62	104.097	105.098	1.010
1962/63	102.874	70.903	689
1963/64	102.277	95.457	933
1964/65	98.585	84.830	860
1965/66	77.993	63.311	812
1966/67	77.401	67.685	874
1967/68	81.087	72.138	890
1968/69	96.668	81.694	845
1969/70	119.434	92.203	772
1970/71	116.302	78.154	672
1971/72	121.500	61.965	510
1972/73	71.950	55.250	768
1973/74	99.100	80.820	816
1974/75	67.776	30.484	450
1975/76	37.522	20.328	542
1976/77	37.522	20.328	542
1977/78	11.620	4.279	368
1978/79	4.587	3.791	826
1979/80	34.749	18.864	543
1980/81	19.255	9.033	469
1981/82	8.953	8.606	961
1982/83	26.812	13.650	509
1983/84	17.319	9.881	571
1984/85	25.158	11.815	469
1985/86 (*)	40.000	36.000	900

(\*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal) e  
 IBGE/GCEA-SC (1982/83 e 1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC



TABELA 108  
EVOLUÇÃO DA CULTURA DA UVA EM SANTA CATARINA,  
SAFRA 1974/75 A 1983/84

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1974/75	3.901	39.871	10.221
1975/76	4.143	53.859	13.000
1976/77	4.270	59.896	14.027
1977/78	4.043	57.323	14.178
1978/79	4.946	65.104	13.163
1979/80	5.086	44.428	8.735
1980/81	5.290	75.383	14.345
1981/82	5.080	80.530	15.852
1982/83	5.322	54.747	10.287
1983/84	5.684	78.790	13.862

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de Santa Catarina 1975 e 1980 e  
Produção Agrícola Municipal) e IBGE/GCEA-SC (1982/83 e  
1983/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 109  
CONSUMO DE LENHA, POR SETOR, SANTA CATARINA, 1980 E 1981

SETOR	(metro estéreo)	
	1980	1981
<b>INDUSTRIAL</b>	<u>3.458.042</u>	<u>3.968.890</u>
Cerâmica	288.754	265.746
Têxtil	193.187	398.837
Química	200.100	234.120
Metal mecânico	4.626	4.671
Sabões	294	330
Alimentos/bebidas	2.387.801	2.615.655
Couros/peles	35.000	35.000
Papel celulose	272.811	370.255
Matéria plástica	-	-
Fumo	75.469	44.276
<b>COMERCIAL</b>	<u>484.266</u>	<u>512.053</u>
Padaria	198.660	205.860
Hotel	43.206	44.791
Hospital	20.100	34.335
Supermercado	172.800	175.200
Restaurante	49.500	51.867
<b>TRANSFORMAÇÃO</b>	<u>715.345</u>	<u>674.446</u>
Termelétrica(auto)	141.000	165.000
Carvoarias	574.345	509.446
<b>RESIDENCIAL</b>	<u>8.597.000</u>	<u>8.737.000</u>
Rural	6.247.000	6.243.000
Urbano	2.350.000	2.494.000
<b>AGROPECUÁRIO</b>	<u>2.238.765</u>	<u>2.626.122</u>
Secagem (grãos/ervas)	338.765	326.122
Secagem de fumo	1.900.000	2.300.000
<b>TOTAL</b>	<u>15.493.418</u>	<u>16.518.511</u>

Fonte: Secretaria da Indústria e do Comércio, IBGE, IBDF,  
Instituto CEPA/SC e AFUBRA

QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS EXTRATIVOS E DA SILVICULTURA, POR MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

MUNICÍPIO	ANO	CEREAJO VEGETAL (EXISTENTE)		MADERA PARA PAPEL E CASQUETE (EXISTENTE)		ENCOLTO (EXISTENTE)		PINHEIRO (EXISTENTE)		FENOS (EXISTENTE)		ÁGUA (EXISTENTE)		ERVA-MATE		LENHA (NATIVAS)		MADERA (NATIVAS)		PRODUTO			
		Toneladas	Mil Cuv-zeiros	1.000 Árvores	1.000 Árvores	1.000 Árvores	1.000 Árvores	1.000 Árvores	1.000 Árvores	1.000 Árvores	1.000 Árvores	1.000 Árvores	1.000 Árvores	1.000 Árvores	Toneladas	Mil Cuv-zeiros	1.000 m <sup>3</sup>	1.000 m <sup>3</sup>	1.000 m <sup>3</sup>	1.000 m <sup>3</sup>	Toneladas	Mil Cuv-zeiros	
Colonial de Joinville	1970	999	86	47	626	3.673	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32	1.372	922	32	1.372	922	98	48
	1975	1.579	564	2.621	92	9.751	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	227	3.240	52.142	253	3.240	52.142	0	0
	1980	2.908	8.924	1.516	234	30.688	25	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	146	21.145	89.594	0,62	21.145	89.594	498	7.752
Litoral de Itajaí	1970	129	11	22	14	158	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	131	556	11	11	556	11	18	18
	1975	161	35	41	89	121	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	87	1.513	0,7	17	1.513	0,7	0	0
	1980	220	1.334	349	89	845	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	56	10.385	17	17	10.385	17	0	0
Colonial de Brusque	1970	1.679	112	556	42	2.001	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	862	3.324	96	96	3.324	96	176	176
	1975	6.441	1.494	1.091	238	3.893	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	572	9.582	145	145	9.582	145	10.507	10.507
	1980	11.400	51.913	3.891	1.378	26.741	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	625	104.355	175	175	104.355	175	291	291
Col. Itajaí do Norte	1970	51	5	20	61	151	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	187	537	15	15	537	15	276	276
	1975	19	0,9	125	24	590	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	139	1.438	19	19	1.438	19	0	0
	1980	1.939	7.037	515	527	5.666	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	114	15.155	36	36	15.155	36	62	62
Colonial Alto Itajaí	1970	228	21	56	639	2.084	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	579	1.787	71	71	1.787	71	0	0
	1975	147	109	192	889	3.107	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	468	5.788	277	277	5.788	277	0	0
	1980	832	3.166	1.117	1.686	8.127	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	349	56.782	56	56	56.782	56	55.254	55.254
Florianópolis	1970	72	14	515	0,1	3.677	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	347	1.581	101	101	1.581	101	0,4	0,4
	1975	152	67	1.075	29	12.380	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	229	4.207	43	43	4.207	43	0	0
	1980	722	3.599	1.215	366	10.518	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	187	35.157	52	52	35.157	52	20	20
Col. Serra da Catarinense	1970	32	0,3	51	33	1.370	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	460	1.607	33	33	1.607	33	62	62
	1975	0,45	25	248	498	16.989	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	417	3.945	41	41	3.945	41	0	0
	1980	924	2.967	1.902	1.108	21.984	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	287	52.092	55	55	52.092	55	49	49
Litoral de Laguna	1970	34	0,7	730	0,1	18	127	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	84	425	0,3	0,3	425	0,3	18	18
	1975	0,0	0,0	917	0,2	2.011	194	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80	1.685	0,3	0,3	1.685	0,3	0	0
	1980	0,3	24	947	0,3	5.777	299	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	45	8.695	0,3	0,3	8.695	0,3	0	0
Carboneira	1970	3.246	195	13.839	45	90	891	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	637	3.105	35	35	3.105	35	1.654	1.654
	1975	4.484	228	18.631	101	309	5.984	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	365	11.304	41	41	11.304	41	6.755	6.755
	1980	2.100	5.036	33.607	416	266	12.747	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	477	84.911	49	49	84.911	49	75.940	75.940
Lit. Sul Catarinense	1970	0,0	0,0	9.462	25	0,7	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	149	966	0,0	0,0	966	0,0	11	11
	1975	0,0	0,0	17.394	0,2	15	60	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	104	3.080	0,0	0,0	3.080	0,0	0,5	0,5
	1980	36	480	31.288	107	4.938	315	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	53	14.285	0,0	0,0	14.285	0,0	0	0
Col. Sul Catarinense	1970	356	53	2.040	0,8	48	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	165	674	16	16	674	16	565	565
	1975	328	204	4.665	0,0	124	251	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	183	4.945	0,19	0,19	4.945	0,19	3.325	3.325
	1980	178	788	9.086	189	206	400	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	223	47.382	20	20	47.382	20	31.664	31.664
Campos de Lages	1970	94	11,2	3.043	2.147	41.359	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	726	2.940	453	453	2.940	453	44.305	44.305
	1975	0,0	0,0	14.214	6.100	111.800	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	327	5.177	97	97	5.177	97	17.454	17.454
	1980	25	96	2.415	4.650	102.151	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	117	15.070	140	140	15.070	140	172.310	172.310
Campos de Quilombos	1970	734	44	87	1.478	27.110	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	540	1.973	239	239	1.973	239	10.556	10.556
	1975	41	11	1.113	4.769	50.691	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	420	6.311	217	217	6.311	217	48.836	48.836
	1980	655	2.581	2.639	1.100.433	2.887	125.010	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	301	41.503	0,0	0,0	41.503	0,0	0	0
Col. do Rio do Peixe	1970	25	0,2	3.128	4.282	15.255	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	721	3.589	164	164	3.589	164	7.074	7.074
	1975	320	161	2.286	8.263	40.976	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	710	13.034	146	146	13.034	146	26.834	26.834
	1980	119	800	6.702	25.582	88.743	21	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	348	60.160	291	291	60.160	291	759.805	759.805
Col. Oeste Catarinense	1970	189	24	842	1.088	5.468	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	989	6.305	134	134	6.305	134	7.685	7.685
	1975	97	57	1.697	2.536	7.864	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	260	3.463	123	123	3.463	123	16.111	16.111
	1980	197	320	7.151	6.794	11.847	119	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	317	69.395	192	192	69.395	192	304.236	304.236
Pilaralto de Curitiba	1970	3.691	246	312	6.030	30.062	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	746	2.137	107	107	2.137	107	4.859	4.859
	1975	4.255	1.748	445	8.439	36.886	200	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	782	8.756	503	503	8.756	503	122.421	122.421
	1980	10.212	27.843	603	9.455	133.636	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	527	59.058	172	172	59.058	172	292.356	292.356
TOTAL	1970	11.549	835	34.842	16.519	132.460	1.101	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7.716	32.797	1.412	1.412	32.797	1.412	65.254	65.254
	1975	14.010	4.701	27.819	55.084	297.486	6.793	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.579	17.938	1.677	1.677	17.938	1.677	327.420	327.420
	1980	39.477	116.935	3.690	1.769.139	105.200	63.094	576.668	14.152	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4.177	697.117	1.538	1.538	69			

# LISTA DE MAPAS

## LISTA DE MAPAS.

	p.
1. Consumo médio mensal de energia (kwh)/propriedade rural/ agência - 1984 .....	19
2. Geadas - Frequência média anual em Santa Catarina .....	36
3. Esboço geológico de Santa Catarina .....	45
4. Hidrografia de Santa Catarina .....	46

**LISTA DE  
TABELAS**

## LISTA DE TABELAS

p.

1. Capacidade de armazenagem estática de Santa Catarina, segundo o Cadastro de unidades armazenadoras da CIBRAZEM - Maio de 1984 .....	16
2. Telefonia rural em Santa Catarina, 1980 a 1984 .....	21
3. Rede rodoviária de Santa Catarina, extensões totais em dez/84 .....	23
4. Tamanho e situação das pistas dos aeroportos em Santa Catarina, 1984 .....	32
5. Tipo de cobertura vegetal de Santa Catarina, por hectare e percentual de distribuição, 1984 .....	37
6. Matas Nativas - áreas remanescentes e de reflorestamento no estado de Santa Catarina (situação em 1979/1980) ....	40
7. Índice de Gini da distribuição da posse da terra, Brasil e grandes regiões, 1960 - 1970, 1975 e 1980 .....	61
8. Índice de Gini da distribuição da posse da terra pelos estabelecimentos agropecuários nas unidades da federação, de acordo com os censos agropecuários de 1960, 1970, e 1975 e sinópse preliminar do censo agropecuário de 1980	61
9. Área total, número de estabelecimentos e área média de estabelecimentos em Santa Catarina, censos de 1920 a 1980 .....	62
10. Evolução de área total, número de estabelecimentos e área média dos estabelecimentos - Santa Catarina - censos de 1920 a 1980 .....	62
11. Taxa média anual de crescimento da área total, área média e número de estabelecimentos agropecuários em Santa Catarina, segundo os censos de 1920 a 1980 .....	62
12. Número de estabelecimentos, área total e área média, Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	62
13. Participação dos estratos de área no número de estabelecimentos e na área total, SC, 1970, 1975 e 1980 .....	63
14. Número de estabelecimentos agrícolas e índice de crescimento, por MRH, SC, 1970, 1975 e 1980 .....	63

	p.
15. Destinação da área explorada, por estrato, Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	64
16. Condição do produtor, segundo os estratos de área, em Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	65
17. Condição do produtor, segundo as MRH de Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	66
18. Participação da condição do produtor no total de estabelecimentos das MRH de Santa Catarina, 1970, 1975, 1980 .....	67
19. Propriedade da terra, segundo as MRH de Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	68
20. Participação das categorias de propriedades da terra no total dos estabelecimentos e da área, por MRH de SC, 1970, 1975 e 1980 .....	69
21. Taxa anual de crescimento da população urbana, rural e total, por MRH, 1970 e 1980 .....	74
22. População de SC, por MRH, 1970 e 1980 .....	74
23. Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, por sexo e idade, SC, 1970 e 1980 .....	75
24. Pessoal ocupado e nº de tratores, nos estabelecimentos agropecuários, por MRH, SC, 1970, 1975 e 1980 .....	75
25. Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, segundo os grupos de área total, SC, 1970 e 1980 .....	75
26. Valor dos bens e participação relativa, segundo o grupo de área total de SC, 1970, 1975 e 1980 .....	85
27. Valor dos bens segundo as microrregiões homogêneas de SC, 1970, 1975 e 1980 .....	86
28. Valor dos bens e participação relativa, segundo o grupo de área total, SC, 1970, 1975 e 1980 .....	87
29. Valor dos investimentos realizados segundo as microrregiões homogêneas de SC, 1970, 1975 e 1980 .....	88
30. Valor dos bens e participação relativa, segundo a condição do produtor, SC, 1970, 1975 e 1980 .....	89
31. Valor dos investimentos realizados e participação relativa, segundo a condição do produtor, Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	89

32. Crédito concedido a produtores e cooperativas de Santa Catarina, segundo as atividades, 1970 a 1984 (a preços de março de 1985) .....	101
33. Crédito concedido a produtores e cooperativas de Santa Catarina, segundo as finalidades, 1970 a 1984 (a preços de março de 1985).....	101
34. Crédito concedido a produtores e cooperativas para a atividade agrícola em Santa Catarina, 1970 a 1984 (a preços de março de 1985) .....	102
35. Crédito concedido a produtores e cooperativas para pecuária em Santa Catarina, 1970 a 1984 (a preços de março de 1985) .....	102
36. Principais produtos agrícolas contemplados com crédito de custeio em Santa Catarina, 1970 a 1984 (valor corrente) .....	103
37. Área de lavoura contemplada com crédito de custeio do Banco do Brasil e participação percentual no total de área plantada de Santa Catarina, 1976 a 1984 .....	104
38. Crédito concedido a produtores e cooperativas de Santa Catarina, segundo as atividades, 1970 a 1984 (valor corrente) .....	105
39. Crédito concedido a produtores e cooperativas de Santa Catarina, segundo as finalidades, 1970 a 1984 (valor corrente) .....	105
40. Crédito concedido a produtores e cooperativas para a atividade agrícola em Santa Catarina, 1970 a 1984 (valor corrente) .....	105
41. Crédito concedido a produtores e cooperativas para a pecuária em Santa Catarina, 1970 a 1984 (valor corrente) .....	106
42. Crédito concedido a atividade agrícola pelo Banco do Brasil, segundo a finalidade e porte dos beneficiários em Santa Catarina, 1982 .....	106
43. Crédito concedido a atividade pecuária pelo Banco do Brasil, segundo a finalidade e porte dos beneficiários em Santa Catarina, 1982 .....	107



44. Crédito concedido a atividade agrícola pelo Banco do Brasil, segundo a finalidade e porte dos beneficiários em Santa Catarina, 1983 .....	107
45. Crédito concedido a atividade pecuária pelo Banco do Brasil, segundo a finalidade e porte dos beneficiários em Santa Catarina, 1983.....	108
46. Crédito concedido a atividade agrícola pelo Banco do Brasil, segundo a finalidade e porte dos beneficiários em Santa Catarina, 1984 .....	108
47. Crédito concedido a atividade pecuária pelo Banco do Brasil, segundo a finalidade e porte dos beneficiários em Santa Catarina, 1984 .....	109
48. Crédito rural orientado aplicado em Santa Catarina, 1976 a 1984 .....	109
49. Relação das empresas produtoras de ingredientes ativos no Brasil, 1984 .....	116
50. Capacidade instalada da indústria de agrotóxicos, 1984	117
51. Volume físico do consumo aparente de agrotóxicos, Brasil, 1983 e 1984 .....	117
52. Produção nacional, importação, consumo aparente de nutrientes, por região, 1984 .....	122
53. Participação relativa da produção nacional, importação e consumo aparente de nutrientes, no total, por região, 1984 .....	122
54. Evolução dos nutrientes (produção nacional, importação e consumo aparente), no Brasil, 1980 a 1984 .....	123
55. Índice de crescimento da produção nacional, importação, exportação, consumo aparente no Brasil, 1980 a 1984 ...	123
56. Participação relativa da produção nacional e importação dos nutrientes no consumo aparente, Brasil, 1980 a 1984	124
57. Evolução das exportações de nutrientes no Brasil, 1980 a 1984 .....	124
58. Volume mensal de nutrientes entregue na região Centro-Sul, 1985 .....	125

59. Volume mensal de nutriente entregue em Santa Catarina, 1985 .....	125
60. Situação dos tratores de 4 rodas, Brasil, 1975 a 1984 .	132
61. Produção e venda de máquinas agrícolas, Brasil, 1984 ..	132
62. Números de tratores existentes em Santa Catarina, segundo a Potência, 1970 a 1980 .....	132
63. Participação relativa do número de tratores existentes em Santa Catarina, segundo a potência, 1970 a 1980 ....	132
64. Número de tratores segundo a potência nas microrregiões homogêneas de Santa Catarina, 1980 .....	133
65. Participação relativa do nº de tratores no total, segundo a potência e a microrregião homogênea de SC, 1980 ..	133
66. Vendas de máquinas agrícolas ao mercado brasileiro, 1984 e 1985 .....	134
67. Exportação brasileira de máquinas agrícolas, 1984 e 1985	134
68. Estimativa do balanço de oferta e demanda de produtos agropecuários de Santa Catarina, safra 1983/84 .....	139
69. Estimativa do balanço de oferta e demanda de produtos agropecuários de Santa Catarina, safra 1984/85 .....	139
70. Evolução das exportações catarinenses, 1974 a 1984 ....	144
71. Exportação total e dos principais produtos agropecuários de Santa Catarina, 1983 e 1984 .....	144
72. Preços médios ponderados recebidos pelos agricultores de SC, safra 1979/80 a 1980/81 (a preços de abr/85) ...	155
73. Índice de crescimento dos preços médios ponderados recebidos pelos produtores de SC, safra 1979/80 a 1983/84 .	156
74. Produção dos principais produtos agropecuários de SC, safra 1979/80 a 1983/84 .....	157
75. Índice de crescimento da produção dos principais produtos agropecuários de Santa Catarina, safra 1979/80 a 1983/84 .....	158
76. Valor bruto da produção dos principais produtos agropecuários de SC, safra 1979/80 a 1983/84 (a preços correntes) .....	159

77. Valor bruto da produção dos principais produtos agropecuários de SC, safra 1979/80 a 1983/84 (a preços de abr/85) .....	160
78. Participação relativa dos principais produtos agropecuários, por subsetor, na formação do VBP estadual, safra 1979/80 a 1983/84 .....	161
79. Participação relativa dos principais produtos agropecuários, na formação do VBP subsetorial, safra 1979/80 a 1983/84 .....	162
80. Índice de crescimento do valor bruto da produção dos principais produtos agropecuários de SC, safra 1979/80 a 1983/84 .....	163
81. VBP dos principais produtos agropecuários, por MRH de SC, safra 1979/80 (a preços correntes) .....	164
82. VBP dos principais produtos agropecuários, por MRH de SC, safra 1980/81 (a preços correntes) .....	164
83. VBP dos principais produtos agropecuários, por MRH de SC, 1981/82 (a preços correntes) .....	165
84. VBP dos principais produtos agropecuários, por MRH de SC, safra 1982/83 (a preços correntes) .....	165
85. VBP dos principais produtos agropecuários, por MRH de SC, safra 1983/84 (a preços correntes) .....	166
86. VBP dos principais produtos agropecuários, por MRH de SC, safra 1979/80 (a preços de abr/85) .....	166
87. VBP dos principais produtos agropecuários, por MRH de SC, safra 1980/81 (a preços de abr/85) .....	167
88. VBP dos principais produtos agropecuários, por MRH de SC, safra 1981/82 (a preços de abr/85) .....	167
89. VBP dos principais produtos agropecuários, por MRH de SC, safra 1982/83 (a preços de abr/85) .....	168
90. VBP dos principais produtos agropecuários, por MRH de SC, safra 1983/84 (a preços de abr/85) .....	168
91. Participação percentual do VBP agropecuário catarinense, por MRH e por atividade econômica, safra 1983/84 .....	169

92. Participação relativa do VBP dos principais produtos agropecuários, por MRH de SC, safra 1983/84 .....	169
93. Área plantada dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, safra 1976/77 a 1984/85 .....	173
94. Evolução da cultura do alho em SC, safra 1947/48 a 1985/86 .....	174
95. Evolução da cultura do arroz em SC, safra 1946/47 a 1983/84 .....	175
96. Evolução da cultura da banana em SC, safra 1946/47 a 1983/84 .....	176
97. Evolução da cultura da batata-inglesa em SC, safra 1946/47 a 1985/86 .....	177
98. Evolução da cultura da cana-de-açúcar em SC, safra 1946/47 a 1984/85 .....	178
99. Evolução da cultura da cebola em SC, safra 1946/47 a 1985/86 .....	179
100. Evolução da cultura do feijão em SC, safra 1946/47 a 1985/86 .....	180
101. Evolução da cultura do fumo em SC, safra 1946/47 a 1984/85 .....	181
102. Evolução da cultura da maçã em SC, safra 1946/47 a 1985/86 .....	181
103. Evolução da cultura da mandioca em SC, safra 1946/47 a 1985/86 .....	182
104. Evolução da cultura do milho em SC, safra 1946/47 a 1985/86 .....	183
105. Evolução da cultura da soja em SC, safra 1951/52 a 1985/86 .....	184
106. Evolução da cultura do tomate em SC, safra 1946/47 a 1985/86 .....	185
107. Evolução da cultura do trigo em SC, safra 1946/47 a 1985/86 .....	186
108. Evolução da cultura da uva em SC, safra 1974/75 a 1983/84 .....	187

109. Consumo de lenha, por setor, Santa Catarina, 1980 e 1981 .....	187
110. Quantidade e valor de produção dos produtos extrativos e da silvicultura, por MRH de Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	188

# BIBLIOGRAFIA

## BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL EXPORTAÇÃO. Banco do Brasil, 1982.
2. BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Geral. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Santa Catarina - área, quantidade e valor da produção 1947/73. Brasília, 1976. v.19 (Estatísticas Agropecuárias, 3).
3. CENSO AGROPECUÁRIO; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.
4. \_\_\_\_\_; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.
5. \_\_\_\_\_; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.
6. COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO. Cadastro nacional de unidades armazenadoras. Brasília, 1983. n.p.
7. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, v.39. n.4, abr. 1985.
8. \_\_\_\_\_. Índices econômicos; retrospectiva na nova base. Rio de Janeiro, V.33. n.11, nov. 1979 (Suplemento Especial).
9. CRÉDITOS CONCEDIDOS - 1981 a 1984. Brasília, Banco do Brasil.
10. CRÉDITO RURAL; dados estatísticos. Brasília, Banco Central do Brasil, 1970 a 1984.
11. EMPASC. Zoneamento agroclimático - 2ª etapa. Florianópolis, 1980. 106 p.
12. ENCICLOPÉDIA DELTA UNIVERSAL. Rio de Janeiro, Delta, 1982. v.2.
13. IBDF. Inventário florestal nacional; florestas nativas. Brasília, 1984. 309 p.
14. PRODUÇÃO PESQUEIRA. Florianópolis, SUDEPE/PNP, 1976 a 1984.

15. PROGNÓSTICO AGRÍCOLA - safra 1984/85 - DERAL - CEPA/PR.
16. PROGNÓSTICO; Região Centro-Sul. São Paulo, IEA, 1982.
17. \_\_\_\_\_; Região Centro-Sul. São Paulo, IEA, 1983.
18. \_\_\_\_\_; Região Centro-Sul. São Paulo, IEA, 1984.
19. \_\_\_\_\_; Região Centro-Sul. São Paulo, IEA, 1985.
20. SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Programa de Conservação e uso da água e do solo. Florianópolis, 1979. 45 p.
21. SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Florianópolis, 1981.
22. \_\_\_\_\_. Florianópolis, Instituto CEPA/SC. 1983-84. v.1.
23. \_\_\_\_\_. Florianópolis, Instituto CEPA/SC. 1983-84. v.2.
24. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de Santa Catarina. Santa Maria, 1972. 2 v.



**INSTITUTO CEPA/SC**  
**INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA**

**CONSELHO DELIBERATIVO**

Secretário da Agricultura e do Abastecimento  
Delegado Federal de Agricultura em SC  
Secretário-Chefe do GAPLAN  
Presidente da FETAESC  
Presidente da FAESC

Presidente  
Vice-Presidente  
Membro  
Membro  
Membro

**SECRETARIA EXECUTIVA**

Rubens Altmann  
Júlio Alberto Rodigheri

Secretário Executivo  
Secretário Executivo Adjunto

**APOIO**

Joares A. Segalin – Fil.  
Zelia Alves Silvestrini – Edit.

**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO**

Engº Agrº José Maria Paul – COORDENADOR  
Engº Agrº Cesar Augusto Freyesleben Silva  
Econ. Daniel Vilani  
Engº Agrº Hélio de Oliveira Filho  
Engº Agrº Ingo Jordan  
Econ. Jesiel De Marco Gomes  
Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva  
Econ. Luiz Marcelino Vieira  
Engº Agrº Luiz Toresan  
Econ. Vitório Manoel Varaschin

**COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE CONJUNTURAL**

Engº Agrº Osmar Alcides da Conceição – COORDENADOR  
Engº Agrº Geraldo Buôgo  
Engº Agrº Guido Boeing  
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado  
Engº Agrº Simão Brugnago Neto  
Engº Agrº Tabajara Marcondes

**COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO**

Est. Gilberto de Oliveira – COORDENADOR  
Anál. Sist. Cláudio Cesar Reiter  
Bibl. Édina Nami Régis  
Econ. Francisco Assis de Brito  
Téc. Agríc. Francisco Carlos Heiden  
Téc. Agrícola Imenésio de Souza  
Aux. Técnico Luiz Lima  
Econ. Márcia Janice Freitas da Cunha  
Bibl. Telmelita Maria Senna Ronsoni

**UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Méd. Vet. José Eláudio Della Giustina – COORDENADOR  
Econ. Custódio Horácio da Silveira  
Contador Ademir Ribeiro da Rocha  
Alcemir Luiz Lessa  
Aldo Cesar Machado Cruz  
Elisete Maria da Cunha  
Fernando Vieira Machado  
Janice Maria Waituch  
João Manoel Anderson  
Jocenír Miriam Cardoso de Souza  
José Souza Filho  
Magali Fernandes Machado  
Manoel de Aguiar Pereira  
Manoel Rodrigues Júnior  
Margarete Ramos Bento  
Mauri Cardoso  
Paulo Cesar Arns  
Sidaura Lessa  
Terezinha Maria Pamplona  
Walmir Bernardo Schimidt